



Universidade Federal do Rio de Janeiro  
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo  
Programa de Pós-Graduação em Arquitetura  
Mestrado Profissional em Projeto e Patrimônio

**PLANO DE PRESERVAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE ANGRA DOS REIS E  
SUA APLICAÇÃO NA RUA DO COMÉRCIO**

Dissertação de Mestrado  
LINHA DE PESQUISA: PROJETO E REVITALIZAÇÃO

Rafael Nascimento de Azevedo

Orientadora:  
Prof. Dra. Fabiola do Valle Zonno

Coorientadora:  
Prof. Dra. Rosina Trevisan M. Ribeiro

FAU/UFRJ  
PROARQ

Rio de Janeiro  
2015



Universidade Federal do Rio de Janeiro  
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo  
Programa de Pós-Graduação em Arquitetura  
Mestrado Profissional em Projeto e Patrimônio

## PLANO DE PRESERVAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE ANGRA DOS REIS E SUA APLICAÇÃO NA RUA DO COMÉRCIO

Rafael Nascimento de Azevedo

Dissertação de Mestrado Profissional em Projeto e Patrimônio apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Projeto e Patrimônio.

Orientadora: Prof. Dra. Fabiola do Valle Zonno

Coorientadora: Prof. Dra. Rosina Trevisan M. Ribeiro

Rio de Janeiro  
2015

PLANO DE PRESERVAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE ANGRA DOS REIS E  
SUA APLICAÇÃO NA RUA DO COMÉRCIO

Rafael Nascimento de Azevedo

Orientadora: Prof. Dra. Fabiola do Valle Zonno

Dissertação de Mestrado Profissional em Projeto e Patrimônio submetida ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Projeto e Patrimônio.

Aprovada por:

---

Presidente, Prof. Dra. Fabiola do Valle Zonno

---

Prof. Dra. Rosina Trevisan Martins Ribeiro

---

Prof. Dra. Cláudia Carvalho Leme Nóbrega

---

Prof. Dr. Cláudio Antonio Santos Lima Carlos

---

Prof. Dra. Andréa de Lacerda Pessoa Borde

Rio de Janeiro  
2015

Azevedo, Rafael Nascimento.

Plano de preservação do Centro Histórico de Angra dos Reis e sua aplicação na Rua do Comércio/ Rafael Nascimento de Azevedo. Rio de Janeiro: UFRJ/ FAU, 2015.

xvi, 176f.: il. 29,7 cm;

orientadora: Fabiola do Valle Zonno

Dissertação (mestrado profissional em projeto e patrimônio) – UFRJ/ PROARQ/ Programa de Pós-graduação em Arquitetura, 2015.

Referências Bibliográficas: f. 193-198.

1. Centro Histórico de Angra dos Reis. 2. Patrimônio cultural. 3. Plano de Preservação I. Zonno, Fabiola do Valle. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-graduação em Arquitetura. III. Plano de Preservação do Centro Histórico de Angra dos Reis e sua aplicação na Rua do Comércio.

À minha amada Larissa por todo carinho, amor e compreensão,  
aos meus avós por toda a força e superação na construção de nossa família,  
à minha querida tia Neuza que semeou minha trajetória na arquitetura,  
à minha família,  
e as Profas. Dras. Fabiola Zonno e Rosina Trevisan pela orientação e compreensão.

*“Só se preserva aquilo que se ama, só se ama aquilo que se conhece.”*

(Aloísio Magalhães)

## RESUMO

### PLANO DE PRESERVAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE ANGRA DOS REIS E SUA APLICAÇÃO NA RUA DO COMÉRCIO

Rafael Nascimento de Azevedo

Orientadora: Prof. Dra. Fabiola do Valle Zonno

Resumo da Dissertação de Mestrado Profissional em Projeto e Patrimônio submetida ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Projeto e Patrimônio.

A preservação dos denominados Sítios Históricos Urbanos - SHU representa um importante avanço no âmbito das políticas relacionadas à proteção do patrimônio cultural. O reconhecimento do valor destas áreas como repositórios da memória social e referências dos períodos e transformações pelos quais uma dada sociedade passou através da conservação das relações entre os espaços livres públicos, constituídos pelas vias e praças, e o conjunto edificado - sua forma urbana - são as justificativas para a sua preservação. Com seus mais de 400 anos de ocupação, o Centro Histórico de Angra dos Reis, ainda conserva através de sua malha viária, padrão de parcelamento, praças e conjunto edificado, uma ambiência histórica que suscita ações visando sua preservação em virtude de um processo de descaracterização e desvalorização cultural iniciado a partir da década de 1950 que ganhou força a partir da revogação de um Decreto Municipal de preservação de imóveis da região. A presente Dissertação propõe como principal ação visando à preservação da região, a elaboração de um Plano de Preservação para o Centro Histórico de Angra dos Reis, instrumento de caráter multidisciplinar e participativo, a ser elaborado a partir de uma metodologia proposta neste trabalho, fundamentada a partir de importantes documentos referenciais e planos antecedentes realizados no Brasil. Visando apresentar a viabilidade do método proposto, é realizada sua aplicação sobre uma área constituída pela Rua do Comércio e praças adjacentes (Praça General Osório, Codrato de Vilhena e Silvestre Travassos) onde são apresentadas ações para identificação e preservação do patrimônio cultural urbano ali presente através de uma série de levantamentos, leituras (diagnóstico) e propostas físicas e normativas. Têm-se como expectativa que este trabalho sirva como um instrumento para que o poder público municipal e a população angrense possam adotar na agenda do desenvolvimento urbano de Angra dos Reis a preservação de seu patrimônio cultural, principalmente seu Centro Histórico, área urbana que ainda conserva através de elementos com a forma urbana e exemplares de linguagens históricas da arquitetura, uma importante parcela da história urbana deste município com mais de 500 anos que precisa ser preliminarmente “reconhecida” como um bem de valor cultural para que sua preservação seja garantida.

Palavras-chave: Centro Histórico de Angra dos Reis; Plano de Preservação; Patrimônio Cultural.

Rio de Janeiro  
2015

## ABSTRACT

### PRESERVATION PLAN OF HISTORY OF KINGS CREEK CENTER AND ITS APPLICATION IN COMMERCE STREET

Rafael Nascimento de Azevedo

Advisor: Prof. Dra. Fabiola do Valle Zonno

Abstract da Dissertação de Mestrado Profissional em Projeto e Patrimônio submetida ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Projeto e Patrimônio.

Preservation of Historical Sites called Urban - HUS represents an important advance in the policy related to the protection of cultural heritage. Recognition of the value of these areas as repositories of social memory and references periods and transformations by which a given society passed through the conservation of relations between the public open spaces, made up of the roads and squares, and built together - its urban form - are the reasons for its preservation. With its over 400 years of occupation, the Creek Historic Centre of Kings, still retains through its road network, standard installment, squares and built together a historic ambience which raises actions to its preservation as a result of a process of adulteration and cultural devaluation started from the 1950s that gained strength from the repeal of a municipal decree preservation properties in the area. This Thesis proposes main action aiming at the preservation of the region, the development of a Conservation Plan for Angra Historic Centre of Kings, multidisciplinary and participatory nature of instrument to be elaborated based on a methodology proposed in this work, based on from important references and background documents plans carried out in Brazil. In order to present the feasibility of the proposed method is carried their application on an area formed by the adjacent Trade Street and squares (Praça General Osório, Codrato Vilhena and Silvestre Travassos) which outlines actions for identification and preservation of urban cultural heritage present there through a series of surveys, readings (diagnosis) and physical and regulatory proposals. Have been as expected that this work will serve as a tool for the municipal government and Angrense population can adopt the agenda of the urban development of Angra dos Reis the preservation of their cultural heritage, especially its historical center, urban area that still retains through elements with urban form and copies of historical languages of architecture, an important part of the urban history of this municipality with more than 500 years that needs to be preliminarily "recognized" as a property of cultural value so that its preservation is guaranteed.

Keywords: Angra dos Reis History Center; Preservation plan; Cultural heritage.

## SUMÁRIO

<b>SUMÁRIO.....</b>	<b>ix</b>
<b>LISTAS DE ILUSTRAÇÕES.....</b>	<b>x</b>
<b>LISTA DE ANEXOS .....</b>	<b>xv</b>
<b>LISTA DE APÊNDICES.....</b>	<b>xv</b>
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>17</b>
<b>CAPÍTULO 1 – ANGRA DOS REIS E SEU CENTRO HISTÓRICO.....</b>	<b>23</b>
1.1- O município de Angra dos Reis: Caracterização físico-social .....	24
1.2- Patrimônio Cultural de Angra dos Reis/RJ .....	27
1.3- O Centro histórico de Angra dos Reis.....	32
<b>CAPÍTULO 2 - O CENTRO HISTÓRICO DE ANGRA DOS REIS A PARTIR DOS DEBATES SOBRE A PRESERVAÇÃO DE SÍTIOS HISTÓRICOS URBANOS.....</b>	<b>59</b>
2.1- O processo de consolidação do Patrimônio cultural urbano.....	59
2.2- Cartas patrimoniais e o patrimônio cultural urbano .....	65
2.3- A problemática dos centros históricos latino-americanos.....	69
2.4 – A preservação do Patrimônio cultural urbano no Brasil .....	70
2.5- Crítica sobre a atual conjuntura do Centro Histórico de Angra dos Reis: diagnóstico e estratégias para sua preservação. ....	74
<b>CAPÍTULO 3 – DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DE PRESERVAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE ANGRA DOS REIS/RJ.....</b>	<b>84</b>
3.1 - Planos de preservação: conceituação .....	84
3.2 – Referências de planos visando à preservação de centros históricos.....	88
3.3 – A construção de um método .....	100
3.4 - Diretrizes para a elaboração do Plano de Preservação do Centro Histórico de Angra dos Reis/RJ (PPCHAR) .....	107
<b>CAPÍTULO 4 – RUA DO COMÉRCIO: APLICAÇÃO DA METODOLOGIA PROPOSTA..</b>	<b>123</b>
4.1 - Levantamento e sistematização dos dados / Diagnóstico .....	124
4.2 – Plano de ações visando à preservação e a valorização do Patrimônio Cultural Urbano da Rua do Comércio e Praças Adjacentes.....	169
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>190</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>193</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>199</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>204</b>

## LISTAS DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Mapas de localização e Território. Fonte: Wikipedia e IBGE, 2015.....	24
Figura 2 - Relevo da região central de Angra dos Reis. Fonte: Google Earth, 2015. ....	25
Figura 3 - Vista de Mata Atlântica na faixa continental de Angra dos Reis e da Praia de Lopes Mendes localizada na Ilha Grande. Fonte: Jornal O Globo, 2015.....	27
Figura 4 - Igreja de Nossa Senhora da Lapa e Boa Morte e Igreja do Senhor do Bonfim. Fonte: Mapa de Cultura do Rio de Janeiro.....	28
Figura 5 - Vista panorâmica da Vila Histórica de Mambucaba. Fonte: www.mambuarte.com.br. ....	30
Figura 6 - Ruínas do Engenho do Bracuhy. Fonte: fradeonline.blogspot.com.....	30
Figura 7 - Aqueduto e ruínas do Lazareto localizados na Vila do Abraão. Fonte: Tripadvisor .....	31
Figura 8 - Limites da ZECHAR sobre imagem de satélite Google Earth. Fonte: Google Earth, 2015. ....	32
Figura 9 - Corte Esquemático Centro Histórico. Fonte: Representação produzida pelo autor, 2015. ....	33
Figura 10 - Igreja de Santa Luzia, Igreja e Convento de Nossa Senhora do Carmo e Convento São Bernadino de Sena. Fonte: Arquivo do autor, 2014. ....	37
Figura 11 - Mapa do Centro Histórico de Angra em 1858. Fonte: Prefeitura Municipal de Angra dos Reis. ....	38
Figura 12 - Edificações da Rua do Comércio no início do Século XX. Fonte: Prefeitura Municipal de Angra dos Reis. ....	39
Figura 13 - Mapa do Centro Histórico de Angra em 1917. Fonte: Prefeitura Municipal de Angra dos Reis. ....	39
Figura 14 - Sobrados Rua Professor Lima, Casa de Cultura e Casa Laranjeiras. Fonte: Arquivo do autor, 2014.....	40
Figura 15 - Edificação que se localizava na Rua do Comércio nº314 e a Pensão da Maria localizada na Rua Arcebispo Santos. Fonte: Prefeitura Municipal de Angra dos Reis e Arquivo do autor, 2014.....	41
Figura 16 - Mercado Redondo. Fonte: Prefeitura Municipal de Angra dos Reis. ....	42
Figura 17 - Mapa do Centro Histórico de Angra em 1941. Fonte: Prefeitura Municipal de Angra dos Reis. ....	43
Figura 18 - Mapa do Centro Histórico de Angra em 1967. Fonte: Prefeitura Municipal de Angra dos Reis. ....	44

Figura 19 - Vista do fronte marítima do Centro Histórico à partir da Baía da Ilha Grande. Fonte: Wikipedia, 2014.....	45
Figura 20 - Quadro 1: Cronologia do Centro Histórico de Angra dos Reis/RJ. Fonte: Produzido pelo autor (Rafael Azevedo), 2015.....	46
Figura 21 - Vista da Rua do Comércio e Residência afastada das divisas na Rua Coronel Carvalho. Fonte: Arquivo do autor, 2014.....	47
Figura 22 - Edificações ecléticas à esquerda e colonial à direita. Fonte: Arquivo do autor, 2014. ....	48
Figura 23 - Quadro 2: Cronologia dos instrumentos de proteção do Centro Histórico de Angra dos Reis/RJ. Fonte: Produzido pelo autor (Rafael Azevedo), 2015. ....	57
Figura 24 - À esquerda, foto do conjunto da fachada do conjunto de edificações em 2009. A direita, registro da fachada "colonial" paralela as fachadas existentes. Fonte: Arquivo do autor, 2014 e Mapa de Cultura do RJ. ....	78
Figura 25 - À esquerda, foto da fachada lateral da Casa Laranjeiras e edificação vizinha na década de 1940. A direita, registro da edificação construída em 2009. Fonte: Prefeitura Municipal de Angra dos Reis e Arquivo do autor, 2014.....	78
Figura 26 - Edificação nº16/20 da Praça General Osório em 2009 e 2015. Fonte: Arquivo do autor, 2015. ....	79
Figura 27 - Edificação nº134 da Rua Pereira Peixoto na década de 1940 e 2015. Fonte: Prefeitura Municipal de Angra dos Reis e Arquivo do autor, 2015.....	79
Figura 28 - Entorno da Praça Silvestre Travassos. Fonte: Google Street View, 2015.....	80
Figura 29 - Edificação bloqueando importante perspectiva do Convento São Bernadino de Sena. Fonte: Arquivo do autor, 2015. ....	81
Figura 30 - Edificação nº196 da Rua do Comércio e Casa de Cultura de Angra dos Reis. Fonte: Arquivo do autor, 2015.....	81
Figura 31 - Toldo em policarbonato, aparelhos de ar-condicionado e elementos de publicidade nas fachadas do Centro Histórico. Fonte: Arquivo do autor, 2014.....	82
Figura 32 - Fotografia de um trecho da Rua do Comércio na década de 1920 apresentando a pavimentação e pedras irregulares e foto atual mostrando a preservação de uma faixa do passeio. Fonte: Prefeitura Municipal de Angra dos Reis e Arquivo do autor, 2015. ....	128
Figura 33 - Edificações características do período colonial conservadas na Rua do Comércio. Fonte: Arquivo do autor, 2015.....	129
Figura 34 - Sistema construtivo em pedra argamassada nas fachadas de edificações da Rua do Comércio. Fonte: Arquivo do autor, 2015.....	129
Figura 35 - Trecho da Rua do Comércio entre a Rua Raul Pompéia e Rua Pereira Peixoto em 1958. Fonte IBGE, 2015. ....	130

Figura 36 - Edificações nº318 e 170 da Rua do Comércio em 1960. Fonte: Prefeitura Municipal de Angra dos Reis e IBGE .....	131
Figura 37 - Edificações ecléticas nº 22, 30 e 36 da Rua do Comércio. Fonte: Arquivo do autor, 2015. ....	131
Figura 38 - Edificações neocoloniais: à esquerda edificação nº 267/269 já demolida (década de 1940) e nº 199 ainda conservada. Fonte: Prefeitura Municipal de Angra dos Reis e Arquivo do autor, 2015.....	132
Figura 39 – Edificações Art Déco da Rua do Comércio. Fonte: Arquivo do autor, 2015.....	132
Figura 40 - Edificações modernas: edificação nº 239 e 338. Fonte: Arquivo do autor, 2015. ....	133
Figura 41 - Arquitetura vernacular na Rua do Comércio: edificações nº251 e nº 313/317. Fonte: Arquivo do autor, 2015.....	134
Figura 42 - Estudo para implantação dos toldos em policarbonato (2004) e foto recente de um trecho da Rua do Comércio que apresenta as transformações do início do século XXI. Fonte: Prefeitura Municipal de Angra dos Reis e Arquivo do autor, 2015.....	135
Figura 43 - Praça General Osório na década de 1930. Fonte: Prefeitura Municipal de Angra dos Reis.....	136
Figura 44 - Planta esquemática: Praça General Osório. Fonte: Representação produzida pelo autor, 2015.....	136
Figura 45 - Fotos da Praça General Osório. Fonte: Fotos Octavio Aldea (Panoramio), 2015. ....	137
Figura 46 - Edificações do período colonial no entorno da Praça General Osório. Fonte: Arquivo do autor, 2015.....	138
Figura 47 - Edificação nº 100 da Praça General Osório. Fonte: Arquivo do autor, 2015. ...	138
Figura 48 - Fotografia da Praça Codrato de Vilhena em 1930. Fonte: IHGB.....	139
Figura 49 - Edificação nº 239 da Rua do Comércio e nº149 da Rua Raul Pompéia. Fonte: Arquivo do autor, 2015.....	140
Figura 50 - Praça Codrato de Vilhena. Fonte: Arquivo do autor, 2015. ....	140
Figura 51 - Fotografia da Praça Silvestre Travassos em 1930. Fonte: IHGB .....	141
Figura 52 - Fotografia da Praça Silvestre Travassos na década de 1990. Fonte: Arquivo do autor, 2015. ....	141
Figura 53 - Praça Silvestre Travassos. Fonte: Arquivo do autor, 2015.....	142
Figura 54 - Plantas mostrando a evolução da Praça Silvestre Travassos. Fonte: Representação produzida pelo autor, 2015. ....	142

Figura 55 - Edificações nº 272 e 297 da Rua do Comércio. Fonte: Arquivo do autor, 2015. .....	143
Figura 56 - Forma urbana: traçado viário e padrão de parcelamento. Fonte: Representação produzida pelo autor, 2015. ....	150
Figura 57 - Detalhe do portão do cemitério da Igreja Matriz e foto da fachada da Igreja na década de 1930. Fonte: Prefeitura Municipal de Angra dos Reis e Arquivo do autor, 2015. .....	151
Figura 58 - Edificações tombadas pelo IPHAN. Fonte: Arquivo do autor, 2015.....	154
Figura 59 - Linguagens históricas na área de estudo: edificação colonial, eclética, Art Déco e moderna. Fonte: Arquivo do autor, 2015.....	154
Figura 60 - Elementos de composição preservados no conjunto edificado: relação de cheios e vazios, ritmo, gabarito. Fonte: Representação produzida pelo autor, 2015. ....	154
Figura 61 - Tapetes coloridos da Festa de Corpus Christi e carnaval na Praça Silvestre Travassos. Fonte: Prefeitura Municipal de Angra dos Reis, 2012.....	157
Figura 62 - Monumentos da área de estudo: estátua do Sagrado Coração de Jesus, estátua do comerciante Angrense Jorge Elias Miguel, chafariz da saudade e chafariz Marquês de Herval. Fonte: Arquivo do autor, 2015. ....	159
Figura 63 - Exemplos de veículos de publicidade desproporcionais em edificações da área de estudo. Fonte: Arquivo do autor, 2015. ....	161
Figura 64 - Exemplo de placa de sinalização de ruas e sinalização turística. Fonte: Arquivo do autor, 2015.....	161
Figura 65 - Estudo Rua do Comércio e Praça Silvestre Travassos. Fonte: Prefeitura Municipal de Angra dos Reis, 2015.....	166
Figura 66 - Proposta de implantação de toldos para Iguapé/SP e toldos em edificação comercial em Corumbá/MS. Fonte: IPHAN, 2010 e Prefeitura de Corumbá, 2013.....	172
Figura 67 - Orientações para instalação de aparelhos de ar-condicionado na área de estudo. Representação produzida pelo autor, 2015. ....	173
Figura 68 - Orientações para instalação de letreiros na área de estudo. Representação produzida pelo autor, 2015. ....	175
Figura 69 – Trabalhos de arqueologia na Rua Rio Branco, Rio de Janeiro/RJ. Fonte: Jornal O Globo, 2015. ....	179
Figura 70 - Projeto de requalificação da Rua do Comércio: nova pavimentação e usos. Representação produzida pelo autor, 2015. ....	180
Figura 71 – Rua do Rosário (Pirenópolis/GO) e Rua do Ouvidor (Rio de Janeiro/RJ): Exemplos de apropriação da Rua do Comércio no período noturno e feriados. Fonte: viagem.uol.com.br, 2015.....	180

Figura 72 – Exemplos de mobiliário urbano de design semelhante aos elementos propostos. Fonte: <a href="http://www.nietosobejano.com">www.nietosobejano.com</a> e <a href="http://www.ietadesign.pt">www.ietadesign.pt</a> , 2015.....	181
Figura 73 - Proposta de sinalização de ruas. Arquivo do autor, 2015. ....	182
Figura 74 – Sinalização Museu Municipal Amadeu de Souza Cardoso (Amarante, Portugal) e Praça Sá da Bandeira (Santarém, Portugal). Fonte: <a href="http://www.ietadesign.pt">www.ietadesign.pt</a> , 2015.....	183
Figura 75 – Sinalização Praça Tiradentes em Ouro Preto/MG e Placas do Patrimônio Cultural Carioca no Rio de Janeiro/RJ. Fonte: <a href="http://www.jornalvozativa.com">www.jornalvozativa.com</a> e <i>Jornal O Globo</i> , 2015. ....	183
Figura 76 - Proposta de logotipo para Plano de Preservação. Representação produzida pelo autor, 2015. ....	184
Figura 77 - Revitalização da Rua Vidal Ramos (antes e depois). Fonte: <a href="http://vidalramosopenshopping.com">vidalramosopenshopping.com</a> .....	185
Figura 78 - Revitalização da Rua Vidal Ramos (eventos). Fonte: <a href="http://www.vidalramosopenshopping.com">www.vidalramosopenshopping.com</a> .....	186
Figura 79 - Localização e recorte de foto (meados do século XX) mostrando a edificação hoje demolida. Fonte: Arquivo do autor (Rafael Azevedo) e Site Angranews.....	187
Figura 80 - Simulação de fachada 01. Representação produzida pelo autor (Rafael Azevedo) 2015. ....	188
Figura 81 – Simulação de fachada 02. Representação produzida pelo autor (Rafael Azevedo) 2015.....	188

## **LISTA DE ANEXOS**

ANEXO A – Mapa do Centro Histórico de Angra dos Reis em 1858.

ANEXO B – Mapa do Centro Histórico de Angra dos Reis em 1917.

ANEXO C – Mapa do Centro Histórico de Angra dos Reis em 1941.

ANEXO D – Mapa do Centro Histórico de Angra dos Reis em 1967.

ANEXO E – Mapa gabaritos máximos permitidos pelo IPHAN.

## **LISTA DE APÊNDICES**

APÊNDICE A – Mapa do Município de Angra dos Reis.

APÊNDICE B – Mapa contendo os limites da ZECHAR.

APÊNDICE C – Croqui representando a evolução do conjunto edificado de Angra dos Reis.

APÊNDICE D – Mapa dos bens tombados e preservados no Centro Histórico de Angra dos Reis.

APÊNDICE E – Relação de bens tombados e preservados no Centro Histórico de Angra dos Reis.

APÊNDICE F – Mapa da área de intervenção: Rua do Comércio e Praças adjacentes.

APÊNDICE G – Planta de situação Rua do Comércio e Praças adjacentes.

APÊNDICE HA – Registros fotográficos décadas de 1940 a 1980.

APÊNDICE HB – Pesquisa Histórica: Evolução urbana (Séculos XVII - XVIII)

APÊNDICE HC– Pesquisa Histórica: Evolução urbana (Século XIX)

APÊNDICE HD– Pesquisa Histórica: Evolução urbana (Séculos XX - XXI)

APÊNDICE I – Mapa de uso do solo

APÊNDICE JA – Parcelamento e ocupação do solo: Mapa de ocupação dos lotes

APÊNDICE JB – Parcelamento e ocupação do solo: Mapa de gabarito

APÊNDICE KA – Tipologias do conjunto edificado: Linguagens históricas

APÊNDICE KB – Tipologias do conjunto edificado: Coberturas

APÊNDICE KC – Tipologias do conjunto edificado: Estado de conservação

APÊNDICE L – Mapa de pavimentação

- APÊNDICE M – Mapa sistema viário e transportes
- APÊNDICE N – Mapa de monumentos (estatuário) e mobiliário urbano
- APÊNDICE O – Mapa de proporcionalidade dos veículos de publicidade (letreiros e banners)
- APÊNDICE P – Mapa de sinalização
- APÊNDICE Q – Mapa de toldos e marquises
- APÊNDICE R – Mapa de equipamentos mecânicos
- APÊNDICE S – Mapa de proteção do patrimônio cultural
- APÊNDICE T – Mapa de gabaritos IPHAN (Estudo Lia Motta 1981)
- APÊNDICE UA – Levantamento perceptivo: Mapa demarcando percurso, estações e marcos visuais
- APÊNDICE UB – Levantamento perceptivo: Gráfico das estações e marcos visuais
- APÊNDICE V – Modelo Ficha de identificação
- APÊNDICE Y – Elevação: Desenho síntese do Levantamento
- APÊNDICE Z – Tabela com os percentuais da etapa levantamento
- APÊNDICE AA – Proposta 01: Revisão dos parâmetros urbanísticos exigidos dentro da ZECHAR
- APÊNDICE AB – Proposta 02: Localização dos bens passíveis de proteção (mapa)
- APÊNDICE AC – Proposta 02: Localização dos bens passíveis de proteção (relação de bens, elevações e fotografias)
- APÊNDICE AD1 – Ficha de identificação 01: Praça General Osório
- APÊNDICE AD2 – Ficha de identificação 02: Praça Codrato de Vilhena
- APÊNDICE AD3 – Ficha de identificação 03: Praça Silvestre Travassos
- APÊNDICE AD4 – Ficha de identificação 04: Edificação nº272 da Rua do Comércio
- APÊNDICE AD5 – Ficha de identificação 05: Edificação nº239 da Rua do Comércio

## INTRODUÇÃO

A preservação dos denominados Sítios Históricos Urbanos – SHU (Carta de Petrópolis apud CURY, 2001) representa um importante avanço no âmbito das políticas relacionadas à proteção do patrimônio cultural. O reconhecimento do valor destas áreas como repositórios da memória social e referências dos períodos e transformações pelos quais uma dada sociedade passou através da conservação das relações entre os espaços livres públicos, constituídos pelas vias, praças e o conjunto edificado - sua forma urbana - são as justificativas para a sua preservação. Nos Centros Históricos, núcleos urbanos mais antigos das cidades, essa dimensão temporal e evolutiva se faz ainda mais presente a partir das permanências de aspectos físicos e sociais que passam a assumir um valor simbólico derivado das experiências coletivas - o núcleo urbano passa a constituir-se como um elemento de identidade e memória.

Apesar da reconhecida importância cultural destes sítios, a associação entre sua preservação e as visões contemporâneas sobre o espaço construído, principalmente as relacionadas às pressões inerentes ao valor do solo urbano, nem sempre é garantida devido a dificuldades como a falta da incorporação de planos e projetos de preservação do patrimônio cultural ao planejamento urbano dos municípios - a falta da denominada conservação integrada (Declaração de Amsterdã apud CURY, 2001) - e principalmente a falta de afetividade por parte da população, que não reconhece os valores culturais presentes nos núcleos urbanos que habita.

Em diversas metrópoles da América Latina essas dificuldades tendem a aumentar a partir dos problemas de caráter social como o déficit habitacional, materializando-se através das ocupações indiscriminadas das áreas centrais de valor cultural das metrópoles, gerando processos nocivos tanto a estas comunidades, como a falta de salubridade das habitações, como para o patrimônio cultural ali presente por meio de ações arbitrárias sobre os bens edificados, gerando perdas irreversíveis.

No Brasil, a proteção dos Sítios Históricos Urbanos, terminologia associada aos núcleos urbanos de valor cultural onde se incluem cidades históricas, centros históricos e núcleos urbanos - tem início concomitante com a própria criação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)<sup>1</sup>, através dos tombamentos das cidades mineiras de

---

<sup>1</sup> A autarquia federal hoje denominada IPHAN foi criada em 1937 como Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) recebendo outras denominações no decorrer de sua trajetória. Para evitar o uso de

Diamantina/MG e Ouro Preto/MG em 1938, com esta última assumindo grande destaque na história da preservação de bens culturais no Brasil ao ter sido declarada Monumento Nacional em 1933 e posteriormente declarada Patrimônio Mundial pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) em 1980, sendo o primeiro bem cultural brasileiro inscrito na Lista do Patrimônio Mundial (UNESCO, 2015). Apesar da reconhecida importância destas ações pioneiras de proteção, os critérios utilizados para a identificação e seleção dos bens a serem protegidos eram regidos por predileções estético-estilísticas - com inicial exaltação da arquitetura colonial como um elemento de identidade nacional e posterior integração de linguagens históricas como o eclético, *Art Déco* e o Modernismo - além de parâmetros como monumentalidade, excepcionalidade e homogeneidade no conjunto edificado, método de seleção de bens culturais que se disseminou pelo país através dos órgãos de proteção do patrimônio cultural no âmbito estadual e municipal.

Nesta restrita visão patrimonial, o patrimônio cultural urbano a ser protegido nas cidades brasileiras limitou-se ao somatório de bens ditos “excepcionais”, ou de determinada filiação estilística, desconsiderando importantes evoluções conceituais no cenário internacional inscritas nas Cartas Patrimoniais relativas à preservação de sítios históricos urbanos como a *Declaração de Nairóbi* (1976) que exalta a preservação da ambiência que seria segundo este documento “o quadro natural ou construído que influi na percepção estática ou dinâmica desses conjuntos, o a eles se vincula de maneira imediata no espaço, ou por laços sociais, econômicos ou culturais (apud CURY, 2001), além da *Carta de Washington* (1986) que relaciona quais seriam os elementos a serem preservados nestas áreas como “a forma urbana definida pelo traçado e pelo parcelamento; as relações entre os diversos espaços urbanos, espaços construídos, espaços abertos e espaços verdes e a forma e o aspecto das edificações (interior e exterior) tais como são definidos por sua estrutura, volume, estilo, escala, materiais, cor e decoração; as relações da cidade com seu entorno natural ou criado pelo homem e as diversas vocações das cidades adquiridas ao longo de sua história. (apud CURY, 2001).

Inserida no debate sobre a valorização dos sítios históricos urbanos, a Dissertação apresentada a seguir abordará o Centro Histórico do município de Angra dos Reis/RJ, área com mais de 400 anos de ocupação, que apesar do processo de descaracterização de seu

---

diversas denominações aplicadas a um mesmo órgão, será adotado neste trabalho o termo IPHAN como referência a todos os trabalhos produzidos nesta instituição.

conjunto edificado de valor cultural iniciado a partir da segunda metade do século XX, ainda conserva nas relações entre suas ruas, praças e o conjunto edificado - sua forma urbana - uma importante parcela do patrimônio cultural urbano do município que deve ser protegida contra as ações nocivas à sua conservação.

Angra dos Reis/RJ é reconhecida mundialmente pelas inúmeras belezas naturais encontradas no seu sítio. Localizada no sul do estado do Rio de Janeiro, numa região conhecida como Costa Verde, possui uma densa área de Mata Atlântica, além de praias, cachoeiras e mais de 365 ilhas, verdadeiros cartões postais deste que é um dos mais procurados destinos turísticos do país. Esta Angra, que por vezes serve de fundo para produções cinematográficas e estampa capas de revistas, apresenta em seu território um cenário de desigualdade social presente em diversas cidades do país. Com uma expressiva área de seu território sendo ocupada por grandes condomínios e complexos turísticos, principalmente sua faixa litorânea, grande parte de sua população ocupa áreas de risco como os morros e encostas devido à escassez de planícies, sendo a maioria destas áreas protegidas através de Áreas de Proteção Ambiental (APAS), situação com impactos diretos sobre a paisagem urbana de seu Centro Histórico.

Além das belezas naturais, recursos hoje explorados através das atividades turísticas, Angra dos Reis também se destaca na história do país sendo um dos seus mais antigos núcleos urbanos, com registros de fundação no século XVI. O município foi palco dos principais ciclos econômicos do país como o período de extração do ouro, o cultivo da cana-de-açúcar e o café, sendo uma das principais áreas de escoamento desses produtos através do seu porto. Sua história urbana é marcada por períodos de desenvolvimento e estagnação econômica com rebatimento direto sobre a paisagem urbana do Centro Histórico, tendo como resultados as transformações e conservações observadas em seu sítio atual.

A estrutura urbana de seu Centro Histórico tem início a partir do século XVII onde sua malha viária, formada por vias paralelas à orla e conexões perpendiculares, é iniciada. Com relação ao seu conjunto edificado, as riquezas provenientes da economia cafeeira trouxeram importantes transformações a partir do século XIX. A Rua Direita (atual Rua do Comércio), que abrigava edificações térreas com características da arquitetura civil do período colonial, passará a ter fachadas com grande trabalho de ornamentação, representando o poderio econômico de seus proprietários, além da elevação de gabarito criando diversos sobrados. Neste período também são iniciadas as obras de aterro na orla marítima. Até a segunda metade do século XX a paisagem urbana de Angra dos Reis era composta por edificações das mais diversas linguagens históricas como o colonial, eclético

e o *Art Déco* com tipologias variadas, formando um conjunto edificado de caráter heterogêneo, mas de grande harmonia.

A partir da década de 1950, os estudos do IPHAN visando tombamento do Conjunto Arquitetônico de Paraty pelo IPHAN (1958) terão reflexo direto sobre a paisagem urbana do Centro Histórico de Angra dos Reis. As ações preservacionistas no município vizinho foram encaradas pela elite dominante como uma ameaça ao progresso de Angra dos Reis, fazendo com que incentivassem, com o apoio do poder público municipal, um processo de descaracterização do conjunto edificado do Centro Histórico para que fossem erguidas novas edificações, gerando assim perdas de conjuntos arquitetônicos e exemplares de grande valor artístico.

Os bens protegidos desse verdadeiro processo de destruição foram as edificações e monumentos tombados pelo IPHAN - representadas em sua grande maioria Igrejas e Conventos – pelo Estado após estudos do Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC), além dos bens preservados pelo Decreto Municipal 431/93 até sua revogação em 2008. Com relação às edificações protegidas pelo Estado, os movimentos populares de Angra tiveram uma singular participação no processo de tombamento. A iniciativa para a proteção desses bens partiu da própria população através de um movimento popular formado por grupos teatrais, organizações de proteção ambiental, jornalistas e políticos que encaminharam um abaixo assinado com mais de 800 assinaturas solicitando o tombamento de mais 30 imóveis. Após o tombamento provisório, 18 dessas edificações tiveram sua proteção oficializada no final da década de 1980.

Apesar dessas importantes ações em prol da preservação do patrimônio cultural do município, a gestão municipal vem encontrando dificuldades na utilização de instrumentos visando sua proteção, gerando um preocupante quadro de arbitrariedade com relação às intervenções em bens de valor cultural. Em 2008, foi criada uma lei que a princípio serviria de apoio para as ações de preservação do Centro de Angra dos Reis, mas que logo se constituiu como um ameaça à salvaguarda desse patrimônio. A Lei municipal nº 2021/2008, que dispõe sobre a preservação de bens imóveis e a respectiva isenção de imposto predial e territorial urbano (IPTU), estabeleceu a concessão deste benefício para os imóveis tombados, preservados e situados no entorno do Centro Histórico, Vila Histórica de Mambucaba e Vila do Abraão na Ilha Grande que preservassem suas fachadas. No final deste mesmo ano foi produzido o Decreto municipal nº6213/2008 que normatizou os procedimentos para a obtenção desta isenção fiscal.

Após a aprovação do Decreto nº6213/2008 o que se seguiu foi um completo contrassenso com relação às ações pretendidas de incentivo à preservação. O citado instrumento, que revogou o Decreto nº431/93 e sua relação de bens preservados, trouxe como definição que “os imóveis somente serão considerados preservados, conservados e tombados, depois de comprovada a inscrição nos respectivos livros-tombos.” (ANGRA DOS REIS, 2008). Como o município de Angra dos Reis não possui qualquer livro do tomo, os mais de 100 imóveis preservados pelo município através do revogado decreto deixaram de ser protegidos.

Entre 2008 e 2009 a Gerência de Planejamento Territorial da Prefeitura Municipal de Angra dos Reis (SMA/GPT) produziu um trabalho de revisão da relação de imóveis do decreto 431/93 visando a verificação das edificações que ainda conservavam as características que motivaram sua preservação. Este trabalho produziu uma relação de imóveis atualizada que a princípio seria anexada ao Decreto nº6213/2008, fato este que nunca aconteceu.

Este cenário de “desproteção” vem permitindo a descaracterização de diversas edificações de valor cultural, num processo contínuo que estabelece um prognóstico de grandes perdas desses registros do processo de ocupação do Centro Histórico de Angra dos Reis ao longo dos tempos.

Diante dessa conjuntura, o trabalho intitulado **Plano de Preservação do Centro Histórico de Angra dos Reis e sua aplicação na Rua do Comércio** tem como principal objetivo apresentar uma metodologia para elaboração de um Plano de Preservação para o Centro Histórico de Angra dos Reis, demonstrando sua viabilidade ao aplicá-lo sobre uma área constituída pela Rua do Comércio e praças adjacentes (Praça General Osório, Codrato de Vilhena e Silvestre Travassos), apresentando ações para identificação e preservação do patrimônio cultural urbano ali presente.

Tal proposta justifica-se pela necessidade de elaboração de estratégias e ações que garantam a preservação e a valorização do patrimônio cultural urbano do Centro Histórico de Angra dos Reis diante de um processo de descaracterização de seu conjunto edificado que vem ocorrendo desde a década de 1950, evitando assim a perda de importantes bens de valor cultural através de ações mal orientadas.

Além do objetivo já apresentado, também se almeja através desta Dissertação: fomentar o debate sobre a preservação do patrimônio cultural urbano no município; propor uma metodologia para identificação e seleção dos bens de valor cultural; fomentar a

integração das políticas patrimoniais no planejamento urbano do município; incentivar a requalificação da paisagem urbana do Centro Histórico como um elemento integrado ao processo de significação cultural proposto para a região além de colaborar para o fortalecimento do turismo cultural no município.

A elaboração do trabalho teve início com uma revisão teórica-conceitual correlata ao debate sobre a preservação de sítios históricos urbanos, abordando temas como definições contemporâneas sobre patrimônio cultural e centros históricos, além dos debates nacionais e internacionais através das contribuições europeias, principalmente as sínteses desses debates constantes nas Cartas Patrimoniais, as contribuições latino-americanas buscando uma maior aproximação com nossa conjuntura socioeconômica, além das nacionais através da atuação dos principais órgãos de proteção como o IPHAN.

Outra ação importante foi a definição do recorte para aplicação da metodologia proposta, sendo definida a área compreendida pela Rua do Comércio e praças adjacentes, opção justificada pela representatividade desta via para o município como um todo, sendo suporte de importantes manifestações culturais como as festas religiosas e o carnaval de rua, além de concentrar um grande número de bens de valor cultural, identificados através de tombamentos, leis e estudos de preservação.

Após esta definição foi realizada uma etapa de levantamento e sistematização de dados sobre a área de estudo que teve como passo inicial a coleta de dados como bases cartográficas, legislação urbanística e patrimonial além de planos e projetos elaborados para a área na SMA/GPT. O material cartográfico coletado foi atualizado através de levantamentos de campo e imagens de satélite Google Earth (2009) gerando uma base planimétrica da região que serviu de suporte para a realização de diversos levantamentos além da representação dos dados obtidos. Outro importante instrumento utilizado na etapa de levantamento foi a produção de perfis de todo o conjunto edificado da região representando suas fachadas esquematicamente, elemento que permitiu uma visão de conjunto de toda a área analisada, facilitando assim importantes análises como as relações de cheios e vazios, gabarito e linhas de força do conjunto edificado.

Visando a construção de uma visão abrangente sobre a área de estudo (diagnóstico) foram levantados dados através de pesquisa bibliográfica, documental, cartográfica, fotográfica, iconográfica, e levantamentos de campo sobre temas como sua história urbana (pesquisa histórica); usos e apropriações, padrões de ocupação do solo (taxa de ocupação, gabarito, alinhamentos); legislações urbanística e patrimonial; estudos e instrumentos de proteção do patrimônio cultural; manifestações culturais; sistema viário; veículos de publicidade dentre outros.

A etapa final consistiu na elaboração das propostas visando à identificação e preservação do patrimônio cultural da área de estudo através da análise do diagnóstico produzido na etapa anterior em conjunto com o aporte teórico apresentado ao longo do trabalho. Para sua apresentação foram utilizados instrumentos como mapas temáticos, tabelas, fotografias, textos, desenhos e perspectivas que possibilitem o entendimento das propostas desenvolvidas.

O trabalho estrutura-se da seguinte forma: o capítulo 1 destina-se a apresentação do município de Angra dos Reis com enfoque na problemática envolvendo a preservação do seu Centro Histórico; o capítulo 2 dedica-se a apresentar um breve histórico sobre o debate internacional sobre a proteção de sítios históricos urbanos com início no continente Europeu passando pela América Latino-americana e Brasil, além de apresentar uma visão crítica da situação atual do Centro Histórico de Angra a partir destas contribuições; no capítulo 3 são apresentadas a metodologia e as diretrizes para a elaboração do Plano de Preservação do Centro Histórico de Angra dos Reis além da apresentação das principais referências metodológicas; no Capítulo 4 aplica-se toda a metodologia apresentada no capítulo anterior na área intitulada como Rua do Comércio e Praças Adjacentes através de análises e da proposição de ações visando à identificação e preservação dos elementos que ainda configuram a ambiência histórica desta região.

Têm-se como expectativa que este trabalho sirva como um instrumento para que o poder público municipal e a população angrense possam adotar na agenda do desenvolvimento urbano de Angra dos Reis/RJ a preservação de seu patrimônio cultural, principalmente de seu Centro Histórico, área urbana que ainda conserva através de elementos com a forma urbana e exemplares de linguagens históricas da arquitetura, uma importante parcela da história urbana deste município com mais de 500 anos que precisa ser preliminarmente reconhecida e valorizada como um bem de valor cultural para que sua preservação seja garantida. Essas verdadeiras “permanências históricas”, marcas dos diversos períodos socioeconômicos pelos quais o município passou, são bens de uma Angra que todo Angrense, ou apaixonado por ela, tem o direito de conhecer, vivenciar e proteger.

## CAPÍTULO 1 – ANGRA DOS REIS E SEU CENTRO HISTÓRICO

### 1.1- O município de Angra dos Reis: Caracterização físico-social

Fundado em 1502, Angra dos Reis é um município que se localiza no sul do Estado do Rio de Janeiro, a uma distância de 157 km da capital Rio de Janeiro/RJ. Seu território abrange uma área de 825 km<sup>2</sup>, divididos em duas porções: continental e insular, onde se destaca a Ilha Grande com 187 km<sup>2</sup>. O Município faz limite a oeste com Paraty, a leste com Mangaratiba, a norte com o Estado de São Paulo através do município de Bananal, a nordeste com o município de Rio Claro e ao sul com o Oceano Atlântico. O acesso terrestre é realizado através da Rodovia Federal Governador Mário Covas (BR-101) que liga o Estado do Rio de Janeiro ao Estado de São Paulo com papel importante no processo de evolução urbana do município (Ver mapa do Município - APÊNDICE A).



Figura 1 - Mapas de localização e Território. Fonte: Wikipedia e IBGE, 2015.

Localizada na Baía da Ilha Grande, Angra possui um litoral extremamente recortado, cheio de reentrâncias naturais, de águas abrigadas, nas quais existem diversas enseadas, aproximadamente 365 ilhas e mais de 2000 praias, que vão desde Mambucaba, bairro que faz divisa com o município de Paraty, atravessando toda a costa até as praias da enseada de Itapinhoacanga, limite com o município de Mangaratiba/RJ. Seu relevo caracteriza-se pela proximidade da Serra do Mar com o oceano, formando uma costa rochosa recortada com diversas reentrâncias, pontões e poucas áreas planas favoráveis à ocupação urbana. Angra abriga parte do Parque Nacional da Serra da Bocaina, com trilhas e cachoeiras inseridas na vegetação típica de Mata Atlântica.

Segundo o último censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2010 o município conta 169.270 habitantes, com estimativa de 184.940 habitantes em 2014 (IBGE, 2015). Angra dos Reis manteve sua população estável em aproximadamente 18500 habitantes até a década de 1940. A partir da década de 1970, com o advento dos grandes empreendimentos industriais no município e abertura da BR 101, o

município passou por um notável crescimento populacional com um rebatimento sobre a ocupação territorial do município.

Devido à escassez de planícies litorâneas, o desenvolvimento dos núcleos urbanos se deu sobre as reduzidas áreas planas existentes ao longo da orla, ou através de obras como os aterramentos e a ocupação de áreas de proteção ambiental como as encostas, manguezais e margens de córregos e rios, áreas de ocupação perigosa devido aos diversos riscos provenientes da fragilidade desses solos a exemplo dos deslizamentos ocasionados pelas fortes chuvas características da região.



**Figura 2 - Relevo da região central de Angra dos Reis. Fonte: Google Earth, 2015.**

Angra dos Reis possui um modelo de ocupação caracterizado por grandes núcleos urbanos que ocupam as escassas planícies litorâneas presentes neste território. O município ficou por um longo período isolado, mantendo assim uma população eminentemente rural com pequenos núcleos urbanos como a região do bairro Centro e a Vila Histórica de Mambucaba. A partir da segunda metade do século XX, com as aberturas da Rodovia RJ 155, que liga Angra ao município de Barra Mansa, e principalmente, da Rodovia Rio-Santos BR 101 e a posterior instalação dos grandes empreendimentos industriais como as Usinas e o Estaleiro, o município passa a ter um exponencial crescimento populacional aumentando a mancha urbana nos núcleos já consolidados além de novos bairros próximos aos citados empreendimentos.

Os maiores núcleos populacionais do município são a área central formada pelos bairros Centro, Balneário e Morros, grande centro institucional e econômico do município; o bairro Japuíba localizado ao norte do centro; o bairro Jacuecanga que abriga o Estaleiro BrasFELLS localizado a leste; e os bairros Frade e Mambucaba no extremo oeste do município, próximos as Usinas Nucleares e com o limite com Paraty.

A economia do município tem como atividade de maior destaque o turismo que usufrui do grande potencial paisagístico da região. As áreas mais procuradas pelos turistas são a Ilha Grande e sua Vila de Abraão, Enseada da Estrela e Saco do Céu; a Ilha da Gipóia, as praias no centro de Angra dos Reis, as Ilhas de Cataguás e Peregrino, a Enseada de Bracuhy e a praia da Vila de Mambucaba. Além das atividades relativas ao mar como a pesca, e a hoje enfraquecida atividade portuária, o município também concentra em seu território atividades comerciais e de prestação de serviço de pequeno porte destacando-se os dois Shoppings Centers presentes no bairro Balneário e a Rua do Comércio no Centro que concentra uma série de lojas, escritórios e consultórios médicos, além dos grandes complexos industriais como as Usinas Angra I e II que integram a Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto (CNAAA), o Estaleiro BrasFELS e o Terminal Marítimo da Baía da Ilha Grande operado pela Petrobrás.

Com relação às características do conjunto edificado, o município possui sua grande maioria edificações de pequena altura com gabarito entre 1 a 4 pavimentos, salvo raras exceções como a de um setor do bairro Balneário, próximo ao Centro, que possui edificações residências com mais de 8 pavimentos.

Sua arquitetura apresenta grandes contrastes assim como sua população. Nos condomínios localizados na porção continental do município e nas diversas ilhas encontram-se grandes residências de veraneio que apresentam uma arquitetura de forte caráter litorâneo justificado pela adoção de materiais naturais como a madeira, pedra, grandes planos de vidro além dos avarandados. A grande maioria da população angrense ocupa edificações concebidas de forma empírica sem grandes preocupações com parâmetros normativos de construção, em alguns casos apresentando falta de acabamento externo nas alvenarias, principalmente nas áreas de ocupação informal como alguns morros do município.

Além dos exemplares mais recentes citados acima o município ainda abriga edificações que apresentam linguagens históricas como o colonial, eclético, *Art Déco* e Modernismo presentes no bairro Centro e Vila Histórica de Mambucaba, os dois principais núcleos urbanos do município até o século XIX. A escassez desses exemplares e principalmente de conjuntos que ainda preservem as ambiências históricas, justificam a necessidade de elaboração de planos e projetos de preservação patrimonial em Angra dos Reis, sendo este um dos objetivos desse trabalho.

## 1.2- Patrimônio Cultural de Angra dos Reis/RJ

Angra dos Reis é reconhecida mundialmente por suas belezas naturais. São mais de 365 ilhas, com destaque para a Ilha Grande e 2000 praias que somadas a outros ecossistemas como restingas, manguezais e a Mata Atlântica (sendo um dos poucos municípios litorâneos que ainda conservam mais de 90% dessa vegetação) justificam os holofotes dos suportes midiáticos e o grande número de turistas de todo o mundo que visitam o município em busca do encantamento e lazer provenientes desse verdadeiro patrimônio natural. O valor patrimonial dessas áreas é reconhecido oficialmente através dos tombamentos da Ilha Grande em 1987 e da Serra do Mar / Mata Atlântica em 1991 pelo Governo Estadual após estudos do Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC).



**Figura 3 - Vista de Mata Atlântica na faixa continental de Angra dos Reis e da Praia de Lopes Mendes localizada na Ilha Grande. Fonte: Jornal O Globo, 2015.**

Além de possuir um suporte natural extremamente rico e heterogêneo, em seus mais de 500 anos de existência Angra dos Reis traz consigo uma série de expressões culturais que simbolizam a heterogeneidade dos diversos grupos étnicos e religiosos responsáveis pela formação da cidade além dos diversos ciclos econômicos que trouxeram variações entre períodos de estagnação e poderio representados principalmente no núcleo urbano da área hoje conhecida como bairro Centro através do seu conjunto edificado, marcas da identidade cultural de Angra dos Reis.

O nome do município é uma representação de dois aspectos que caracterizam seu sítio e uma forte expressão cultural de sua população representada pelo patrimônio imaterial. Angra, pequena baía ou enseada (MICHAELIS, 2015) refere-se ao acidente geográfico encontrado pela frota do navegador português Gaspar de Lemos em 1503 durante uma expedição de reconhecimento do litoral brasileiro em uma faixa do seu atual território. Já o termo “Dos Reis” designa o dia em que a cidade foi descoberta, dia 06 de janeiro, exatamente a data em que se comemora no Cristianismo a visita do Reis Magos ao menino Jesus, intitulado Dia de Reis. A religião cristã, principalmente a católica, viria a

tornar-se uma importante representação cultural do município através das Igrejas e conventos e das festividades religiosas com destaque para a Festa do Divino que mobiliza grande parte da população.

A seguir, será apresentado um breve inventário do patrimônio cultural material de Angra dos Reis, representado por edificações, conjuntos urbanos e monumentos em parte reconhecidos pelos órgãos de proteção através de tombamentos e estudos de preservação, assim como outros exemplares ao longo do seu território, com maior concentração na área intitulada Centro Histórico e na Vila Histórica de Mambucaba, que carecem de maior valorização e proteção, devido aos valores culturais nestes impressos, que justificam futuras propostas de preservação.

O valor cultural das edificações religiosas de Angra dos Reis é afirmado através dos diversos tombamentos existentes no município realizados pelo Estado como a Igreja de Nossa Senhora da Conceição dos Remédios, a popular Igreja da Ribeira localizada no bairro Vila Velha, e pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional IPHAN: Igreja do Senhor do Bonfim, localizada no bairro Bonfim, Igreja de Nossa Senhora do Rosário localizada no Bairro Vila Histórica de Mambucaba e tombada como elemento integrante do conjunto arquitetônico e paisagístico da citada vila – Igreja e Convento de Nossa Senhora do Carmo Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, Igreja de Santa Luzia, Igreja de Nossa Senhora da Lapa da Boa Morte e as Ruínas do Convento de São Bernardino de Sena, todas localizadas no Centro Histórico. Além dos citados bens tombados existem edificações de grande valor cultural como a Paróquia Santíssima Trindade fundada em 1797 localizada no bairro Jacuecanga, as Igrejas de Freguesia de Santana localizada e Igreja de São Sebastião localizadas na Ilha Grande e a Igreja de Nossa Senhora da Piedade localizada na Ilha da Gipóia, edificações que suscitam maior valorização e proteção.



**Figura 4 - Igreja de Nossa Senhora da Lapa e Boa Morte e Igreja do Senhor do Bonfim. Fonte: Mapa de Cultura do Rio de Janeiro.**

No Centro Histórico, área de estudo deste trabalho que tem essa denominação oficial atribuída a Lei Municipal de Zoneamento (Lei 2091/2009) que criou a Zona Especial do Centro Histórico de Angra dos Reis (ZECHAR), encontram-se além das já citadas Igrejas, importantes edificações institucionais como a Prefeitura Municipal que ocupa um palácio de linguagem neoclássica, a sede Câmara de Vereadores, o Mercado Redondo onde ainda são vendidos peixes, todas tombadas pelo Governo do Estado. Além destes ainda encontramos alguns exemplares do conjunto edificado de caráter civil que representam os diversos períodos econômicos que o município passou ao longo da sua história, com destaque para a cultura cafeeira no século XIX, período de maior apogeu da cidade. Existem sobrados coloniais tombados pelo IPHAN e Governo do Estado além de algumas edificações que conseguiram sobreviver ao grande processo de descaracterização iniciado a partir da década de 1950 e ganharam proteção a partir de 1993 com um Decreto Municipal. São edificações térreas, sobrados em estilo colonial, residências ecléticas de porão alto, sobrados *Art déco* dentre outros. A malha urbana tradicional e o modelo de ocupação português também se encontram conservados, todavia, seu conjunto edificado encontra-se significativamente descaracterizado com iminente risco de completa destruição, justificativas para a proposta de preservação a ser apresentada.

Próximo ao Centro, seguindo pela Estrada do Contorno localiza-se um grande complexo arquitetônico da Marinha, o Colégio Naval. Inaugurado em 1877 o conjunto é composto por edificações institucionais, destacando-se o edifício principal de fachada eclética, além das edificações de apoio, dormitórios dos alunos, áreas para práticas esportivas e as residências dos militares de maior patente, merecendo destaque o conjunto de residências térreas em estilo eclético com porão alto, exemplares que bem como uma única edificação localizada no bairro Centro conservam essa tipologia no município. Outro elemento de destaque paisagístico além do próprio conjunto arquitetônico inserido na enseada é a balaustrada que contorna toda a faixa litorânea do conjunto.

Um das regiões mais antigas do município, com registros da presença da aldeia tamoia de Mambucaba no século XVI através de uma citação em um dos livros do alemão Hans Staden, a **Vila Histórica de Mambucaba**, localizada próxima ao limite do município com Paraty, foi um núcleo urbano que assim como o Centro histórico teve seu maior apogeu durante o cultivo do café no século XIX através do escoamento do café produzido na região do Vale do Paraíba também funcionando como local de importação de escravos para a mesma região no final do século XVIII.



Figura 5 - Vista panorâmica da Vila Histórica de Mambucaba. Fonte: [www.mambuarte.com.br](http://www.mambuarte.com.br).

Durante o século XIX, seu período de apogeu econômico, foi erguido um conjunto edificado de grande importância com destaques para um teatro hoje em ruínas e a **Igreja de Nossa Senhora do Rosário**, atraindo para o local até mesmo o estabelecimento de um vice-cônsul da França no local. A importância histórica desse núcleo motivou o IPHAN a em 1969 estabelecer o tombamento de seu conjunto arquitetônico e paisagístico, sendo um dos raros sítios históricos brasileiros tombados em sua totalidade, não apenas as edificações, mas, também, o traçado urbano e equipamentos referentes à ocupação do local (IPHAN, 2015). Infelizmente o estabelecimento do tombamento federal não foi capaz de proteger seu conjunto edificado do processo descaracterização que também atingiu o Centro Histórico de Angra, salvando-se poucos exemplares da arquitetura civil colonial além da Igreja.

Outra região que conserva um importante representante do patrimônio cultural material do município é o bairro Bracuhy. Lá se encontra um dos únicos exemplares de engenhos de cana-de-açúcar de Angra, áreas de produção de aguardente, importante atividade econômica do município no século XVIII, **as ruínas do engenho do Bracuhy**. Grande edificação industrial encontra-se em processo de destruição através das ações erosivas do tempo além de estar à mercê das ações do seu proprietário sem que nenhum órgão de proteção do patrimônio cultural se responsabilize por sua proteção e conservação. Felizmente, suas ruínas começam a ser estudadas no âmbito acadêmico fortalecendo a necessidade de salvaguarda deste bem.



Figura 6 - Ruínas do Engenho do Bracuhy. Fonte: [fradeonline.blogspot.com](http://fradeonline.blogspot.com).

Com relação ao sistema defensivo, Angra dos Reis se defendeu do contrabando e do perigo de invasões estrangeiras através de duas fortificações, uma construída no outeiro do Carmo, e outra no de São Bento, ambas no século XVII (DE LIMA, 2008). Destas duas fortificações só restaram alguns de seus canhões hoje localizados na Praça Lopes Trovão e no Colégio Naval, algumas ruínas da Fortaleza do Carmo localizadas no atual Morro da Fortaleza além da entrada de um túnel, que a população local, seria uma ligação entre o local e o Convento de São Bernadino de Sena localizado no Morro de Santo Antônio. A única fortificação ainda conservada no município é o Forte do Leme localizado no bairro Ponta Leste. Construída no início do século XX (1911) é formada por dois poços equipados com canhões além de um quartel hoje em ruínas. Os canhões nunca foram utilizados e as atividades no forte foram encerradas em 1950.

Na porção insular a Ilha Grande destaca-se através dos exemplares arquitetônicos da história carcerária do Estado do Rio de Janeiro como as ruínas do Lazareto, uma antiga área de quarentena para imigrantes doentes, fundada no século XIX, um aqueduto que tinha como função abastecer esse complexo carcerário, ambos localizadas na Vila do Abraão além do presídio localizado na praia de Dois Rios fundado em 1903 sendo desativado e parcialmente demolido em 1994 servindo hoje como um Ecomuseu sob a responsabilidade da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UERJ).



**Figura 7 - Aqueduto e ruínas do Lazareto localizados na Vila do Abraão. Fonte: Tripadvisor**

O município também abriga importantes monumentos como o Chafariz da Saudade erguido no antigo Largo do Cruzeiro, atual Praça Codrato de Vilhena no bairro Centro, pela Câmara Municipal em comemoração a visita de Dom Pedro II a Angra dos Reis em 5 de dezembro de 1863, monumento tombado pelo Governo Estadual em 1988 além do Monumento aos mortos do Aquidabã, grande obelisco em granito que possui gavetas com os restos mortais da tripulação da embarcação que naufragou na região no dia 21 de Janeiro de 1906 após uma explosão matando mais de 200 pessoas. Outro equipamento urbano de grande destaque na cultura angrense é o Chafariz da Carioca, local repleto de lendas que também foi tombado pelo Governo Estadual no final da década de 1980.

Além do patrimônio cultural material representado pelas edificações, conjuntos urbanos e monumentos, sendo este o recorte deste trabalho, o patrimônio imaterial do município possui inúmeras representações como as lendas e festividades da religião católica, todavia, as contribuições da cultura negra e indígena ainda conservadas no Quilombo de Santa Rita do Bracuhy e na Reserva Indígena do Bracuhy carecem maior valorização, tema que merece destaque num futuro trabalho.

### 1.3- O Centro histórico de Angra dos Reis

A área denominada como Centro histórico de Angra dos Reis refere-se à Zona Especial do Centro histórico de Angra dos Reis (ZECHAR), área criada através da Lei de Zoneamento (ANGRA DOS REIS, 2009). A ZECHAR localiza-se no bairro Centro e tem como limites um conjunto de ocupações em morros reconhecidos como bairros (Morro da Fortaleza, Morro do Santo Antônio, Morro da Caixa d'água), o Bairro São Bento a oeste e a Praia do Anil a leste e a Baía da Ilha Grande ao sul. Os acessos por via terrestre são realizados através da Estrada do contorno a oeste, da Rua Prefeito João Galindo a nordeste, da Avenida Ayrton Senna a leste além do meio marítimo através do cais de turismo com linhas de barcas para a Ilha Grande. (Ver APÊNDICES A E B).



Figura 8 - Limites da ZECHAR sobre imagem de satélite Google Earth. Fonte: Google Earth, 2015.

Em análises à citada Lei além de consultas ao Poder Público Municipal verificou-se que os critérios para a delimitação desta área foram: o reconhecimento do valor patrimonial

expresso através das edificações tombadas pelo IPHAN e INEPAC além do conjunto de edificações de caráter civil que até a instituição desta lei ainda eram preservadas pelo poder público municipal e a delimitação do bairro Centro, que utiliza como limites os elementos naturais como a topografia (contorno dos sopés dos morros) e a orla marítima, subdividindo-a a partir da definição de outras zonas como a que caracteriza a frente marítima do bairro – Zona de Interesse Ambiental e de Ocupação Coletiva do Centro (ZAOOC) e as Zonas de Especial Interesse Social (ZEIS) nos morros.

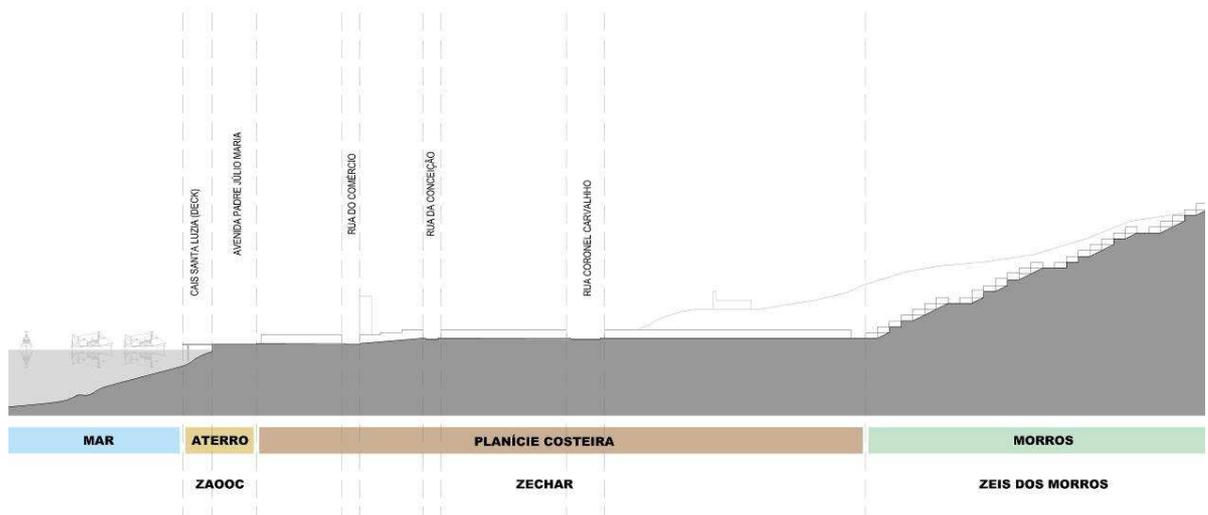


Figura 9 - Corte Esquemático Centro Histórico. Fonte: Representação produzida pelo autor, 2015.

Apesar de sua oficialização, o conceito **Centro Histórico** não é utilizado pela população do município ao se referir sobre a área. Embora alguns grupos mais instruídos e o próprio órgão municipal responsável pela gestão do turismo se apropriem do termo e busquem alternativas para sua valorização e apropriação, grande parte da população faz referência à área única e exclusivamente por seu aspecto funcional de concentração de bens e serviços.

A falta de conscientização sobre a importância cultural da área pode ser justificada pela própria promoção midiática do que caracteriza um “autêntico” Centro Histórico. O conceito de cidade obra de arte utilizado no início da atuação do IPHAN frente a preservação dos núcleos urbanos de valor cultural ainda predomina no pensamento popular. Características como a grande presença de linguagens históricas, com destaque para os estilos arquitetônicos anteriores ao século XX, além da homogeneidade do conjunto edificado presentes em diversos municípios do estado de Minas Gerais (Ouro Preto, Diamantina) e exemplos mais próximos como Petrópolis e Paraty, este último fazendo divisa com Angra dos Reis, são as representações dessa ótica.

A seguir será apresentada uma breve caracterização do Centro Histórico de Angra dos Reis apresentando informações sobre seu suporte físico e dinâmica urbana, mas principalmente com um enfoque sobre o histórico de sua ocupação, as heranças que hoje formam seu patrimônio cultural material e a gestão desse patrimônio por parte do poder público em suas três esferas governamentais.

### **1.3.1- Breve histórico e evolução urbana do Centro Histórico**

O município de Angra dos Reis é um dos mais antigos núcleos urbanos do país com registros de fundação ainda do século XVI, sendo umas primeiras áreas exploradas pelos portugueses no Brasil no período das grandes navegações.

Suas terras eram primitivamente ocupadas por tribos indígenas, destacando-se os conflitos entre as tribos Tupinambás e Tamoios relatados por Hans Staden em um documento publicado em alemão em 1557 (MACHADO, 1995).

Segundo o historiador de Angra, Honório Lima (MACHADO, 1995), o “Povoado de Nossa Senhora da Conceição” foi o primeiro núcleo urbano reconhecido pela Coroa Portuguesa (1560) no território do município. Esta área localizava-se ao sul da área hoje conhecida como Centro histórico. Este antigo núcleo passou a ser conhecido como Vila Velha, nome que intitula um dos bairros da região.

Deusdedith de Souza Alves Filho destaca os aspectos que levaram a instalação do povoado neste local:

A posição parecia muito propícia: à margem de um canal de razoável profundidade, abrigada dos ventos de sudoeste pela Ilha da Gipóia e constituindo-se como marco da vitória contra um dos mais ferozes inimigos dos portugueses ... uma análise mais profunda demonstra que o grande motivo, senão o único, para a escolha do local foi a proximidade da povoada ilha, uma vez que a área aproveitável para o estabelecimento da vila constituía-se de uma várzea muito exígua, de acesso extremamente difícil por terra. (ALVES FILHO, 2004).

Em 1593, o antigo povoado passou à categoria de Paróquia, sendo a segunda do Brasil (MACHADO, 1995), através de Felipe II, logo passando à categoria de Vila em 1608. A importância do antigo povoado expressa através das mudanças de categoria num curto

período de tempo é justificada pela sua posição estratégica, localizando-se num meio-caminho da rota marítima que fazia a ligação entre as Vilas de São Vicente e São Sebastião do Rio de Janeiro.

Alves Filho (2004) indica que uma das primeiras decisões relativas ao planejamento urbano do município foi a mudança no local do antigo povoado para a atual região, motivada pelas limitadas condições de acesso e expansão do sítio da antiga Vila Velha e a existência de uma Casa Conventual dos Carmelitas já em 1593, um dos marcos iniciais do novo povoado. O novo sítio, localizado ao norte da antiga Vila Velha, apresentava uma série de características que incentivaram sua ocupação.

Por volta de 1624 (VASCONCELLOS, 2006) é realizada a transferência da Vila para sua atual localização. Como citado anteriormente, a presença dos Carmelitas neste território, através do Convento de Nossa Senhora do Carmo da Ilha Grande construído no início do século XVI em um outeiro localizado na região leste da nova vila, foi um importante marco inaugural, um limite da expansão do território na porção oriental da região e um pólo de atração de habitantes do novo núcleo. O atual Convento de Nossa Senhora do Carmo é uma dos mais antigos conventos da ordem no Brasil, após os de Olinda (1583), Salvador (1586), Santos (1589) e Rio de Janeiro (1590). (ALVES FILHO, 2004).

O arruamento da então vila foi produzido tendo como referência a faixa litorânea de suas praias, com ruas paralelas a orla como: Rua Direita (Atual Rua do Comércio), Rua de cima (Rua da Conceição) e a Rua São Bernardino (Atual Rua Coronel Carvalho) - e ruas perpendiculares fazendo a ligação entre a praia e o sopé da serra como a Rua Frei Inácio, Rua/Travessa de Santa Luzia, Rua do Cruzeiro (Atual Rua Raul Pompéia) e a Rua da Matriz (Atual Rua Quaresma Júnior).

A frente marítima também teve papel importante na definição da orientação das fachadas principais das Igrejas da região, todas estas voltadas para o mar “como se estivessem saudando o que por ali chegavam ou partiam.” (ALVES FILHO, 2004).

Além da presença dos Carmelitas através do Convento de Nossa Senhora do Carmo, outras ordens religiosas instalaram-se na região como os Beneditinos que receberam terras em torno de um outeiro em 1596, construindo uma Casa Monarcal em 1626. Estas construções sucumbiram ao tempo tendo como única herança da presença dessa Ordem na região o nome do Bairro São Bento. Segundo Capaz (1996), as ruínas dessas construções ainda estavam presentes num platô acima do Chafariz da Carioca.

A Ordem dos Franciscanos ocuparam os fundos da antiga Vila instalando um Convento construído entre 1652 e 1659, entre a atual Rua Moacir de Paula Lobo e a Ladeira do Cruzeiro, edificação demolida, e a nova construção, o Convento São Bernadino de Sena, concluído em 1763 numa região elevada conhecida como Morro de Santo Antônio.

Em 1626 são iniciadas as obras de construção da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, dedicada inicialmente aos Santos Reis Magos. Localizada num pequeno largo da antiga Rua Direita, atual Rua do Comércio, as obras só seriam concluídas em 1750, mais de um século depois. Durante o período das obras o título de Igreja Matriz foi concebido a Igreja de Santa Luzia, construída em 1632 na esquina da antiga Rua Direita com a Travessa Santa Luzia. Esta Igreja é sede da Irmandade de São Benedito.

Outra importante edificação religiosa localizada na região é a Igreja de Nossa Senhora da Lapa da Boa Morte, construída em 1752. A Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte ocupava o Convento de Nossa Senhora do Carmo até que um desentendimento com as freiras Carmelitas no século XIX fez com que esta irmandade passasse a ocupar Igreja de Nossa Senhora da Lapa, sendo as duas Santas reverenciadas no local. Hoje a Igreja é ocupada pelo primeiro museu público da cidade, o Museu de Arte Sacra, fundado em 1992. Todas as Igrejas e Conventos citados acima são tombados pelo IPHAN.

Com relação aos principais ciclos econômicos do município, as primeiras atividades econômicas da nova Vila foram a produção agrícola voltada para o consumo local e a atividade portuária. O até então pequeno porto de Angra apresentou um crescimento modesto durante o século XVII, todavia, foi perdendo espaço para Paraty, vila localizada no ponto onde terminava a trilha terrestre conhecida como o "Caminho dos 7 Guaianases", por onde se dava o crescente comércio entre as vilas de Piratininga, atual cidade de São Paulo e São Sebastião do Rio de Janeiro. (MACHADO, 1995).

No século XVIII a nova Vila é relatada por alguns viajantes como um cenário de grande pobreza com casas rústicas de taipa, muito pobres em mobiliário, situação justificada pelos moradores devido aos constantes ataques de corsários na região (ALVES FILHO Apud CASPAZ, 1996).

Com a descoberta do ouro em Minas Gerais neste mesmo século, a região passará por pequenas transformações socioeconômicas. A grande marca do ciclo do ouro na estrutura urbana do município é a instalação dos dois grandes conventos no município, pois havia um impedimento da Coroa Portuguesa que essas instalações fossem construídas em

distritos auríferos como Paraty. Além da instalação dos Conventos esta atividade não deixou grandes marcas na estrutura urbana de Angra, pois grande parte dos recursos concentrou-se em Paraty devido a sua posição estratégica, tendo o território de Angra assumido um papel secundário, sendo palco de atividades ilegais de transporte e comercialização do ouro.

Com os riscos de contrabando realizado principalmente através do percurso marítimo do Caminho velho além da longa duração da viagem, o Governo da região passou a incentivar através da doação de terras e outros privilégios a construção de uma nova via conhecida como “Caminho Novo”. A construção desta nova via teve reflexo direto sobre Paraty e Angra reduzindo as atividades comerciais em seus portos, todavia, esse novo cenário não abalou significativamente a economia de Angra devido ao advento de novas atividades econômicas na região, como a produção de aguardente, absorvendo o cultivo de cana-de-açúcar de Angra, Paraty e dos novos povoados da Serra do Mar, o comércio escravista, atrelado as atividades portuárias, além do cultivo de anil no final do século XVIII.

No século XVIII, palco das importantes atividades econômicas, foram construídas algumas das já citadas Igrejas: Igreja Matriz (1750), Igreja de Nossa Senhora da Lapa da Boa Morte (1752), e as novas instalações do Convento Franciscano de São Bernadino de Sena e Capela da Ordem Terceira de São Francisco da Penitência (1763) além de duas fortificações: A Fortaleza do Carmo, localizada no atual Morro da Fortaleza, e a Fortaleza de São Bento, destas sobraram ruínas no Morro da Fortaleza e alguns canhões que foram instalados na Praça Lopes Trovão. Das construções de caráter civil deste período restam poucos exemplares com um Sobrado localizado na Travessa Santa Luzia nº91, tombado pelo INEPAC (Instituto Estadual do Patrimônio Cultural).



**Figura 10 - Igreja de Santa Luzia, Igreja e Convento de Nossa Senhora do Carmo e Convento São Bernadino de Sena. Fonte: Arquivo do autor, 2014.**



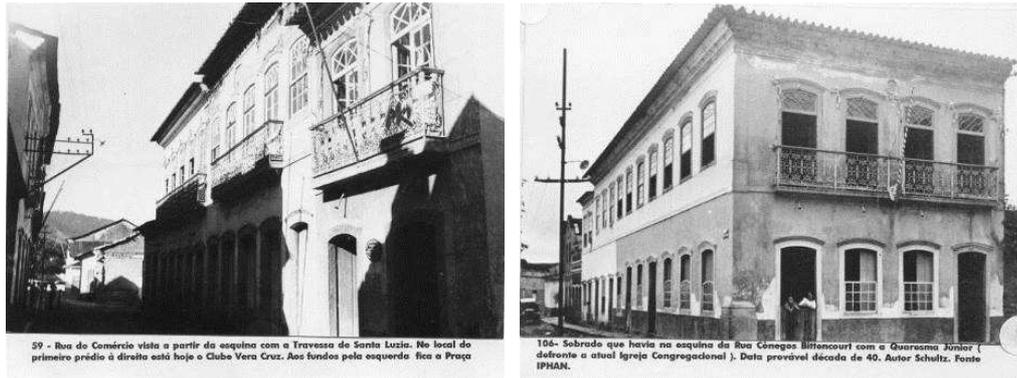


Figura 12 - Edificações da Rua do Comércio no início do Século XX. Fonte: Prefeitura Municipal de Angra dos Reis.

Com o promissor cenário econômico as pressões sobre o solo urbano são intensificadas. Neste início do século XX são iniciadas as obras de aterro na orla marítima, visando um acréscimo na pequena área de planície da região. O mapa do início do século XX já nos mostra um perfil diferente da orla do centro, já contemplando pequenos acréscimos sobre o mar, além da simbologia gráfica indicando as palmeiras da rua que futuramente receberia este nome, mas que no mapa abaixo ainda é intitulada como Rua da Cachoeira. (Mapa ampliado no ANEXO B).

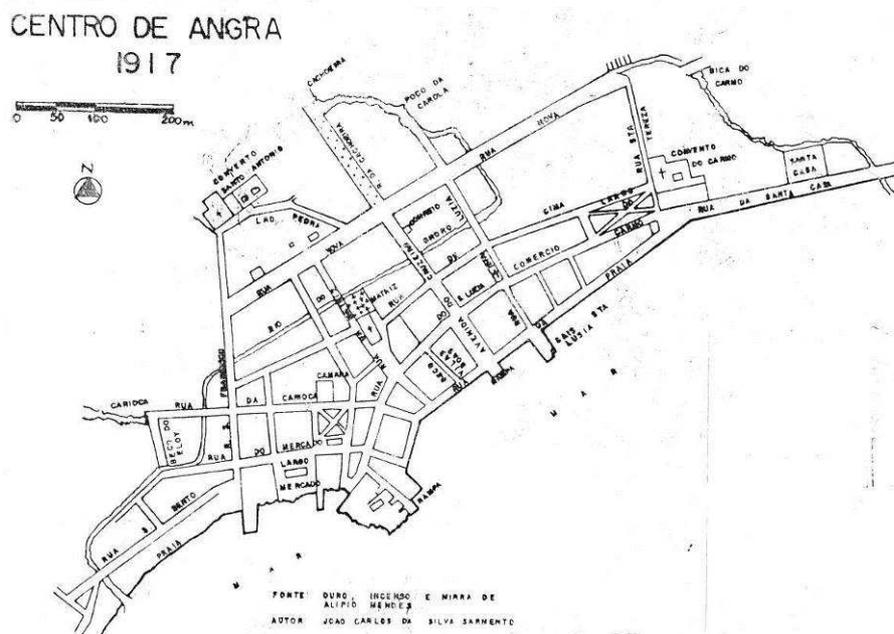


Figura 13 - Mapa do Centro Histórico de Angra em 1917. Fonte: Prefeitura Municipal de Angra dos Reis.

Ainda existem, registros desse período através de algumas edificações como o Paço Municipal (1872) o conjunto de sobrados localizados na Rua Professor Lima, um sobrado ao lado da Prefeitura Municipal, o sobrado que hoje abriga a Casa de Cultura de Angra (1824), o sobrado conhecido como Casa Laranjeiras (1832) que também abriga um espaço cultural

dentre outros. Segue abaixo uma ilustração mostrando um perfil do conjunto edificado deste período:



**Figura 14 - Sobrados Rua Professor Lima, Casa de Cultura e Casa Laranjeiras. Fonte: Arquivo do autor, 2014.**

Na segunda metade do século XIX o município inicia um período de isolamento e decadência econômica devido a fatores como: a construção da estrada de ferro D. Pedro II (1864) que ligou o Rio de Janeiro e São Paulo através do Vale do Paraíba; a decadência do café na região e a abolição da escravatura. O reflexo na paisagem urbana do centro é o estado de abandono de muitas edificações. Alves Filho (2004) analisa a construção do Paço Municipal da cidade como um exemplo do período de transição entre o apogeu e o declínio da produção do café em Angra:

Um dos melhores exemplos das marcas resultantes da estagnação econômica advinda dos novos caminhos encontrados pelo café encontra-se no edifício sede da Prefeitura Municipal de Angra dos Reis, situado no antigo Largo da Câmara. Sua construção iniciou-se em meados dos oitocentos, concluindo-se as obras em 1872. Entretanto, devido à carência de recursos, este apresentou sérios problemas estruturais levando ao seu abandono provisório na terceira década do século XX. Uma vez recuperado tornou-se a sede do poder municipal até nossos dias.

Este edifício pode ser tomado como marco final dos bons tempos de fartura vividos pela cidade como um dos principais portos exportadores do grande produto da agricultura brasileira e, simultaneamente, como marco inicial da decadência econômica que se abateu sobre a cidade por cerca de 50 anos. (ALVES FILHO, 2004).

No final do século XIX um panorama de estagnação das atividades portuária, uma economia baseada na produção para consumo interno através de pequenas lavouras e uma perda populacional. Com relação a este último dado, Machado (1995) relata que diante do declínio da economia cafeeira grandes proprietários de terra não só abandonaram sua produção como deixaram para trás suas terras, que passaram a ser ocupadas por

posseiros, muitos deles produtores diretos, um cenário que significou decadência para alguns e acesso a terra para outras. Outra consequência importante relativa à perda populacional foi a preservação da Mata Atlântica.

Após um período de aproximadamente 50 anos a economia de Angra volta a se desenvolver a partir de dois fatores. O primeiro deles, e certamente o mais importante, foi a ligação do Porto de Angra com os municípios de Belo Horizonte, Uberaba, Barra Mansa e Rio Claro através da Estrada de Ferro Oeste de Minas, tendo como principal função o transporte café produzido em Minas. A construção da Companhia Siderúrgica Nacional no recém-criado município de Volta Redonda na década de 1940 foi de grande importância para a atividade portuária de Angra sendo responsável pelo escoamento da produção de aço desta indústria. A partir de 1925 o porto passa a receber obras de ampliação.

A retomada desta atividade faz com diversas edificações sejam restauradas ou adaptadas para servirem de local de armazenagem destes produtos. Segundo Alves Filho (2004) são exemplos de edificações restauradas neste período o sobrado que se localizava na Rua do Comércio nº314 e a Pensão da Maria na Rua Arcebispo Santos, em frente a antiga Praça Duque de Caxias.



**Figura 15 - Edificação que se localizava na Rua do Comércio nº314 e a Pensão da Maria localizada na Rua Arcebispo Santos. Fonte: Prefeitura Municipal de Angra dos Reis e Arquivo do autor, 2014.**

Outro fator importante foi a decisão da Marinha de instalar uma instituição de ensino no município, destinada originalmente à Escola Naval (1914), posteriormente transformada em Colégio Naval (1952). Esta decisão é responsável pelo surgimento de uma importante edificação comercial no município, o Mercado do Peixe, ou Mercado Redondo, localizado na antiga Praça Duque de Caxias, atual Praça Zumbi dos Palmares. Seu projeto é atribuído ao

mesmo engenheiro responsável pela construção do Colégio Naval com o apoio da municipalidade.



**Figura 16 - Mercado Redondo. Fonte: Prefeitura Municipal de Angra dos Reis.**

O relato das visitas de Alberto Lamego à cidade entre 1933 e 1940 nos apresenta a paisagem urbana do centro da cidade no início do século XX:

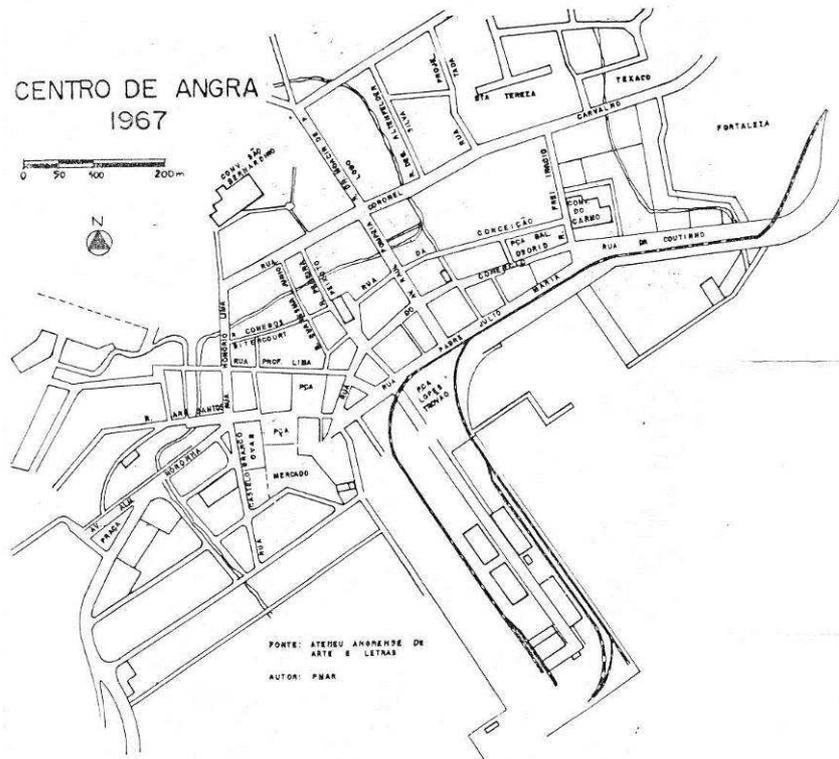
[...] em 1933, apesar do porto já em exploração e da via férrea que [...] ligava-a a Barra Mansa, era uma das cidades brasileiras de maior aspecto de velhice. Um pitoresco museu arquitetônico. Por cada rua que transitássemos, íamos andando através do Império e da Colônia, num repassar continuo de antiqualhas.

[...] Sete anos depois, Angra transformara-se. O asfalto e a retificação de ruas, grandes armazéns e prédios novos atestavam o progresso de seu porto com a ascensão do comércio mineiro [...] (LAMEGO, 1964, Apud ALVES FILHO, 2004)

Analisando um mapa de 1941 podemos constatar mudanças significativas como o grande aterro destinado às atividades portuárias, além da presença de importantes espaços livres públicos como a Praça Nilo Peçanha, a Praça General Osório, antigo largo do Carmo e a Praça apresentada neste mapa como Amaral Peixoto, área que futuramente seria intitulada com Praça Lopes Trovão, conhecida popularmente como Praça do Porto. (Mapa ampliado no ANEXO C).



Um dos principais reflexos desse crescimento desordenado é o processo da favelização do seu território, com destaque para a ocupação dos morros do bairro centro. O mapa apresentado a seguir já nos mostra um centro de Angra adensado com a presença de arruamento nas áreas de morro, logo acima da Rua Coronel Carvalho. (Mapa ampliado no ANEXO D)



**Figura 18 - Mapa do Centro Histórico de Angra em 1967. Fonte: Prefeitura Municipal de Angra dos Reis.**

A história do município nos mostra que as ligações terrestres e ferroviárias tiveram papel fundamental no desenvolvimento urbano de Angra. Após as ligações férreas, outra importante via foi criada em 1947 ligando o município a antiga rodovia Rio-São Paulo. Na história recente do município, a criação da Rodovia BR 101 (Rio Santos), talvez seja um dos mais importantes fatores de influência sobre a dinâmica urbana de Angra dos Reis.

Construída entre 1972 á 1974, esta rodovia litorânea tinha como principal função viabilizar as atividades turísticas ao longo das cidades presentes no seu trajeto. A partir dela foram construídos empreendimentos como hotéis, resorts e principalmente os condomínios de alta padrão aquisitivo, que abrigavam as residências de veraneio de famílias cariocas e paulistas. A construção da citada via teve peso importante principalmente sobre o valor do solo, além das transformações na paisagem costeira através de privatizações, destruição de ecossistemas como os manguezais, a construção de diversos aterros, o despovoamento da

população insular da baía da Ilha Grande, obrigada a vender suas propriedades frente a grande especulação imobiliária, além do enfraquecimento de atividades tradicionais como a pesca devido às mudanças ambientais provenientes das citadas obras de aterro e o despejo de esgoto sobre a baía.

Outro importante complexo industrial implantando no território Angrése foram as Usinas Nucleares Angra I e Angra II. Integrantes ao Projeto Nuclear Brasileiro (1972), as usinas foram implantadas numa área no extremo oeste do município e também foram responsáveis pelo crescimento urbano de Angra, principalmente através da criação de núcleos populacionais nesta porção do território.

Sobre o desenvolvimento da cidade durante a segunda metade do século XX, Machado (1995) observa que o crescimento populacional propriamente dito não foi de grande expressão, todavia, os impactos sobre o território foram de grande importância, principalmente através da criação dos núcleos urbanos próximos aos grandes empreendimentos industriais, que observada a escassez de áreas planas na região, estes ocuparão em diversos casos áreas ambientalmente frágeis como as encostas.



**Figura 19 - Vista do fronte marítima do Centro Histórico à partir da Baía da Ilha Grande. Fonte: Wikipedia, 2014.**

O desenvolvimento urbano do século XX teve grande impacto no Centro Histórico de Angra através do alto valor de solo urbano desta região, que gerou, e ainda gera, uma série de pressões do mercado imobiliário sobre o patrimônio cultural urbano da área (demolições, descaracterizações, acréscimos de gabarito) além da ocupação desordenada dos morros com influência sobre dinâmica urbana (demanda de infraestrutura sanitária, transportes) e nos aspectos paisagísticos da região. O APÊNDICE C que traz um croqui representando a evolução do conjunto edificado de Angra dos Reis ao longo dos séculos.

A seguir é apresentado um quadro contendo uma cronologia dos principais acontecimentos históricos ligados a evolução urbana do Centro Histórico de Angra dos Reis (Figura 00).

<b>Quadro 1: Cronologia do Centro Histórico de Angra dos Reis/RJ</b>	
<p><b>Século XVI</b> Chegada da expedição portuguesa Fundação do povoado (Vila Velha)</p>	<p><b>Século XIX</b> Escoamento (Porto) do café do Vale do Paraíba Período de maior poderio econômico Fachadas ricamente ornamentadas Decadência econômica</p>
<p><b>Século XVII</b> Transferência do povoado para o atual local Elevação à categoria de vila (Vila da Ilha Grande) Início da malha viária</p>	<p><b>Século XX</b> Ressurgimento (atividade portuária - Construção da CSN) Tombamento Paraty Descaracterização Centro de Angra Instalações dos grandes empreendimentos Expressivo aumento populacional</p>
<p><b>Século XVIII</b> Escoamento (Porto) e produção de cana-de-açúcar Consolidação do núcleo urbano</p>	

**Figura 20 - Quadro 1: Cronologia do Centro Histórico de Angra dos Reis/RJ. Fonte: Produzido pelo autor (Rafael Azevedo), 2015.**

### 1.3.2 - Estrutura urbana atual, gestão e seus instrumentos

Através da análise de plantas cadastrais e imagens de satélite fornecidas pela Gerência de Planejamento Territorial da Prefeitura Municipal de Angra dos Reis/RJ, além de levantamento fotográfico realizado pelo autor, é possível constatar que o parcelamento do solo ainda preserva, em grande parte, as “raízes medievo-renascentistas da Europa” (REIS FILHO, 2011) com lotes de grande profundidade, e construções ocupando praticamente todo o lote, características do modelo urbanístico utilizado pelos portugueses no período de colonização do Brasil, distinguindo-se do parcelamento do solo nas áreas dos morros, fruto de uma ocupação desordenada.

Assim como o padrão de parcelamento, o sistema viário ainda conserva a malha urbana que deu origem a ocupação da área sendo constituída por vias paralelas á orla e perpendiculares a estas fazendo as conexões. Com relação aos espaços livres públicos as Praças General Osório, Codrato de Vilhena, Silvestre Travassos, Nilo Peçanha e Zumbi dos Palmares também conservam sua ambiência histórica em conjunto com as edificações do entorno.

O centro histórico de Angra dos Reis concentra em seu território uma série de usos com destaque para o residencial, institucional, comercial e prestação de serviços. No quadrilátero formado pelas Ruas Coronel Carvalho, Rua Frei Inácio, Rua Honório Lima e Padra Júlio de Maria concentram os principais estabelecimentos comerciais, agências

bancárias e prestação de serviços diversos, somados a uma parcela de residências térreas e ocupando o 2º pavimento de lojas. Com relação ao uso residencial, o mesmo ocupa grande parte da área de entorno do perímetro estabelecido acima. Nesta área também se localizam importantes edificações institucionais como a sede da Prefeitura Municipal e Câmara de Vereadores. O uso educacional se faz presente através de colégios da rede pública e particular com destaque para o Colégio Estadual Dr. Arthur Vargas, edificação térrea que ocupa o lote de maiores dimensões da área.

Com relação a ocupação do solo, as edificações inseridas no perímetro informado seguem os modelos tradicionais da urbanização colonial portuguesa: ocupação total do lote e fachadas sobre o alinhamento das ruas. Encontramos modelos distintos no entorno do citado perímetro com destaque para um conjunto de residências da Marinha localizados na porção sudoeste da área e outro conjunto, este localizado logo abaixo do Convento São Bernardino de Sena com edificações térreas, afastadas das divisas, inseridas em lotes com grande área livre.



**Figura 21 - Vista da Rua do Comércio e Residência afastada das divisas na Rua Coronel Carvalho. Fonte: Arquivo do autor, 2014.**

Apesar do grande processo de descaracterização do seu conjunto edificado de valor histórico-cultural, ainda encontramos importantes tipologias construtivas representativas de diferentes linguagens históricas recorrentes no Brasil. Sobrados, edificações térreas com feições coloniais, edifícios no estilo neoclássico, eclético, art déco e arquitetura moderna compõem através de pequenos conjuntos ou exemplos isolados, o patrimônio cultural urbano da cidade. São exemplos de destaque o conjunto de edificações da Rua do Comércio nº22, 30 e 38, a residência térrea de fachada eclética com acesso lateral encontrada na Rua Frei Inácio nº 59, a imponente edificação de composição neoclássica que é o Paço Municipal, atual sede da Prefeitura, o sobrado art déco sito à Rua do Comércio nº 106 um sobrado colonial sito à Rua Dr. Bastos nº32 e um edifício modernista localizado na esquina da Rua do Comércio com a Rua Raul Pompéia.



**Figura 22 - Edificações ecléticas à esquerda e colonial à direita. Fonte: Arquivo do autor, 2014.**

O gabarito da edificação varia entre 2 a 4 pavimentos, salvo alguns exemplos de gabarito elevado como o Hotel Caribe localizado na Rua da Conceição e o edifício nº 539 da Rua Coronel Carvalho.

A gestão urbana da área é realizada pelo poder público através de suas secretarias, com destaque para a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano, secretaria responsável pela aprovação de projetos de edificações através da sua Gerência de Licenciamento Urbanístico e Ambiental, e a elaboração de planos, projetos e legislação urbanística na Gerência de Planejamento Territorial além da participação de diferentes atores da cidade como representantes de associações de moradores, organizações não governamentais além do poder público através do Conselho Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente, o CMUMA criado através da Lei nº162 de 12 de dezembro de 1991.

Nesta última gerência, foi elaborado o atual Plano Diretor Municipal - Lei nº1754 de 2a de Dezembro de 2006 aprovado no ano de 2006, com seus instrumentos normativos aprovados em 2009 (Código de obras, Leis de Zoneamento, uso e ocupação do solo e parcelamento). Este novo instrumento de gestão urbana substituiu o antigo plano diretor da cidade regulamentado através da Lei nº162 de 12 de dezembro de 1991.

Através da Lei de Zoneamento municipal - Lei nº2091 de 23 de Janeiro de 2009, integrante deste Plano Diretor, temos um posicionamento do poder público municipal em reconhecer no planejamento urbano da cidade o valor histórico-cultural desse núcleo urbano ao instituir a Zona Especial do Centro Histórico – ZECHAR:

Art. 15. A Zona Especial do Centro Histórico de Angra dos Reis (ZECHAR) abrange o núcleo urbano central do Município e que, por suas características históricas aliadas à concentração de comércio e serviços de maior especialização, deve ser objeto de ações urbanísticas que valorizem suas potencialidades turísticas, culturais, ambientais e econômicas. (ANGRA DOS REIS, 2009).

O patrimônio cultural urbano presente nesta área traz consigo uma série de especificidades que deveriam ter sido adotadas no momento da definição dos índices urbanísticos da área. Todavia, o poder público municipal estabelece na Lei de Uso e Ocupação do solo – Lei nº2092 de 23 de Janeiro de 2009 índices urbanísticos generalistas, sem que seja considerada a necessidade de preservação de ambiências através do controle de parâmetros como gabarito e altura máxima.

Índices urbanísticos estabelecidos para a ZECHAR:

- I - Taxa de Ocupação (TO): 100% (cem por cento);
- II - Coeficiente de Aproveitamento (COAP): 4 (quatro);
- III - Altura máxima das edificações: 15,00 m (quinze metros);
- IV - Número máximo de pavimentos: 4 (quatro);
- V - Módulo de Parcelamento do Solo: M2.

Nesta mesma Lei, em seu artigo 38, fica estabelecido que as edificações integrantes desta zona sigam os citados índices salvo: “onde houver influência do IPHAN, devendo neste caso, seguir o estabelecido quanto à volumetria em instrução normativa específica, observado o disposto no Decreto Lei nº25 de 1937.” (A NGRA DOS REIS, 2008).

A instrução normativa e citação do Decreto Lei nº 25 de 1937 referem-se a uma proposta de microzoneamento da área produzida pelo IPHAN, na época ainda Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN, na década de 1980 durante a elaboração da Lei de Zoneamento do Plano Diretor de 1991. Esta proposta de zoneamento, que receberá uma análise mais detalhada no item referente ao patrimônio cultural urbano do Centro histórico nesta dissertação, tinha como principal diretriz a preservação da visibilidade dos bens tombados por este órgão. Todavia, este instrumento nunca foi incorporado oficialmente na lei de zoneamento municipal.

### **1.3.3 - Patrimônio cultural urbano do Centro Histórico: Proteção, Gestão e diagnóstico**

No item dedicado ao histórico e evolução urbana do Centro Histórico de Angra dos Reis, apresenta-se um território repleto de dicotomias como apogeus e declínios, períodos de isolamento e outros de expansão urbana, características que ao mesmo tempo modificaram aspectos de sua paisagem, como também preservaram sua malha viária, a forma de ocupação do solo além de edificações, conjuntos urbanos e monumentos de valor patrimonial. Sua vocação de centralidade econômica faz com que sofra constantemente tensões do mercado imobiliário visando o acréscimo do seu potencial construtivo em detrimento da preservação de áreas e imóveis de valor histórico cultural.

Além das perdas geradas pelos períodos de abandono da cidade nos momentos de baixas de determinados ciclos econômicos, uma visão assumida por parte da população angrense na segunda metade do século XX que via na preservação um entrave para o desenvolvimento urbano, foi responsável por uma perda inestimável de exemplares arquitetônicos e conjuntos urbanos de valor cultural.

A seguir será apresentado um breve histórico e o cenário atual da proteção do patrimônio cultural urbano no Centro Histórico de Angra, que possibilitará detectar as origens da problemática apresentada nos dias atuais, um panorama da gestão desse patrimônio pelo poder público municipal e pelo órgão estadual, INEPAC, e federal, IPHAN, de proteção do patrimônio cultural, planos e projetos desenvolvidos para o Centro Histórico e apontamentos para definição deste patrimônio atualmente.

As primeiras ações de cunho preservacionista no território Angrense foram os tombamentos, prioritariamente de edificações religiosas, realizadas pelo IPHAN, com início na década de 1940.

Existem no município 14 bens tombados pelo IPHAN sendo: um bem móvel – Imagem de Terracota de Nossa Senhora do Rosário do século XV (1969); três residências que integram um conjunto de sobrados em frente à Praça General Osório (1969/1970); uma fazenda residência situada na Praia do Abraão – Ilha Grande (1942); um conjunto de 8 edificações religiosas além do acervo arquitetônico e Paisagístico de Mambucaba (1969). Com relação a este último, é o único tombamento de um conjunto urbano no município. Ao final de 1954 a cidade já possuía oito bens tombados, destacando-se como o maior número de bens tombados depois da capital do estado (ALVES FILHO, 2004).

As primeiras edificações tombadas por este órgão no município foram a Igreja e Convento de Nossa Senhora do Carmo (1944), Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição (1944), Ruínas da Igreja e Convento de São Bernardino, Capela dos Terceiros e Cruzeiro fronteiro (1947), Igreja da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo (1950), Igreja de Nossa Senhora da Lapa da Boa Morte (1954) e a Igreja de Santa Luzia (1954), todas localizadas no Centro da cidade. A localização e listagem das edificações e monumentos tombados pelo IPHAN constam no APÊNDICE D – Mapa de bens tombados e preservados no Centro Histórico de Angra dos Reis.

Em 1958, este mesmo órgão institui o tombamento do conjunto arquitetônico da cidade vizinha Paraty. Este ato tem fator determinante na grande descaracterização do conjunto arquitetônico angrense em meados do século XX.

A preservação do núcleo histórico de Paraty é vista pela elite dominante de Angra como um movimento de atraso ou engessamento, fazendo surgir no município um movimento intitulado por Alves Filho (2004) como “antipreservacionista”, que utilizando-se dos meios de comunicação disponíveis passou a incentivar a descaracterização das edificações do centro histórico em prol de um cenário progressista. O discurso desse grupo é embasado pelas perspectivas econômicas do final da década de 50, com a forte presença da industrialização do país, materializadas no município através da instalação do Estaleiro Verolme em 1959.

As pressões por uma Angra livre de um suposto congelamento de seu centro ganham força na década de 1970, chegando a ter coro em meio ao poder público. Segundo Alves Filho (2004), um dos prefeitos nomeados neste período costumava gabarse afirmando que enquanto o IPHAN tombava em Brasília com decretos, ele tombava em Angra demolindo prédios antigos. Um patrimônio de valor imensurável foi perdido durante este período.

Contrariando esse pensamento limitado frente ao desenvolvimento urbano em áreas de valor patrimonial, surge no município um movimento que buscava a defesa do patrimônio cultural urbano da cidade. Em meados de 1981 os integrantes de um movimento popular, onde se destacavam a participação do grupo teatral Revolucena e a SAPÊ (Sociedade Angrense de Proteção Ecológica), encaminharam ao Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico da Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Rio de Janeiro, precursor do INEPAC, um abaixo assinado com cerca de 800 assinaturas onde solicitavam providências para a proteção de aproximadamente 30 imóveis do município (ALVES FILHO, 2004).

Esse movimento fez com que IPHAN e INEPAC trabalhassem juntos num trabalho de levantamento e diagnóstico do potencial patrimonial de todo o Centro Histórico. Este trabalho, hoje documentado através do Processo IPHAN nº1051-T-81 (IPHAN, 1981) tinha como objetivos não só aferir o valor patrimonial dos bens listados no abaixo assinado como verificar outros possíveis bens e também servir de base para futuros estudos de demarcação das áreas de entorno dos bens tombados (IPHAN, 1981).

A partir de um parecer do IPHAN alegando que por “tratarem-se de edificações do século XIX onde faltam características de excepcionalidade que justifiquem o Tombamento Federal” (IPHAN, 1981), o Estado ficou responsável pelo tombamento dos imóveis.

Entre 1982 e 1988 as solicitações populares foram atendidas através do tombamento provisório e posteriormente definitivo de 18 imóveis pelo Estado, iniciando um debate entre órgãos estaduais e municipais frente à regulamentação do solo no Centro Histórico de Angra. Dentre os imóveis tombados se destacam: O Paço Municipal, o Mercado Redondo, a Câmara Municipal, a Casa Laranjeiras, além de diversos sobrados como os Rua Professor Lima nº150, 154 e 156.

Alves Filho (2004) destaca a inversão no processo de proteção do patrimônio neste caso da solicitação de preservação dos 30 imóveis através do Estado. A análise restritamente técnica que iniciava qualquer proposta de proteção através de órgãos federais e estaduais é substituída por um reconhecimento popular dos valores daquele conjunto de edificações para a história do município.

Outro exemplo de participação popular na luta pela preservação do patrimônio cultural do centro histórico é a aquisição da edificação datada de 1824 situada na Rua do Comércio nº172, esquina com a Rua Raul Pompéia. A atual Casa de Cultura de Angra apresentava péssimo estado de conservação além da possibilidade de demolição por parte de seus proprietários em prol de interesses econômicos sobre aquele lote. Diversos artistas e a sociedade criaram um movimento de defesa do edifício além de solicitarem que o espaço fosse transformado num espaço do movimento cultural angrense (ALVES FILHO, 2004).

A resistência da população angrense fez com que o poder público municipal decretasse a desapropriação do edifício em 1984, que passaria a abrigar a Casa de Cultura de Angra. Em 1985 o imóvel foi tombado pelo Governo Estadual. A localização e listagem

das edificações e monumentos tombados pelo Governo Estadual. constam no APÊNDICE D – Mapa de bens tombados e preservados no Centro Histórico de Angra dos Reis.

Em 1981, um estudo de revisão da lei de zoneamento desenvolvido pelo Departamento de Planejamento da Prefeitura de Angra pareceu sinalizar uma introdução da preservação do patrimônio cultural no planejamento urbano de Angra. Este departamento solicitou ao IPHAN que fossem realizados estudos sobre as novas propostas de zoneamento que contemplassem a proteção da visibilidade dos monumentos tombados por este órgão no município. A arquiteta do IPHAN Lia Motta participou desses estudos que teve como produto uma sugestão dos limites máximos de gabarito nas áreas próximas aos bens tombados no município. Esta arquiteta justifica as propostas do grupo de estudo do órgão no texto à seguir:

A partir destes pontos consideramos não só a visibilidade dos prédios, mas seus planos de fundo e sua relação com o espaço envolvente, observando quais os elementos – largos prédios – que dão ao monumento referencial de escala da época de sua construção. Procuramos, desta forma, ficar de acordo com uma compreensão mais ampla do termo visibilidade, referido Art.18 do Decreto-lei nº25 de 30 de Novembro de 1937, que regulamenta a atuação do SPHAN, prevendo o controle de construções que reduzam a visibilidade dos monumentos tombados. (MOTTA, 1981).

Neste mesmo texto a citada arquiteta também propõe a criação de uma área não edificante em frente ao Convento do Carmo, criação de mapas de entorno dos bens tombados, um recuo frontal para o prédio ao lado da Igreja da Lapa além da transferência da antiga rodoviária municipal, que se localizava em frente a esta Igreja – e em função de uma grande cobertura impactava sua visibilidade. Infelizmente destas propostas a única que efetivamente foi concretizada foi a transferência da rodoviária municipal para uma área conhecida como Praia da Chácara. A proposta de gabarito foi materializada através de um mapa produzido pelo poder público municipal, mas que nunca foi inserido nas leis de zoneamento do município. (Ver mapa no ANEXO E).

Em 1991 é elaborado o novo Plano Diretor da cidade através da Lei nº162 de 12 de dezembro de 1991 onde a preservação do patrimônio cultural constava entre os objetivos do desenvolvimento municipal presentes no artigo 3º da dita lei. A criação de uma zona específica para as áreas de valor cultural, ambiental, turístico e de utilização pública, as AECATUPS demonstraram, pelo menos inicialmente, o reconhecimento das especificidades

destas áreas dentro da dinâmica urbana do município. Algumas áreas do município foram selecionadas dentre elas o Centro Histórico, chegando a serem realizados uma série de estudos, todavia, após as mudanças de governo este instrumento só foi aplicado na Vila do Abraão na Ilha Grande (AECATUP Vila do Abraão – Lei 648/97) e no conjunto Insular (AECATUP das Ilhas – Lei 821/99), ficando o Centro Histórico indicado como uma ZDU - Zona de Desenvolvimento Urbano na lei de zoneamento municipal, uma área de crescimento sem qualquer preocupação com seu valor patrimonial.

Outra importante contribuição desta lei consta no artigo 126, integrante de Seção II – Do Patrimônio Cultural, onde é institucionalizado o tombamento e a preservação de bens de valor histórico-cultural pelo poder público municipal. Em 1993 o poder público municipal pela primeira vez cria um instrumento destinado à proteção do patrimônio cultural urbano do centro da cidade através do Decreto 431 de 28 de Setembro de 1993 que declarava a preservação provisória de bens imóveis do Centro de Angra dos Reis. Este Decreto apresentou como justificativas para sua execução que os imóveis representativos da história do município são importantes referências culturais para a população angrense além do processo de desaparecimento deste patrimônio devido aos interesses de renovação urbana (ANGRA DOS REIS, 1993).

O decreto trazia uma relação com mais de 100 imóveis preservados divididos em 6 categorias (A, B, C, D, E e F) de acordo com o grau de conservação de suas características ditas originais. O setor da prefeitura responsável pela avaliação das propostas de intervenções nestes imóveis era o Departamento de Planejamento Territorial da Secretaria Municipal de Planejamento.

Em 2001, é exposto através de um relatório produzido pelo Departamento de Planejamento Territorial da Secretaria Municipal de Planejamento, que o referido Decreto deveria ser revisado devido ao seu caráter provisório e a necessidade de uma definição sobre seus objetivos.

Neste relatório afirma-se que a criação deste decreto estava vinculada a elaboração do Projeto Centro Histórico (ANGRA DOS REIS, 1991), um instrumento que previa a melhoria da qualidade paisagística e ambiental do centro de Angra com enfoque turístico através de intervenções como a renovação de fachadas, normas para letreiros, iluminação de monumentos, padronização de mobiliário urbano dentre outras. Segundo este documento, os motivos geradores do Decreto teriam sido o de trabalhar o centro histórico como um produto turístico em detrimento do valor cultural dos bens ali presentes.

Através deste relatório o Departamento de Planejamento Territorial da Secretaria Municipal de Planejamento solicita uma definição frente ao enfoque deste decreto, questionando se os objetivos da preservação serão exclusivamente pelos valores paisagísticos, ou pelo valor cultural dos bens. São apresentadas sugestões de ações a partir da decisão entre estas duas opções.

Adotando os valores paisagísticos, valores entendidos a partir deste relatório como de caráter fachadista como citado por Carlos (2007), ele sugere que um projeto similar ao Projeto Centro Histórico (ANGRA DOS REIS, 1991) seja retomado para que comerciantes e proprietários sejam motivados a colaborar. Outra sugestão é que o Município assuma uma postura de isenção frente à proteção destes imóveis deixando essa função para órgãos como o INEPAC e o IPHAN.

No caso em que o município assumisse o valor cultural dos bens preservados, ele sugere a instituição do Tombamento Municipal, prevista no Plano Diretor de 1991, através da reestruturação dos órgãos da prefeitura e conselhos municipais, visando uma capacitação técnica e jurídica que viabilize a utilização deste instrumento. Ele alerta sobre um Parecer da Procuradoria Geral do Município elaborada em 1993 que subsidiou a decisão da não implantação deste instrumento no Decreto 431/93, pois naquele momento foi entendido que o Município não poderia arcar com uma estrutura “tão complexa” (ANGRA DOS REIS, 2001).

Esta posição do município inscrita no Decreto 431/93 está presente em seu artigo 2º onde é definido o conceito de preservação adotado pelo poder público através deste instrumento:

Art. 2º - Entende-se por PRESERVAÇÃO a conservação parcial do bem, ou conjunto de bens, garantido a permanência de suas características básicas, sendo permitidas alterações de uso e/ou de composição sem que se percam tais características. (ANGRA DOS REIS, 1993).

A utilização exclusiva da categoria de proteção do patrimônio cultural “Preservação” sinaliza uma visão patrimonial onde a proteção destes bens é pautada por limitados valores estéticos. A introdução de uma categoria de tombamento municipal como a proposta do arquiteto do antigo Departamento de Planejamento Territorial poderia preservar as edificações que ainda mantivessem em seus interiores características inerentes a determinadas tipologias arquitetônicas, preservando não só os valores paisagísticos como principalmente seu valor cultural de repositório de memória coletiva. Apesar destas

observações, este decreto foi de grande importância dentro da política municipal de proteção do patrimônio, sendo responsável pela proteção de um grande número de edificações, preservando assim uma série de ambiências ao longo do centro histórico de Angra até a sua extinção em 2008.

Em 2008, ano que pode ser apontado como o início de um período de total desproteção do patrimônio cultural urbano do centro histórico de Angra. O poder público municipal cria uma Lei de incentivo à preservação dos imóveis preservados pelo município – Lei nº 2021 de 18 de Julho de 2008, incluindo a relação de imóveis do Decreto 431/93, além de imóveis da Vila Histórica de Mambucaba e Vila do Abraão na Ilha Grande, através da isenção de IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano). Neste mesmo ano, é criado um Decreto municipal que estabelecia as normas e procedimentos para a obtenção dessa isenção fiscal, surgia o Decreto nº 6213 de 15 de Setembro de 2008 – Muito embora a isenção de IPTU seja um bom incentivo a preservação, o decreto a restringe aos imóveis contidos nos Livros do Tombo, o que, dada a ausência deste documento, pode ser apontado como uma séria ameaça à preservação do patrimônio cultural urbano do centro de Angra.

Examinemos três artigos do Decreto nº 6213/2008: Artigo 1º que estabelece que os imóveis preservados, conservados e tombados são passíveis de obter essa isenção:

Art. 1º Ficam estabelecidas as normas e os procedimentos para obtenção de isenção do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, relativo aos imóveis que se encontrem preservados, conservados e tombados, ou cujos proprietários venham manter as características dos mesmos, sendo-lhe concedido incentivo fiscal na forma da Lei. (ANGRA DOS REIS, 2008).

Já o artigo 9º estabelece que os imóveis aptos a receber a isenção prevista no artigo 1º serão aqueles que comprovadamente estejam inseridos nos respectivos livros do tomo, fato sem a menor validade para os imóveis preservados pois o município não possui qualquer livro do tomo:

Art. 9º Os imóveis descritos no caput do art. 1º, somente serão considerados preservados, conservados e tombados, depois de comprovada a inscrição nos respectivos livros-tombos e farão jus à isenção desde que mantidos em bom estado de conservação. (ANGRA DOS REIS, 2008).

No artigo 18º o Decreto 431/93 é revogado pondo fim à preservação de imóveis através do poder público municipal no Centro Histórico de Angra:

Art. 18. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente o inciso III do art. 1º e arts. 9º e 10 do Decreto n.º 4.876/05, de 19/12/2005 e o Decretos n.º 431/L.O./93, de 28/09/1993 e n.º 442/L.O./93, de 19/10/1993. (ANGRA DOS REIS, 2008).

Em 2008 foi desenvolvido pela Gerência de Planejamento Territorial um trabalho de revisão da relação de imóveis preservados pelo Decreto 431/93 em virtude da descaracterização de partes destes imóveis, o que já não justificaria sua proteção. Todavia, o trabalho foi engavetado, sem que sua contribuição fosse adotada no Decreto nº 6213/08. A localização e listagem das edificações que foram consideradas conservadas após o citado trabalho de revisão constam no APÊNDICE D – Mapa de bens tombados e preservados no Centro Histórico de Angra dos Reis. O quadro a seguir traz um resumo cronológico dos instrumentos de proteção do Centro Histórico de Angra dos Reis:

<b>Quadro 2: Cronologia dos instrumentos de proteção do Centro Histórico de Angra dos Reis/RJ</b>	
<b>Década de 1940-1970</b> Tombamentos IPHAN	<b>2008</b> Lei de isenção IPTU para imóvel preservado Revisão dos decretos 431/93 e 442/93 Decreto de regulamentação da Lei de isenção de IPTU Revogação dos decretos 431/93 e 442/93
<b>Década de 1980</b> Tombamentos Governo Estadual (Estudos INEPAC) Estudos de proteção IPHAN (Proc. 1051/81) Estudos de zoneamento do Centro - IPHAN	<b>2009</b> Criação da ZECHAR (Zona Especial do Centro Histórico de Angra dos Reis)
<b>Década de 1990</b> Preservação de fachadas – Município Decretos 431/93 e 442/93 (Provisório) Estudos AECATUP Centro Histórico	

**Figura 23 - Quadro 2: Cronologia dos instrumentos de proteção do Centro Histórico de Angra dos Reis/RJ.**  
Fonte: Produzido pelo autor (Rafael Azevedo), 2015.

O atual cenário do patrimônio cultural urbano do Centro Histórico de Angra dos Reis demonstra-se cada dia mais preocupante. Apesar do grande processo de descaracterização que vem ocorrendo no município desde a década de 1950, ainda existem importantes bens de valor cultural para a memória e a identidade de Angra dos Reis, verdadeiras heranças de sua história que são ameaçadas pela falta de uma gestão mais presente e de instrumentos verdadeiramente eficazes, mas acima de tudo, é preciso inserir no município uma visão contemporânea sobre o patrimônio cultural e apresentar quais são os métodos de análise e seleção que permitirão identificar, valorizar e proteger seu patrimônio.

Um dos objetivos deste trabalho é semear ações preservacionistas para o patrimônio cultural de Angra dos Reis, especificamente em seu Centro Histórico. Assim, serão apresentados no capítulo a seguir um diagnóstico da atual situação do Centro Histórico de Angra dos Reis sob a ótica dos debates internacionais sobre o tema, buscando uma correlação que colabore com a identificação das causas que geraram esse panorama de iminente descaracterização, assim como encontrar soluções que possibilitem sua preservação tanto através do poder público como pela população angrense.

## **CAPÍTULO 2 - O CENTRO HISTÓRICO DE ANGRA DOS REIS A PARTIR DOS DEBATES SOBRE A PRESERVAÇÃO DE SÍTIOS HISTÓRICOS URBANOS.**

A seguir será apresentado o embasamento teórico-conceitual que colaborou para a construção do discurso crítico e propositivo sobre o atual panorama do Centro Histórico de Angra dos Reis e as possíveis estratégias visando o reconhecimento seguido da preservação e valorização dos bens materiais representados pelas edificações, conjuntos urbanos, espaços livres e monumentos que constituem seu patrimônio cultural urbano.

### **2.1- O processo de consolidação do Patrimônio cultural urbano**

Através da proposta de um Plano de Preservação pretende-se implantar o reconhecimento e a valorização da cidade como objeto histórico e cultural - tema relativamente recente no âmbito internacional das políticas preservacionistas.

Segundo CHOAY (2006) o surgimento da apreensão da cidade histórica, seu papel como suporte de memória e identidade, só surgirá quatrocentos anos depois da invenção do monumento histórico. Segundo a autora, fatores como a escala e a complexidade das cidades além da ausência de cadastros e documentos cartográficos confiáveis, contribuíram para que essa compreensão da cidade do ponto de vista histórico e cultural fosse introduzida nas políticas preservacionistas. A própria produção literária até o século XIX não fornecia informações substanciais sobre o espaço urbano, tendo seu enfoque direcionado para os monumentos e os aspectos socioeconômicos, sem descrições de sua materialização urbanística.

As transformações urbanísticas ocorridas após a Revolução Industrial, conjuntura que trouxe grandes transformações no espaço urbano como a necessidade de expansão e de reestruturação do sistema viário e do conjunto edilício suscitarão repostas frente ao valor cultural das cidades antigas:

“foi justamente tornando-se obstáculo ao livre desdobramento de novas modalidades de organização do espaço urbano que as formações antigas adquiriram sua identidade cultural. A noção de patrimônio urbano histórico constituiu-se na contramão do processo de urbanização dominante” (CHOAY, 2006).

Essa compreensão da cidade antiga em contraste aos novos modelos de urbanização será responsável por sua transformação em objeto de investigação no âmbito histórico na Inglaterra através da formação do modelo urbanístico culturalista que teve como seu maior expoente John Ruskin (1819-1900). Ruskin defende uma postura extremamente conservacionista frente à cidade antiga, opondo-se as transformações urbanísticas propostas no período pós-industrial. Sua visão culturalista sobre a cidade abomina qualquer intervenção na cidade pré-industrial, defendendo que as sociedades devem continuar a habitá-las como no passado, sendo estas as garantias de nossa identidade, pessoal, local, nacional, humana, objeto patrimonial intangível que deve ser preservado incondicionalmente. (CHOAY, 2006).

Seu grande apreço pela continuidade entre a arquitetura doméstica e pela malha urbana das cidades pré-industriais como Veneza, Florença e Oxford valorizam uma ideia de cidade como monumento histórico, contrariando a visão patrimonial limitada aos grandes edifícios religiosos e palácios. Segundo Choay (2006), mesmo negando o caráter histórico das cidades através da aversão aos processos de desenvolvimento provenientes do período pós-industrial, Ruskin faz uma importante descoberta sobre a importância das cidades como objetos de rememoração:

“Ao longo dos séculos e das civilizações, sem que aqueles que a construíram ou nela viviam tivessem intenção ou consciência, a cidade desempenhou o papel memória de monumento: objeto paradoxalmente não elevado a esse fim, e que, como todas as aldeias antigas e todos os estabelecimentos coletivos tradicionais do mundo, possuía, em um grau mais ou menos restrito, o duplo e maravilhoso poder de enraizar seus habitantes no espaço e no tempo.” (CHOAY, 2006).

Contrários a esta visão conservacionista frente às cidades antigas, o urbanismo progressista, que tem como seus maiores expoentes modernistas como Walter Gropius e Le Corbusier, defenderá que o racionalismo, a ciência e a técnica devem possibilitar resolver problemas colocados pela relação dos homens como o meio e entre si (CHOAY, 2005). Este modelo que têm sua doutrina estabelecida através dos Congressos Internacionais da Arquitetura Moderna (CIAM) defenderá e implantará em diversos centros antigos do Oriente Médio, a total destruição das pré-existências históricas em prol da inserção de novos modelos arquitetônicos e urbanísticos nas cidades. Características como a heterogeneidade e a espontaneidade destes núcleos são compreendidas como estruturas urbanas superadas e que deverão ser adequadas ao modelo de cidade moderna: ordenação, espaços urbanos

amplos e abertos, setorização das diversas atividades humanas em diferentes áreas, criação de tipos arquitetônicos e de uma estética que exalta a pureza formal (CHOAY, 2005). A difusão da ideologia da tábula rasa defendida pelo modelo progressista foi responsável por inúmeras perdas culturais em núcleos urbanos antigos de todo o mundo.

O desenvolvimento da noção de patrimônio urbano teve grande contribuição a partir da obra do arquiteto e historiador vienense Camillo Sitte (1843-1903). Contrário à visão nostálgica defendida pelos culturalistas e pela completa desconsideração dos tecidos históricos dos progressistas, Sitte compreende a cidade antiga como uma estrutura superada frente a dinâmica da sociedade pós-industrial, mas que todavia, deverá ter seu caráter histórico reconhecido com a necessidade de uma reflexão sobre seu papel nesta nova sociedade. Sem a pretensão de dar respostas para essa problemática, a maior contribuição de Sitte talvez seja a apreensão da cidade histórica como referência para a construção de uma estética urbanística. As reflexões de Sitte encontrarão sua materialização nas propostas de conservação das cidades históricas que se transformaram em grandes museus a céu aberto. Essa figura museal seria uma alternativa de proteção de “áreas preciosas para a arte e a história que como as obras colocadas nos museus, deverão ser colocadas fora do circuito da vida” (CHOAY, 2006).

Segundo Choay (2006), as análises realizadas por Sitte em diversos sítios e centros antigos, descrevendo e explicando as diferentes configurações do espaço urbano ao longo da história, fazem dele o criador da morfologia urbana, importante ferramenta de análise das cidades utilizada até hoje. Suas reflexões frente às cidades históricas podem ser apontadas como a origem do debate entre o antigo e o novo em áreas de valor histórico-cultural, especialmente no período após a Segunda Guerra na Europa.

Gustavo Giovannoni (1873-1943) talvez seja quem melhor tenha contribuído para a construção da visão contemporânea sobre os tecidos históricos, sintetizando as preocupações de Ruskin e Camilo Sitte frente ao destino dessas áreas. Com grande atuação teórica e prática através da produção de inúmeros planos diretores, Giovannoni demonstra através de sua extensa produção literária, que os conjuntos urbanos antigos devem ser compreendidos como áreas que integram a dinâmica das cidades contemporâneas, sendo preservadas por seu valor histórico-cultural, mas também utilizadas por esta sociedade como estruturas passíveis de adaptação.

Giovannoni será o fundador de uma política de conservação e restauração do patrimônio urbano, sendo Giovannoni o primeiro autor a se referir a estas áreas desta forma, que vê a “cidade histórica constituindo em si um monumento, que ao mesmo tempo é um tecido vivo” (CHOAY, 2006). Segundo Choay (2006) três grandes princípios sintetizam essa política: O primeiro seria a integração das áreas históricas nos planos diretores das cidades, simbolizando sua relação com a vida presente através do seu valor de uso; O segundo seria a ampliação do conceito de monumento histórico através da necessária consideração de seu entorno como elemento estruturador da percepção de seu valor histórico-cultural, sendo assim, ações de isolamento ou de destaque de edificações e conjuntos urbanos representam mutilações de seu sentido como objeto cultural. Surge aqui a valorização da ambiência histórica, o caráter de determinados lugares de evocarem através de configurações espaciais a percepção de valores históricos e culturais; o terceiro seriam as propostas de intervenção passíveis de execução em tecidos históricos visando a conservação de seu valor histórico-cultural. Giovannoni propõe que os procedimentos de conservação e restauração dos monumentos históricos como as reconstruções, que não sejam enganosas, e as demolições poderão ser utilizados nos sítios históricos. É através dessa simbiose entre o reconhecimento do valor histórico e cultural das cidades antigas, de sua inserção na dinâmica urbanística presente e a importação das práticas de conservação e restauração de monumentos históricos que nascerá o restauro urbano.

As contribuições de Giovannoni para a compreensão da cidade histórica no presente e as necessárias ações visando a preservação dessas áreas de valor cultural, foram alguns dos alicerces para o debate italiano relativo à dialética entre o antigo e o novo nas cidades europeias que sofreram grande perdas urbanas no segundo período pós-guerra. A destruição de grandes áreas de valor patrimonial suscitaram dos arquitetos respostas práticas e teóricas de intervenção nas cidades históricas adequadas a uma escala jamais vista.

Enquanto Cesare Brandi (1906-1988) defende uma posição extremamente conservacionista com relação às áreas históricas, vendo esta como uma obra de arte, o arquiteto Roberto Pane (1897-1987) considerará toda a complexidade existente sobre o território das cidades, sendo a conservação das áreas históricas um das exigências a ser equilibradas em meio a processos econômicos e sociais (RUFINONI, 2013).

Pane afirmará sua visão integradora entre a cidade presente e os núcleos urbanos de valor histórico-cultural, entre suas principais contribuições estão às preocupações relativas à especulação imobiliária que intervém, sem qualquer compromisso no valor

cultural da cidade antiga além de seu posicionamento frente a um debate que até hoje permeia as intervenções em bens e áreas de valor patrimonial - a relação entre o antigo e novo. Pane defende ao lado de teóricos como Bruno Zevi (1918-2000) a inserção de novas arquiteturas em áreas históricas, pois “promovendo essa convivência, o ambiente urbano antigo deixaria de ser visto como uma imagem acabada, completa, concepção que o furta da historicidade que o faz vivo e mutável” (RUFINONI, 2013). Para Pane a salvaguarda das áreas de valor histórico e cultural não representa a conservação de uma soma de bens, seria sim a manutenção das relações de massas e de espaços, os aspectos configurativos do espaço, que permitirão a inserção de novas arquiteturas adequadas às pré-existências. A questão do novo para Pane trata-se de uma questão de qualidade projetual.

Neste mesmo período despontaria no âmbito da revista *Casabella*, uma das mais importantes reflexões sobre a cidade e sua significância histórica e cultural compilada na publicação intitulada *A Arquitetura da cidade* (1966) de autoria do arquiteto italiano Aldo Rossi (1931 - 1997). Suas reflexões surgem a partir de uma crítica à aplicação de dogmas do movimento moderno responsáveis pela perda da identidade cultural de algumas cidades. O próprio título da publicação remete uma analogia entre a arquitetura e as estruturas urbanas a partir do sentido de construção:

A cidade, objeto deste livro, é nele entendida como uma arquitetura. Ao falar de arquitetura não pretendo referir-me apenas à imagem visível da cidade e ao conjunto das suas arquiteturas, mas antes à arquitetura como construção. Refiro-me à construção da cidade no tempo. Considero que esse ponto de vista, independentemente de meus conhecimentos específicos, pode constituir o tipo de análise mais abrangente da cidade; ela remete ao dado último e definitivo da vida da coletividade: a criação do ambiente em que esta vive. (ROSSI, 2001).

Rossi propõe uma análise da cidade como um artefato em contínua construção onde a forma, representada pelos fatos urbanos<sup>2</sup>, o aspecto concreto da cidade, está condicionada à dinâmica social ali presente que somados ao aspecto subjetivo, geram seu locus, termo que segundo Rossi seria “aquela relação singular mais universal que existe entre certa situação local e as construções que se encontram naquele lugar” (ROSSI, 2001).

---

<sup>2</sup> Segundo Rossi os fatos urbanos seriam igrejas, residências, monumentos, praças e etc, ou seja, elementos singulares da cidade que configuram sua forma. Rossi divide estes fatos em área-residência e elementos primários, ou seja, esfera particular e esfera privada (ROSSI, 2001).

Seu método de análise propõe a compreensão da cidade a partir de uma visão de conjunto, sua morfologia urbana, aproximada por diferentes escalas como a rua, o bairro e a própria cidade sendo o somatório das anteriores, e uma visão individualizada pela análise das diferentes tipologias de elementos como as residências, sendo este o fato urbano de maior representatividade da materialização de hábitos e costumes de uma dada sociedade.

Para Rossi, a análise das tipologias representa o aspecto dicotômico de permanências e alterações inerentes às cidades, seu poder de ser um campo aberto às renovações, fatos gerados a partir da evolução social, econômica e científica das sociedades, e a preservação a sua memória coletiva representada através de seu patrimônio cultural urbano (áreas livres de uso público, conjuntos arquitetônicos, monumentos).

O tipo é, pois, constante e se apresenta com características de necessidade; mas mesmo determinadas, elas reagem com a técnica, com as funções, com o estilo, com o caráter coletivo e o momento individual do fato arquitetônico. (ROSSI, 2001).

Com relação à relação entre patrimônio material e imaterial que caracteriza a dimensão cultural das cidades (elemento defendido neste trabalho como justificativa para a preservação do Centro Histórico de Angra dos Reis), o conceito de permanência é amplamente utilizado por Rossi. Segundo o autor esta seria a capacidade de certos elementos como edificações e traçados históricos de atravessarem diferentes períodos da cidade responsáveis pela construção da memória coletiva, signos da identidade cultural de uma sociedade.

Em suma, os temas levantados pelos debates sobre a cidade histórica entre os teóricos italianos na década de 1950 ainda possuem relevância na atualidade. A integração entre a arquitetura o urbanismo e o patrimônio cultural; as ameaças da especulação imobiliária; as dificuldades na gestão e na aplicabilidade dos instrumentos normativos nestas áreas e a problemática da qualidade projetual do novo nos tecidos históricos ainda permeiam os questionamentos sobre as práticas conservacionistas no Brasil.

Constituindo a síntese dos debates internacionais relativos à conservação das áreas urbanas de valor histórico-cultural, as cartas patrimoniais trarão importantes contribuições relativas a aspectos conceituais de identificação destas áreas e dos elementos que configuram seu valor histórico-cultural além de proposições relativas a gestão e as estratégias visando a conservação destas áreas.

## 2.2- Cartas patrimoniais e o patrimônio cultural urbano

Diante da necessidade de se estabelecer parâmetros internacionais para a salvaguarda dos bens de valor cultural, foram produzidas a partir da primeira metade do século XX uma série de conferências onde foram produzidas as denominadas Cartas Patrimoniais

No âmbito da conservação de áreas urbanas, contrária à visão reducionista de patrimônio restrito às obras monumentais presente na Carta de Atenas (1931), a Carta de Veneza (1964) será a primeira carta patrimonial a incluir os sítios urbanos na relação de bens patrimoniais. Elaborada a partir do II Congresso Internacional de técnicos dos monumentos históricos do ICOMOS (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios) define em seu artigo 1º:

A noção de monumento histórico compreende a criação arquitetônica isolada, bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Entende-se não só as grandes criações, mas também as obras modestas, que tenham adquirido, com o tempo, uma significação cultural.

Além do pioneirismo relativo à proteção da cidade como artefato da sociedade humana, sendo assim repositório da memória coletiva, a inclusão das obras modestas como elementos de significação cultural é fato de grande relevância relacionado a evolução do próprio conceito de patrimônio.

Em 1975 foi elaborada após o Congresso do Patrimônio Arquitetônico Europeu, uma das mais importantes cartas patrimoniais relativas à conservação de áreas de valor histórico-cultural, a Declaração de Amsterdã. Esta carta introduz uma série de instruções visando à implantação de políticas de conservação integrada nos sítios históricos urbanos exaltando a sua inserção no planejamento urbano das cidades, a valorização da participação popular durante os processos de elaboração e implantação das medidas visando a salvaguarda destas áreas e o respeito às dinâmicas sociais pré-existentes em detrimento de processos como a gentrificação provocada pela valorização de áreas patrimoniais após intervenções visando sua reabilitação. Dentre os inúmeros preceitos estabelecidos nesta carta destacam-se:

- O respeito aos grupos sociais residentes nas áreas de intervenção, favorecendo uma distribuição igualitária dos benefícios produzidos pelas intervenções sendo estas subsidiadas por recursos públicos;

- A previsão de recursos financeiros destinados a conservação das áreas de valor histórico-cultural e incentivos fiscais para os proprietários particulares;
- Uma valorização global do patrimônio urbano incluindo obras monumentais e modestas;
- O incentivo a uma produção arquitetônica de qualidade sendo a produção contemporânea o patrimônio de amanhã.
- O reconhecimento das especificidades destas áreas no que tange ao seu valor histórico-cultural em detrimento de análises generalistas.
- A produção de inventários urbanos como importantes instrumentos de compreensão das estruturas urbanas possibilitando a identificação das zonas que deverão ser protegidas.
- A importância do incentivo à formação de profissionais especializados em práticas relacionadas ao patrimônio cultural e à difusão de conhecimento entre a população objetivando instrumentalizá-la para que possa participar efetivamente na elaboração de planos e projetos de conservação.

Os princípios de integração estabelecidos nas medidas propostas por esta carta demonstram a contemporaneidade dos ensaios elaborados por Gustavo Giovannoni que preconizava a compreensão dos tecidos históricos como elementos integrantes da estrutura das cidades contemporâneas.

Contemporânea à Declaração de Amsterdã, é elaborada em 1976 durante a 19ª Sessão da UNESCO (Organização da Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) a Recomendação de Nairobi, uma das mais importantes cartas patrimoniais relacionadas ao patrimônio representado pelos sítios urbanos de valor histórico-cultural. A citada carta, que utiliza a nomenclatura de “conjunto histórico”, traz importantes definições e princípios gerais onde se destacam:

Considera-se conjunto histórico ou tradicional todo agrupamento de construções e de espaços, inclusive os sítios arqueológicos e paleontológicos, que constituam um assentamento humano, tanto no meio urbano quanto no rural e cuja coesão e valor são reconhecidos do ponto de vista arqueológico, arquitetônico, pré-histórico, histórico, estético ou sociocultural. Entre esses ‘conjuntos’, que são muito variados, podem se distinguir especialmente os sítios pré-históricos, as cidades históricas, os bairros urbanos antigos, as aldeias e lugarejos, assim como os conjuntos monumentais homogêneos, ficando entendido que estes últimos deverão, em regra, ser conservados em sua integridade.

Alguns aspectos importantes levantados a partir desta Carta são as contribuições através de medidas técnicas, jurídicas, administrativas, econômicas e pedagógicas visando a salvaguarda das áreas de valor histórico-cultural além de aspectos conceituais como uma visão patrimonial que preconiza termos como coesão e conjunto para caracterizar os sítios históricos e tradicionais, destacando que os conjuntos monumentais homogêneos deverão ser conservados em sua integridade, além da conservação da ambiência dos conjuntos históricos ou tradicionais que segundo a definição presente na Carta “seria o quadro natural ou construído que influi na percepção estática ou dinâmica desses conjuntos, o a eles se vincula de maneira imediata no espaço, ou por laços sociais, econômicos ou culturais (In: CURY, 2001):

Os conjuntos históricos ou tradicionais e sua ambiência deveriam ser protegidos ativamente contra quaisquer deteriorações, particularmente as que resultam de uma utilização imprópria, de acréscimos supérfluos e de transformações abusivas ou desprovidas de sensibilidade que atendam contra sua autenticidade, assim como as provocadas por qualquer por qualquer forma de poluição.

A Carta de Washington (1986) – Carta Internacional para a salvaguarda das cidades históricas (ICOMOS) se apresenta como um texto complementar à Carta de Veneza (1964), objetivando a salvaguarda das “cidades e centros históricos” do iminente processo de deterioração e até de total destruição fruto de uma política de urbanização nascida a partir da era industrial. Além de incentivar a introdução da proteção das cidades e bairros históricos no planejamento físico e territorial e nos planos urbanísticos em todos os seus níveis, são apontados os conjuntos de elementos materiais e espirituais que devem ser preservados visando a manutenção do caráter destas áreas: a forma urbana definida pelo traçado e pelo parcelamento; as relações entre os diversos espaços urbanos, espaços construídos, espaços abertos e espaços verdes; a forma e o aspecto das edificações (interior e exterior) tais como são definidos por sua estrutura, volume, estilo, escala, materiais, cor e decoração; as relações da cidade com seu entorno natural ou criado pelo homem e as diversas vocações das cidades adquiridas ao longo de sua história.

Nesta Carta, a primeira a utilizar o termo “centro histórico”, é reforçado o caráter processual destas áreas, devendo as mesmas serem adaptadas e integradas a vida contemporânea. Essa evolução conceitual ainda encontra entraves nas políticas preservacionistas que continuam a preconizar uma visão exclusivamente seletiva sobre

determinados períodos históricos, principalmente as linguagens históricas anteriores ao século XIX, a partir de aspectos estéticos.

Em 1987 é realizado o 1º Seminário Brasileiro para Preservação e Revitalização de Centros Históricos, sendo elaborada a Carta de Petrópolis. Esta carta introduz o termo sítio histórico urbano que é definido como “o espaço que concentra testemunhos do fazer cultural da cidade em suas diversas manifestações.” (In; CURY, 2001). O caráter processual do centro histórico já evidenciado na Carta de Washington é reforçado nesta Carta que também apresenta um posicionamento referente ao debate entre antigo e o novo nas áreas urbanas de valor patrimonial:

Sítio Histórico Urbano – SHU – é parte integrante de um contexto amplo que comporta as paisagens natural e construída, assim como a vivência de seus habitantes num espaço de valores produzidos no passo e no presente, em processo dinâmico de transformação, devendo os novos espaços urbanos ser entendidos na sua dimensão de testemunhos ambientais em transformação.

Outros pontos de destaque dessa Carta são:

- O incentivo ao uso polifuncional, excluindo a adoção da exclusividade de usos, garantindo assim a projeção do caráter heterogêneo da própria sociedade sobre o espaço construído.
- Preservando o caráter heterogêneo, o incentivo ao uso residencial e a manutenção das populações residentes.
- Ações integradas entre os órgãos federais, estaduais, municipais e a participação da população visando à salvaguarda dessas áreas.
- A proteção legal do SHU através de instrumentos como o tombamento, inventário, normas urbanísticas, isenções e incentivos e a declaração de interesse cultural e desapropriação.
- Predominância do valor social da propriedade urbana sobre a sua condição de mercadoria.

### 2.3- A problemática dos centros históricos latino-americanos

Contendo processos de urbanização mais recentes que os europeus e contextos econômicos e sociais apresentando diferentes problemáticas, a questão patrimonial na América Latina apresenta grandes dificuldades em sua assimilação pelos governos locais e pela população, principalmente na escala urbana. Visando a compreensão do fenômeno urbano e seu reatamento sobre as pré-existências históricas é válido destacar a contribuição de pesquisadores como Jorge Enrique Hardoy, Margarita Gutman e Ramon Gutierrez, para o debate sobre o tema.

Com enfoque sobre os centros históricos, mesma categoria dos sítios históricos urbanos do objeto deste trabalho, o livro *Impacto de La Urbanización em los centros históricos de Iberoamérica* de Hardoy e Gutman (1992), traz um panorama destas áreas através de conceitos, problemáticas e estratégias visando sua conservação diante dos processos de urbanização responsáveis por inúmeras perdas de áreas de valor histórico-cultural e a estandardização de cidades no continente.

Diante do crescimento das cidades contemporâneas e partindo da definição de centro histórico<sup>3</sup> formulada após um Colóquio Latinoamericano sobre a preservação realizado na cidade de Quito em 1977, os autores apresentam a evolução do conceito de conservação de centros históricos, antes restrita ao somatório de monumentos, que passa a ser encarado em sua dimensão física e social.

Esta definição introduz no debate sobre as políticas de conservação de áreas urbanas de valor patrimonial as questões sociais, econômicas e culturais existentes nas cidades latino-americanas, com destaque para a pobreza que se materializa através das ocupações como favelas e as invasões em edifícios históricos subutilizados nos centros históricos de grandes cidades.

Segundo os autores, uma das maiores responsáveis pela deterioração e subutilização dos centros históricos latino-americanos seria a negligência do poder público e privado com relação aos tecidos históricos representada: pela presença de instrumentos

---

<sup>3</sup> Este colóquio define como Centros Históricos “todos os assentamentos humanos vivos, fortemente condicionados por uma estrutura física proveniente do passado, reconhecíveis como representação da evolução de um povo”. (QUITO, 1977).

normativos que desconsideram as especificidade destas áreas, tratando-as nas leis municipais da mesma forma que outras áreas da cidade; pela falta de instrumentos que fortalecessem uma conscientização pública sobre o valor cultural destas áreas; pela falta da capacitação técnica necessária para gerir e propor planos e projetos visando a conservação destas áreas além da falta de investimentos financeiros que subsidiariam esses trabalhos, transformando essas áreas (que devido a sua longa permanência nas cidades reuniram importantes heranças arquitetônicas, urbanísticas e artísticas de um cultura urbana) em áreas desprestigiadas.

Outro fator seria a falta de recursos dos proprietários de edificações integrantes dos conjuntos históricos que impossibilitava a execução das dispendiosas intervenções visando a conservação destes imóveis.

Além destes, os autores levantam problemas com relação à conservação destas áreas que se relacionam a dificuldades há muito tempo já apontadas e que ainda persistem na questão patrimonial das cidades brasileiras: a falta de integração entre as políticas de conservação de áreas históricas e o planejamento urbano das cidades; as pressões econômicas da especulação imobiliária representada por situações recorrentes como as reabilitações de tecidos históricos através de usos relacionados ao comércio e o turismo gerando a expulsão dos moradores tradicionais devido ao crescimento do custo de vida – gentrificação; a seleção de determinadas filiações estilísticas como representações da cultura de um determinado grupo social, negando assim o caráter evolutivo das cidades que encontram em diferentes representações artísticas sua identidade, sendo a adoção dessa ideologia a responsável pela destruição de inúmeros conjuntos históricos.

## **2.4 – A preservação do Patrimônio cultural urbano no Brasil**

As problemáticas levantadas por Hardoy e Gutman (1992) sobre os centros históricos latino-americanos representam dificuldades muito similares as encontradas no Brasil com relação á conservação de áreas urbanas de valor cultural.

Segundo a Constituição Federal de 1988, a proteção, preservação e gestão do patrimônio cultural do país será executada pelo poder público, isto é, União, Estados e Municípios com o apoio da comunidade. No âmbito federal, a proteção e gestão do patrimônio cultural brasileiro é realizada pelo IPHAN, órgão fundado em 1937 hoje vinculado ao Ministério da Cultura.

Neste mesmo ano, também é criado um dos principais instrumentos normativos relativos à proteção do patrimônio cultural brasileiro, o Decreto-Lei nº25 de 30/11/1937<sup>4</sup>, que organizava a proteção do até então denominado “Patrimônio Histórico e Artístico”, além de institucionalizar o tombamento, um importante instrumento de proteção aos bens de valor cultural.

O conceito atualmente em uso - Patrimônio Cultural - foi implantado a partir da Constituição Federal de 1988 em seu artigo 216. Trata-se de uma evolução do conceito de patrimônio discutida internacionalmente que amplia sua abrangência ao incluir não só os bens materiais móveis e imóveis prescritos Decreto-Lei nº25/37, mas também os bens de natureza imaterial como as manifestações culturais como a música, a gastronomia, o folclore, as festas religiosas dentre outros. Segue abaixo a redação do citado artigo:

A partir de suas formas de expressão; de seus modos de criar, fazer e viver; das criações científicas, artísticas e tecnológicas; das obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; e dos conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (BRASIL, 1988).

Tratando-se especificamente dos SHU os principais instrumentos de proteção deste patrimônio no âmbito federal são os inventários, planos de preservação e reabilitação de áreas urbanas de valor cultural além dos tombamentos.

Com relação a este último, atualmente existem mais de 80 conjuntos urbanos tombados pelo IPHAN (IPHAN, 2015) em todo o território nacional, destacando-se o tombamento do Centro Histórico da cidade de Diamantina/MG (1938), reconhecida como patrimônio mundial pela UNESCO em 1999 e a Cidade Histórica de Ouro Preto, esta última sendo uma das pioneiras com relação à proteção institucional através do Decreto federal nº 22.928, de 12 de julho de 1933, que erigiu Ouro Preto como monumento nacional. Em 1938 teve seu conjunto arquitetônico e urbanístico inscrito nos livros do tomo do IPHAN e em 1980 foi reconhecida como patrimônio mundial pela UNESCO.

Apesar da proteção dos sítios históricos urbanos iniciar-se concomitantemente ao próprio surgimento do IPHAN os critérios de identificação e seleção do valor patrimonial das

---

<sup>4</sup> Vale citar que o primeiro instrumento legal a estabelecer como função do Estado a preservação do Patrimônio Cultural brasileiro foi a Constituição de 1934 através do art. 10, III: “Compete concorrentemente à União e aos Estados: III - proteger as belezas naturais e os monumentos de valor histórico ou artístico, podendo impedir a evasão de obras de arte” (BRASIL, 1934).

destas áreas eram referenciados a partir de características estilísticas, excepcionalidade e uniformidade dos conjuntos, sendo as áreas que não apresentassem tais características desconsideradas selecionando apenas as edificações coloniais de caráter monumental em seu interior. (MOTA In: CORREIA, 2008).

Neste período inicial de atuação do IPHAN o tombamento das cidades representava a busca por uma identidade nacional no contexto do Governo nacionalista do Presidente Getúlio Vargas (1882-1954), criticava-se o Brasil ‘europeizado’ do século XIX elencando os traços primitivos do Brasil colonial do século XVIII e sua produção arquitetônica e urbanística como uma expressão autenticamente brasileira. (MOTA In: CORREIA, 2008). Para este órgão as cidades tombadas, sendo estas eminentemente mineiras, eram consideradas como verdadeiras obras de arte, “objetos” prontos, passíveis de poucas transformações (SILVA, 1996).

Mesmo com os avanços sobre a noção de patrimônio durante as décadas de 1970 e 1980, a imagem veiculada pelo IPHAN durante mais de 30 anos desde a sua fundação constituiu uma restrita definição sobre este conceito aplicado tanto às edificações quanto aos sítios históricos urbanos:

O que foi selecionado como patrimônio nacional estabeleceu um padrão para patrimônio em geral. A ênfase no valor artístico, as referências na história dos estilos, a ideia de uniformidade, passaram a identificar o valor de patrimônio, tornando-se padrão exigido na seleção dos objetos para preservação, não considerando outros valores culturais que pudessem conter. Trata-se de um “status” de patrimônio, incorporado à memória social, correspondente a uma imagem à qual outros valores de caráter histórico, cultural, afetivo e cognitivo dos objetos, não tiveram força para se somar. (MOTA In: CORREIA, 2008).

Entre as décadas de 1960 e 1970 inicia-se um processo de descentralização da gestão do patrimônio ao serem criados os primeiros órgãos de preservação estadual como a Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Guanabara (DPHA) no Rio de Janeiro (1963), atual INEPAC (1975); o Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC) em 1967 e o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico Arqueológico, Artístico e Turístico (CONDEPHAAT) em São Paulo (1968). Estes órgãos, em conjunto com órgãos como o Conselho Municipal de Proteção Cultural (CMPC/1980) e o Departamento Geral de Patrimônio Cultural (DGPC/1986), ambos no Rio de Janeiro, surgem com o papel de valorização dos aspectos culturais regionais.

Durante este período ocorreram outros avanços com relação ao valor patrimonial como a inclusão de outros estilos além do colonial como o ecletismo, entretanto, os critérios de identificação e seleção dos bens a serem protegidos ainda eram regidos por valores estilísticos e de excepcionalidade, quadro que só começaria a mudar a partir da década de 1980 com a introdução de uma visão antropológica sobre o patrimônio:

[...] falta o resto. E os outros templos, os lugares sagrados da africanidade? E os heróis dos quilombos e das revoltas populares? E a apreciação do espaço na expressão coletiva das favelas, no que tem de criação da pobreza e dos quilombos contemporâneos? Não há traços, ainda que tênues e combalidos, de nada disso a documentar, a tombar e a conservar? Coisas outras ou outras leituras das mesmas coisas, mas que não demonstrem apenas a “criança asilada” e conduzida da empresa colonial. (CAMPOFIORITO In: MOTA In: CORREIA, 2008).

São exemplares da ampliação do conceito de seleção do patrimônio cultural a partir deste período o tombamento do Terreiro da Casa Branca em Salvador pelo IPHAN (1986) e da Pedra do Sal (1984) na cidade do Rio de Janeiro através do INEPAC e Governo Estadual representando as importantes contribuições da cultura negra, o tombamento da Casa Cavé (1983) em prol da preservação não só de sua arquitetura mas principalmente de seu uso como confeitaria, e o tombamento do Centro Histórico de São Francisco do Sul em Santa Catarina (1985) pelo IPHAN, núcleo formado por um conjunto heterogêneo, tombado diante de uma argumentação sobre sua importância como marco da ocupação do território nacional (MOTA In: CORREIA, 2008).

Além dos tombamentos outro importante instrumento de proteção que teve seu campo de atuação ampliado com o passar dos anos foi o inventário. Se inicialmente seu papel restringia-se a documentação dos bens para o tombamento, hoje possui efetiva participação nas ações de preservação de áreas urbanas de valor cultural servindo como fonte de informação para ações de planejamento além da difusão de conhecimento conforme comenta Laura Bahia Ramos Moure (2008):

A ação de inventariar, ou seja, de produzir um conhecimento sistemático, sobre o patrimônio cultural, seja ele material ou imaterial, possibilita por um lado a identificação e o registro dos valores culturais de um determinado lugar e sua comunidade, preservando as informações registradas nos arquivos e bancos de dados, para uso no presente e pelas futuras gerações e, por outro lado, instrumentaliza ações do poder público e da sociedade civil com vistas ao planejamento urbano, turístico e ambiental, à definição de normas e diretrizes de proteção [...] Possibilitam tornar público o

conhecimento contido no patrimônio cultural, socializando-o de forma a propiciar condições para a participação da população residente e usuária do patrimônio nas ações de preservação, de fundamental importância para a pela realização desses trabalhos. (MOURE In: CORREIA, 2008).

Dos iniciais Inventários de Bens Arquitetônicos (IBA) que tinham como função a documentação das edificações de caráter excepcional para tombamento, o IPHAN passa a se instrumentalizar com sistemas de inventário visando o registro dos sítios históricos urbanos tombados através do Inventário Nacional de Bens Imóveis e Sítios Urbanos (INBI/SU) e da configuração urbana dessas áreas representada pelos padrões de parcelamento, malha viária, relevo, vegetação dentre outr90os - Inventário de Configuração dos Espaços Urbanos (INCEU).

Recentemente o Governo Federal vem instituindo programas de incentivo a recuperação de sítios históricos urbanos através de subsídio financeiro e técnico aos municípios como o Programa Monumenta (1995-2000) e o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) Cidades Históricas.

## **2.5- Crítica sobre a atual conjuntura do Centro Histórico de Angra dos Reis: diagnóstico e estratégias para sua preservação.**

A breve análise do processo de reconhecimento da cidade como artefato histórico e cultural ao longo dos tempos somada à interpretação dos processos de formação do Centro Histórico de Angra dos Reis e de sua atual conjuntura urbana permite que sejam realizados diferentes paralelos com a problemática dos sítios históricos urbanos, compreendendo o porquê das dificuldades encontradas visando sua preservação e a construção de uma proposta adaptada à escala e à complexidade existente na área de estudo, que possibilite à manutenção de sua dinâmica social aliada a preservação e valorização de sua identidade cultural representada pelos monumentos, edificações, conjuntos urbanos e espaços livre públicos, que constituem seu patrimônio cultural urbano.

Através da caracterização do município no capítulo anterior onde foram apresentados os principais ciclos socioeconômicos pelos quais Angra passou em seus mais de 500 anos e as heranças conservadas por ações de órgãos de proteção federal e estadual como o IPHAN e o INEPAC, evidenciam sua importância histórica e cultural não só regional como nacionalmente. Neste sítio os períodos de hegemonia e declínio da economia angrense foram representados através de seu conjunto arquitetônico e urbanístico, apresentando inicialmente um modelo de ocupação típico das colônias portuguesas com um

conjunto edificado simplório de casas térreas e sobrados, que evoluíram para novas tipologias edilícias com maior grau de elaboração a partir dos séculos XIX e XX surgindo assim edificações de gabarito elevado contando com mais de 3 pavimentos, além de tipos como as residências de porão alto e acesso lateral e as edificações afastadas das divisas permitindo a criação de espaços livre privados dentre outros.

Os registros fotográficos e iconográficos de meados do século XX apresentam a permanência de sua malha urbana e do modelo de ocupação do solo – traçados e largura das vias, ocupação total dos lotes pelas edificações, gabarito alinhamento destas sobre as divisas frontais - além de um conjunto arquitetônico com nítidas perdas e edificações em ruínas - processo gerado por um período de estagnação econômica – mas que conserva um rico conjunto edificado marcado pelo caráter heterogêneo de suas edificações, representadas por diferentes linguagens históricas como: colonial, eclético, *Art Déco* e Modernismo. A partir da segunda metade do século XX inicia-se um processo de descaracterização do conjunto edificado do centro histórico de Angra dos Reis fortalecido a partir de uma mentalidade dita “progressista” defendida por grande parte dos proprietários dos imóveis que viram no tombamento de Paraty realizado pelo IPHAN em 1958, considerada uma ameaça para o desenvolvimento da cidade.

Com relação ao citado tombamento, as justificativas para sua proteção, poderiam ser aplicadas ao Centro Histórico de Angra dos Reis devido às semelhanças das condicionantes geográficas e da ocupação do solo destes municípios. Tais justificativas incluem: “extraordinária beleza natural, originalidade do município além do papel histórico do município como elemento de ligação entre o Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais” (IPHAN, 2015), excluindo seu “valor excepcional”, critério fortemente ligado à predileções estético-estilísticos e de homogeneidade, características contrárias ao conjunto edificado heterogêneo que Angra já apresentava neste período.

Apesar de representar uma importante ação em prol da proteção do patrimônio cultural urbano da cidade, o tombamento de Paraty ainda preconizava critérios de identificação e seleção de valores culturais através de uma apreensão das cidades como verdadeiras obras de arte acabadas, posicionamento que apesar de garantir sua conservação física, alterou completamente sua dinâmica social, transformando seu Centro Histórico num grande centro turístico onde a vida cotidiana das residências e dos pequenos pontos comerciais, usos inerentes às tipologias edilícias ali presentes, foram desaparecendo, algo muito próximo à “figura museal” citada por Choay (2006): “áreas preciosas para a arte e

a história que como as obras colocadas nos museus, deverão ser colocadas fora do circuito da vida” (CHOAY, 2006).

Em Angra dos Reis as pressões contrárias às políticas preservacionistas imperaram freando as ações do IPHAN na proteção do Centro Histórico do Município como conjunto. Tais ações eram substanciadas pelos mesmos princípios do movimento moderno de completa desconsideração das pré-existências no processo de desenvolvimento urbano do município, uma completa negação as permanências citadas por Rossi (2001) como representações da identidade cultural do lugar, seu *locus*. Os anseios pela máxima utilização do valor do solo urbano por seus proprietários, em conjunto com as pressões do mercado imobiliário citadas por Hardoy e Gutmam (1992) como sendo uma das principais dificuldades na gestão de áreas urbanas de valor cultural, foram responsáveis por perdas imensuráveis para a cultura do município, desconsiderando a predominância do valor social da propriedade urbana sobre a sua condição de mercadoria (Carta de Petrópolis, 1987).

Pode-se apontar como fatores cruciais para a construção deste cenário: a falta de um modelo de gestão e instrumentos eficazes de preservação deste patrimônio, a segregação existente entre as incipientes políticas de preservação do patrimônio e o planejamento urbano do município, a falta de reconhecimento e valorização deste patrimônio por sua população além da especulação imobiliária atuando sobre o solo urbano através de demolições e acréscimos de gabarito, mesmos elementos inerentes à problemática dos centros históricos na América Latina segundo Hardoy e Gutmam (1992).

Apesar do processo de descaracterização física a dinâmica social da área se apresenta com extrema vitalidade com todas suas edificações sendo ocupadas eminentemente pelo uso comercial no pavimento térreo e por serviços e residências nos pavimentos superiores, além da ocupação dos espaços livres públicos como ruas e praças, contrariando a problemática presente nos centros históricos de grandes metrópoles onde a subutilização de seu conjunto edificado somado às questões sociais como o déficit habitacional e a violência são responsáveis por sua desvalorização.

Neste cenário de grande descaracterização salvaram-se as edificações tombadas pelos órgãos de proteção do patrimônio cultural, IPHAN e INEPAC, um grupo de edificações que eram preservadas pelo município até a revogação do decreto municipal 431/93 em 2009 além de sua forma urbana constituída por sua malha urbana e padrões de ocupação do solo conservados do período colonial (gabarito, ocupação dos lotes e alinhamento frontal das edificações).

Apesar da contribuição representada pela proteção de monumentos e edificações através destes instrumentos a compreensão do valor histórico-cultural do Centro histórico de Angra dos Reis como um conjunto nunca conseguiu ser oficializada pelos órgãos responsáveis pela proteção do patrimônio cultural. Em todas as propostas de tombamento e preservação permaneceram a visão de patrimônio cultural restrita ao somatório de edificações e monumentos, valorizando as linguagens históricas recorrentes no século XIX e início do século XX, evidenciando a perpetuação da adoção de conceitos como excepcionalidade e padrões estético-estilísticos nos processos de identificação e seleção dos bens de valor patrimonial.

Importantes aspectos levantados pelas Cartas Patrimoniais relativas aos sítios históricos urbanos, constituindo uma visão contemporânea sobre o Patrimônio Cultural Urbano, foram desconsiderados nestas propostas como: a inclusão das obras modestas como bens de valor patrimonial (Carta de Veneza, 1964); a questão do uso como uma vocação adquirida e mantida ao longo de sua história - o uso comercial da Rua do Comércio - e o valor cultural da forma urbana constituída pela relação entre os espaços construídos e abertos das cidades (Carta de Washington, 1986) assim como a preservação da ambiência, conceito definido na Declaração de Amsterdã (1975) como “o quadro natural ou construído que influi na percepção estática ou dinâmica desses conjuntos, o a eles se vincula de maneira imediata no espaço, ou por laços sociais, econômicos ou culturais”. (In: CURY, 2001).

Outro ponto importante é a falta de integração entre o valor cultural do Centro Histórico e a dinâmica contemporânea da área, item preconizado por Giovannoni como um meio de apreender as áreas urbanas de valor patrimonial não só como monumentos, mas também como tecidos vivos (CHOAY, 2006). A integração entre os sítios históricos urbanos e o planejamento urbano do município (Declaração de Amsterdã, 1975), demonstra certa aplicação através da criação da ZECHAR, sinalizando o reconhecimento das especificidades inerentes ao valor cultural do Centro Histórico de Angra dos Reis, todavia, este instrumento normativo ainda utiliza índices urbanísticos generalistas na área como a adoção de um gabarito de 4 pavimentos, desconsiderando as relações volumétricas que caracterizam o valor patrimonial de determinados conjuntos.

A partir da revogação do Decreto de preservação municipal este cenário de iminente descaracterização intensificou-se a partir de ações sem critérios em imóveis privados e até mesmo em áreas livres públicas a partir do poder público. Um exemplo foi à obra “revitalização” da Praça Zumbi dos Palmares em 2008, antiga Praça Duque de Caxias. Nesta ação, o poder público municipal realizou obras de restauro nas principais edificações

do seu entorno, se destacando: a pintura do Mercado Redondo onde foram abandonadas as tradicionais combinações de cores branco/azul pelas cores da “moda” em intervenções em imóveis de valor cultural no Brasil, o amarelo e laranja; demolição do subutilizado Mercado Municipal com um discurso de retomada do contato visual desta área com o mar; instalou uma “imponente” edificação comercial destinada a uma área de venda de pescados no térreo e um bar no 2º pavimento além da construção de um alpendre com uma fachada claramente “cenográfica” com motivos coloniais em frente de um conjunto de fachadas, ação realizada sem qualquer referência documental sobre fachadas que até aquele momento eram preservadas pelo próprio poder público municipal.



**Figura 24 - À esquerda, foto do conjunto da fachada do conjunto de edificações em 2009. A direita, registro da fachada “colonial” paralela as fachadas existentes. Fonte: Arquivo do autor, 2014 e Mapa de Cultura do RJ.**

Estas intervenções demonstram uma deficiência no reconhecimento dos valores culturais presentes na arquitetura e na estrutura urbana da praça além da utilização do falso histórico. A construção da citada fachada, somada à introdução de uma esquadria em muxarabi num anexo erguido nos fundos das Casas Laranjeiras, edificação e elementos arquitetônicos que nunca existiram neste local, sinalizam a posição do município em transformar a área num cenário para os turistas.



**Figura 25 - À esquerda, foto da fachada lateral da Casa Laranjeiras e edificação vizinha na década de 1940. A direita, registro da edificação construída em 2009. Fonte: Prefeitura Municipal de Angra dos Reis e Arquivo do autor, 2014.**

Um exemplo de descaracterização em imóveis privados a partir da revogação do Decreto 431/93 é sito à Praça General Osório nº16/20. Este imóvel guarda como peculiaridade a aprovação de um decreto em 1994 – Decreto 487 de 29 de Janeiro de 1994 que o excluía da relação de imóveis preservados sob a condição de reconstrução da fachada do Teatro Santa Izabel, uso anterior ao existente naquele período, ação manifestada pelo proprietário do imóvel. Esta solicitação foi executada, todavia, a instalação de uma grande loja de departamentos na edificação em meados de 2012 demoliu esta fachada por completo. Esta ação tem um peso importante, pois o município perde um importante símbolo de um uso urbano pouco presente na região, o teatro, além do valor deste imóvel como elemento integrante ao conjunto urbano do entorno da Praça General Osório.



Figura 26 - Edificação nº16/20 da Praça General Osório em 2009 e 2015. Fonte: Arquivo do autor, 2015.

Outro exemplo de descaracterização é o imóvel nº134 na Rua Pereira Peixoto, entorno da Praça Silvestre Travassos (Praça da Matriz). Esta edificação térrea era o único representante do conjunto urbano da Praça da Matriz nos séculos passados. Utilizada durante um longo período como um açougue, uso quase escasso na região, passou por uma obra de acréscimo em meados de 2012 que alteram sua volumetria – acréscimo de 1 pavimento – além da destruição, e deficiente reconstrução, dos ornatos de sua fachada.



Figura 27 - Edificação nº134 da Rua Pereira Peixoto na década de 1940 e 2015. Fonte: Prefeitura Municipal de Angra dos Reis e Arquivo do autor, 2015.

No entorno desta praça também podemos encontrar exemplos da flexibilização de parâmetros urbanísticos a partir das pressões do mercado imobiliário, com impactos sobre o patrimônio cultural. A região que concentra em grande parte um gabarito de até 4 pavimentos, apresenta exemplos como o de um hotel com mais de 8 pavimentos, localizado no entorno imediato de um edificação tombada pelo IPHAN, a Igreja de Nossa Senhora da Conceição. A importância da visibilidade destes bens, não só com relação a uma obstrução direta das visadas, mas também “seus planos de fundo e sua relação com o espaço envolvente, observando quais os elementos – largos prédios – que dão ao monumento referencial de escala da época de sua construção.” (MOTTA, 1981).



Figura 28 - Entorno da Praça Silvestre Travassos. Fonte: Google Street View, 2015.

Outro exemplo importante dos impactos gerados pela falta de parâmetros urbanísticos adequados à preservação da visibilidade de bens tombados é o caso do Convento São Bernadino de Sena localizado no Morro de Santo Antônio. A edificação que assume um papel importante como um dos marcos visuais do Centro Histórico já possui importantes perspectivas “bloqueadas” a partir da Rua Coronel Carvalho devido à presença de edificações com gabarito elevado, contrariando as limitações recomendadas pelo estudo elaborado pela arquiteta Lia Motta em 1981. A situação poderá se agravar caso os proprietários dos imóveis adjacentes às citadas edificações também elevem o gabarito de seus imóveis chegando ao limite permitido de quatro pavimentos, bloqueando completamente as perspectivas do convento.



**Figura 29 - Edificação bloqueando importante perspectiva do Convento São Bernadino de Sena.  
Fonte: Arquivo do autor, 2015.**

Outro exemplo de degradação no entorno de um bem tombado, neste caso a Casa de Cultura de Angra dos Reis (Rua do Comércio, nº172) e a Praça Codrato de Vilhena, é a construção de uma edificação comercial com uma composição arquitetônica que destoia do entorno ao utilizar materiais cores de grande destaque comprometendo a harmonia até então presente na praça e seu entorno edificado.



**Figura 30 - Edificação nº196 da Rua do Comércio e Casa de Cultura de Angra dos Reis. Fonte: Arquivo do autor, 2015.**

Soma-se a este quadro uma série de outros fatores que prejudicam ainda mais a paisagem urbana desse sítio como: a inserção de elementos como uma cobertura de policarbonato aplicada sobre as fachadas da Rua do Comércio, principal via do ponto de vista econômico e cultural da região; a falta de posturas municipais que coíbam a utilização de soluções arquitetônicas de revestimentos e cobertura prejudiciais ao conjunto edificado além da ineficiência das posturas municipais frente a utilização indiscriminada de elementos de publicidade como os letreiros.



**Figura 31 - Toldo em policarbonato, aparelhos de ar-condicionado e elementos de publicidade nas fachadas do Centro Histórico. Fonte: Arquivo do autor, 2014.**

A própria gestão do patrimônio cultural no município demonstra uma estrutura deficiente na medida em que o setor da prefeitura municipal destinado a assumir a gerir o patrimônio cultural de Angra, a Gerência de Patrimônio Histórico da Fundação Municipal de Cultura – CULTUAR limita-se a praticamente um único profissional. O setor responsável pela aprovação dos projetos no município, a Gerência de Licenciamento Urbanístico (GLU) – Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano, atualmente não poderia arcar com uma análise de projetos de intervenção em imóveis de valor cultural devido ao reduzido número de técnicos e à falta de especialização dos existentes para assumirem esta função.

O antigo Departamento de Planejamento Territorial, atual Gerência, já demonstra desde 2001, que a função delegada a este departamento pelo Decreto 431/93, de avaliar as intervenções nas edificações presentes no revogado Decreto, mostra-se inviável na medida em que ações de licenciamento não fazem parte das atribuições deste órgão. Esta gerência ainda é responsável pelo arquivo dos documentos referentes à elaboração do revogado Decreto 431/93 e o Projeto Centro Histórico (ANGRA DOS REIS, 1991), composto por relatórios, fotografias, desenhos, mapas entre outros.

Com base na atual conjuntura, um passeio pelas ruas do Centro Histórico de Angra dos Reis apresentará um tecido de grande vitalidade com uma paisagem urbana pouco valorizada diante de seu grande valor cultural, todavia, um olhar mais sensível conseguirá apreender importantes elementos que ainda caracterizam sua ambiência original como sua forma urbana, além das edificações, monumentos, conjuntos urbanos e espaços livres de valor cultural para o município, elementos representativos da memória social e da identidade angrése.

Este cenário suscita um trabalho de elaboração de estratégias que possibilitem o reconhecimento dos elementos materiais e imateriais de valor histórico-cultural presentes neste sítio, reafirmando sua qualidade como suporte de memória social e de identidade cultural do povo angrése, além de proposições visando sua conservação. Neste sentido, apontamos a necessidade da formulação de um Plano de Preservação para o Centro Histórico de Angra dos Reis.

A reconhecida escala e complexidade de um plano dessa magnitude, aliada à necessária e fundamental participação de uma equipe multidisciplinar e da população impossibilitam que este trabalho tenha a pretensão de apresentar o citado plano como um produto acabado. O principal objetivo do mesmo é semear a conscientização técnica e popular para a valorização e preservação do patrimônio cultural do Centro histórico de Angra representada pela necessidade de elaboração deste plano.

Sua principal contribuição será a apresentação de diretrizes para a elaboração do plano de preservação aplicada na área definida como Rua do Comércio e praças adjacentes (Praças General Osório, Codrato de Vilhena e Silvestre Travassos que sintetiza grande - trecho que sintetiza parte das diversas problemáticas envolvendo a preservação patrimonial neste sítio. As citadas diretrizes configuram não só metodologias para o levantamento de dados e diagnóstico, como também critérios de identificação e seleção de bens patrimoniais e propostas de intervenções através de instrumentos normativos e ações físicas.

## CAPÍTULO 3 – DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DE PRESERVAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE ANGRA DOS REIS/RJ

### 3.1 - Planos de preservação: conceituação

Preliminarmente à apresentação do Plano de Preservação e valorização do Centro Histórico de Angra dos Reis/RJ é válida uma reflexão conceitual a cerca das terminologias utilizadas no título dessa proposta de intervenção.

Tal reflexão é de suma importância principalmente diante do cenário atual onde grande parte das intervenções que atuam sobre sítios históricos urbanos no Brasil são amplamente intituladas através de terminologias utilizando o prefixo “re” como revitalização, renovação, requalificação e a reabilitação destas áreas. Todavia, o uso indiscriminado dessas terminologias, sem que seu significado seja compreendido, acaba comprometendo sua utilização como uma síntese da ação que se pretende sobre determinada área.

Através de uma análise semântica temos a palavra *plano* designando, segundo o dicionário Michaelis (2015), uma intenção, logo um ou mais objetivos. Sua ideia, que pressupõe ampla abrangência sobre determinado um dado objeto, que tratando de áreas urbanas tanto pode representar o conjunto arquitetônico e urbanístico de uma rua, como a de um bairro, de uma cidade ou até do conjunto delas como é o caso dos planos produzidos para regiões metropolitanas, busca estabelecer através de um modelo sistemático uma série de ações visando atingir determinados objetivos que podem ser alcançados em períodos de curta, média ou longa duração.

Já o termo *preservação*, de ampla utilização em intervenções visando a salvaguarda de monumentos, edificação e sítios de valor cultural, segundo o mesmo dicionário, seria o ato de preservar ou conservar, ação que designa “Pôr-se ao abrigo de algum mal, dano ou perigo futuro, defender-se, resguardar-se” (MICHAELIS, 2015). No âmbito da proteção de bens de valor cultural, os termos *preservação* e *conservação* encontram diferentes significados em diversos países. No Brasil, o termo preservação possui um sentido lato de extensa utilização podendo explicitar, segundo Beatriz Kühl (2009), “procedimentos de intervenção (a exemplo de manutenção, conservação e restauro), formas legais de tutela (como o tombamento), políticas de proteção e a perpetuação da memória, educação patrimonial”. Maria Beatriz Setubal de Rezende Silva em seu artigo intitulado “Preservação

na gestão das cidades” (1996) descreve a ideia de preservação com a mesma abrangência citada por Kühl (2009):

Quando se fala de preservação, portanto, está se falando de uma trajetória de atuação, de uma prática de intervenções, de um conjunto de decisões tomadas, ao longo do tempo, à luz de conceitos em permanente transformação. (SILVA, 1996).

Além desta definição, a autora defende que a preservação sistematiza-se através de um conjunto de ações: identificação, registro, proteção, tombamento, divulgação e promoção do patrimônio cultural da nação (SILVA, 1996), além de levantar a questão da iminência da perda, para o ato de preservar como sendo um fato gerado por esta ação:

É possível dizer que só faz sentido preservar algum objeto diante da ameaça de sua perda. Isto é, só existe a preocupação de proteger alguma coisa se há risco de perdê-la. Sem risco basta deixar que as coisas sejam como são. (SILVA, 1996)

Três importantes referências metodológicas, no que tange a elaboração de planos de preservação utilizadas neste trabalho, trazem importantes definições conceituais para essa terminologia.

Leonardo Marques de Mersentier, em seu artigo “Plano de Preservação: um instrumento necessário” define Planos de Preservação como “um instrumento de planejamento com método específico que tem como objetivo a preservação de áreas urbanas de valor histórico-cultural, tendo como principal finalidade a preservação e a vitalidade da memória social e das referências culturais” (MERSSENTIER, 2007).

A definição apontada por Mersentier (2007) deixa claro que o principal **objetivo de sua elaboração e implantação é a preservação das representações materiais e imateriais da identidade cultural presentes na área objeto do Plano de Preservação**. Tal princípio deve nortear todas as ações propostas pelo Plano sendo a preservação do patrimônio cultural urbano o elemento que deverá ser priorizado e valorizado de tal forma que tais ações, de caráter econômico ou social, sejam entendidas como meios para atingir tal objetivo, nunca um processo inverso como é o caso das intervenções que após implementarem melhorias físicas no conjunto arquitetônico e urbanístico de áreas urbanas de valor cultural, acabam expulsando os moradores tradicionais devido ao aumento do custo

de vida nesta região, sendo neste caso a ação de preservação vista como um meio para a obtenção de capital em detrimento do valor cultural inerente à própria dinâmica social ali presente.

A publicação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) intitulada *Planos de Preservação de Sítios Históricos Urbanos: termo geral de referência* (2005) já traz esta definição além de **conter o caráter participativo proposto pela Declaração de Amsterdã (1975) através do conceito de conservação integrada:**

O Plano de Preservação de Sítio Histórico Urbano – PPSH é um instrumento de natureza urbanística e de caráter normativo, estratégico e operacional. Destina-se ao desenvolvimento de ações de preservação em sítios urbanos tombados em nível federal. É um instrumento de gestão compartilhada que deve resultar de acordo entre os principais atores públicos e privados, no qual o processo participativo é imprescindível. Deve promover uma ação pública coordenada e provocar a articulação entre o Estado, os agentes privados e a comunidade local em prol da preservação do patrimônio cultural urbano. O Plano de Preservação deve buscar, antes de tudo, um equilíbrio favorável à sociedade entre o valor econômico e o valor cultural dos sítios tombados. Possibilitará a implementação de ações de curto e longo prazos, relacionadas à adequação das necessidades da dinâmica urbana à estrutura físico-espacial que se deseja preservar. (IPHAN, 2005)

Outra importante publicação de caráter instrucional relativa à preservação de áreas urbanas de valor histórico cultural produzida pelo IPHAN, e que contribui para a definição conceitual dos planos de preservação é *Plano de ação para cidades históricas – Patrimônio cultural e desenvolvimento social* (2009). Apesar de utilizar a terminologia “ação”, ficam claras em suas definições as mesmas características já sinalizadas pelas definições anteriores como o enfoque no patrimônio cultural, seu caráter participativo, além de sinalizar que sua abrangência não poderá restringir-se aos limites do perímetro da área urbana de valor cultural objeto do plano, **esta abrangência deverá compreender o entorno imediato além da própria dinâmica urbana do município como um todo, demonstrando uma visão dos tecidos históricos como elementos inerentes ao desenvolvimento da sociedade contemporânea, que atenta às suas especificidades, deverá ser integrada ao planejamento urbano das cidades:**

O Plano de Ação para as Cidades Históricas é um instrumento de planejamento integrado para a gestão do patrimônio cultural com enfoque territorial. O Plano não deve se restringir ao perímetro protegido ou ao conjunto de bens tombados. Deve considerar a dinâmica urbana no seu todo. O Plano de Ação deve definir objetivos, ações e metas para orientar a atuação integrada do poder público, em suas diferentes instâncias, setor privado e sociedade civil organizada. (IPHAN, 2009).

No campo intitulado “como fazer seu plano de ações” (IPHAN, 2009), o objetivo principal do plano é reafirmado através do item 3: O Patrimônio cultural deve ser o eixo central das diretrizes e ações a serem propostas”; além de estabelecer seu caráter **analítico** nos itens: “1: Considerar uma leitura global da cidade, considerando seus problemas e seus desafios no tocante à preservação, urbanização, desenvolvimento social e dinâmica econômica; 2: Considerar todo o território municipal para suas análises, não se restringindo ao perímetro protegido ou ao conjunto de bens tombados; 4: Considerar as demandas e conflitos sociais presentes no território de atuação e buscar soluções conjuntas para seu equacionamento”; e **propositivo** ao “apontar as diretrizes estratégicas para o desenvolvimento da cidade e definir prioridades, metas, agentes responsáveis e prazos de forma objetiva e factível (IPHAN, 2009).

O documento intitulado “Síntese do Plano Estratégico – Reabilitação da área central de Porto Alegre/RS” (2010) apresenta em seu texto inicial importantes definições sobre o que caracteriza um plano estratégico, que podem ser consideradas para os planos de preservação de áreas urbanas de valor histórico-cultural:

Um plano estratégico urbano é a definição de um projeto de cidade que unifica diagnóstico, concretiza atuações públicas e privadas e estabelece um marco coerente de mobilização e de cooperação dos atores sociais urbanos. O processo participativo é prioritário no que diz respeito à definição de conteúdos já que, deste processo, dependerá a viabilidade dos objetivos e atuações que se proponham. O resultado do Plano Estratégico não é uma norma ou um programa de governo local (embora sua adoção pelo Governo Local deverá traduzir-se em normas, investimentos, medidas administrativas, iniciativas, políticas, etc), mas antes, um contrato político entre as instituições públicas e a sociedade civil. Por isso, o processo posterior à aprovação do plano e o seguimento e implementação das medidas administrativas ou atuações é tão ou mais importante que o processo de elaboração e aprovação consensuais”. (PORTO ALEGRE *apud* BORJA E CASTELLS, 2010)

Concluindo, todas as contribuições apresentadas evidenciam as seguintes características dos Planos de Preservação de áreas urbanas de valor histórico-cultural no Brasil, em especial para os Centros Históricos como o da área objeto deste trabalho:

- **Sua natureza:** um instrumento de planejamento urbanístico e cultural
- **Os responsáveis por sua elaboração e gestão:** participação de atores representando o poder público, privado e a população constituindo uma gestão integrada.
- **Seu principal objetivo:** a preservação das referências culturais que evidenciam a identidade e a memória social de uma dada sociedade, representadas por seu patrimônio cultural urbano, sendo este constituído por elementos de natureza material e imaterial.
- **Sua abrangência:** não se limita ao perímetro da área urbana de valor histórico-cultural, objeto do plano, devendo ser consideradas sua relação com o entorno imediato, e a própria dinâmica da cidade como um todo.
- **Seu caráter analítico:** sendo a leitura e o diagnóstico dos aspectos territoriais, políticos econômicos, sociais e culturais, tanto do passado quanto do presente das áreas urbanas de valor histórico-cultural os instrumentos para a construção das propostas visando um modelo de desenvolvimento que equilibre todos estes aspectos, de tal forma que o patrimônio cultural urbano possa ser preservado.
- **Seu caráter propositivo:** deverá apresentar propostas de intervenção que poderão ter caráter físico e/ou normativo, além de um modelo de gestão capacitado e integrador alternativas visando a preservação do patrimônio cultural urbano destas áreas.
- **Sua necessária perenidade:** garantindo que as ações previstas sejam implantadas e que haja um monitoramento dos processos de desenvolvimento na área.

### **3.2 – Referências de planos visando à preservação de centros históricos.**

Para a elaboração das diretrizes que conduzirão a construção de um Plano desta abrangência é necessário que sejam observadas as experiências nacionais no campo que engloba as propostas de intervenção como os planos e projetos de preservação, reabilitação e requalificação em áreas urbanas de valor cultural, visando identificar seus principais êxitos e dificuldades, que somadas às referências metodológicas (que serão apresentadas no item 3.3) e ao diagnóstico do Centro Histórico de Angra dos Reis/RJ, contribuirão para que a proposição das Diretrizes do Plano de Preservação sejam plenamente exequíveis atingindo seu principal objetivo que é a preservação do patrimônio cultural urbano desta área.

### **3.2.1- Proteção do Patrimônio Cultural Urbano do Rio de Janeiro e o Projeto Corredor Cultural**

No processo de desenvolvimento da cidade do Rio de Janeiro, sua área central se destaca como um dos locais mais alterados por meio de intervenções lideradas pelo poder público. Desde a Reforma Urbana de Pereira Passos em 1904 até as obras viárias do fim da década de 1970, as intervenções transformaram radicalmente a área central por meio de sucessivos aterros, desmontes de morros, drenagens de mangues e novos traçados viários. Pautadas por razões estéticas, sanitárias, viárias e até habitacionais, as intervenções se caracterizam pela lógica de transformação da cidade que parte do arrasamento do tecido urbano consolidado para a inserção de novas estruturas urbanas e arquitetônicas.

Diante desta conjuntura, somada nos anos seguintes a um conceito de desenvolvimento urbano pautado exclusivamente por interesses econômicos, com vistas de “engessamento” sobre a preservação de bens de valor patrimonial, fez com que grande parte do patrimônio cultural da cidade, principalmente em seu centro histórico, fosse mutilado e até mesmo sucumbido.

Em meio a este novo panorama das políticas públicas ligadas a preservação do patrimônio, surge um projeto que até os dias atuais tem um papel referencial relativo à temática da preservação de áreas centrais. Criado em 1979 pela Secretaria de Planejamento do município do Rio de Janeiro, o Projeto intitulado Corredor Cultural, fazia uma analogia aos corredores de tráfego, nome batizado por Armando Mendes, então superintendente de Planejamento da Prefeitura do Rio de Janeiro, e um dos responsáveis, junto a nomes como o do arquiteto e urbanista Augusto Ivan de Freitas Pinheiro, pela elaboração do projeto. (MACEDO, 2004).

O principal objetivo do projeto, expressado através do primeiro instrumento normativo que o insere no planejamento urbano da cidade, o Decreto nº4141 de 14 de julho de 1983, é “preservar e revitalizar áreas no Centro da Cidade levando em consideração os elementos ambientais que representam valores culturais, históricos, arquitetônicos e tradicionais para a população”. (RIO DE JANEIRO, 1983).

Com relação aos instrumentos normativos, o citado Decreto nº4141 de 14 de julho de 1983, fixou os limites da área abrangida pelo projeto. Já a Lei nº 506 de 17 de Janeiro de 1984 que cria a Zona Especial do Corredor Cultural, área de proteção paisagística e ambiental do Centro da Cidade, denominação que futuramente seria alterada para APAC Corredor Cultural. Além da criação desta Zona, são apresentadas e descritas suas subzonas (preservação ambiental, de reconstituição e renovação urbana), estabelece

parâmetros relativos às intervenções nos imóveis e cria um grupo de trabalho multidisciplinar, denominado Grupo executivo do Corredor Cultural, formado por técnicos de diversas secretarias municipais além de representantes de associações de moradores, implementando assim uma política de integração na gestão da área. As principais responsabilidades desse grupo era zelar pela manutenção física e operacional do Corredor Cultural através da supervisão de obras de intervenção na área além da promoção de eventos culturais e a busca por meios de viabilizá-las financeiramente.

Dentre as ações do projeto destacam-se: alteração, manutenção e proibição de usos nas edificações, tendo como exemplos a proibição de construção de vagas de garagem em imóveis protegidos e a manutenção de uso nas salas de espetáculos; controle sobre o gabarito dos imóveis; padronização de letreiros, toldos e o posicionamento dos largamente utilizados aparelhos de ar-condicionado do tipo janela nas fachadas dos imóveis protegidos; proposição de esquemas cromáticos para a pintura das fachadas, desconsiderando as prospecções pictóricas, defendidas por algumas teorias relativas ao restauro de imóveis de valor histórico-cultural; além das polêmicas instruções de modificação interna nos imóveis através de demolições e criação de jiraus aumentando a “área útil” dos imóveis.

Para estimular as obras de recuperação das fachadas por parte dos seus proprietários, o poder público municipal investiu em obras de requalificação urbana, reurbanizando ruas, largos e praças e investindo na iluminação dos edifícios mais significativos.

Apesar de certos desvios conceituais do projeto com relação à conservação de áreas urbanas, chegando a praticamente induzir os proprietários a descaracterizarem seus imóveis em prol de uma melhor lucratividade sobre o solo urbano (CARLOS, 2007), o projeto do Corredor Cultural do Rio de Janeiro foi responsável pela conservação de importantes ambiências de valor cultural além de contribuir ao lado do projeto SAGAS para a implementação de um importante instrumento de proteção do Patrimônio Cultural Urbano associado ao planejamento da cidade, as Áreas de Proteção do Ambiente Cultural (APACS).

A criação das APACS se inicia a partir que uma série de movimentos sociais visando à proteção de bairros de valor cultural ganha notoriedade. Estes movimentos, liderados por representantes das diversas associações de moradores, buscavam uma melhoria na qualidade de vida de seus bairros além da preservação dos valores de ambiência frente a processos urbanos nocivos como as construções irregulares e a especulação imobiliária. Bairros como Santa Tereza (1984), Gamboa, Santo Cristo, parte do Centro (SAGAS/1985) e Urca (1988) tiveram sua proteção garantida através de legislação municipal.

Essa conjuntura social e urbanística fez com que instrumentos legais de proteção do patrimônio cultural urbano fossem criados no município do Rio de Janeiro. O primeiro deles foi criado em 1988 através do Decreto 7612 que definiu e regulamentou as Áreas de Proteção Ambiental (APAS). Este Decreto teve como base a experiência do projeto SAGAS, sigla que representa as iniciais dos bairros Santo Cristo, Gamboa e Saúde, área sendo instituída em 1987 como APA SAGAS (RIO DE JANEIRO, 1987) e transformada em APAC no ano seguinte (RIO DE JANEIRO, 1988). Tomando como base os critérios estabelecidos nesta APAC, o poder público municipal passou a adotar os mesmos conceitos e metodologia de análise para a elaboração das futuras áreas de proteção.

Apesar do reconhecido avanço visando a consolidação de uma política de proteção patrimonial, esse posicionamento dos técnicos da prefeitura demonstrou um restrito domínio sobre a conceituação do patrimônio cultural urbano, onde apenas os aspectos físicos foram levados em consideração na elaboração dos projetos, deixando de lado questões relativas ao patrimônio imaterial das áreas em estudo representado pelas manifestações culturais da população residente. Claudio Antonio Santos Lima Carlos comenta sobre o assunto em sua tese de doutorado (2008):

É importante observar que a metodologia desenvolvida por técnicos envolvidos no Projeto Sagas buscou detectar as particularidades inerentes às características físicas específicas dos sítios envolvidos (bairros da Saúde, Gamboa, Santo Cristo e parte do Centro). A classificação tipológica e os respectivos critérios de conservação dizem respeito a um conjunto arquitetônico predominantemente construído na virada do século XIX para o XX, o que ocorre apenas em alguns bairros da cidade, não em todos. Cabe também destacar que a metodologia de inventário desenvolvida no projeto Sagas restringiu-se apenas ao inventário de bens materiais, especialmente conjuntos urbanos e monumentos, não fazendo referências aos demais componentes sociais e imateriais da área. Essa metodologia foi utilizada genericamente em estudos posteriores feitos pela prefeitura que embasaram a decretação de outras APACS nas zonas sul, norte e oeste. (CARLOS, 2008).

Em 1992, as antigas Apas foram integradas ao Plano Diretor Decenal da Cidade sob a denominação de Áreas de Proteção do Ambiente Cultural (APACS). Esta nova nomenclatura surgiu como uma sinalização de um olhar mais sensível sobre o patrimônio cultural. A APAC fazia parte das áreas definidas como Unidades de Conservação Ambiental (RIO DE JANEIRO, 1992). Já as APAS, ficaram restritas a proteção do patrimônio natural da cidade. Em sua redação a APAC era definida como:

Área de Proteção do Ambiente Cultural - APAC, de domínio público ou privado, a que apresenta relevante interesse cultural e características paisagísticas notáveis, cuja ocupação deve ser compatível com a valorização e proteção da sua paisagem e do seu ambiente urbano e com a preservação e recuperação de seus conjuntos urbanos; (RIO DE JANEIRO, 1992)

Com a criação da APAC também foram definidas duas categorias relativas às edificações presentes em sua área: Bens preservados e tutelados. Os bens preservados seriam aqueles onde deverão ser mantidas as características identificadas como de importância para a ambiência e a identidade cultural da área. Já os bens tutelados seriam aqueles que integrem a ambiência de um conjunto preservado, mas que são passíveis de intervenções como modificações ou demolições, desde que não descaracterizem o conjunto preservado (RIO DE JANEIRO, 1992).

Apesar de ser um importante avanço relativo à inclusão da preservação de áreas de valor patrimonial nas políticas urbanas, e por ter com isso preservado uma considerável parcela das edificações de valor histórico-cultural do Rio de Janeiro, as APAC's trazem em sua própria conceituação uma visão limitada sobre a abrangência do patrimônio cultural urbano.

No artigo intitulado *Renovação urbana contida por formas históricas (2007)*, Claudio Antonio Santos Lima Carlos destaca a citada limitação ao observar:

Observa-se que o texto do Plano destaca apenas as características morfológicas típicas e recorrentes na área como relevantes para a proteção e conservação de bens preservados, e não tipológicas, o que daria maior abrangência e conteúdo à conservação de conjuntos arquitetônicos históricos. A opção terminológica confere caráter fachadista aos parâmetros a serem adotados na conservação de bens culturais da cidade do Rio de Janeiro. (CARLOS, 2007).

Outro fator importante observado pelo citado autor é a indução à descaracterização dos interiores e a subdivisão dos pés-direitos nas edificações presentes nestas áreas em prol de uma otimização da área útil das edificações. Estas proposições foram ilustradas através de uma publicação lançada pelo poder público municipal intitulada *Como recuperar, reformar ou construir seu imóvel no Corredor Cultural* (RIO DE JANEIRO, 1985) sendo consagradas por grande parte dos arquitetos da cidade.

Apesar das dificuldades e limitações conceituais apresentadas, a experiência carioca frente à preservação do patrimônio cultural pode ser apontada como um importante

referencial para o desenvolvimento de planos e projetos congêneres. Instrumentos como as APACS e suas categorias (Bens preservados e tutelados) podem ser adaptados a diferentes realidades, precedidos por uma conceituação contemporânea sobre a real abrangência do patrimônio cultural.

### **3.2.2- Programa de Recuperação Orientada (proRIO) – Morro da Conceição (Rio de Janeiro/RJ)**

Um dos remanescentes dos quatro morros que delimitavam o núcleo original da cidade (Morro da Conceição, Morro do São Bento, Morro de Santo Antônio e o extinto Morro do castelo), foi o único a possuir residências em seu território. Localizada em meio ao coração financeiro da cidade e sua área portuária, sua ocupação conseguiu sobreviver até mesmo ao período onde o uso residencial na região central da cidade era proibido. A área conservou importantes edificações de valor histórico-cultural da cidade como o Palácio Episcopal, a Fortaleza da Conceição, a Igreja de São Francisco da Prainha e a Pedra do Sal localizadas no sopé do morro, além de um conjunto de edificações de caráter vernacular de grande importância na conformação de sua ambiência histórica. A dinâmica social também é um forte elemento cultural da região que contém imigrantes de portugueses, espanhóis e descendentes de antigos escravos, um híbrido étnico com importantes manifestações culturais e religiosas (RIO DE JANEIRO, 2000).

A falta de inserção do poder público na região foi de certa forma um dos indutores de sua preservação, todavia, essa falta de amparo possibilitou que diversas ações comprometessem as referências culturais presentes em sua paisagem urbana como o abandono dos espaços livres públicos como as pequenas áreas de convívio, a instalação desordenada de cabos de energia no espaço aéreo, o cobrimento com cimentados sobre a pavimentação em pé-de-moleque e pedras costeneiras, além das adaptações executadas pelos moradores sem os devidos cuidados inerentes a intervenções em edificações de valor patrimonial.

A partir deste cenário surgiu outra experiência carioca relativa à preservação das áreas urbanas de valor histórico-cultural, o Programa de Recuperação Orientada (proRIO) que teve como projeto piloto a região do Morro da Conceição, área localizada na região portuária do Rio de Janeiro/RJ. As duas principais vertentes do projeto são a requalificação das áreas públicas e a recuperação do parque privado através de intervenções hierarquizadas em diferentes níveis de complexidade como a restauração de edificações e

de espaços livre públicos e até mesmo a previsão de novas edificações. Outras linhas de ação englobam a revisão dos instrumentos normativos que incidem sobre a região além de atividades de caráter socioeducativo como a educação patrimonial e ambiental e a organização dos moradores. Sua implantação se deu a partir de duas etapas: a pré-operacional e a operacional contendo cada uma delas uma série de instrumentos visando sua implantação.

A etapa pré-operacional consistiu na caracterização física, social e cultural da região através da coleta de dados em pesquisas e levantamentos de campo buscando a construção de um diagnóstico da área. Foram analisados as características de seu suporte natural como sua topografia; o perfil socioeconômico da população residente; os principais planos urbanísticos incidentes sobre a região portuária ao longo da história; a legislação urbanística e patrimonial (tombamentos); as redes de infraestrutura urbana; sua situação fundiária; os trabalhos de arqueologia; usos e ocupação do solo; a relação da área com a cidade; caracterização do conjunto edificado; o sistema de espaços livre públicos composto pelas vias e praças; a presença de rochas e áreas verdes; sua organização comunitária e uma análise visando o conhecimento da lógica e do funcionamento da área através de sua evolução urbana.

A etapa de operacional consistiu em indicações de intervenções, mapeadas segundo diferentes categorias (projetos de interesse patrimonial, projetos de ambiência paisagística, projetos habitacionais dentre outros), a partir do diagnóstico da área elaborado na etapa anterior. Antes das propostas de intervenção, a região foi dividida em setores e hierarquizadas a partir de suas características locais. A partir dessa divisão foram indicadas as intervenções de valorização dos espaços livres públicos através: da recuperação de pavimentações históricas, melhorias na acessibilidade, novo mobiliário urbano, iluminação pública, recuperação do jardim histórico do Valongo; requalificação de trechos degradados a partir da inserção de edificações residenciais; adequação e revisão da legislação; operações de reabilitação habitacional e o estímulo ao turismo. Todo esse material é apresentado através de textos, fotos, imagens, plantas cadastrais e inúmeros mapas temáticos e elevações além das elevações do conjunto edificado.

Somam-se a essas propostas a criação de *instrumentos de operacionalização* do programa como o apoio na organização comunitária, atividades de educação patrimonial e ambiental, a criação de um sistema de veiculação de informações através de boletins informativos e reuniões comunitárias, a criação de um escritório técnico local e capacitação profissional visando a criação de mão-de-obra local especializada para obras de intervenção em edificações de valor histórico-cultural.

O Programa de Recuperação Orientada (proRIO) – Morro da Conceição (Rio de Janeiro/RJ) apresenta-se como um importante referencial metodológico visando a construção de uma proposta metodológica adequada ao Plano de Preservação do Centro Histórico de Angra dos Reis. As etapas de levantamento de dados apresentados neste trabalho, a partir de sua sistematização, possibilitaram que fossem geradas outras informações visando a caracterização da área objeto de estudo. A produção de diversos mapas temáticos (inserir nomes) e elevações também apontam caminhos para a elaboração dos estudos no Centro Histórico de Angra dos Reis.

### **3.2.3- Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador**

Fundada em 1549, a cidade de Salvador teve o desenvolvimento de seu núcleo urbano dividido entre a Cidade baixa e a Cidade Alta, sendo a primeira caracterizada pela concentração de atividades portuárias e composta por uma única rua contendo residências dos comerciantes atacadistas, e a segunda, o núcleo de maior desenvolvimento com uma malha viária de maior abrangência, espaços livres públicos como praças e ocupada por uma classe dominante no período composta por grandes comerciantes e homens de negócio - sendo hoje a área conhecida como o Centro Histórico de Salvador (BRAGA, 2009).

A partir do desenvolvimento da cidade, que se expandiu para outras áreas nos séculos subsequentes, o Centro Histórico de Salvador foi sendo progressivamente abandonado, passando de uma área caracterizada pelos usos administrativo, residencial e comercial para, a partir da década de 1930, uma área que ficou conhecida como de prostíbulos e cortiços que abrigavam precariamente uma população de baixa renda. Este cenário de abandono atingiu o conjunto edificado que passou a apresentar casarios em preocupante estado de conservação o que culminou no tombamento de diversas edificações entre os anos de 1938 e 1945 pelo IPHAN, ainda representando uma visão pontual sobre o patrimônio cultural urbano, e o reconhecimento da área como Patrimônio da Humanidade pela UNESCO em 1985. Segundo (primeiro nome) Braga, os principais motivadores para esta ação por parte deste órgão foi a área ser considerada:

Um eminente exemplo de estrutura urbana da Renascença, tonando-se, pela densidade dos monumentos reunidos, a capital por excelência do nordeste brasileiro e ser um dos principais pontos de convergência das culturas europeias, africanas e ameríndias dos séculos (BRAGA *apud* SILVA 2009).

A partir desse reconhecimento, uma parcela dessa região passou a receber maior atenção do Estado no que tange a sua preservação, tendo como principal destaque o Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador, lançado em 1991 e que ainda encontra-se em vigência, que buscava através do restauro de edificações e monumentos e de subsídios financeiros transformar a área num pólo turístico.

O projeto de intervenção foi dividido em duas fases. A primeira delas durou de 1992 a 1995 e foi dividida em 4 etapas. Uma das propostas era transformar a área em um shopping ao ar livre, com área exclusiva para comércio e serviços. A segunda fase compreendeu os anos de 1996 à 1999, dividida em mais 4 etapas. As etapas 5 e 6 tiveram por característica a construção de estacionamentos, a proteção de monumentos e recuperação de edifícios históricos. O projeto encontra-se atualmente na sétima etapa de intervenção (BRAGA, 2009).

Visando a implantação das novas atividades de apoio ao turismo, o Estado subsidiou: o pagamento de indenizações para a remoção da população residente; a implantação de aluguéis reduzidos para as atividades comerciais e turísticas; o restauro de diversas edificações e a implantação de redes de infraestrutura urbana, além de intensa programação cultural gratuita com o Programa Pelourinho Dia e Noite (1994) que buscava manter a área em atividade durante todo o ano.

Apesar da reconhecida ação do Estado que viabilizou a preservação de uma importante parcela do conjunto edificado, as ações visando a implantação da atividade turística na região acabaram por desvirtuar um dos elementos que motivaram a inclusão da área na lista de Patrimônio da Humanidade: a dinâmica sociocultural inerente à população residente, principalmente à cultura negra.

A implantação do turismo cultural na área, atividade apontada pela Norma de Quito (1967) como uma importante estratégia para reverter o processo de degradação das áreas históricas na América Latina desde que tal atividade seja controlada evitando a perda de aspectos particulares, ocorreu de forma nociva a salvaguarda do patrimônio cultural ali presente tendo como enfoque aspectos físicos como intervenções no conjunto edificado em detrimento da população residente que foi sendo expulsa da região, gerando um processo de gentrificação. Outro ponto negativo apresentado ao longo de sua implantação foi um certo comodismo da iniciativa privada diante dos subsídios ofertados pelo Estado.

Apesar desta inicial inversão conceitual do programa, a participação efetiva da população através de organizações como a AMACH (Associação dos Moradores e Amigos do Centro Histórico), que resultou na implantação do primeiro imóvel do Centro Histórico de Salvador recuperado para a inserção de habitação de interesse social, representam a retomada das ações visando a preservação da vitalidade do patrimônio cultural urbano da região.

A análise do Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador/BA demonstra os benefícios e os perigos que a inserção do turismo cultural pode apresentar nas áreas urbanas de valor histórico-cultural, sendo difícil atingir um real equilíbrio. Outro ponto importante é a posição do Estado como o grande incentivador da recuperação da área através de ações como a restauração do conjunto edificado, a implantação de infraestrutura urbana e os subsídios fiscais e financeiros oferecidos à iniciativa privada. Estas importantes ações devem semear o processo de recuperação, mas não tomar para si todos os custos provenientes, ação que onera substancialmente os gastos públicos. Nessa conjuntura deverá existir uma ação integradora entre o poder público, a iniciativa privada e a população com a apresentação de seus anseios e a distribuição de seus deveres, tendo em vista que o principal objetivo do plano ou projeto é a preservação do patrimônio cultural urbano da região.

#### **3.2.4- Plano Estratégico de Reabilitação da área Central de Porto Alegre/RS**

Fundada em 1772, a cidade de Porto Alegre tem seu caráter de centralidade do estado através de seu reconhecimento como capital em 1773. No século XIX, importantes obras de infraestrutura urbana são implementadas como a rede de esgoto e as primeiras linhas de bonde. No início do século XX, grandes obras de modernização são executadas pelo poder público como a construção da Biblioteca Pública do Estado, a Faculdade de Direito e a Catedral Metropolitana, além das edificações de caráter comercial e cultural como os cinemas, teatros e cafés produzidos pela iniciativa privada.

Entre as décadas de 1960 e 1970 um grande processo de renovação urbana instaura na cidade grandes obras viárias como a construção de grandes avenidas e viadutos, a elevação do gabarito das edificações influenciadas pelo movimento moderno além de obras de aterro que somadas a subutilização das edificações de valor histórico-cultural fazem com que sua região central passe a representar um cenário de degradação física e insegurança no final da década de 1980.

A partir deste período, o poder público passa a se conscientizar sobre a importância da preservação da área devido ao seu valor histórico-cultural iniciando os primeiros estudos de reabilitação urbana da área, além da execução das primeiras obras de restauração – Casa de Cultura Mario Quintana e o Mercado Público. No Plano Diretor de 1995, a área central da cidade não foi objeto das propostas de planejamento como as outras áreas da cidade. Neste plano, que institui o perímetro que limita o Centro Histórico de Porto Alegre através da Lei de Zoneamento, a região é reconhecida como uma área de revitalização que, devido às suas especificidades, deveria ser objeto de estudo específico visando sua valorização como elemento fundamental a identidade da cidade.

Diante deste cenário, foi elaborado em 2010, através do projeto Viva o Centro, o Plano Estratégico de Reabilitação da área Central de Porto Alegre/RS que tem como principal objetivo torná-la “referência turística e cultural, pólo comercial e de serviços diferenciados” (PORTO ALEGRE, 2010) através de três direcionadores: a promoção da imagem, a qualificação do espaço urbano e o fortalecimento da dinâmica funcional. Sua natureza é explicitada através de um relatório produzido sobre o trabalho:

O Plano é um instrumento operativo fundamental para a implementação de políticas de atuação, permitindo abordar os complexos e peculiares problemas desta área, incorporando as percepções dos seus usuários, moradores e agentes do comércio e serviços, através de Seminários e Oficinas de Planejamento. (PORTO ALEGRE, 2010)

A área de atuação do plano consiste num *perímetro operacional*, o bairro Centro Histórico, e um *perímetro de investigação* que consiste no entorno imediato com influência direta sobre a dinâmica da área como o Cais Mauá, Centro Administrativo, a Usina do Gasômetro, o Setor 05 da Orla do Lago Guaíba, o Parque da Harmonia e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

O método desenvolvido para a elaboração do Plano possui forte caráter integrador buscando a participação de diversos órgãos do governo municipal (Secretarias de planejamento urbano, Cultura, Meio Ambiente, Obras e viação, Turismo, Procuradoria Geral dentre outros) e dos setores sociais.

O 1º Encontro de Planejamento Estratégico teve como principal objetivo inserir a comunidade acerca da problemática e das estratégias de reabilitação de centros históricos através da apresentação de palestrantes de Portugal, Argentina, Colômbia, Equador e

Brasil, representado pelos municípios de Belo Horizonte e Santos. No 2º Encontro de Planejamento Estratégico foram apresentados os cenários futuros do Centro histórico de Porto Alegre através da exposição de temas e projetos nas áreas do turismo, cultura e lazer pelos representantes das diversas secretarias, além de contar com a participação de representantes das cidades de Barcelona, Buenos Aires e São Paulo. A estes encontros somaram-se as oficinas com a sociedade que contaram com a participação do poder público e de representantes da sociedade civil organizada.

A etapa de diagnóstico visou a caracterização da região física, funcional e culturalmente identificando suas potencialidades (Patrimônio Cultural e Ambiental, diversidade econômica e funcional e facilidades de acesso) e os conflitos existentes na região (insegurança, qualidade dos espaços livre públicos, mobilidade urbana – pedestres e transporte público, comércio informal e a segregação econômica e social).

A partir da leitura da conjuntura da área, através do diagnóstico, foi possível estabelecer os eixos direcionadores do plano (a promoção da imagem, a qualificação do espaço urbano e o fortalecimento da dinâmica funcional) e seus objetivos estratégicos: fortalecer a diversidade cultural, recuperar e manter as edificações e os espaços livres públicos, promover a reabilitação de áreas deprimidas, potencializar a diversidade de atividades e assegurar a sustentabilidade do plano. Tomando como base esta estruturação foram elaborados o *Plano Conceitual*, *Plano Operacional* e o *Plano de Gerenciamento*.

O Plano Conceitual consiste em propostas visando a estruturação física e funcional da área central através de diretrizes gerais e específicas que possibilitem a seleção de ações e projetos de intervenção no Centro histórico de Porto Alegre. No Plano operacional consiste na organização das ações necessárias identificadas no plano conceitual visando a reabilitação do Centro Histórico através das seguintes macroações:

- Macroação 1: Conscientização e divulgação dos valores culturais (caminhadas guiadas e criação de site de divulgação).
- Macroação 2: Integração social e segurança pública
- Macroação 3: Manutenção e conservação do espaço público
- Macroação 4: Qualificação do ambiente urbano (recuperação de praças).
- Macroação 5: Promoção econômica
- Macroação 6: Recuperação de áreas e imóveis subutilizados ou degradados
- Macroação 7: Otimização do transporte e circulação
- Macroação 8: Implementação e monitoramento das ações

O Plano de Gerenciamento consiste num modelo de gestão que consiga assegurar o grande desafio de dar continuidade ao Plano de Reabilitação do Centro histórico que será constantemente ameaçado pelas alterações governamentais futuras, além de inserir as demandas do plano nas políticas de planejamento do município como um todo. Foi proposta a inserção do plano de reabilitação na estrutura de um programa de governo já consolidado, o Programa Cidade Integrada, elencando um coordenador para o plano, além dos líderes dos eixos ambiental, social, econômico e de gestão.

No já citado relatório de trabalho são reforçadas a importância do acompanhamento periódico do plano visando identificar possíveis desvios e propor seu redirecionamento aos objetivos estabelecidos além da importância da divulgação do trabalho visando manter o comprometimento da sociedade em todo o processo.

O Plano Estratégico de Reabilitação da área Central de Porto Alegre/RS apresenta-se como um referencial para a elaboração do Plano de Preservação para o Centro Histórico de Angra dos Reis/RJ principalmente com relação: à definição de sua abrangência, incluindo tanto a área objeto do plano quanto seu entorno; à sua metodologia que inclui as etapas de levantamento de dados, diagnóstico e propostas (plano conceitual, operacional e gerenciamento) e à condução do processo participativo através dos encontros, workshops e oficinas.

### **3.3 – A construção de um método**

Além da análise dos planos e projetos apresentados no item anterior, três publicações foram substancialmente importantes para a construção da proposta metodológica visando à elaboração de Diretrizes para o Plano de Preservação do Centro Histórico de Angra dos Reis/RJ: o artigo “Plano de Preservação: um instrumento necessário” (2007) de Leonardo Marques de Mesentier e as publicações do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) *Planos de Preservação de Sítios Históricos Urbanos: termo geral de referência (2005)* e *Metodologia para recolhimento de dados de configuração urbana em sítios tombados (KOHLSORF, 2000)*.

#### **3.3.1- Plano de Preservação: um instrumento necessário**

O artigo “Plano de Preservação: um instrumento necessário” (2007) de Leonardo Marques de Mesentier faz uma reflexão sobre a conjuntura das políticas de proteção de

áreas urbanas de valor histórico cultural indicando um cenário positivo de desenvolvimento da conscientização sobre a necessária preservação destas áreas, mas alerta para os riscos inerentes a esse novo momento como a utilização destas áreas exclusivamente como ativos econômicos, além de antigas dificuldades ainda não foram superadas como a falta de integração entre as políticas de patrimônio e o planejamento urbano das cidades.

Mersentier estabelece como pressupostos para a elaboração do Plano de Preservação que sejam identificados os seguintes itens: o valor patrimonial que se busca preservar; a relação desse valor patrimonial com seu suporte material, que é o ambiente urbano do sítio ou conjunto e o estado de conservação das edificações e espaços públicos, do sítio ou conjunto de valor patrimonial.

Em seguida são apresentadas as ditas “pistas” que contribuirão para a construção do plano. A primeira delas é a *delimitação da área urbana de interesse à preservação*, que Mersentier conceitua não só como a área que abriga as principais representações culturais materiais e imateriais, quanto as áreas do entorno que a influenciam e que por ela são influenciadas. A partir do reconhecimento das diferentes especificidades dessas relações, que deverão receber tratamento distinto na proposta de intervenção, propõe uma divisão desse polígono formado pela área de estudo em cinco zonas distintas, podendo haver sobreposição entre elas: a) a área de valor patrimonial; b) a área de proteção à ambiência; c) a área de proteção à visibilidade; d) a área de proteção paisagística; e) a área de influência do uso do solo. A segunda pista intitulada *a condicionante morfológica do uso do solo*, chama atenção para a necessária adaptação do uso do solo na área objeto do plano de preservação visando a manutenção e/ou inserção de usos adequados às condicionantes físicas e sociais presentes na área, elementos que configuram o valor patrimonial que motivou sua proteção.

A terceira pista é a *percepção do valor patrimonial*, onde Mersentier destaca a importância da preservação da ambiência dos conjuntos históricos ou tradicionais que caracterizam a área objeto da preservação, acompanhando o conceito de ambiência definido pela Carta de Nairóbi (1976) como “o quadro natural ou construído que influi na percepção estática ou dinâmica desses conjuntos, ou a eles se vincula de maneira imediata no espaço, ou por laços sociais ou culturais” (CURY, 1995). Neste item Mersentier (2007) valoriza a importância de um desenho urbano que possibilite a qualidade ambiental da área evitando que elementos nocivos possam prejudicar a apreensão de seu significado cultural a partir de seu conjunto edificado, traçado das ruas e da própria dinâmica social presente na área. Fala da importância de um diagnóstico que aponte os possíveis elementos nocivos a

essa percepção e também de intervenções que qualifiquem a área através de novas posturas municipais, além de propostas como novo mobiliário urbano.

A quarta pista *situação fundiária* evidencia que os Planos de Preservação devem considerar os problemas provenientes da desigualdade social que se materializam através do déficit habitacional, gerando ocupações informais com grande presença nas áreas urbanas de valor histórico-cultural localizadas nas áreas centrais dos municípios brasileiros. Também alerta para uma análise da infraestrutura urbana existente na área, visando identificar se sua oferta atende às necessidades do local ou se existe carência de serviços básicos que podem estar comprometendo a preservação de sua ambiência histórica de forma direta ou indireta.

A última pista *a participação e o tecido sociocultural* valoriza a parcela intangível do patrimônio cultural urbano presente na área objeto da preservação, que se materializa através das manifestações culturais como festas religiosas, culinária, danças entre outras, a serem protegidas contra processos de gentrificação e integradas através das organizações sociais no processo de elaboração do Plano de Preservação, não restringindo o poder de elaboração e implementação nas mãos do poder público e da iniciativa privada.

### **3.3.2- Termo geral de referência para Planos de Preservação de Sítios Históricos Urbanos**

Instituído em 2005, o *Termo geral de referência para Planos de Preservação de Sítios Históricos Urbanos (2005)* trata-se de uma publicação do IPHAN que propõe um método de elaboração para os Planos de Preservação em áreas urbanas de valor patrimonial tombadas por este órgão. Diferente do artigo de Mersentier (2007) que se limita a apontar diretrizes conceituais para a elaboração dos planos, o material produzido pelo IPHAN configura-se numa metodologia de maior abrangência incluindo tanto aspectos conceituais quanto operacionais.

Segundo o Termo, um dos principais objetivos do Plano de Preservação do Sítio Histórico Urbano (PPSH) deverá ser:

Preservar o patrimônio cultural da cidade para a sua população e para a coletividade, por meio da consolidação de uma cultura urbanística relacionada ao patrimônio, pautada no planejamento, na gestão e na

reabilitação urbana como bases para processos de preservação sustentável do patrimônio cultural. (IPHAN, 2005)

Propõe que o escopo dos PPSH seja concebido a partir três dimensões: a *dimensão normativa* constituída pelo regulamento de ordenação urbanística e de preservação do sítio histórico urbano; a *dimensão estratégico-operacional* que corresponde ao programa de atuação estabelecido para o sítio histórico urbano e a *dimensão avaliadora* que se configura como o sistema de avaliação do PPSH.

Assim como Mersentier (2007) chama atenção para a importância de que a delimitação da área de atuação do plano considere não só a área urbana de valor histórico-cultural que motivou a elaboração do plano, nesta publicação recomenda-se tratar não só “a área protegida” (referência ao tombamento instituído pelo órgão), mas também a áreas de entorno e de influência, considerando assim as relações mútuas entre as áreas. Traz uma importante contribuição conceitual ao definir as diferentes categorias de sítios históricos urbanos (cidade histórica, centro histórico e conjunto histórico).

Segundo esta publicação, a metodologia proposta para a elaboração, implementação e avaliação do PPSH estrutura-se a partir de 4 etapas. A primeira etapa destina-se aos estudos e levantamentos sobre as características materiais e imateriais do SHU (Sítio Histórico Urbano); os processos e problemas que comprometem sua preservação; as características demográficas da área; o uso do solo e as tendências de desenvolvimento urbano; as carências de infraestrutura urbana; os problemas ambientais existente e sua situação fundiária. Na segunda etapa, todos esses dados são sistematizados e avaliados gerando um diagnóstico da área que possibilitará o estabelecimento das diretrizes que configurarão a terceira etapa destinada a propostas como o *Regulamento de Ordenação urbanística e de Preservação do SHU* e o programa de atuação. A quarta etapa considera o caráter da dinâmica inerente às áreas urbanas e estabelece um instrumento de avaliação do PPSH visando o aperfeiçoamento permanente de seus aspectos normativos e operacionais.

Propõe ainda a formulação de um quadro apontando os pontos fortes e fracos além das oportunidades e ameaças existentes no SHU criando assim um instrumento de visão estratégica que possibilite avaliar a viabilidade e a atratividade da realização dos investimentos previstos no plano.

Com relação a gestão do PPSH é proposta a criação de uma Comissão Gestora Local – CGL de caráter interinstitucional, consultiva, deliberativa e executiva, constituída por

membros do poder público municipal, dos órgãos de proteção do patrimônio, da sociedade civil organizada e das demais entidades envolvidas no processo. Dentro do CGL deverá ser instituído um *Grupo Dirigente* responsável pela coordenação político-institucional das ações de gerenciamento do plano de preservação e um *Grupo Técnico* que deverá executar o PPSH e as demais ações de gerenciamento sobre a área. A participação popular deverá ser garantida através da realização de seminários técnicos, oficinas de planejamento, oficinas para promoção de investimentos privados e audiências públicas para validação de cada estágio do trabalho.

Os aspectos operacionais do PPSH constituem-se nos instrumentos das etapas de levantamento e diagnóstico visando à elaboração do programa de atuação para a preservação da área.

Para a etapa de levantamento são recomendadas a análise das informações dos sistemas de inventários do próprio IPHAN como o Inventário Nacional de Bens e Imóveis em Sítios Urbanos Tombados – INBI/SU, o Inventário de Configuração de Espaços Urbanos – INCEU, o Inventário de Bens Arquitetônicos – IBA e o Inventário Nacional de Referências Culturais – INRC, além de outros instrumentos como o material cartográfico

Para a etapa de diagnóstico são recomendadas as *análises do SHU* a partir: das características de seu tombamento; das características morfológicas e tipológicas do espaço urbano/natural e do conjunto construído; dos aspectos construtivos do SHU; dos elementos vegetais existentes; dos sítios arqueológicos; das manifestações culturais locais e dos aspectos visuais e perspectivas a serem preservadas. Também a *análise de sua dinâmica urbana* a partir: da evolução urbana; dos estudos, projetos e planos urbanísticos realizados na SHU; da infraestrutura urbana, usos e ocupação do solo; da análise das construções; dos estudos dos espaços vazios; da análise do perfil socioeconômico; da análise ambiental; da análise dos instrumentos de gestão urbana vigentes e da análise dos fatores de deterioração do SHU. Por fim, a *análise das tendências de desenvolvimento urbano* a partir: da identificação e análise dos vetores de desenvolvimento da cidade; do reconhecimento dos recursos existentes; do reconhecimento dos atores e do reconhecimento das variáveis exógenas.

A partir destes estudos será deverá ser produzida uma classificação de valoração patrimonial na SHU que possibilitará: a revisão da poligonal de proteção existente; a delimitação de diferentes zonas de preservação; a identificação de setores específicos; a classificação dos imóveis com definição de graus de valor patrimonial relacionados as diferentes intervenções propostas (restauração, conservação e reabilitação); a

caracterização do perfil socioeconômico do setores delimitados e a caracterização das atividades presentes em cada um deles.

Para a etapa destinada às propostas visando a preservação do SHU são previstos os seguintes produtos a partir das dimensões que deverão nortear a elaboração do PPSH:

- Dimensão normativa: Zoneamento da área em zonas e setores de preservação; zoneamento do uso e ocupação do solo; normas e critérios de intervenção e planos de massas.
- Dimensão estratégico-operacional: Estratégia de atuação; projetos executivos e estudos de impacto de vizinhança e ambiental (EIVs e EIAS).
- Dimensão avaliadora: Indicadores urbanos em SHU; relatórios de processo; informe de validação do programa de atuação e informe de avaliação do regulamento de ordenação urbanística e de preservação do SHU.

Finalizando o termo geral de referência são apresentadas orientações relativas a apresentação dos custos inerentes ao PPSH.

### **3.3.3- Metodologia para recolhimento de dados de configuração urbana em sítios tombados**

Elaborada pela professora da Universidade Nacional de Brasília Maria Elaine Kohlsdorf, que tem como principal enfoque de suas pesquisas a apreensão do espaço urbano a partir da percepção de seus usuários, a proposta metodológica apresentada nesta publicação do IPHAN consistiu num complemento ao método do antigo Inventário Nacional de Bens Imóveis – INBI, ampliando sua investigação a outros elementos que além da configuração edilícia compõem as configurações urbanas.

A publicação é dividida em duas partes: Na parte I, Marco Teórico, é apresentado todo o embasamento teórico e conceitual que estrutura o trabalho como: a definição de sítio urbano sob a ótica de seu caráter histórico e cultural; os conceitos de identidade e memória como elementos substanciais dos sítios históricos urbanos e a percepção como elemento de reconhecimento da significância cultural destas áreas, sendo que sua assimilação cognitiva sempre se dará a partir de suas características de conjunto, nunca de modo parcial. A partir destes conceitos são apresentados os eixos direcionadores da metodologia apresentada: contemplar a percepção desses lugares como nível cognitivo preferencial das ações de preservação; indicar os atributos de identidade desses lugares incidentes na percepção,

ampliando o sistema de representação, adequada à natureza projetual, social e espacial desses lugares.

Na parte II são apresentados os procedimentos para o recolhimento de dados inventariais através das categorias inventariais que, segundo Kohlsdorf, são “os atributos geométricos relevantes na formação da identidade configurativa dos sítios” (KOHLSDORF, 2000). A metodologia proposta pela autora divide estas categorias em: categorias inventariais de percepção do espaço e categorias inventariais de representação projetual.

Nas *categorias inventariais de percepção do espaço* são recolhidos “dados sobre a configuração do sítio e de seus setores tal como eles se apresentam à percepção do observador, estando fisicamente presente nos lugares considerados” (KOHLSDORF, 2000). São indicados como pressupostos para o levantamento dos dados dessa categoria a definição dos percursos que deverão incluir análises à distância e no interior da área considerada a partir do registro sequencial, “técnica de análise e avaliação do espaço percebido que visa representar características universais do referido nível cognitivo.” (KOHLSDORF, 2000). São elementos de análise dessa categoria:

- Categoria de percepção de eventos gerais das sequências que analisa a quantidade de estímulos visuais (estações) existentes na área de análise;
- Categoria de percepção dos campos visuais que quantifica o número de cenas registradas nas estações (campo visual frontal, lateral direito e esquerdo);
- Categoria de percepção dos efeitos visuais das sequências que analisa as composições das cenas dos campos visuais a partir de efeitos topológicos, perspectivos e semânticos.

Nas *categorias inventariais de representação projetual* “recolhem-se dados sobre a configuração da área considerada segundo o modo tradicional utilizado nos projetos arquitetônicos e urbanísticos, os quais operam com representações geométricas elaboradas, ou seja, secundárias e não mais fonte principal.” (IPHAN, 2000). Estas categorias subdividem-se em:

- Categorias de totalidade que incluem: a categoria planta baixa (malha, marcoparcelamento, microparcelamento e relação de cheios e vazios) e a categoria conjunto de planos verticais que analisa aspectos como as linhas de terra, linhas de coroamento, sistemas de pontuações e linhas de força.
- Categorias parciais que incluem: a categoria elementos do sítio físico (relevo, vegetação e águas); categoria elementos edifícios (relações intervolumétricas entre os edifícios, relações dos edifícios com o espaço público, volumetria das edificações, fachadas dos edifícios e

coberturas dos edifícios) e a categoria elementos complementares (sinalização, veículos de propaganda, pequenas construções e mobiliário urbano).

- Categoria síntese que inclui a categoria estrutura interna do espaço.

### **3.4 - Diretrizes para a elaboração do Plano de Preservação do Centro Histórico de Angra dos Reis/RJ (PPCHAR)**

Ao longo deste trabalho foi apresentado o Centro Histórico de Angra dos Reis/RJ, área com mais de 500 anos de ocupação e de grande valor histórico-cultural. Todavia, seu valor como artefato carregado de identidade cultural e suporte da memória social é pouco valorizado, propiciando um cenário de contínua descaracterização de seu ambiente físico desde a segunda metade do século XX e que ganha força em 2009 com a revogação de um instrumento normativo municipal de proteção das edificações de valor histórico-cultural de caráter vernacular presentes na área.

Visando alterar esse panorama de desprestígio que ameaça a preservação de uma parcela importante do patrimônio cultural urbano de Angra dos Reis propõem-se diretrizes para elaboração de um Plano de Preservação para o Centro Histórico de Angra do Reis/RJ (PPCHAR), um instrumento de planejamento que tem como principal objetivo preservar este patrimônio a partir de sua integração com a própria dinâmica do município como um todo, respeitando suas especificidades.

Preliminarmente ao início do processo de elaboração do PPCHAR é necessário que se defina de forma clara e objetiva no que ele se constitui - sua natureza, o que motiva sua elaboração - as justificativas, o que se deseja com este instrumento - seus objetivos e como isso será feito - seu método.

Com relação à sua *conceituação* o Plano consistirá num instrumento de planejamento elaborado de forma integrada que se materializará através de ações físicas, normativas e de gestão visando a preservação do patrimônio cultural urbano do Centro Histórico de Angra dos Reis/RJ.

Seu principal objetivo deverá ser o de garantir a preservação e a valorização do patrimônio cultural urbano do Centro Histórico de Angra dos Reis através da identificação e preservação dos elementos configurativos de sua ambiência histórica e a reabilitação da qualidade de sua paisagem urbana através do manejo das atividades econômicas, culturais e sociais incidentes sobre a área. Dentre os *objetivos complementares* vislumbra-se que a

experiência adquirida a partir do PPCHAR possa semear no poder público municipal, iniciativa privada e população maior conscientização sobre as referências culturais que constituem seu patrimônio cultural, utilizando a educação patrimonial como o principal de uma política de preservação.

As *justificativas* para sua elaboração consistem na iminência de um completo processo de descaracterização de sua ambiência histórica a partir da preponderância do seu valor econômico como área de concentração de bens e serviços, em detrimento de seu valor cultural, e a necessária instrumentalização do município com relação às políticas relacionadas ao patrimônio cultural em sua abrangência contemporânea.

Com relação a delimitação da área de atuação do PPCHAR, a área de atuação do Plano poderá ser inicialmente constituída a partir de duas zonas: a *zona patrimonial* que engloba os limites da Zona Especial do Centro Histórico de Angra dos Reis (ZECHAR) e as *zonas de entorno imediato* constituídas pela frente marítima - Zona de Interesse Ambiental e de Ocupação Coletiva do Centro (ZAOOC) e os Morros do entorno - Zonas de Especial Interesse Social (ZEIS). Uma análise preliminar da intitulada Zona patrimonial já aponta sua subdivisão em pelos menos duas áreas distintas a partir das tipologias e conservação do conjunto edificado, todavia, por se tratar de uma análise superficial tal proposta de subdivisão deverá ser constatada a partir das análises propostas nas etapas de levantamento e diagnóstico.

#### **3.4.1- Método de elaboração do PPCHAR**

O *método* proposto para sua elaboração estrutura-se a partir de 5 etapas sendo: etapa 01 – Instituição da Comissão gestora do PPCHAR; etapa 02 – Levantamento e sistematização de dados; etapa 03 –diagnóstico; etapa 04 – propostas e etapa 05 – monitoramento do plano, sendo que todas estas etapas deverão ser formuladas de forma a integrar o atores como o poder público, a iniciativa privada e a população.

#### **Etapa 01: Comissão gestora e condução do processo participativo no PPCHAR**

Visando a coordenação das ações do PPCHAR deverá ser definida uma Comissão gestora do PPCHAR reunindo representantes do poder público municipal: Secretarias de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano, Obras, Fazenda e Procuradoria Geral e as Autarquias Fundação de Turismo de Angra dos Reis (Turisangra) e a Fundação Cultural de Angra dos Reis (Cultuar) – instituições de proteção do patrimônio cultural: IPHAN e INEPAC - iniciativa privada: Sindicato de Comércio Varejista de Angra, Mangaratiba e Paraty – e a

população através de organizações como associações de moradores do Centro e dos Morros do entorno, além do Conselho Municipal de Cultura.

Visando o aproveitamento de uma estrutura já consolidada no município, o Conselho Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente (CMUMA), um dos instrumentos de gestão da política urbana de Angra dos Reis criado através da Lei nº162/1992 – antigo Plano Diretor Municipal, assumiria uma de suas funções previstas na citada lei: “apreciar as propostas de preservação e tombamento de bens representativos” (ANGRA DOS REIS, 1992).

Com relação à condução do processo participativo, é de suma importância que haja intensa mobilização de todos os atores através da proposição de reuniões, workshops e oficinas que possibilitarão sua integração, além da difusão de conhecimento sobre a temática, preservação de áreas de valor histórico-cultural e sobre o objeto – o Centro Histórico de Angra dos Reis através de aspectos como economia, instrumentos normativos e principalmente sobre o patrimônio cultural material e imaterial da área.

É importante que especialistas no âmbito acadêmico e representantes de municípios com experiências congêneres sejam convidados para palestras visando a difusão de conhecimento sobre as estratégias de preservação de centros históricos. Outras parcerias poderão surgir a partir das instituições de ensino público e privado com cursos de arquitetura e urbanismo que poderão contribuir principalmente nas etapas de levantamento de campo através da participação dos alunos de graduação (possibilitando a utilização de uma ação prática como atividade pedagógica).

## **Etapa 02: Levantamento e sistematização de dados**

Etapa destinada à coleta e produção de informações sobre o Centro histórico de Angra dos Reis objetivando a compreensão de sua estrutura física e social atual assim como os processos históricos responsáveis por sua conjuntura. Deverão ser coletados dados sobre aspectos urbanísticos, socioeconômicos, culturais além das políticas patrimoniais incidentes sobre a área. Segue abaixo a relação das pesquisas que deverão ser realizadas e estruturadas através da apresentação dos elementos coletados, das fontes de pesquisa e como os dados deverão ser sistematizados:

### Pesquisa histórica:

Levantamento e sistematização dos dados obtidos através de fontes documentais, cartográficas, bibliográficas, iconográficas, fotográficas e de fontes orais sobre a evolução

da área ao longo do tempo. Seu principal objetivo é fornecer um quadro cronológico do Centro Histórico, possibilitando avaliar quais “permanências” materiais e/ou imateriais possuem valor cultural para o município.

Os dados coletados deverão ser sistematizados através de catalogação e produção de cópias físicas e digitais com vistas à futura manipulação dos dados para a produção de instrumentos como relatórios e produção gráfica (perfis do conjunto edificado, mapas de evolução urbana, maquetes físicas e digitais). Estes dados poderão ser obtidos através dos arquivos de importantes instituições com sede no Rio de Janeiro<sup>5</sup>, além de arquivos no próprio município como: Gerência de Planejamento Territorial da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano (SMA/GPT); Fundação de Cultura de Angra dos Reis (CULTUAR); Atendeu Angrense de Letras e Artes; Biblioteca Municipal de Angra dos Reis; Arquivos do Jornal Maré; arquivo fotográfico do historiador e fotógrafo angrense Miguel Assad Izaltino (fontes fotográficas); entrevistas com moradores antigos, historiadores e técnicos da Prefeitura Municipal e chamada pública para a disponibilização de documentos, livros e periódicos, fotografias e gravuras sobre a área.

#### Cartografia:

Coleta e sistematização de plantas cadastrais, mapas, mapas temáticos, imagens de satélite, fotos aéreas, cartas náuticas que possibilitarão a obtenção de dados territoriais como o número de edificações, relação entre áreas livres públicas e as edificações dentre outros. Seus objetivos são constituir um material de análise da evolução urbana da região além de servir como suporte para levantamentos, diagnósticos e propostas do plano de preservação. Deverão ser produzidas cópias físicas e digitais de todo o material coletado para que posteriormente todos os dados obtidos sejam sistematizados digitalmente em uma base de trabalho produzida com softwares CAD e planilhas, sendo preferencial a utilização de softwares de plataforma BIM (Building Information Modeling). A principal fonte de pesquisa são os arquivos da Gerência de Planejamento Territorial (SMA/PMAR);

---

<sup>5</sup> Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Arquivo Nacional; Fundação Biblioteca Nacional; Arquivo Noronha Santos – IPHAN; Arquivo INEPAC;

### Localização e Suporte físico:

Pesquisa sobre as características físicas do sítio como sua topografia, geologia, hidrografia além de dados climáticos como temperatura, umidade, ventos predominantes e regime de chuvas. Seus objetivos são verificar como as condicionantes ambientais influenciaram na formação do Centro Histórico. Para a obtenção dessas informações deverá ser consultado o material cartográfico da SMA/GPT, dados do Instituto Nacional de Meteorologia (INMET) e dados do Departamento de Recursos Minerais – Serviço Geológico do Estado do Rio de Janeiro. As informações coletadas deverão ser sistematizadas através da produção de relatórios, mapas temáticos e seções esquemáticas.

### Situação Fundiária:

Pesquisa sobre a propriedade dos imóveis presentes na área. Seu principal objetivo é avaliar a situação fundiária da região verificando possibilidades de utilização de instrumentos como a desapropriação ou transferência do direito de construir em imóveis onde seja necessário intervir visando à preservação do valor cultural do Centro Histórico. Para obter estes dados deverá ser consultado o setor de Cadastro Imobiliário da Secretaria Municipal de Fazenda que contém esses registros em plantas e fichas cadastrais com a relação dos contribuintes do IPTU. Outras fontes de pesquisa são os cartórios municipais que contêm em seus arquivos os registros dos imóveis e seus respectivos proprietários. O cruzamento dessas informações possibilitará a produção de dados atualizados sobre o regime de propriedade da área que deverão ser sistematizados através de relatórios, planilhas e registros em base cartográfica (*mapa temático da situação fundiária*).

### Perfil socioeconômico:

Nesta pesquisa deverão ser coletados e sistematizados os dados referentes a população residente da área como número de habitantes, renda mensal e níveis de alfabetização. Seu principal objetivo é o de identificar o perfil dos moradores e usuários da região, dados que direcionarão as propostas de intervenção. Os citados dados serão obtidos através de consultas ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a própria Prefeitura Municipal de Angra dos Reis/RJ, sendo sistematizados através de relatórios, planilhas e produção de gráficos.

### Instrumentos normativos (Legislação urbanística e impacto na paisagem):

Pesquisa a legislação urbanística (plano diretor municipal, leis de zoneamento, uso e ocupação do solo, parcelamento, posturas municipais), e ambiental incidente sobre a área assim como as antigas leis, hoje revogadas, que normatizavam a ocupação do solo, possibilitando a identificação do resultado desses instrumentos na paisagem urbana da região. Para a obtenção dessas informações deverão ser consultadas a SMA/GPT o Instituto Estadual do Ambiente além dos levantamentos de campo através de registros fotográficos. Deverão ser produzidos mapas contendo a demarcação das zonas estabelecidas por estes diferentes instrumentos normativos assim como a produção de relatórios e planilhas contendo informações como índices urbanísticos e posturas municipais.

### Dinâmica urbana (usos e apropriações dos espaços livres públicos):

Nesta pesquisa serão coletados e sistematizados os dados sobre o aspecto funcional da área através do conhecimento da relação existente entre a área e o município como um todo; os diferentes usos ali presentes, além das apropriações dos espaços livres públicos através do comércio ambulante, áreas de convívio e festividades como as festas religiosas e o carnaval de rua. Seu principal objetivo é avaliar tanto as permanências com valor patrimonial como usos singulares ou predominantes em certos setores, quanto possíveis usos nocivos à preservação da região. Para obtenção dessas informações deverá ser consultada à SMA/GPT além da realização de levantamentos de campo através de registros audiovisuais (fotos e vídeos) e entrevistas com a população. As informações coletadas deverão ser sistematizadas através da produção de relatórios, planilhas e principalmente a produção de mapas contendo a demarcação dos usos e as diferentes apropriações dos espaços livres públicos.

### Parcelamento e ocupação do solo:

Nesta pesquisa serão coletados e sistematizados os dados sobre as tipologias de parcelamento e ocupação do solo caracterizada por sua geometria (lotes quadrados, retangulares de grande profundidade dentre outros), taxa de ocupação dos lotes assim como o gabarito das edificações. O objetivo principal desta pesquisa é identificar as permanências de padrões de parcelamento que possuam valor cultural. Para a obtenção dessas informações deverá ser consultado o material cartográfico presente na SMA/GPT, imagens de satélite disponibilizadas pelo Google Earth, além dos levantamentos de campo

através de registros audiovisuais (fotos e vídeos). As informações coletadas deverão ser sistematizadas através da produção de relatórios, planilhas e principalmente a produção de mapas contendo a demarcação: de ocupação dos lotes e de gabarito das edificações.

#### Pesquisa Arqueológica:

Nesta pesquisa serão coletados e sistematizados os dados sobre as áreas de potencial arqueológico como: Morro da Fortaleza, área que ainda conserva ruínas do antigo forte que originou o nome do morro; Morro de Santo Antônio, área onde se localizava uma fortificação; Túnel entre o Convento São Bernadino de Sena e o Convento do Carmo; Ruas do Centro Histórico dentre outras. Para a obtenção dessas informações deverão ser consultados órgãos como o IPHAN que já empreendeu obras de arqueologia no Convento São Bernadino de Sena, a pesquisa histórica produzida neste trabalho, os levantamentos de campo através de registros audiovisuais (fotos e vídeos) além de importantes contribuições acadêmicas como a Dissertação de Mestrado em Arqueologia de Leilane Patrícia de Lima (2008) que aborda as antigas fortificações do Centro Histórico de Angra dos Reis. Através do apoio de um profissional arqueólogo deverão ser produzidos relatórios, planilhas e mapas contendo essas áreas com potencial arqueológico que possibilitarão a produção de futuros projetos.

#### Tipologias do conjunto edificado:

Nesta pesquisa serão coletados e sistematizados os dados sobre as edificações presentes no Centro Histórico identificando diferentes tipologias edilícias em que se observe características particulares de: linguagens históricas (colonial, neoclássico, art déco, neocolonial e o moderno), a relação de cheios e vazios de suas fachadas, cores das fachadas, materiais de acabamento das fachadas, tipos de cobertura (telha colonial, telha metálica, telha de fibrocimento, lajes de concreto), sistema construtivo, levantamento dos interiores das edificações (compartimentação) e o estado de conservação. Seu principal objetivo é identificar no conjunto edificado edificações e conjuntos que ainda conservem características inerentes as principais linguagens históricas existentes na região, elementos representativos do valor cultural do Centro Histórico como suporte de memória social. Para a obtenção dessas informações deverá ser consultado material cartográfico presente na SMA/GPT, imagens de satélite disponibilizadas pelo Google Earth, além dos levantamentos de campo através de registros audiovisuais (fotos e vídeos) e o preenchimento de dados em

fichas produzidas para o levantamento (inventários). As informações coletadas deverão ser sistematizadas através da produção de relatórios, inventário das edificações, planilhas, mapas temáticos e perfis das edificações.

#### Espaços livres públicos (passeios, vegetação e pavimentação):

Nesta pesquisa serão coletados e sistematizados os dados sobre os espaços livres públicos constituídos pelas praças, ruas e passeios através de informações como: dados geométricos (áreas e larguras); tipologias de vegetação (forrações, arbustos e espécies arbóreas) e soluções de pavimentação. Seu principal objetivo é identificar nestas áreas elementos de valor cultural como a conservação da forma urbana além do importante papel desempenhado pelas praças que em conjunto com as edificações do seu entorno ainda conservam ambiências históricas. Para a obtenção dessas informações deverá ser consultado material cartográfico presente na SMA/GPT, imagens de satélite disponibilizadas pelo Google Earth além dos levantamentos de campo através de registros audiovisuais (fotos e vídeos). As informações coletadas deverão ser sistematizadas através da produção de relatórios, planilhas e mapas temáticos.

#### Manifestações culturais:

Nesta pesquisa serão coletados e sistematizados os dados sobre as principais manifestações culturais presentes na área constituída através dos espaços culturais, culinária, artesanato, dança, grupos teatrais, costumes da população dentre outros. O principal objetivo desta pesquisa é identificar o patrimônio imaterial presente na região. Para a obtenção dessas informações deverão ser consultados a CULTUAR e o Conselho Municipal de Cultura e produzidos levantamentos de campo através de registros audiovisuais (fotos e vídeos), entrevistas e produção de oficinas com a população além de entrevistas com importantes agentes culturais do município, como ator e diretor de teatro Zequinha Miguel<sup>6</sup>. As informações coletadas deverão ser sistematizadas através da produção de relatórios e mapas temáticos.

---

<sup>6</sup> José Miguel Filho, o popular Zequinha Miguel, é um importante agente em prol da cultura de Angra dos Reis. Além de diretor e teatrólogo, publicitário, professor, compositor, e apresentador de TV, foi Secretário de Cultura do Município entre 2012 e 2013. É o Principal nome e articulador do Revolucionária, lendário grupo de teatro de Angra dos Reis criado em 1979.

### Sistema viário e transportes:

Nesta pesquisa serão coletados e sistematizados os dados sobre o sistema viário da área e os diferentes meios de transporte através de dados geométricos (larguras das vias) hierarquia viária (vias locais, coletoras e arteriais), indicação das origens e hierarquia de fluxos; indicação das rotas e localização dos terminais e pontos de ônibus e transporte marítimo e áreas de estacionamento. O principal objetivo desta pesquisa é verificar a compatibilidade entre o sistema viário atual e o suporte físico da região formada por suas vias para veículos e passeios. Para a obtenção dessas informações deverá ser consultado material cartográfico presente na SMA/GPT, imagens de satélite disponibilizadas pelo Google Earth, dados da Secretaria Municipal de Transportes além dos levantamentos de campo através de registros audiovisuais (fotos e vídeos). As informações coletadas deverão ser sistematizadas através da produção de relatórios e mapas temáticos.

### Infraestrutura urbana:

Nesta pesquisa serão coletados e sistematizados os dados sobre a infraestrutura urbana da área constituída pelos sistemas de abastecimento de água e energia elétrica, esgotamento sanitário, drenagem urbana, iluminação pública, gás e coleta de lixo. Seu principal objetivo é avaliar se as relações entre as redes de abastecimento e serviços públicos com a paisagem urbana da região. Para a obtenção dessas informações deverão ser consultados órgãos como o Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Angra dos Reis (SAAE) responsável pelo abastecimento de água e esgotamento sanitário; a concessionária AMPLA responsável pelo fornecimento de energia elétrica no município; a Secretaria Municipal de Obras, Habitação e Serviços Públicos responsável pela iluminação pública e coleta de lixo; além dos levantamentos de campo através de registros audiovisuais (fotos e vídeos). As informações coletadas deverão ser sistematizadas através da produção de relatórios e mapas temáticos.

### Monumentos<sup>7</sup> (Estatuário)

Nesta pesquisa serão coletados e sistematizados os dados sobre os monumentos (bustos, estátuas, totens e etc) existentes na área de estudo analisando sua relevância como objetos de valor cultural. Para a obtenção dessas informações deverá ser a Secretaria Municipal de Obras, Habitação e Serviços Públicos, setor responsável pela manutenção dos espaços livre públicos da região, a CULTUAR além dos levantamentos de campo através de registros audiovisuais (fotos e vídeos). As informações coletadas deverão ser sistematizadas através da produção de relatórios, registros, fotográficos, desenhos esquemáticos, e mapas temáticos contendo a localização dos elementos utilizando legendas.

### Mobiliário urbano:

Nesta pesquisa serão coletados e sistematizados os dados sobre os padrões de mobiliário urbano (bancos, lixeiras, floreiras dentre outros) existente na área de estudo. Os principais objetivos desta pesquisa são a identificação de elementos de valor patrimonial e os resultados gerados na paisagem urbana da região por estes equipamentos. Para a obtenção dessas informações deverão ser realizados levantamentos de campo através de registros audiovisuais (fotos e vídeos). As informações coletadas deverão ser sistematizadas através da produção de relatórios, registros, fotográficos, desenhos esquemáticos, e mapas temáticos contendo a localização dos elementos utilizando legendas.

### Veículos de publicidade, sinalização, toldos, marquises e equipamentos mecânicos:

Nesta pesquisa serão coletados e sistematizados os dados sobre veículos de publicidade (letreiros e outdoors), elementos de sinalização presentes na área de estudo (placas de trânsito, turística e indicação das ruas), elementos de cobertura dos acessos aos estabelecimentos comerciais (toldos e marquises) além dos equipamentos mecânicos presentes nas fachadas (aparelhos de ar-condicionado, exaustores). Os principais objetivos desta pesquisa são a identificação de elementos de valor patrimonial e os impactos na paisagem urbana da região a partir dos elementos presentes nas fachadas das edificações.

---

<sup>7</sup> A definição de “monumento” adotada neste item da etapa de levantamentos e sistematização dos dados baseia-se em seu sentido original associado à ação de rememoração conforme CHOAY (2006, pág.18): “chamar-se-á monumento tudo o que for edificado por uma comunidade de indivíduos para rememorar ou fazer que outras gerações de pessoas rememorem acontecimentos, sacrifícios, ritos ou crenças.

Para a obtenção dessas informações deverá ser consultado o setor responsável pela fiscalização de posturas da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano além dos levantamentos de campo através de registros audiovisuais (fotos e vídeos). As informações coletadas deverão ser sistematizadas através da produção de relatórios, registros, fotográficos, desenhos esquemáticos, e mapas temáticos contendo a localização dos elementos utilizando legendas.

#### Patrimônio Cultural (Tombamentos, estudos e projetos):

Nesta pesquisa serão coletados e sistematizados os dados sobre a proteção do patrimônio cultural urbano do Centro Histórico de Angra dos Reis através dos tombamentos federais e estaduais, os decretos de preservação municipal assim como os estudos e projetos desenvolvidos sobre a área. Para a obtenção dessas informações deverão ser consultados os inventários das edificações e monumentos tombados pelo IPHAN e pelo Governo Estadual; os instrumentos normativos de proteção do patrimônio no âmbito municipal; os arquivos do IPHAN e INEPAC que contem estudos de tombamento que foram cancelados; a SMA/GPT que contém os estudos do Projeto Centro Histórico desenvolvida em 1991, registros fotográficos do hoje revogado Decreto de Preservação Municipal nº431/93, além de um trabalho de revisão da listagem dos imóveis protegidos por este decreto produzido em 2009; a contribuição de trabalhos acadêmicos como a Dissertação de Mestrado de Deusdedith de Souza Alves Filho (2004) que aborda o patrimônio cultural do centro histórico e nossa própria dissertação. As informações coletadas deverão ser sistematizadas através da produção de relatórios, desenhos esquemáticos, e mapas temáticos contendo a localização dos bens tombados pelo IPHAN e INEPAC além das edificações que eram preservadas pelo Decreto nº431/93. O citado mapa consta no APÊNDICE D com a relação de bens e imóveis tombados e preservados no APÊNDICE E.

#### Planos e Projetos em desenvolvimento:

Nesta pesquisa serão coletados e sistematizados os dados sobre os planos e projetos desenvolvidos pela Prefeitura Municipal, Governo do Estado e Governo Federal com incidência sobre a área. Para a obtenção destes dados deverão ser realizadas reuniões com representantes das secretarias municipais, representantes do governo do estadual e federal onde serão apresentados os planos e projetos tanto de ordem urbana quanto econômica, social e cultural. Já se tem conhecimento de um projeto desenvolvido pela SMA/GPT que contém um programa de ações como a requalificação da Avenida Padre Júlio

Maria e da Rua Coronel Carvalho, a construção de novo terminal rodoviário municipal, além de intervenções nas ruas e passeios do Histórico.

### Levantamento perceptivo do Centro Histórico de Angra dos Reis:

Além das pesquisas apresentadas nos itens anteriores, que buscam caracterizar a estrutura física e social do Centro Histórico de Angra dos Reis através de análises segmentadas a partir de instrumentos tradicionais de levantamentos e diagnósticos de áreas urbanas, deverão ser coletadas informações sobre como essa estrutura urbana se apresenta aos seus usuários através da percepção, onde a ideia de conjunto, de totalidade sobressai a visão dos elementos de forma isolada. Para a obtenção dessas informações deverá ser levantamentos de campo através de registros audiovisuais (fotos e vídeos) a partir da técnica de análise de registro sequencial de Maria Elaine Kohlsdorf apresentada na publicação *Metodologia para recolhimento de dados de configuração urbana em sítios tombados* (KOHLSDORF, 2000), elaborada pela autora para o IPHAN, além da realização de entrevistas e oficinas com a população onde seriam solicitados mapas mentais sobre o Centro Histórico possibilitando a construção coletiva da paisagem cultural deste sítio. As informações coletadas deverão ser sistematizadas através da produção de relatórios, desenhos esquemáticos, e mapas temáticos contendo a demarcação dos percursos, estações, campos visuais e os estímulos provocados por eles (topoceptivos, perspectivos e semânticos).

### **Etapa 03: Diagnóstico**

Após a coleta e sistematização dos dados obtidos nas pesquisas listadas acima será possível fazer uma leitura da área através da análise desse material de forma isolada e principalmente a partir do cruzamento de informações destas pesquisas. Nesta etapa serão apresentados através de relatórios, planilhas, gráficos e registros fotográficos as análises do Centro Histórico de Angra dos Reis apontando possíveis setores com características distintas dentro da região, devendo ser realizada sua demarcação através de mapa, além das potencialidades e ameaças que a atual estrutura urbana e social representa para a preservação do patrimônio cultural urbano da área.

Além destas análises um passo importante desta etapa será a identificação e seleção dos elementos que configuram o patrimônio cultural urbano do Centro Histórico de Angra dos Reis. Para a formulação dos critérios de identificação e seleção dos elementos de valor cultural, toma-se como referência a contribuição teórica do Historiador da arte

vienense Alois Riegl (1858-1905) através da publicação do Culto Moderno dos Monumentos (1903), que apesar de centenária permanece contemporânea no âmbito dos debates sobre a valoração do patrimônio cultural.

Como presidente da Comissão de Monumentos Históricos da Áustria em 1902, Riegl ficando encarregado de reorganizar a legislação de conservação dos monumentos austríacos, onde cria sistema de valoração cultural para os bens estruturado a partir de duas categorias: os valores rememorativos, ligado à memória e os valores de contemporaneidade pertencentes à percepção do presente. Os valores rememorativos dividem-se em valor de antiguidade, valor histórico e valor rememorativo intencional, enquanto os valores de contemporaneidade dividem-se em valor instrumental ou de uso e valor artístico, sendo este subdividido em valor de arte relativo e valor de novidade.

Com base nas análises da conjuntura existente no Centro Histórico de Angra dos Reis em conjunto com a contribuição do sistema de valoração produzido por Alois Riegl (1903) e as categorias de proteção presentes nas APACS do Município do Rio de Janeiro/RJ (Bens Tombados, Bens Preservados e Bens Tutelados) é proposto o seguinte sistema de identificação, seleção e categorização dos bens de valor cultural:

**Bens tombados:** Áreas e edificações de valor cultural, expressos através de linguagens históricas (valor histórico); fatos de representatividade histórica para o município; particular aspecto plástico (valor de arte relativo); autoria de projeto atribuída a profissional de destaque no cenário municipal, estadual ou nacional; uso singular na região ou já enraizado na cultura local; suporte de manifestações culturais do município (patrimônio imaterial) e o valor afetivo expresso através do enraizamento do bem com a população através de seu uso, ou como elemento de identidade cultural e suporte de memória social. Nestes bens deverão ser conservadas as características identificadas como de excepcional importância para a ambiência e a identidade cultural da área, além da preservação dos interiores no caso de edificações.

**Bens Preservados:** Áreas e edificações onde deverão ser conservadas as características identificadas como de importância para a ambiência e a identidade cultural da área, sendo permitidas alterações nos interiores das edificações. Nestes bens deverão ser conservadas as características externas das edificações como: unidade das fachadas, relação de cheios e vazios de suas fachadas, ritmo dos vãos, gabarito – e os elementos de composição dos espaços livres públicos que configuram sua unidade.

**Bens Tutelados:** classificação inerente a todas as áreas e edificações presentes dentro dos limites da ZECHAR, exceto os bens tombados e preservados. Caracterizam-se como elementos que integram a ambiência histórica da região como um todo, sendo passíveis de intervenções como modificações e até mesmo demolições, desde que não descaracterizem os elementos que configuram a ambiência histórica da região.

A seleção inicial dos bens de valor cultural deverá utilizar como referência a relação de imóveis preservados pelo antigo Decreto nº431/93, mas principalmente ser construída a partir de uma visão contemporânea sobre patrimônio cultural incluindo na relação de bens a serem protegidos: as linguagens históricas como a arquitetura moderna e a própria arquitetura vernacular presente nas edificações residenciais; os espaços livres públicos como as praças, verdadeiras permanências históricas e a forma urbana da região através da preservação de características volumétricas no conjunto edificado como alinhamentos, gabarito, relação de cheios e vazios, sem com isso criar qualquer tipo de congelamento ou barreira contra a produção contemporânea de arquitetura.

Todos os bens categorizados como passíveis de **tombamento** ou **preservação** deverão ser apresentadas através de uma ficha de identificação conforme APÊNDICE V (Ficha de identificação) onde deverão constar fotos, informações cadastrais como endereço além de sua descrição e justificativa para proteção dentro da categoria proposta.

#### **Etapa 04: Propostas (Plano de ações)**

A partir das informações produzidas nas etapas de levantamento e diagnóstico poderão ser propostas as ações que contribuirão para a preservação e valorização do Centro Histórico de Angra dos Reis/RJ. O conhecimento prévio sobre a área proporciona que sejam estabelecidas algumas diretrizes para o plano de ações:

##### Espaço memória urbana de Angra dos Reis/RJ

Para fomentar a disseminação de conhecimento sobre os processos de formação da cidade de Angra dos Reis e dos elementos que se constituem como itens de rememoração e identidade social - seu patrimônio cultural urbano - é proposta a criação de um espaço físico que abrigue uma exposição permanente sobre a história urbana de Angra dos Reis.

O Espaço memória urbana de Angra dos Reis/RJ seria constituído basicamente por uma área para exposições de elementos perenes e transitórios apresentando conteúdo como painéis contendo mapas de evolução urbana, fotos, vídeos, maquetes e textos do

Centro Histórico de Angra dos Reis, contemplando em seu projeto a plena acessibilidade aos itens expostos.

#### Valorização dos espaços livres públicos

Deverá ser incentivada a produção de projetos, podendo até mesmo ser objeto de concurso público nacional de projetos de arquitetura e design gráfico, de mobiliário urbano e propostas de pavimentação que valorizem os espaços livre públicos contemplando sua ambiência histórica através do uso de uma linguagem contemporânea.

#### Gestão patrimonial

É necessária uma reformulação conceitual na gestão patrimonial do município hoje realizada pela Gerência de Patrimônio Histórico da Fundação Municipal de Cultura (CULTUAR), a começar pelo próprio nome da gerência que deveria ser intitulada como “Gerência de Patrimônio Cultural” abrangendo assim a dimensão contemporânea de patrimônio, de forma a contemplar a preservação das áreas urbanas de valor histórico cultural no escopo de suas ações. Outro ponto importante no campo da gestão seria uma parceria entre a Prefeitura Municipal e o INEPAC visando preencher uma lacuna técnica hoje existente na estrutura de licenciamento de projetos do município através do apoio nas análises dos processos de aprovação de projetos em edificações de valor histórico-cultural. Esta seria uma solução temporária até que municipalidade conseguisse colocar em prática outra ação importante: a capacitação dos profissionais do setor de licenciamento de projetos da prefeitura com relação ao patrimônio cultural através de cursos que poderão ser realizados em parcerias com universidades públicas ou privadas, visando a criação de um corpo técnico capacitado a dar respostas técnicas coerentes às especificidades da intervenção em bens patrimoniais.

#### Incentivo ao uso residencial

Diante do déficit habitacional do país como um todo, seu potencial de inserção de vitalidade em áreas urbanas além da residência “representar o modo concreto de viver de um povo, a manifestação de um cultura, que modifica-se lentamente” (ROSSI, 2001. Pág. 80), uso residencial deverá ser estimulada na área através das novas construções além das modificações em edificações existente, seguindo os preceitos da Carta de Petrópolis (1987).

## A nova arquitetura como elemento qualificador da ambiência urbana e patrimônio do amanhã

Deverão ser produzidos instrumentos que possibilitem reabilitar no Centro Histórico a característica de catalizador de produção arquitetônica de qualidade vigente até o século XX qualificando sua ambiência através do “incentivo a uma produção arquitetônica de qualidade sendo a produção contemporânea o patrimônio de amanhã.” (Declaração de Amsterdã, 1975).

### Educação patrimonial: o melhor instrumento de preservação

É preciso disseminar uma cultura de conscientização sobre a importância da preservação do patrimônio cultural como elemento de identidade e memória social através de projetos nas escolas públicas e privadas, eventos, exposições, além da disponibilização de informações através das redes sociais, um importante e eficaz canal de comunicação.

### **Etapa 05: Monitoramento e disponibilização de informações**

É de suma importância que seja realizado um monitoramento periódico das ações propostas pelo PPCHAR visando avaliar possíveis desvios e propor seu redirecionamento aos objetivos estabelecidos, além da divulgação das ações do plano através de canais como a criação de um sítio eletrônico sobre o patrimônio cultural de Angra dos Reis que disponibilizaria informações sobre os diversos bens além de informes sobre o PPCHAR. A utilização de mídias sociais também poderá ser um canal eficaz de comunicação com a população.

A seguir será apresentada a aplicação do método proposto na área que abrange a Rua do Comércio e as praças adjacentes (Praça General Osório, Praça Codrato de Vilhena e Praça Silvestre Travassos).

## **CAPÍTULO 4 – RUA DO COMÉRCIO: APLICAÇÃO DA METODOLOGIA PROPOSTA**

Visando aplicar as diretrizes propostas para a elaboração do Plano de Preservação de Angra dos Reis/RJ apresentadas no capítulo anterior, será apresentada à área de estudo denominada **Rua do Comércio e Praças adjacentes**, formada por toda a extensão deste logradouro somada as Praças General Osório (Praça do PAM), Codrato de Vilhena (Praça do “Papão”) e Praça Silvestre Travassos (Praça Matriz) incluindo todas as edificações voltadas para estes espaços livres públicos.

A definição da área e de seus limites justifica-se dada à representatividade no passado e no presente da Rua do Comércio como o espaço livre público do Centro Histórico de Angra dos Reis com grande concentração de edificações de valor cultural tombados por órgãos federais e estaduais, além dos imóveis que eram preservados pelo hoje revogado Decreto Municipal nº 431/93.

A seguir serão apresentados os levantamentos e diagnósticos produzidos a partir da metodologia proposta além de um Plano de Ações visando à preservação do patrimônio cultural urbano deste recorte espacial, a servir de base para elaboração de trabalhos em outras áreas do Centro Histórico de Angra dos Reis<sup>8</sup>.

O mapa contendo os limites e edificações da área de estudo, consta no APÊNDICE G - Planta de Situação da Rua do Comércio e Praças adjacentes. No APÊNDICE Y (Elevação: Desenho síntese: levantamento e Diagnóstico) a maioria dos levantamentos realizados assim como uma série de análises podem ser visualizadas através de um desenho síntese contendo as elevações das edificações da área de estudo com as categorias de cada pesquisa indicadas logo abaixo.

---

<sup>8</sup> Em virtude do caráter acadêmico deste trabalho a etapa 01 não foi contemplada, entretanto, ressalta-se que sua realização na elaboração de um Plano de Preservação é um item essencial visando o sucesso desta proposta.

#### **4.1 - Levantamento e sistematização dos dados / Diagnóstico**

Visando apresentar os dados obtidos a partir das pesquisas e as respectivas análises de forma mais direta, optou-se pela apresentação das etapas 02 - levantamento e etapa 03 - diagnóstico de forma conjunta, através da descrição dos dados levantados em cada pesquisa seguidos por uma análise crítica (diagnóstico).

Preliminarmente a apresentação dos resultados das pesquisas que contribuíram para a construção das propostas visando à preservação e a valorização da área de estudo faz-se necessário que sejam apresentados os procedimentos metodológicos utilizados.

Uma das primeiras ações foi à sistematização do material adquirido pelo autor SMA/GPT entre os anos de 2009 e 2014: legislação urbanística e patrimonial do município (Plano Diretor e seus instrumentos de gestão, Decretos de Preservação); material cartográfico (plantas cadastrais, mapas temáticos, imagens de satélite); registros fotográficos do Centro Histórico durante as décadas de 1940 até 1980 adquiridos através de diversas fontes como os arquivos do IPHAN, IHGB e o Ateneu Angrense de Letras e Artes; arquivos do projeto de intervenção urbanística no Centro Histórico desenvolvido em 2004; material utilizado nos estudos de preservação dos imóveis do centro Histórico de Angra dos Reis/RJ (Decreto Municipal nº 431/93).

Com relação aos registros fotográficos, os mesmos foram organizados através de três unidades temporais descritas a seguir. A primeira refere-se aos registros realizados na segunda metade do século XX, entre 1940 e 1990, obtidos na SMA/GPT além das fotografias encontradas nos arquivos digitais do IBGE.

A segunda refere-se aos registros das décadas de 1990 até o início do século XXI também obtidos na Gerência de Planejamento Territorial (SMA/PMAR) nos arquivos do projeto de intervenção urbanística no Centro Histórico desenvolvido em 2004, pelo arquiteto José Octacilio de Saboya Ribeiro e dos estudos de elaboração e revisão dos decretos de preservação dos imóveis do Centro histórico elaborados pelo município (Decretos nº431/1993 e nº 6213/2008).

A terceira unidade é constituída pelos registros fotográficos mais recentes realizados pelo autor, com o apoio da fotógrafa Larissa Bezerra da Silva, sendo um realizado em 2013,

visando a elaboração de um trabalho<sup>9</sup> sobre os imóveis com proteção federal, estadual e municipal no Centro Histórico de Angra, além do levantamento realizado em 2015 onde foram registradas fotos específicas da área de estudo (Rua do Comércio e Praças Adjacentes).

A pesquisa sobre os instrumentos normativos urbanísticos e de proteção patrimonial foi realizada através da interpretação da legislação urbanística do município, disponibilizada no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal através de textos, planilhas e mapas (Plano Diretor e Leis de Zoneamento, Uso e ocupação do solo e Parcelamento); de consulta às listagens de imóveis tombados pelo IPHAN e INEPAC disponibilizados pelas duas instituições; análise do estudo de gabaritos máximos permitidos na região desenvolvido pelo IPHAN através da arquiteta Lia Motta em 1981; além das Leis e Decretos municipais visando à proteção dos imóveis do Centro Histórico de Angra dos Reis/RJ arquivados na Gerência de Planejamento Territorial (SMA/PMAR). Parte desse material foi representado graficamente através de mapas além de listagens.

A pesquisa histórica utilizou como fontes de consulta os registros fotográficos do Centro Histórico durante as décadas de 1940 até 1980 (arquivos da SMA/GPT e IBGE) além de fotografias mais recentes realizadas pelo autor entre 2013 e 2015); arquivos do projeto de intervenção urbanística no Centro Histórico desenvolvido em 2004 (arquivos da SMA/GPT) além de mapas históricos (ANEXOS A, B, C e D) e imagens de satélites atualizadas (Google Earth e Google Street View, 2015). Estes dados foram sistematizados através da produção de relatório – apresentados no item 4.1.1 - e mapa temático contendo a localização de fotografias antigas (1940 até 1980) que ilustram as análises contidas nesta pesquisa.

Em resumo, todas as pesquisas foram produzidas a partir da análise de bases cartográficas - ANEXOS A, B, C e D; base cartográfica do município de Angra dos Reis (ANGRA DOS REIS, 1991) e imagens de satélites atualizadas (Google Earth e Google Street View, 2015) e principalmente a partir dos dados obtidos através de levantamentos de campo realizados entre 2013 e 2015.

---

<sup>9</sup> Trabalho realizado para a disciplina Pesquisa e Diagnóstico ministrada pela Prof. Cláudia Carvalho Nóbrega neste mesmo ano (Mestrado Profissional em Projeto e Patrimônio – PROARQ/UFRJ).

A sistematização do levantamento teve início a partir da conclusão da atualização da base cartográfica (APÊNDICE G), possibilitando a demarcação das informações relativas às edificações e espaços livres públicos como uso e ocupação do solo, tipologias do conjunto edificado, veículos de publicidade, dentre outros. Todos os dados levantamentos e análises (diagnóstico) foram transformados em relatórios, mapas temáticos (APÊNDICES HA ao Y) e uma tabela contendo quantitativos e percentuais sobre as categorias de análise de cada pesquisa (APÊNDICE Z).

#### **4.1.1 - Cartografia**

Após a organização das bases cartográficas do município de posse da SMA/GPT, constatou-se que existiam informações desatualizadas com relação à configuração dos passeios juntos às vias (calçadas mais largas e áreas para estacionamento) além do parcelamento do solo (desmembramentos e remembramentos). Visando a construção de uma base cartográfica mais fiel possível à atual configuração urbana da área, adotou-se como base de trabalho os arquivos DWG (software Autocad) das plantas que constituem a base cartográfica do município elaborada em 1991, desenhos agrupados em um único arquivo onde posteriormente, foram realizadas atividades como a organização dos elementos gráficos através de layers (limites dos lotes, edificações, ruas, curvas de nível, vegetação dentre outros). Após a organização desta base iniciou-se o processo de atualização das informações através de consultas a imagens de satélites atualizadas (Google Earth e Google Street View, 2015) e registros fotográficos produzidos em levantamentos de campo (2015), gerando assim a base de trabalho que consta no APÊNDICE G.

#### **4.1.2 - Pesquisa Histórica**

O Início da Rua do Comércio e das praças inseridas dentro da área de estudo tem seu início concomitante ao próprio desenvolvimento do Centro Histórico como um todo a partir da mudança do antigo povoado da região hoje conhecida como Vila Velha para o atual sítio no século XVII.

Como já descrito no item *1.3.1- Breve histórico e evolução urbana do Centro Histórico*, a transferência da vila, categoria obtida já em 1608, realizou-se em 2 de outubro de 1624 (MENDES, 1995) tendo como núcleos iniciais da ocupação um pequeno conglomerado de edificações no entorno do Convento de Nossa Senhora do Carmo, edificação construída em 1593, anterior a ocupação da área, e outro nos arredores do

antigo Convento dos Beneditinos, hoje demolido, mas que encontra-se referenciado através da denominação da região conhecida como São Bento.

As edificações religiosas assumem um importante papel como verdadeiros núcleos de irradiação do processo de ocupação da região, além de marcos na paisagem urbana do Centro Histórico. Além do já citado Convento de Nossa Senhora do Carmo (1593) - edificação mais antiga da região que além da imponência possui como característica ser uma das únicas edificações desse período com a presença de azulejos em parte de sua fachada – encontramos na área de estudo a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição (1750) e a pequena Igreja de Santa Luzia (1632) que possui trabalhos de cantaria emoldurando seus vãos, todas edificações tombadas pelo IPHAN. Ver APÊNDICE HB.

A partir do desenvolvimento da vila iniciou-se a construção da malha viária, ainda preservada, desenvolvida dentro dos limites dos citados núcleos urbanos a leste e oeste, além dos morros ao norte e da faixa litorânea ao sul. Dentro dessa malha nasceriam não só as vias, como a atual Rua do Comércio, mas também outros espaços livres públicos, como as Praças General Osório (antigo Largo do Carmo), Codrato de Vilhena (antigo Largo do Cruzeiro) e Silvestre Travassos (Largo da Matriz). A seguir será apresentada a pesquisa histórica realizada sobre cada logradouro público e seu conjunto edificado, com a evolução urbana da área como um todo, ilustrada através dos APÊNDICES HA, HB e HC.

### Rua do Comércio

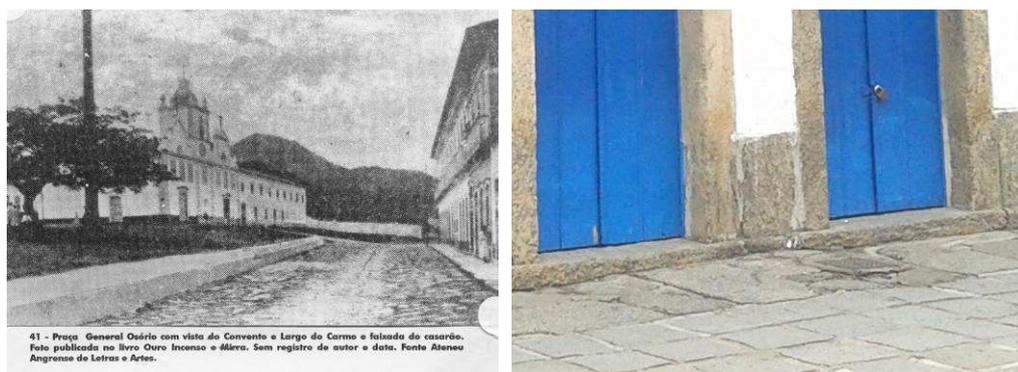
A Rua do Comércio, inicialmente chamada de Rua Direita - nomenclatura popularmente utilizada pelos colonizadores portugueses nas vilas brasileiras - é uma das primeiras vias urbanas de Angra dos Reis. Foi referenciada por Brasil dos Reis<sup>10</sup>, em publicação da década de 1940, como “a mais importante via pública de Angra” (DOS REIS, 1988), e caracteriza-se, desde os primórdios do núcleo urbano, como uma área de atividades comerciais como a venda e armazenamento de produtos além de abrigar as residências dos grandes comerciantes.

Paralela à Rua da Conceição ao Norte e à antiga Rua Formosa ao Sul (atual Avenida Padre Júlio Maria), seu traçado é constituído por segmentos com inclinações distintas, resultado do acompanhamento da antiga orla marítima. Outra característica da ocupação

---

<sup>10</sup> Benedito Angrense Brasil dos Reis Vargas (1985-1975) foi um jornalista, historiador e poeta angrense com extensa produção literária. Fundou o Ateneu Angrense de Letras e Artes em 1973, e participou do primeiro Conselho Municipal de Cultura (ANGRA DOS REIS, 2013).

original da área era solução de pavimentação da via carroçável em pedras irregulares com inclinação voltada para seu eixo - solução ainda preservada na Travessa Santa Luzia, via transversal à Rua do Comércio - e pequenas faixas de passeio junto as edificações pavimentadas com pedras com superfície de maior regularidade - solução ainda preservada no passeio junto ao casarão tombado pelo IPHAN no entorno da Praça General Osório (nº 3 a 13, 19, 35 e s/nº).



**Figura 32 - Fotografia de um trecho da Rua do Comércio na década de 1920 apresentando a pavimentação e pedras irregulares e foto atual mostrando a preservação de uma faixa do passeio. Fonte: Prefeitura Municipal de Angra dos Reis e Arquivo do autor, 2015.**

Com relação ao parcelamento do solo e as características do conjunto edificado deste período inicial da vila, a análise do mapa de 1898 (ANEXO A), das fotografias de 1940 à 1980, encontramos em Angra dos Reis o mesmo padrão de urbanização adotado pela Coroa Portuguesa no Brasil durante o período colonial, com destaque para características como: lotes com testadas reduzidas e grande profundidade; alinhamento sobre o limite das vias com áreas livres nos fundos voltadas para os serviços; edificações justapostas sem afastamentos formando um grande contínuo edificado; coberturas em duas águas voltadas para os logradouros e os fundos dos lotes; fachadas simplórias com predominância dos planos cheios (alvenarias) sobre os vazios (esquadrias) e as esquadrias emolduradas em madeira com fechamento inicial em folhas cegas e posteriormente empregando o vidro. Ver APÊNDICE HC.

Devido às limitações tecnológicas, teremos neste período edificações eminentemente térreas e alguns sobrados que eram ocupados por famílias mais abastadas representando uma clara distinção social. Tomando como referência as análises realizadas por Reis Filho (2011) sobre as características do conjunto edificado no período colonial, as edificações de Angra dos Reis neste período apresentavam:

Nos sobrados, esta distinção se dava através dos próprios pavimentos, sendo o térreo voltado para o uso comercial ou acomodação dos escravos, com piso em terra batida, enquanto que no pavimento superior localiza-se a residência da família com pavimentação em madeira (REIS FILHO, 2011).

Outros elementos de distinção social entre as edificações eram a presença de guarda-corpos e a ornamentação das fachadas. São exemplos de edificações deste período inicial do Centro Histórico: a Casa de Cultura do município (Rua do Comércio, nº172); uma edificação térrea que vai da Rua do Comércio até a Avenida Padre Júlio Maria (Rua do Comércio nº34) e um sobrado próximo a Travessa Santa Luzia (Rua do Comércio nº94).



**Figura 33 - Edificações características do período colonial conservadas na Rua do Comércio. Fonte: Arquivo do autor, 2015.**

Com relação aos sistemas construtivos, acredita-se que a utilização de alvenarias autoportantes de pedra argamassada foi largamente utilizada na região, com base nas observações realizadas através do levantamento de campo (2015), onde se verificaram edificações que deixam a mostra nas fachadas e interiores esse tipo de solução como os imóveis nº16 e 68/72 da Rua do Comércio.



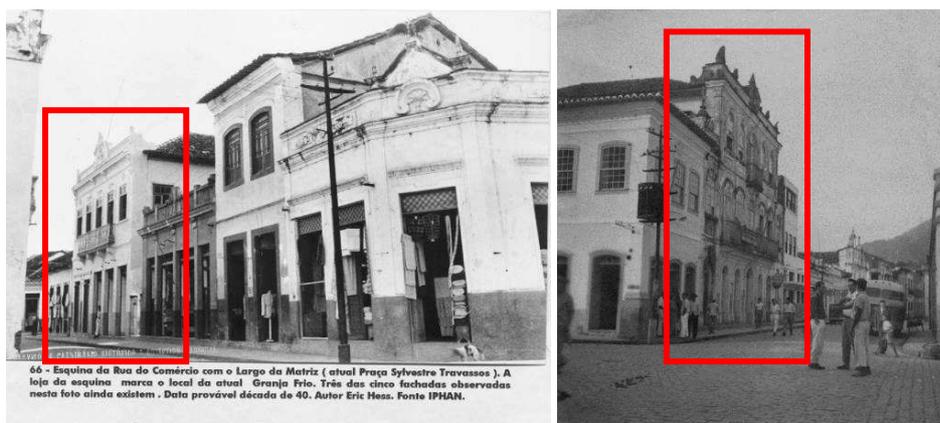
**Figura 34 - Sistema construtivo em pedra argamassada nas fachadas de edificações da Rua do Comércio. Fonte: Arquivo do autor, 2015.**

Os registros fotográficos a partir da década de 1930, já apresentam uma série de importantes transformações urbanísticas ocorridas na Rua do Comércio entre os séculos XIX e XX como: a cobertura da pavimentação pedras irregulares por blocos de granito, popularmente conhecidos como paralelepípedos; o escoamento das águas pluviais para as bocas de lobo localizadas junto às calçadas; presença da energia elétrica através dos postes de energia com luminárias nas calçadas e fiação aérea sobre as fachadas, além dos elementos de publicidade dos estabelecimentos comerciais que passam a projetarem-se para fora dos planos das fachadas através de placas perpendiculares à via, características que podem ser observadas nos registros fotográficos abaixo.



**Figura 35 - Trecho da Rua do Comércio entre a Rua Raul Pompéia e Rua Pereira Peixoto em 1958. Fonte IBGE, 2015.**

Além das transformações urbanísticas destacam-se o surgimento de novas linguagens arquitetônicas no conjunto edificado como o ecletismo e o posteriormente o *Art Déco*, além da elevação de gabarito. A favorável situação financeira das famílias mais abastadas provenientes da economia cafeeira evidenciará a partir do decorativismo de suas fachadas, elegendo o ecletismo como a linguagem de melhor representatividade dessa hegemonia financeira. Neste período surgiram edificações de grande destaque na paisagem urbana da Rua do Comércio até a década de 1960 como as edificações nº318 e 170, sendo esta última uma das únicas edificações com três pavimentos existentes na área de estudo até o citado período, exemplares hoje demolidos.



**Figura 36 - Edificações nº318 e 170 da Rua do Comércio em 1960. Fonte: Prefeitura Municipal de Angra dos Reis e IBGE**

São exemplos de edificações ecléticas ainda conservadas na Rua do Comércio os conjuntos de edificações nº262 e 272, sendo este último ocupado pela centenária Padaria do Comércio, além do conjunto de edificações nº 22, 30 e 38, com rico trabalho de ornamentação das suas platibandas e conservação do ritmo dos vãos de suas fachadas.



**Figura 37 - Edificações ecléticas nº 22, 30 e 36 da Rua do Comércio. Fonte: Arquivo do autor, 2015.**

Com relação ao *Art Déco*, linguagem arquitetônica introduzida no município no início do século XX, apesar de perdas como as edificações nº 214 e 49, ainda encontramos exemplares conservados como os sobrados nº 106 e 227/233. Outra linguagem introduzida na Rua do Comércio neste período foi o Neocolonial do exemplar já demolido nº 267/269, edificação que hoje traz uma tentativa de recuperar as características arquitetônicas deste período através do tratamento de sua platibanda, e a conservada edificação nº199.



**Figura 38 - Edificações neocoloniais: à esquerda edificação nº 267/269 já demolida (década de 1940) e nº 199 ainda conservada. Fonte: Prefeitura Municipal de Angra dos Reis e Arquivo do autor, 2015.**

Até a segunda metade do século XX a paisagem urbana da Rua do Comércio caracteriza-se pela conservação da malha viária e do padrão de parcelamento iniciados ainda no século XVII e um conjunto edificado ricamente composto por uma mescla de diferentes linguagens históricas como o colonial, o eclético e o *Art Déco*, com exemplares com papel de destaque na paisagem urbana como as Igrejas e as edificações nº318 e 170 assim como as praças que abordadas a seguir.



**Figura 39 – Edificações Art Déco da Rua do Comércio. Fonte: Arquivo do autor, 2015.**

Entretanto, neste mesmo período, o processo de tombamento do município vizinho Paraty, produz uma reação contrária às políticas preservacionistas em parte da população angrense, reação essa em certo ponto fomentada pelo poder público municipal, iniciando um processo de descaracterização do conjunto edificado em prol de um modelo de desenvolvimento urbano que desconsiderou o valor cultural de certos elementos como as edificações e os conjuntos. Soma-se a este quadro o crescimento populacional do município a partir da década de 1960 gerado pelo advento de grandes empreendimentos industriais no município, gerando um processo de valorização do preço do solo no Centro Histórico, com destaque para a Rua do Comércio, via de maior destaque na região.

Com a ocupação quase que plena dos lotes, os proprietários dos imóveis recorrerão as elevações de gabarito visando ampliar as áreas locáveis, com edificações chegando a quatro pavimentos, com exemplares com até oito pavimentos como na edificação nº 250 ocupada por um hotel. Apesar das importantes perdas deste período, o movimento moderno começa a ser introduzido na região através de exemplares como a edificação nº338 e o imponente nº 239 que além da composição com formas “mais limpas”, sem a presença do grande trabalho de ornamentação característico do ecletismo, conta com um painel de azulejos no pavimento térreo voltado para o passeio.



**Figura 40 - Edificações modernas: edificação nº 239 e 338. Fonte: Arquivo do autor, 2015.**

Outra importante linguagem arquitetônica com início neste período é o que se convencionou denominar neste trabalho por “arquitetura vernacular”, constituindo-se pelos exemplares de edificações, em sua maioria residências, que apesar do menor porte tentam reproduzir, na medida do possível, técnicas, materiais e características inerentes às linguagens e exemplares consagrados da arquitetura, em alguns casos misturando esses diferentes elementos. São exemplares desta linguagem as edificações nº139 e 251, com destaque para a presença do granilite<sup>11</sup> em suas fachadas, e a edificação nº 313/317 que apresenta traços do modernismo.

---

<sup>11</sup> O Granilite trata-se de uma técnica de revestimento composto por uma massa de cimento com pedaços de pedras como mármore, calcário, quartzo, dentre outros, em vários tamanhos ou granulometrias diferentes.



**Figura 41 - Arquitetura vernacular na Rua do Comércio: edificações nº251 e nº 313/317. Fonte: Arquivo do autor, 2015.**

Apesar das transformações ocorridas no conjunto edificado até o final do século XX, a forma urbana da Rua do Comércio foi preservada através da conservação do traçado viário, do padrão de ocupação dos lotes e do gabarito das edificações, mesmo com os acréscimos observados anteriormente. Destaca-se o papel da legislação urbanística como elemento de preservação da forma urbana da Rua do Comércio através da limitação de gabarito até quatro pavimentos.

A partir do início do século XXI novas transformações realizadas pela poder público municipal serão observadas na Rua do Comércio, tendo como principais objetivos: qualificar o trânsito e a acessibilidade dos pedestres, valorizar as edificações tombadas pelo IPHAN e INEPAC, além de contribuir para a qualidade da paisagem urbana da região. São ações deste período: o alargamento das calçadas passando a possuir trechos com até 3m de largura; a criação de faixas de pedestre niveladas com as calçadas; pavimentação das calçadas em pedras portuguesas e instalação de sinalização tátil; a preservação de trechos de pavimentação histórica como na Travessa Santa Luzia e o trecho do perímetro dos sobrados da voltados para a Praça General Osório; a pavimentação em lajedos de granito no entorno da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição e Santa Luzia; iluminação de destaque instalada nos piso das calçadas das edificações tombadas pelo IPHAN e INEPAC; aterramento do cabeamento e dos transformadores de energia elétrica; cobertura de trechos das calçadas através de estruturas metálicas instaladas sobre as fachadas com cobertura em placas de policarbonato e a instalação de novo mobiliário urbano com bancos de madeira, postes de iluminação e floreiras. Ver APÊNDICE HD.



**Figura 42 - Estudo para implantação dos toldos em policarbonato (2004) e foto recente de um trecho da Rua do Comércio que apresenta as transformações do início do século XXI. Fonte: Prefeitura Municipal de Angra dos Reis e Arquivo do autor, 2015.**

### Praça General Osório

O antigo Largo do Carmo, atual Praça General Osório, trata-se de um dos espaços livres públicos mais antigos do Centro Histórico de Angra dos Reis, tendo seu início concomitante à própria ocupação da região durante o século XVII. Sua denominação como Praça surge a partir da década de 1930 como Praça Marquês de Herval em homenagem ao militar Manuel Luís Osório, um dos principais chefes militares brasileiros do século XIX, cujo título era o de Marquês de Herval, passando a possuir o nome Praça General Osório na década de 1940.

Popularmente conhecida como “Praça do PAM (Posto de atendimento médico)” em referência a um posto de saúde situado em seu entorno, se localiza junto à Igreja de Nossa Senhora do Carmo numa área elevada em relação à Rua do Comércio. Possui como limites a citada via à sul, Rua Frei Inácio a Leste, um prolongamento da Rua da Conceição ao Norte e uma via sem nome à oeste.

A partir da análise de um mapa de 1917 e dos registros fotográficos da década de 1920 encontramos uma praça com tratamento paisagístico de influência francesa, caracterizado por formas geométricas, composição simétrica e eixo central com a presença de um chafariz. Através das fotos, também é possível identificar a pavimentação em pedras irregulares, seguindo a pavimentação das vias adjacentes, e vegetação rasteira, ainda sem a presença de espécies arbóreas que só seriam implantadas na década de 1930.



**Figura 43 - Praça General Osório na década de 1930. Fonte: Prefeitura Municipal de Angra dos Reis**

Os registros fotográficos da década de 1940 apresentam uma área completamente descampada, sem a presença de árvores e com certo aspecto de abandono. A partir da década de 1960, a Praça receberá o tratamento paisagístico que hoje configura a área, com projeto produzido pelo escritório do célebre Roberto Burle Marx. Neste novo projeto (1963) é adotado um partido mais orgânico, com composição assimétrica e áreas e canteiros formados por linhas sinuosas, características da produção deste profissional. O novo programa da praça introduziu áreas como anfiteatro, playground, áreas de convívio e circulação, pavimentação em concreto além de farta arborização. Todas as características da praça ainda estão conservadas exceto a vegetação arbustiva e as forrações que foram substituídas.



**Figura 44 - Planta esquemática: Praça General Osório. Fonte: Representação produzida pelo autor, 2015.**

Na praça também se encontra o Chafariz Marquês de Herval, monumento construído na França em 1881, encomendado pela Câmara Municipal de Angra dos Reis/RJ visando homenagear esta importante figura militar brasileira. O Chafariz é constituído por uma coluna circular em ferro fundido com duas saídas de água, todavia, hoje, desativadas. Atualmente localiza-se ao lado do playground da praça, mas já foi instalado na Praça Silvestre Travassos e no bairro Mambucaba, local onde a peça se arruinou fazendo com a Prefeitura Municipal a restaurasse em 1980, restituindo-a em seu local de origem. A peça é popularmente conhecida como “chafariz dos dragões” em alusão às figuras presentes em seus adornos (TURISANGRA, 2015).



**Figura 45 - Fotos da Praça General Osório. Fonte: Fotos Octavio Aldea (Panoramio), 2015.**

Com relação ao conjunto edificado do entorno da Praça, apesar do grande processo de descaracterização de toda a área do Centro Histórico de Angra, com importantes perdas como a edificação nº16/20 que abrigou o antigo Teatro Santa Izabel, hoje completamente descaracterizada, o mesmo ainda conserva as características volumétricas do período de sua fundação no século XVII, composto por edificações térreas e sobrados, preservando assim sua ambiência histórica.

São edificações ainda conservadas: a edificação térrea localizada na Praça General Osório tombada pelo INEPAC (Praça General Osório, nº08); uma edificação térrea de composição colonial (nº 56); além do casarão nº 3 a 13, 19, 35 e s/nº que possui grande trabalho de ornamentação nas esquadrias, guarda-corpo e suportes das luminárias construídos em ferro e a presença de pedra aparelhada (cantaria) no embasamento e molduras das esquadrias do térreo e piso das sacadas. A singularidade da edificação no conjunto edificado do Centro Histórico é afirmada através de seu tombamento federal pelo IPHAN em 1967.



**Figura 46 - Edificações do período colonial no entorno da Praça General Osório. Fonte: Arquivo do autor, 2015.**

A partir do século XX novas linguagens foram introduzidas como a arquitetura vernacular presente na residência nº 100, que apresenta um dos avanços ocorridos durante esse período como relação à ocupação dos lotes: o afastamento das divisas.



**Figura 47 - Edificação nº 100 da Praça General Osório. Fonte: Arquivo do autor, 2015.**

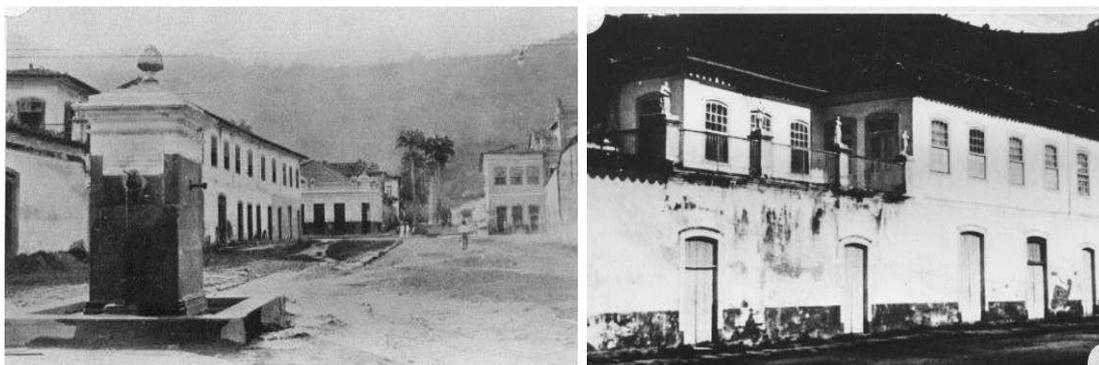
### Praça Codrato de Vilhena

O antigo Largo do Cruzeiro, popularmente conhecido como “Praça do Papão”, referência a uma tradicional lanchonete fundada na década de 1980 localizada na sua face oeste, se localiza no encontro entre a Avenida Padre Júlio Maria, Rua Raul Pompéia e a Rua do Comércio. Seu atual nome trata-se de uma homenagem ao magistrado e antigo vereador do município Diniz Frederico de Vilhena.

A Praça que hoje ocupa uma área de aproximadamente 590,00m<sup>2</sup> teve sua fundação entre as décadas de 1930 e 1940, sendo anteriormente a este período uma extensão da antiga Rua do Cruzeiro, atual Rua Raul Pompéia. Um dos grandes destaques da área era a perspectiva para o renque de Palmeiras imperiais localizadas no final da Rua do Cruzeiro,

no trecho entre a Rua Coronel Carvalho e um dos morros da região, composição paisagística atualmente descaracterizada com a presença de espécies de palmeiras de menor porte.

Os registros fotográficos da década de 1930 mostram uma grande área sem pavimentação e arborização, todavia, já apresentando um dos elementos de maior importância desta área, o Chafariz da Saudade. Construído em 1871 a mando da Câmara Municipal, o Chafariz trata-se de uma homenagem do município à visita de Dom Pedro II a Angra dos Reis em 5 de dezembro de 1863. Este mobiliário tem em sua história algumas mudanças de localização, tendo sido transferido para a Rua Doutor Moacir de Paula Lobo, antiga Rua das Palmeiras, a partir das obras de pavimentação da Praça e posteriormente para a Praça Zumbi dos Palmares onde permaneceu desde a década de 1980 até o início do século XXI, quando foi restaurado e reinstalado na Praça Codrato de Vilhena como um bebedouro público.



**Figura 48 - Fotografia da Praça Codrato de Vilhena em 1930. Fonte: IHGB**

Com relação ao conjunto edificado, assim como na Praça General Osório, apesar do grande processo de descaracterização de toda a região, o mesmo ainda conserva as características volumétricas do período de fundação do Centro Histórico no século XVII, composto por edificações térreas e sobrados, preservando assim sua ambiência histórica.

Características volumétricas como gabarito, relação de cheios e vazios de sua fachada e o ritmo dos vãos foram preservadas no conjunto de edificações adjacentes à praça (Rua do Comércio nº 201 e Rua Raul Pompéia nº36, 72/75 e108), entretanto, elementos de ornamentação como as esculturas e o guarda-corpo presentes na edificação nº36 em meados da década de 1930 foram removidos. A única edificação integralmente conservada do período colonial é a Casa de Cultura de Angra dos Reis que ocupa a edificação nº172 da Rua do Comércio. No entorno da praça também surgiram no século XX

novas linguagens como o modernismo na edificação nº 239 da Rua do Comércio e à arquitetura de feição industrial da edificação nº149 da Rua Raul Pompéia, um dos antigos armazéns destinados ao armazenamento de produtos das atividades portuárias.



**Figura 49 - Edificação nº 239 da Rua do Comércio e nº149 da Rua Raul Pompéia. Fonte: Arquivo do autor, 2015.**

Hoje a praça apresenta-se ricamente arborizada e, em 2012, ganhou uma estátua em bronze do comerciante libanês José Elias Miguel, figura popular no município tendo grande destaque seu trabalho junto à Santa Casa e o Asilo São Vicente de Paulo. O conjunto edificado adjacente à Praça ainda conserva seu gabarito original, além da relação de cheios e vazios de suas fachadas, com exceção da edificação situada na Rua do Comércio nº196 que, após a sua última reforma, destoa bastante de todo o conjunto.



**Figura 50 - Praça Codrato de Vilhena. Fonte: Arquivo do autor, 2015.**

### Praça Silvestre Travassos (Praça Matriz)

Localizada em frente à Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, Santa Padroeira da cidade, esta Praça também conhecida como Largo da Matriz, estende-se da citada Igreja – edificação tombada pelo IPHAN – até a Rua do Comércio ao Sul, possuindo como limites laterais a edificação nº272 à direita e a Rua Pereira Peixoto à esquerda, ocupando uma área de aproximadamente 575 m<sup>2</sup>.

A origem da Praça Silvestre Travassos tem seu início a partir da construção da Igreja, com início em 1626 e conclusão em 1750, obras com mais de 100 anos de duração. Inicialmente constituía-se como um grande largo pavimentado em pedras irregulares com estreitas faixas de passeios junto às edificações servindo como área de circulação e palco para festividades religiosas. Segundo o historiador Alípio Mendes (1986) o Largo da Matriz possuía um cruzeiro de madeira em seu centro, objeto retirado da praça no século XIX e transferido para o cemitério localizado nos fundos da Igreja Matriz (MENDES, 1986). Os registros fotográficos da década de 1930 já mostram o centro da praça sendo ocupado por uma árvore de médio porte e um poste de iluminação.

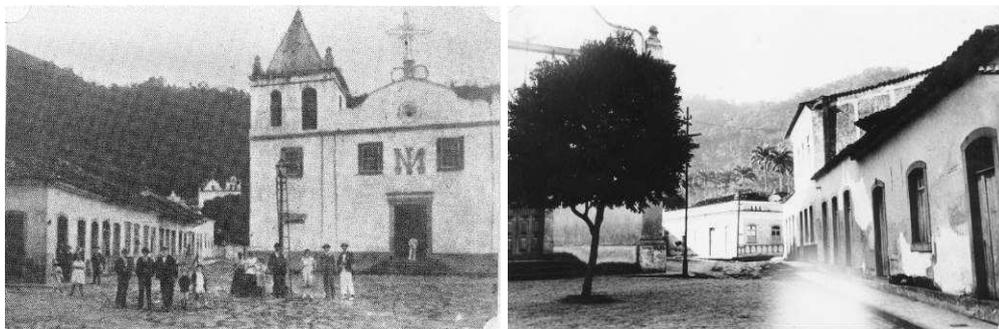


Figura 51 - Fotografia da Praça Silvestre Travassos em 1930. Fonte: IHGB

A partir do século XX foram realizadas as primeiras grandes transformações físicas na praça como: à abertura de duas vias paralelas às edificações localizadas nos seus limites laterais; elevação de nível em relação às citadas vias; pavimentação em pedra portuguesa; um canteiro central com uma estátua em bronze representando o Sagrado Coração de Jesus; e a implantação de mobiliário urbano como bancos e luminárias favorecendo assim a permanência na praça.



Figura 52 - Fotografia da Praça Silvestre Travassos na década de 1990. Fonte: Arquivo do autor, 2015.

No início do século XXI, novas obras de remodelação do espaço físico da praça são executadas em conjunto com a proposta de revitalização do Centro Histórico como um todo constituindo a atual configuração da praça. Visando recuperar parte de sua área original a via junto ao limite lateral direito a via antes implantada junto ao limite lateral direito foi eliminada além do deslocamento da estátua em bronze para um canteiro lateral, liberando o centro da praça. Outras ações executadas foram a substituição da pavimentação em paralelepípedo por um lajeado em granito além da implantação de novo mobiliário urbano composto por bancos de madeira, jardineiras e postes de iluminação.



Figura 53 - Praça Silvestre Travassos. Fonte: Arquivo do autor, 2015.

A figura abaixo traz uma ilustração da praça nos três momentos descritos acima.

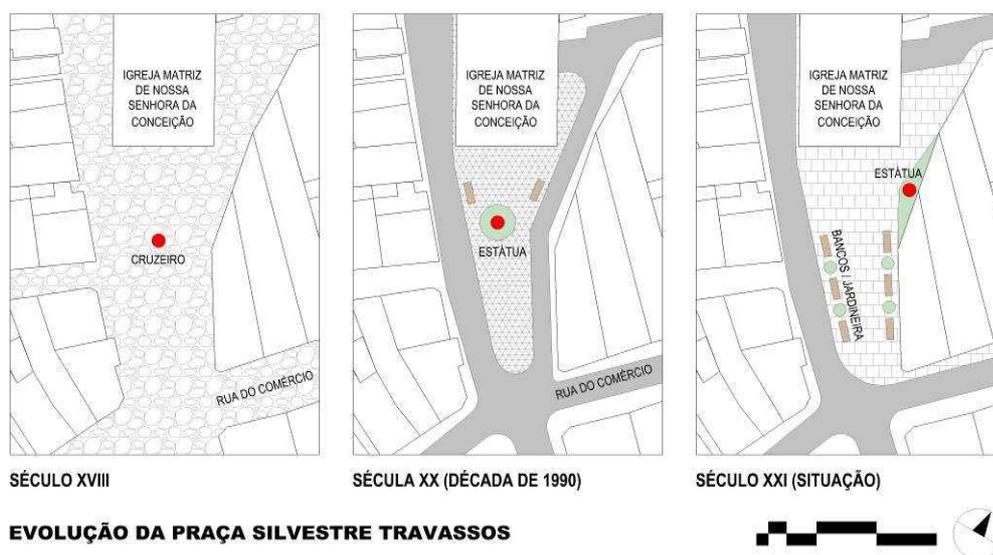


Figura 54 - Plantas mostrando a evolução da Praça Silvestre Travassos. Fonte: Representação produzida pelo autor, 2015.

Com relação ao conjunto edificado a praça apresentava inicialmente um conjunto de edificações térreas com linguagem colonial (relação entre cheios e vazios, ritmo dos vãos, telhados em duas águas) sempre com grande destaque para a Igreja Matriz. Deste conjunto inicial a única edificação que ainda conservava essas características era o imóvel nº 134, todavia, em 2013 foram realizadas obras que além de elevar seu gabarito para dois pavimentos, ainda eliminaram a ornamentação de sua cimalha.

Tratando-se da evolução de uma edificação colonial, o imóvel nº 272 da Rua do Comércio ainda conserva o gabarito e a relação de ritmo, entretanto, já possui em sua fachada principal elementos de composição e um trabalho de ornamentação típico do ecletismo. Além dos exemplos citados outras edificações, apesar de certo grau de descaracterização, também conservam características do período colonial como a relação entre cheios e vazios no segundo pavimento: a edificação nº 297 da Rua do Comércio e nº149 da Rua Pereira Peixoto.

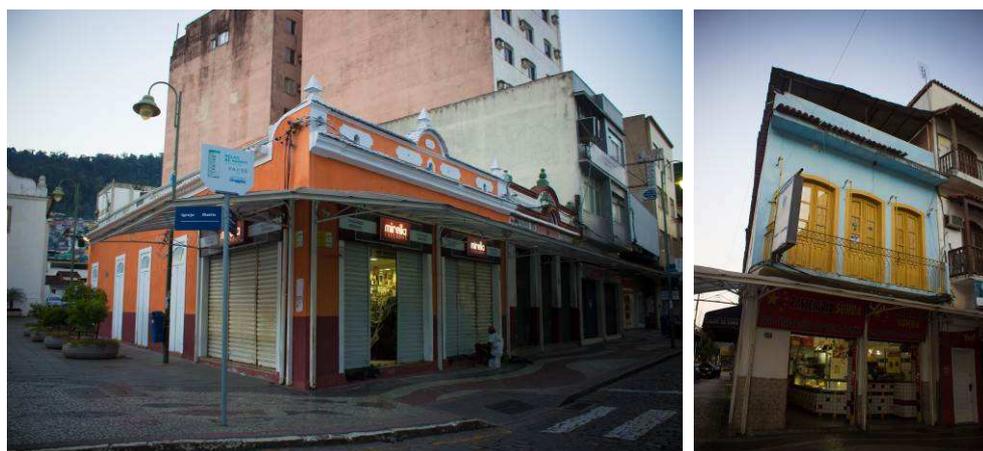


Figura 55 - Edificações nº 272 e 297 da Rua do Comércio. Fonte: Arquivo do autor, 2015.

No entorno da praça localizava-se uma antiga sala de cinema da região central, trata-se do Cine Araribóia, inaugurado em 1950 ocupando um antigo armazém de café no imóvel nº 267/269 da Rua do Comércio, permaneceu na região por quase 50 anos sendo fechado em 1998 (IDEIAS, 2004) a partir da implantação da sala de cinema de um shopping center. Nesta edificação de inicial linguagem neocolonial e utilização como armazém, hoje se encontram lojas e salas comerciais e composição arquitetônica preservando o gabarito, mas com suas fachadas completamente alteradas substituindo o ritmo de seus vãos por grandes planos de vidro espelhado e um frontão que remete ao aspecto original do edifício.

O processo de descaracterização do Centro Histórico e as transformações ocorridas no município a partir do advento dos grandes empreendimentos industriais na década de 1960 trouxeram grandes prejuízos para o entorno da praça. Uma série de edificações foi

completamente descaracterizada, além das elevações de gabarito com forte impacto na paisagem urbana da praça como a construção de um hotel na edificação nº250 da Rua do Comércio.

Um dos aspectos de maior destaque na praça é sua representatividade religiosa. A praça abriga importantes festividades religiosas, sendo instituído em 2007 seu uso exclusivo para atividades de cunho religioso da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição e para eventos culturais realizados pela Secretaria Municipal de Cultura, Esportes e Eventos de Angra dos Reis através de um Decreto Municipal (ANGRA DOS REIS, 2007).

Com base na Pesquisa Histórica podemos identificar o valor cultural presente nos espaços livres públicos e edificações da Rua do Comércio e adjacências através das permanências históricas como seu traçado viário, padrão de parcelamento, suas praças e conjunto edificado, elementos que se configuram como representações materiais dos diferentes momentos históricos da região. Nas pesquisas a seguir cada um desses elementos será analisado de forma mais detalhada, justificando assim sua seleção como bens a serem preservados.

Para ilustrar a evolução urbana da região ao longo dos séculos foram produzidos três mapas sínteses: APÊNDICE HB - Pesquisa Histórica: Evolução urbana (Séculos XVII - XVIII); APÊNDICE HC - Pesquisa Histórica: Evolução urbana (Séculos XIX) e APÊNDICE HD - Pesquisa Histórica: Evolução urbana (Séculos XX - XXI), além do APÊNDICE H – Registros fotográficos décadas de 1940 a 1980, que apresenta fotografias da área de estudo durante o período de 1940-1980.

#### **4.1.3 – Localização e suporte físico**

A área de estudo localiza-se na porção sul do Centro histórico de Angra dos Reis, tendo como limites: o limite de fundos dos lotes voltados para a Rua do Comércio a Norte, Rua Arcebispo Santos a Oeste e Avenida Padre Júlio de Maria a Leste e a Oeste. A Rua do Comércio possui aproximadamente 460 de extensão. A Praça General Osório possui uma área de 2590 m<sup>2</sup>, a Praça Codrato de Vilhena 590 m<sup>2</sup> e a Praça Silvestre Travassos 575m<sup>2</sup>. Toda a área de trabalho abrange um total de 107 edificações. Com relação às características topográficas da área de estudo a mesma se encontra aproximadamente 2m acima do nível do mar, sendo a única área mais elevada a Praça General Osório, cerca de 3m acima da Rua do Comércio.

O clima da região é o tropical úmido, tendo a área de estudo um microclima típico de região litorânea tropical, influenciada por fatores, como latitude e longitude, proximidade do mar, topografia, natureza da cobertura vegetal e, sobretudo, as ações das circulações atmosféricas de larga e meso-escalas, como frentes frias brisas marítimas/terrestres, respectivamente (ELETRONUCLEAR, 2005). Sua temperatura média fica entre 19° e 27°, umidade relativa do ar em torno de 80%, com grande incidência pluviométrica registrando mais de 158 dias de chuva anualmente (PREFEITURA DE ANGRA DOS REIS, 2015).

Com base no trabalho de Elenir Pereira Soares sobre as precipitações na região de Angra dos Reis, pode-se caracterizar o solo da área de estudo como sendo areno-argiloso, o embasamento rochoso formado por rochas como “gnaisses diversos, migmatitos, sedimentos holocênicos e granitos pré- cambrianos” (PEREIRA, 2006), até seu limite com a Avenida Padre Júlio Maria, área de formação arenosa fruto das obras de aterro iniciados a partir do século XX.

#### **4.1.4 – Situação fundiária**

A análise da situação fundiária não foi realizada a partir de dados mais precisos em virtude das limitações do trabalho de pesquisa como a impossibilidade de ter acesso à relação dos proprietários dos imóveis localizados na área de estudo através da Secretaria Municipal de Fazenda de Angra dos Reis. Os únicos dados obtidos na pesquisa foram:

- Os imóveis são eminentemente de propriedade privada, exceto a edificação ocupada pela Casa de Cultura (Rua do Comércio, nº172), imóvel que passou ao poder público municipal em 1985 através de um ato de desapropriação em virtude da eminência de demolição (CULTUAR, 2011). Tal afirmação baseia-se no fato das sedes de secretarias municipais localizadas na área de estudo ocuparem imóveis alugados.

- As Igrejas e Conventos pertencem às suas respectivas Ordens religiosas;

#### **4.1.5 – Perfil socioeconômico**

A análise do perfil socioeconômico da área não foi realizada a partir de dados mais precisos em virtude das limitações do trabalho de pesquisa como a negativa de grande parte dos proprietários de ceder informações sobre renda mensal e alfabetização além da defasagem dos dados censitários. Os únicos dados obtidos na pesquisa foram:

- O último levantamento censitário realizado pelo IBGE (2000) trazendo informações como a população dividida por bairros registra um número de 2696 habitantes no bairro Centro, área com os mesmos limites da ZECHAR, exceto com relação a faixa litorânea onde não existem residências.
- Com base no reduzido número de edificações com ocupação residencial na área de estudo, observa-se um conseqüente número reduzido de residentes na região; a ocupação dos imóveis comerciais e de prestação de serviços é condicionada aos expedientes comerciais (APÊNDICE Z – Tabela com os percentuais da etapa levantamento);

#### **4.1.6 – Instrumentos normativos (Legislação urbanística e o impacto na paisagem)**

Inserida dentro da Zona Especial do Centro Histórico de Angra dos Reis (ZECHAR), zona instituída pela Lei nº 2091/2009 (Zoneamento Municipal), a área traz como índices urbanísticos uma taxa de Ocupação de 100%; coeficiente de aproveitamento de até 4 vezes área do lote; altura máxima das edificações de 15 metros; gabarito máximo de 4 pavimentos e lote mínimo de 200 m<sup>2</sup> e testada mínima de 8 m (Lei nº 2093/2009 – Lei de parcelamento do solo no município de Angra dos Reis).

Com relação aos afastamentos, encontra-se uma divergência entre a lei de zoneamento que indica que “na ZECHAR não haverá afastamento frontal mínimo” enquanto que no anexo II da Lei nº2092/2009 (Lei de Uso e ocupação do solo) é estabelecido um afastamento frontal mínimo de 1,5m. Nesta mesma lei, são estabelecidos os usos permitidos na ZECHAR: Residencial unifamiliar e multifamiliar; Prestação de serviços; Comercial; Institucional; Religioso; Saúde; Educacional; Recreacional; Turismo Urbano; Industrial de pequeno e médio porte.

Com base nos dados obtidos a partir do levantamento de campo realizados pelo autor verificou-se que os índices urbanísticos exigidos pela legislação urbanística são respeitados em sua grande maioria (Taxa de ocupação, gabarito, afastamentos, usos).

#### **4.1.7 – Dinâmica urbana (usos e apropriações dos espaços livres públicos)**

Através do levantamento de campo, foi constatado que quase a totalidade das edificações da área de estudo é ocupada por algum uso. Existe apenas um único lote vazio

e há uma edificação que tem sua fachada de fundos voltada para a Rua do Comércio e frente com uso para a Av. Padre Júlio Maria (Ver APÊNDICE I – Mapa de uso do solo).

O uso comercial que dá nome a Rua do Comércio ainda representa a maioria de usos nas edificações. Um total de 70% das edificações da área de estudo são ocupadas por estabelecimentos comerciais, sendo que praticamente um pouco mais da metade deste percentual ocupa não só o pavimento térreo das edificações como também os pavimentos superiores destinados a áreas de estoque, além de outros estabelecimentos comerciais. Os estabelecimentos de maior presença na área são as lojas de vestuário, bares e lanchonetes e as drogarias. São destaques do uso comercial da área a centenária Padaria do Comércio, o Restaurante Casarão que ocupa uma edificação colonial tombada pelo INEPAC, o já tradicional Café Favorito, reduto de servidores públicos municipais e profissionais da construção civil além de um Supermercado.

Outro uso bastante expressivo é o de prestação de serviços (escritórios, consultórios médicos dentre outros) nos pavimentos superiores, com um percentual de 33% das edificações. O uso residencial é bastante incipiente representando apenas 7% das edificações, sendo estas localizadas em sua grande maioria no entorno da Praça General Osório, apresentando uma continuidade deste uso a partir da Rua da Conceição.

Além destes usos, são encontradas edificações religiosas (Igrejas de N. Sr<sup>a</sup> do Carmo, N. Sr<sup>a</sup> da Conceição e Santa Luzia), o uso institucional com as salas comerciais ocupadas por secretarias da Prefeitura Municipal, 2 postos de saúdes localizados no entorno da Praça General Osório, 2 clubes (salões de festas), um único estacionamento, um hotel com acesso pela Rua da Conceição com sua fachada de fundos tendo grande presença na Rua do Comércio, além de um centro cultural - a tradicional Casa de Cultura de Angra dos Reis que ocupa um sobrado colonial tombado pelo INEPAC, com áreas de exposições no pavimento térreo e área para administração e cursos no pavimentos superiores. (Ver APÊNDICE Z – Tabela com os percentuais da etapa levantamento).

Com relação às apropriações dos espaços livres públicos, estas foram classificadas neste trabalho através de duas categorias: permanentes e sazonais.

As *apropriações permanentes* são usos de presença constante na área de estudo como é o caso da feira de artesanato e as mesas e cadeiras das lanchonetes na Praça Codrato de Vilhena, as mesas e cadeiras dos diversos bares localizados na Travessa Santa Luzia, especificamente no trecho popularmente conhecido como Beco da Cirrose (compreendido entre a Rua do Comércio e a Av. Padre Júlio Maria) e o comércio ambulante,

com destaque para os já tradicionais carrinhos de pipoca localizados na citada praça e a barraquinha de amendoins na esquina da Rua do Comércio com a Rua Raul Pompéia.

As *apropriações sazonais* referem-se às atividades de uso periódico e/ou intermitente como o comércio ambulante de produtos indígenas provenientes da Reserva localizada no bairro Bracuí, as festividades religiosas, o Carnaval de rua além das marchas fúnebres de personagens marcantes da população angrense, representando a importância desta via no município.

Durante o período diurno, os passeios da rua são amplamente utilizados pela população como meio de circulação, enquanto que no período noturno estes encontram-se quase que desertos, em virtude da maioria dos estabelecimentos funcionarem exclusivamente durante o dia, salvo algumas lanchonetes e o próprio Beco da Cirrose que, além dos bares, possui uma casa de shows (Clube Vera Cruz) no segundo pavimento de uma das edificações do seu entorno.

Com relação às praças da área de estudo, todas apresentam grande utilização por parte da população tanto no período diurno quanto no noturno através de atividades como o estar e a recreação. Na Praça General Osório, há áreas com bancos e um pequeno playground; na Praça Codrato de Vilhena, há áreas de alimentação e estar em função de lanchonetes com mesas e cadeiras sobre a praça; na Praça Silvestre Travassos, há áreas de convívio uma vez que bancos perimetrais liberam sua área central para o uso em festas e eventos religiosos.

Na Rua do Comércio, a quase que total ocupação das edificações por estabelecimentos comerciais e escritórios demonstra o perfil comercial da região. Traço característico de ruas comerciais, seus passeios são amplamente ocupados por inúmeras pessoas durante o dia apresentando esvaziamento no período noturno, principalmente nos finais de semana. Nas praças, a apropriação acontece em todos os períodos, sendo todas amplamente utilizadas pela população. Por seu caráter comercial, o uso residencial é bastante modesto, todavia, pode-se afirmar que a região apresenta grande vitalidade urbana.

#### 4.1.8 – Parcelamento e ocupação do solo

Através do levantamento de campo e da consulta a plantas cadastrais e imagens de satélite, constatou-se que a área de estudo ainda conserva características do parcelamento original, implantado a partir do século XVII, como a pouca largura das testadas dos lotes com relação à sua profundidade. Em alguns casos, a profundidade dos lotes chega a ocupar toda a largura da quadra possibilitando fachadas para duas ruas paralelas - como na edificação nº 214 da Rua do Comércio, que também possui acesso pela Rua da Conceição e a edificação nº 156/160 desta mesma rua que também tem acesso pela Avenida Padre Júlio Maria.

Na edificação nº149, localizada no entorno da Praça Codrato de Vilhena, temos a característica de lote com grandes dimensões representando uma das únicas edificações do lado ímpar da Rua do Comércio voltadas para atividades portuárias, como armazenamento de materiais na região do Centro Histórico.

O único caso de remembramento nítido é o da edificação nº49 (Supermercado), onde ao analisarmos sua fachada encontramos uma tentativa de adicionar unidade na composição através dos revestimentos e esquadrias no pavimento térreo, mas que deixa explícita a modalidade de parcelamento do solo ao manter as fachadas originais de duas edificações no segundo pavimento, deixando claro que ali existiram no mínimo três edificações distintas, fato comprovado através da análise de registros fotográficos que apresentam a edificação de maior porte do conjunto como um grande galpão de armazenamento de produtos oriundos do porto de Angra na década de 1940.

Com relação à taxa de ocupação dos lotes e os afastamentos das divisas, encontramos total predominância da ocupação de 100% da área total do lote, característica que também tem suas origens na tipologia dos núcleos urbanos portugueses do século XVII, que encontra sua reprodução nas edificações mais recentes que buscam o máximo aproveitamento do solo urbano nesta região com alto valor de mercado devido ao seu caráter de centralidade econômica.

As únicas edificações que apresentam formas de ocupação com afastamentos frontais e laterais são as edificações nº 100 e 36 da Praça General Osório, a primeira uma residência de 2 pavimentos e a segunda um posto de saúde que também possui acesso pela Rua Coronel Carvalho, a edificação nº79 (clube comercial) que também possui acesso tanto pela Rua do Comércio quanto pela Avenida Padre Júlio Maria, a edificação nº239 da Rua do Comércio, edificação modernista de 2 pavimentos, ocupada por uma agência bancária, além da Igreja Matriz com a grande área livre de seu cemitério e a Igreja e

Convento do Carmo com seu largo frontal e claustro. (Ver APÊNDICE JA – Parcelamento e ocupação do solo: Mapa de ocupação dos lotes).

Com relação ao gabarito e altura das edificações, a área apresenta um conjunto edificado com a predominância de edificações de 2 pavimentos, representando 50% do total das edificações da área de estudo, apresentando em sua grande maioria pé-direito comercial no térreo, aproximadamente 4 metros, e variações no segundo pavimento, com uma média de altura de 10m. As edificações de 3 e 4 pavimentos ocupam 27% do total de edificações enquanto que as poucas edificações térreas, 18% do total, são em sua grande maioria tipologias de valor histórico cultural apresentando fachadas de composição colonial e eclética. As únicas exceções do conjunto são a edificação nº214 que possui 5 pavimentos e a edificação nº250, que apresenta uma agência bancária voltada para a Rua do Comércio e um Hotel de 8 pavimentos com altura superior a 30m voltada para a Rua da Conceição, mas com grande presença no entorno da Praça Silvestre Travassos. (Ver APÊNDICE JB – Parcelamento e ocupação do solo: Mapa de gabarito e APÊNDICE Z).

A partir dos dados obtidos nesta pesquisa podemos identificar dois importantes elementos ainda preservados na área de estudo: o *Traçado viário* estabelecido ainda no século XVII a partir de vias paralelas e perpendiculares a orla, com a Rua do comércio, antiga Rua Direita, sendo uma das vias mais antigas do Centro Histórico e *Padrão de parcelamento* configurado por lotes com testadas de dimensões reduzidas em comparação à profundidade dos mesmos, alinhamentos sobre os limites frontais e ocupação quase que total dos lotes;

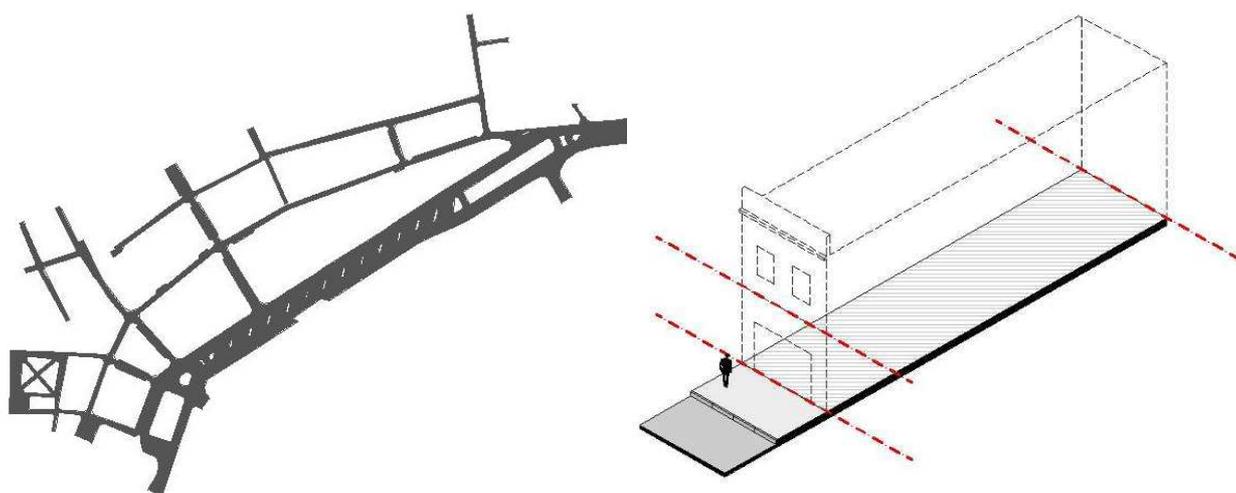


Figura 56 - Forma urbana: traçado viário e padrão de parcelamento. Fonte: Representação produzida pelo autor, 2015.

#### 4.1.9 – Pesquisa Arqueológica

Através de pesquisas no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos do IPHAN (CNSA, 2015), não foram encontrados sítios arqueológicos registrados na área de estudo, todavia, devido ao longo período de ocupação da área, acredita-se que tanto a Rua do Comércio quanto as Praças e edificações religiosas da área de estudo possuem grande potencial arqueológico.

As intervenções urbanísticas realizadas no início do século XXI valorizaram pré-existências históricas como as pavimentações em pedras irregulares no entorno do conjunto de sobrados coloniais localizadas no entorno da Praça General Osório (nº 3 a 13, 19, 35 e s/nº) e no trecho da Travessa Santa Luzia, compreendido entre a Rua do Comércio e Rua da Conceição. Outros importantes achados arqueológicos são fruto das pesquisas do historiador Alípio Mendes (1986) sobre a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, como o portão de acesso ao cemitério desta mesma Igreja que pertencia ao já demolido Forte do Carmo, que se localizava no alto do morro hoje conhecido como “Morro da Fortaleza”, e a um Cruzeiro que se localizava no centro da Praça e que hoje encontra-se neste mesmo cemitério. Através da análise dos registros fotográficos do início do século passado, é possível verificar trabalhos de pintura ou cantaria existentes em trechos da fachada principal da Igreja, hoje revestidos pela pintura na cor branca.



Figura 57 - Detalhe do portão do cemitério da Igreja Matriz e foto da fachada da Igreja na década de 1930. Fonte: Prefeitura Municipal de Angra dos Reis e Arquivo do autor, 2015.

#### 4.1.10 – Tipologias do conjunto edificado

No levantamento das características tipológicas do conjunto edificado, foram observados os seguintes aspectos: presença de linguagens históricas; relação de cheios e vazios das fachadas; materiais de acabamento das fachadas e tipos de cobertura.

Na análise das linguagens históricas foram identificadas as seguintes categorias: Colonial, Eclético, *Art Déco*, arquitetura moderna e pós-moderna, arquitetura vernacular além da produção mais recente, a qual para efeito de compreensão, nomearemos de produção contemporânea. Nesta análise foram contempladas não só as edificações que conservam características dos diferentes estilos em sua totalidade como também as edificações que apresentam certo grau de descaracterização, mas que ainda é possível que identificar elementos inerentes às categorias listadas acima. No levantamento, foi encontrado um percentual de 15% de edificações em estilo colonial, 15% de edificações em estilo neoclássico e eclético e mais de 55% de edificações de produção contemporânea. Somam-se a esses percentuais: 3 edificações em estilo art decó (nº106, 227/233 e 386 da Rua do Comércio); 4 edificações no estilo moderno e pós-moderno representados pelas edificações nº71/75, nº318 e nº338; 2 edificações industriais (nº10 da Rua do Comércio e nº149 do entorno da Praça Codrato de Vilhena) e 6 edificações vernaculares com destaque para edificação nº 100, localizada na Praça General Osório. (Ver APÊNDICE KA - Tipologias do conjunto edificado: Linguagens históricas)

Sobre a relação de cheios e vazios, expressa na análise das elevações (APÊNDICE Y – Elevação: Desenho síntese do levantamento), encontramos certa predominância dos vazios expressos pelos vãos de portas e janelas nas fachadas. Nos pavimentos térreos, encontramos a predominância de vazios com grande largura, quase sempre ocupando mais de 80% da largura da fachada, provenientes das portas comerciais, essa predominância só é alterada nos sobrados coloniais da Praça General Osório e no conjunto formado pelas edificações nº10, 16, 22, 20 e 36 da Rua do Comércio, com um número de vãos maior por fachada gerando um ritmo característico das edificações coloniais, neoclássicas e ecléticas. Nos pavimentos superiores temos maior equilíbrio na relação entre cheios e vazios com dimensões de vãos e ritmo variado.

Na análise das coberturas, verificou-se que mais de 70% das edificações da área de estudo possuem soluções utilizando materiais como telhas metálicas, telhas de fibrocimento e lajes impermeabilizadas, enquanto que os outros 30% ainda conservam a utilização de coberturas com telhas cerâmicas. Devido à falta de nitidez das imagens de satélite

disponibilizadas tanto pelo Google Earth (2015) e pela Gerência de Planejamento Territorial, assim como a impossibilidade de realização de levantamentos de campo em cada imóvel não foi possível ser realizada uma análise da geometria dos telhados. (Ver APÊNDICE KB - Tipologias do conjunto edificado: Coberturas)

Com relação ao estado de conservação das fachadas, mais de 70% das edificações apresentam-se conservadas, enquanto que os outros 30% já apresentam certo grau de degradação superficial como desgaste de pintura e descolamento de revestimentos cerâmicos e pedras (mármore e granito). Na análise dos materiais de acabamento das fachadas, mesmo não sendo realizado um levantamento mais criterioso, percebe-se que mais da metade das edificações têm suas fachadas revestidas com argamassa e pintura enquanto que a outra metade do montante de edificações apresenta no revestimento de suas fachadas placas cerâmicas, pedras (mármore e granito), vidro (Rua do Comércio nº 71/75, 267/269 e 218), granilite (Rua do Comércio nº 139 e 251) e alumínio (Rua do Comércio nº 196). (Ver APÊNDICE KC - Tipologias do conjunto edificado: Estado de conservação)

Devido às limitações desta pesquisa não foi possível aferir imóvel por imóvel a configuração de seus interiores assim como os sistemas construtivos presentes em cada um deles, todavia, através da observação das edificações a partir do logradouro público e da pesquisa histórica realizada neste trabalho podemos identificar que a grande maioria das edificações, exceto as edificações tombadas pelo IPHAN e INEPAC, apresentam seus interiores completamente descaracterizados. Com relação aos sistemas construtivos, as edificações anteriores ao século XX e ainda conservadas são constituídas por alvenarias de pedra autoportante, enquanto que as edificações posteriores a este período possuem sistema convencional de concreto armado.

Outra importante permanência histórica que, apesar do alto grau de descaracterização e desvalorização, ainda conserva-se como um importante elemento de representação do valor cultural da área é seu conjunto edificado. Dentre as edificações, destacam-se na paisagem urbana da área os bens tombados pelo IPHAN como o casarão nº 3 a 13, 19, 35 e s/nº da Praça General Osório e as Igrejas, sendo as edificações mais antigas de todo o Centro Histórico, com o entorno da Igreja e o Convento de Nossa Senhora do Carmo sendo o núcleo inicial de ocupação da área, constituem-se hoje como verdadeiros signos da religiosidade presente no município.



Figura 58 - Edificações tombadas pelo IPHAN. Fonte: Arquivo do autor, 2015.

Também se encontram na área, exemplares arquitetônicos de diferentes linguagens históricas como o colonial, eclético, *Art Déco* e o modernismo, preservando pequenos conjuntos como as edificações nº 22, 30 e 36.



Figura 59 - Linguagens históricas na área de estudo: edificação colonial, eclética, Art Déco e moderna. Fonte: Arquivo do autor, 2015.

Além desses exemplares singulares, somam-se as edificações que ainda conservam elementos volumétricos característicos destas linguagens como a relação de cheios e vazios, ritmo dos vãos das fachadas além do gabarito, totalizando um percentual de 40% das edificações da área de estudo.

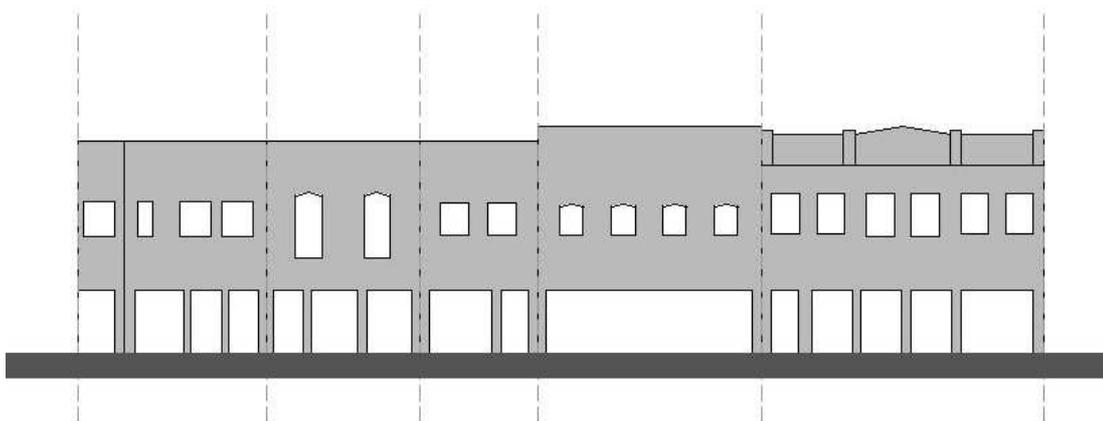


Figura 60 - Elementos de composição preservados no conjunto edificado: relação de cheios e vazios, ritmo, gabarito. Fonte: Representação produzida pelo autor, 2015.

#### 4.1.11 – Espaços livres públicos (passeios, vegetação e pavimentação)

Como exposto anteriormente, a Rua do comércio possui aproximadamente 460m de extensão com uma caixa de rua 10m de largura (média). A pista de rolamento é revestida com blocos de granito (paralelepípedo), assim como seu meio-fio, e possui largura de aproximadamente 4m enquanto que os passeios possuem larguras entre 2,5 e 3m sendo revestidas em sua grande maioria em pedras portuguesas de cor branca, preta e vermelha com desenhos em motivos de curvilíneos e figuras de peixes com faixas de piso de alerta junto ao meio-fio.

São exceções a essa solução de revestimento nos passeios: o entorno dos sobrados coloniais da Praça General Osório onde foi mantida uma faixa de aproximadamente 1m no perímetro da edificação e placas de pedra miracema no restante do passeio e no largo localizado ao lado desta edificação; o entorno da Casa de Cultura que possui revestimento em placas de granito; o entorno da Igreja de Santa Luzia, revestida com placas de pedra miracema na fachada voltada para a Rua do Comércio e piso cimentício em sua fachada lateral volta para a Travessa Santa Luzia. A vegetação na Rua do Comércio limita-se a alguns vasos cerâmicos de grandes dimensões que comportam espécies arbustivas instalados ao longo do passeios.

A Praça Silvestre Travassos tem formato triangular e possui uma área de aproximadamente 575m<sup>2</sup> e tem seu piso revestido com placas de granito. A vegetação da Praça é composta por um canteiro lateral com espécies de forração e arbustivas (alpinea) onde se localiza uma estátua do Sagrado Coração de Jesus em bronze além de vasos grandes e rasos de concreto.

A Praça Codrato de Vilhena tem formato retangular, com predominância do sentido longitudinal (aproximadamente 60m de extensão), possui uma área de aproximadamente 590m<sup>2</sup> com o mesmo revestimento dos passeios (pedras portuguesas). A vegetação da praça possui rica arborização de médio e grande porte, localizada em seu limite junto a Rua Raul Pompeia além de um canteiro com espécies de forração na base de uma das árvores revestido com toras de madeira e outro canteiro localizado junto a esquina da Rua do Comércio com a Rua Raul Pompéia onde se encontram espécies de forração e uma pequena palmácea (palmeira fênix).

Já a Praça General Osório, a maior praça da área de estudo, possui formato retangular e ocupa uma área de aproximadamente 2590m<sup>2</sup>. Composta por formas sinuosas características de produção paisagística de Roberto Burle Marx, possui faixas de circulação

revestidas em placas de concreto, anfiteatro em formato circular com revestimento da área de palco e plateia em piso cimentado natural, área de playground em areia, dois pequenos núcleos de convívio formado por bancos de pedra e piso em saibro e canteiros revestidos em sua grande maioria com gramíneas e balizados por muretas de blocos de granito. Assim como a Praça Codrato de Villhena, esta praça também possui rica arborização além de canteiros formados por espécies arbustivas e forrações variadas. (Ver APÊNDICE L – Mapa de pavimentação).

Também consideradas importantes permanências históricas, os espaços livres públicos, representados tanto pelas praças como pela própria Rua do Comércio, ainda conservam não só elementos como dimensões, geometria e elementos escultóricos, mas também são amplamente utilizados pela população através do convívio e eventos tradicionais como a Festa do Divino e o Carnaval de rua.

#### **4.1.12 – Manifestações culturais**

As manifestações culturais da área de estudo constituem-se pelas apropriações categorizadas como apropriação sazonais na pesquisa sobre o *Uso do solo e apropriações dos espaços livres públicos*, ressaltado que as apropriações são o suporte ou a própria manifestação cultural em áreas de valor cultural.

As festividades religiosas assumem um papel importante com um calendário anual repleto de eventos como a Festa de São Benedito, Festa de Nossa Sr<sup>a</sup> da Conceição além da tradicional Festa do Divino com celebrações na Praça Silvestre Travassos e cortejos percorrendo a Rua do Comércio e Festa Corpus Christi, onde são confeccionados tapetes coloridos no largo da Igreja do Carmo, na Praça Silvestre Travassos e na Rua Comércio. Outra apropriação importante é o carnaval de rua que tem a Rua do Comércio como o principal trecho do circuito dos blocos que percorrem as ruas do Centro, com destaque para os tradicionais: Bloco do Reizinho e Bloco da Imprensa.

Outra presença importante e pouco valorizada na região do Centro Histórico como um todo é a presença da cultura indígena expressa através do artesanato por mulheres que se instalam nas calçadas da Rua do Comércio.



Figura 61 - Tapetes coloridos da Festa de Corpus Christi e carnaval na Praça Silvestre Travassos.

Fonte: Prefeitura Municipal de Angra dos Reis, 2012

#### 4.1.13 – Sistema viário e transportes

A Rua do Comércio caracteriza-se como uma via de baixo tráfego de veículos, mão única no sentido oeste-leste e alto fluxo de pessoas durante o período diurno em seus passeios. Como dito anteriormente, sua caixa de rua apresenta uma largura média de 10m ao longo de toda a via, com pista de rolamento de 4m e passeios entre 2,5m e 3m.

Possui quatro áreas de embarque e desembarque e carga e descarga, localizadas em frente a duas agências bancárias (edificações nº239 e 250), e nas edificações nº196 e nº07, sendo esta última um posto de saúde. As faixas de estacionamento localizam-se no entorno da Praça General Osório e em ruas adjacentes a Rua do Comércio como o trecho da Rua Professor Lima compreendido entre esta rua e a Avenida Padre Júlio Maria. Possui dois pontos de táxi um localizado em uma das laterais da Rua Pereira Peixoto, próximo à Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição e outra junto a Praça Codrato de Vilhena.

Os trechos de maior tráfego são os cruzamentos com as Ruas Raul Pompéia e Frei Inácio, vias por onde transitam ônibus, e a Rua Pereira Peixoto, todas vias de mão única. As outras vias adjacentes a Praça General Osório, excetuando a já citada Rua Frei Inácio, também apresentam baixo fluxo de veículos e passeios de menor largura. Apesar de ser o penúltimo ponto antes do terminal localizado no entorno da Igreja da Lapa, é exatamente no ponto de ônibus localizado no largo em frente aos sobrados coloniais da Praça General Osório onde a maioria dos passageiros provenientes de outros bairros do município, “saltam” quando chegam no “Centro de Angra”. (Ver APÊNDICE M – Mapa de sistema viário e transportes).

#### 4.1.14 – Infraestrutura urbana

Através do levantamento com alguns moradores da região, representantes do poder público e pesquisa em reportagens dos jornais locais, foi constatada que toda a área de estudo possui uma infraestrutura urbana satisfatória, com pleno fornecimento de água, energia elétrica, drenagem urbana sem problemas como os alagamentos além de iluminação pública e coleta de lixo.

A coleta das águas pluviais é realizada através de bocas de lobo localizadas nas sarjetas da pista de rolamento. Na Rua do Comércio, os transformadores e o cabeamento de energia localizam-se no subsolo dos passeios liberando o espaço aéreo da poluição visual inerente as soluções tradicionais de postes e transformadores aparentes ainda presente nas outras vias do Centro histórico, demonstrando a intenção da administração pública responsável por esta intervenção realizada no início do século XXI, que visava transformar toda a região do Centro histórico em um grande pólo turístico. Apesar desta solução, ainda são encontradas situações onde a fiação elétrica responsável pela alimentação das edificações fica aparente nas fachadas.

A iluminação pública ao longo da Rua do Comércio e na Praça Silvestre Travassos é realizada através de postes metálicos, aproximadamente 10m de altura, com pintura na cor verde e luminária de desenho ornamental composta por haste metálica curvada, chapeleta metálica com pintura na cor branca e bulbo de vidro. Na Praça Codrato de Vilhena a iluminação é realizada por luminárias constituídas por haste metálica trapezoidal e bulbo tradicional acoplados aos postes com luminárias mais altas responsáveis pela iluminação da Rua Raul Pompéia. Já na Praça General Osório a iluminação é realizada por postes e luminárias de altura baixa, algo em torno de 3,5m, constituídas em ferro com desenho clássico com pintura na cor cinza.

Com relação à coleta de lixo, durante o período do levantamento de campo, nenhuma das lixeiras apresentou sinais de degradação ou acúmulo excessivo de resíduos, fato que somado as observações de quase inexistências de resíduos nos pisos da Rua do Comércio e Praças demonstram um trabalho satisfatório do serviço de coleta de lixo. Os serviços de manutenção das áreas verdes também se apresentam de forma satisfatória através do aspecto de vitalidade das espécies.

#### 4.1.15 – Monumentos (estatuário)

Os monumentos existentes na área de estudo são: a estátua em bronze representando o Sagrado Coração de Jesus localizada em um canteiro lateral na Praça Silvestre Travassos; o Chafariz da Saudade, sendo este restaurado em 2007 passando a funcionar como bebedouro público; uma estátua também em bronze representando o tradicional comerciante Angrense Jorge Elias Miguel; o Chafariz Marquês de Herval localizado ao lado do playground na Praça General Osório e o busto em bronze do Padre Júlio Maria localizado na pequena praça localizada no encontro da Rua do Comércio com a Avenida Padre Júlio Maria, em frente ao Convento de Nossa Senhora do Carmo. (Ver APÊNDICE N – Mapa de monumentos e mobiliário urbano).



**Figura 62 - Monumentos da área de estudo: estátua do Sagrado Coração de Jesus, estátua do comerciante Angrense Jorge Elias Miguel, chafariz da saudade e chafariz Marquês de Herval. Fonte: Arquivo do autor, 2015.**

Os monumentos Sagrado Coração de Jesus, Estátua de José Elias Miguel e o busto do Padre Júlio Maria apresentam bom estado de conservação já o Chafariz da saudade e Marquês de Herval apresentam problemas em seu sistema hidráulico, este último nem mesmo contempla um tanque em sua base, servindo exclusivamente como um elemento escultórico.

#### 4.1.16 – Mobiliário urbano

Na análise do mobiliário urbano foram identificados os seguintes elementos: bancos e assentos, lixeiras, vasos com vegetação, quiosques e bancas. Os bancos e assentos são constituídos em sua grande maioria por bancos de madeira localizados no interior e no entorno das três praças da área de estudo, além de uma unidade que fica ao lado da Igreja de Santa Luzia, sendo todos amplamente utilizados pela população e sem apresentar sinais de degradação tanto do próprio material quanto ações de vandalismo. As únicas exceções a

esse modelo de banco são os assentos em pedra e concreto (plateia anfiteatro) localizados na Praça General Osório.

As lixeiras são constituídas por material plástico na cor azul e fixadas nos postes de iluminação e os vasos de vegetação constituídos em concreto com acabamento em pintura. Com relação aos quiosques e bancas de jornal, só existe uma unidade de cada tipo na área de estudo, sendo um quiosque de flores com revestimento externo em toras de madeira, localizado em uma das calçadas no trecho da Rua Pereira Peixoto que fica entre a Rua do Comércio e a Avenida Padre Júlio Maria, entorno da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, e uma banca de jornais constituída em estrutura e fechamento metálico localizada na Praça General Osório. (Ver APÊNDICE N – Mapa de monumentos (estatuário) e mobiliário urbano).

#### **4.1.17 – Veículos de publicidade, sinalização, toldos, marquises e equipamentos mecânicos**

Com relação aos elementos de publicidade foi realizado um levantamento da relação de proporcionalidade dos letreiros e placas variadas encontradas nas fachadas das edificações da área de estudo. Os critérios de proporcionalidade são constituídos pela avaliação das dimensões desses equipamentos e sua localização em relação as fachadas, evitando possíveis ocultações de elementos importantes na composição das edificações.

Segundo este levantamento, 56% das edificações apresentam elementos de publicidade com dimensões desproporcionais, 25% apresentam dimensões proporcionais e os 19% restantes não possuem elementos de publicidade em suas fachadas. Na análise da relação de proporcionalidade também foram consideradas além da relação entre as dimensões das placas e letreiros e a configuração das fachadas, a presença de publicidade através de pinturas e painéis nas portas metálicas e esquadrias dos estabelecimentos comerciais. Em alguns casos, a dimensão das peças é tamanha que a fachada é utilizada praticamente como um grande letreiro como na edificação nº 52 da Rua do Comércio, enquanto em outros exemplos os letreiros acabam ocultando elementos importantes da composição das fachadas como as de nº 251 e 306 desta mesma rua. (Ver APÊNDICE O – Mapa de proporcionalidade dos veículos de publicidade e APÊNDICE Z).



**Figura 63 - Exemplos de veículos de publicidade desproporcionais em edificações da área de estudo. Fonte: Arquivo do autor, 2015.**

Outros elementos de publicidade presentes na área de estudo encontram presentes nos postes de sinalização dos nomes dos logradouros. Estes constituem-se em placas metálicas de aproximadamente 50 x 40 cm instalados no topo dos postes. As placas de sinalização dos logradouros públicos também são constituídas por chapas metálicas com pintura na cor azul fixadas em postes metálicos com pintura na cor cinza, trazendo exclusivamente o nome do logradouro sem informações adicionais como referências sobre a figura que dá nome a este. Em alguns trechos da área de estudo são encontradas placas antigas fixadas sobre as fachadas. As placas localizam-se em todas as esquinas dos logradouros e apresentam-se em bom estado de conservação.

As placas com informações turísticas são constituídas do mesmo material, porém com pintura em dois tons da cor marrom com dimensões de 0,50 x 1,00m. Localizam-se no largo em frente aos sobrados coloniais da Praça General Osório; ao lado da edificação nº 10 da Rua do Comércio; em frente à Igreja de Santa Luzia; na esquina da Rua do Comércio com a Rua Raul Pompéia, ao lado da Casa de Cultura e na Praça Silvestre Travassos. (Ver APÊNDICE P – Mapa de sinalização).



**Figura 64 - Exemplo de placa de sinalização de ruas e sinalização turística. Fonte: Arquivo do autor, 2015.**

No levantamento das soluções adotadas para a cobertura dos acessos aos estabelecimentos comerciais foram identificadas cinco soluções: toldos fixos em policarbonato; toldos em material plástico enroláveis; marquise em concreto; marquises formadas por letreiros e edificações sem coberturas.

Solução implantada pela Prefeitura Municipal no início do século XXI como um dos elementos de requalificação do Centro Histórico, os toldos contínuos em estrutura metálica e policarbonato fixados sobre as fachadas ocupam 50% das edificações da área de estudo. As marquises de concreto são encontradas em 9% das edificações, os toldos plásticos 6% assim como as marquises formadas por letreiros enquanto que as edificações que não apresentam soluções de cobertura nas fachadas frontais totalizam 29%.

Os toldos em policarbonato ocupam praticamente todo o trecho da Rua do Comércio com início na Praça Silvestre Travassos até a Praça General Osório, e apresentam falta de manutenção e amarelamento, além do acúmulo de sujeiras provenientes do escoamento das águas pluviais. No trecho da Rua do Comércio compreendido entre a Praça Silvestre Travassos e a Rua Arcebispo Santos encontram-se soluções tradicionais de coberturas como os toldos plásticos e as marquises de concreto que também apresentam sinais de degradação em virtude da falta de manutenção. (Ver APÊNDICE P – Mapa de toldos e marquises e APÊNDICE Z).

Outro importante levantamento realizado foi o da presença de equipamentos mecânicos como aparelhos de ar-condicionado e exaustão nas fachadas e coberturas visíveis ao olhar dos pedestres. Foi identificado que 60% das edificações apresentam equipamentos mecânicos em suas fachadas sem qualquer tratamento de ocultação ou inserção na composição arquitetônica, enquanto que só 4% das edificações apresentam esse tipo de solução através da utilização de grelhas. Os 36% restantes não apresentam equipamentos mecânicos em suas fachadas. (Ver APÊNDICE R – Mapa de equipamentos mecânicos e APÊNDICE Z).

Através dos dados obtidos nesta pesquisa verificamos o alto grau de poluição visual presente na área de estudo em virtude de problemas na gestão das posturas municipais relativas aos veículos de publicidade, instalação de toldos e equipamentos mecânicos nas fachadas.

#### **4.1.18 – Patrimônio Cultural (Tombamentos, estudos e projetos)**

Como já exposto no capítulo 1 deste trabalho, os primeiros atos de reconhecimento e proteção de bens de valor histórico cultural na região do Centro Histórico foram os tombamentos realizados pelo IPHAN a partir de 1950, patrimônio representando eminentemente pelas edificações religiosas. Na área de estudo encontramos quatro bens tombados por este órgão: a Igreja e Convento de Nossa Senhora do Carmo, a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição e a Igreja de Santa Luzia, todas tombadas em 1950 e os sobrados coloniais da Praça General Osório tombados em 1967.

Outras ações visando a proteção do patrimônio cultural da região só surgiriam na década de 1980 através do tombamento de 18 imóveis pelo Estado através de uma solicitação encaminhada a este órgão por um movimento popular formado por representantes de grupos de teatro como o Revolucionária e de organizações não governamentais de proteção ambiental como a SAPÊ (Sociedade Angraense de Proteção Ecológica) dentre outros. Nestes tombamentos incluem-se a edificação nº 08 da Praça General Osório e nº172 da Rua do Comércio ocupado pela Casa de Cultura de Angra dos Reis/RJ. Estes tombamentos são fruto dos estudos realizados através de uma parceria entre o IPHAN e o INEPAC.

Neste mesmo período, durante o processo de revisão da lei de zoneamento, a Prefeitura Municipal de Angra dos Reis solicitou ao IPHAN que fossem realizados estudos que contemplassem a proteção da visibilidade dos monumentos tombados por este órgão no município. Coordenados pela arquiteta Lia Motta, os estudos culminaram em uma sugestão dos limites máximos de gabarito, variando de 1 a 4 pavimentos, e áreas não edificantes no entorno dos bens tombados, entretanto, este trabalho nunca foi oficializado através dos instrumentos normativos do município, apesar dos técnicos do setor de aprovação de projetos utilizarem esse material na análise dos processos.

Com relação à área de estudo os limites de gabarito estabelecidos foram respeitados em grande parte, exceto no trecho do lado ímpar da Rua do Comércio voltado para a Praça General Osório onde encontram-se edificações acima do gabarito de 2 pavimentos além da edificação nº 250 desta mesma Rua que com seus 8 pavimentos excede brutaemente os limites de gabarito.

Aquela que pode ser considerada como a mais importante ação do poder público municipal, foi a elaboração em 1993 de um Decreto de Preservação de bens e imóveis no

município, com a grande maioria das edificações inseridas dentro do Centro Histórico. Neste decreto revogado em 2008 em virtude da problemática já apresentada nos capítulos anteriores, foram preservadas mais de 100 edificações, sendo que 31 destas encontram-se inseridas na área de estudo. Em 2008, antes da revogação deste decreto, foi elaborado pela Prefeitura Municipal através da Gerência de Planejamento Territorial (SMA/PMAR) um estudo visando identificar quais destes imóveis ainda conservavam as características que justificaram sua inserção na relação de imóveis preservados. Das 31 edificações preservadas pelo revogado decreto, 21 edificações foram mantidas por estudo como objetos de preservação: edificações nº 22, 30, 106, 262, 322, 16, 38, 94, 201, 233/227, 272, 297, 306, 377, 386 e 443 da Rua do Comércio, nº 56, 16/20 da Praça General Osório e nº 134, 146 da Rua Pereira Peixoto.

Atualmente, nenhuma destas edificações encontra-se protegida em virtude das problemáticas geradas pela redação do Decreto nº 6213/2008 que, além de revogar o decreto nº 431/93, faz referência a um inexistente “livro do tomo” no município de Angra dos Reis, como pré-requisito para considerar um imóvel como sendo preservado. (Ver APÊNDICE S – Mapa de proteção do patrimônio cultural, APÊNDICE T – Mapa de gabaritos IPHAN e APÊNDICE Z).

Apesar de se apresentarem como verdadeiras resistências aos processos de renovação e desvalorização cultural presentes na região, elementos como o conjunto edificado e os exemplares históricos que não são protegidos pelo IPHAN e INEPAC encontram-se ameaçados através da falta de instrumentos de proteção e de uma política de valorização da região como um todo que garantam sua preservação.

Os esforços apresentados nas décadas de 1980 e 1990 ainda são incipientes diante da pressão imobiliária existente sobre a região. O estudo elaborado pela arquiteta Lia Motta em 1981 que estabeleceu limites de gabarito pelo IPHAN é uma importante contribuição para a conservação da ambiência histórica da área, todavia, sua não oficialização por parte do poder público abre brechas para questionamentos por parte dos proprietários diante de tentativas de acréscimo de gabarito.

Outro ponto importante desse estudo é sua restrita visão sobre os bens tombados, tratando o conjunto edificado do entorno como coadjuvante dentro das políticas de preservação. Essa visão patrimonial limitada a objetos não contemplando a conservação de conjuntos como importantes elementos de configuração de ambiências históricas de valor cultural, também se fez presente nas ações do município em prol da preservação da área

através do Decreto de preservação elaborado em 1993 e revogado em 2009. A revogação do citado Decreto marca um cenário de completa “desproteção” do conjunto edificado do Centro Histórico que já encontra resultados através das alterações de gabarito e composições de fachadas em edificações que ainda conservavam importantes linguagens históricas.

Ações como a iluminação cênica de edificações tombadas pelo IPHAN e INEPAC, trechos de vias e passeios mantidos com pavimentação histórica, novo mobiliário urbano além de todo o aterramento da rede de energia da Rua do Comércio demonstram certa iniciativa do poder público a partir dos anos 2000 em valorizar a área, principalmente esta via.

A revisão do Plano Diretor em 2006 com a aprovação de seus instrumentos de gestão (leis de zoneamento, uso e ocupação do solo e parcelamento) em 2009 sinalizam certa sensibilidade do poder público em relação ao valor histórico-cultural da área como um todo através da criação de uma zona específica para o Centro Histórico, a ZECHAR, todavia, desconsidera as especificidades da área ao estabelecer parâmetros construtivos genéricos para toda a zona, seguindo assim uma prática do planejamento urbano brasileiro frente as questões patrimoniais de caráter funcionalista, como descreve Leonardo Barci Castriota:

Por outro lado, o planejamento, como tem sido feito, continua seguindo um viés funcionalista, não levando em consideração os aspectos qualitativos da urbanização, baseando-se apenas em parâmetros como infraestrutura e densidade, ignorando a intrincada teia de relações econômicas, sociais e culturais que marca a vida urbana. (CASTRIOTA, 2007).

Tratando-se de uma área de grande descaracterização no seu conjunto edificado, o estabelecimento de parâmetros como gabarito e altura máxima deverão ser produzidos a partir de uma análise caso a caso visando à salvaguarda não só das edificações excepcionais, mas sobretudo, a preservação da ambiência histórica da região.

#### **4.1.19 – Planos e Projetos em desenvolvimento**

Com relação aos planos e projetos em desenvolvimento que contemplem a área de estudo, encontra-se em processo de elaboração um estudo que visa requalificar a região do Centro Histórico a partir da valorização dos pedestres em detrimento dos veículos. Não

foram obtidos dados mais detalhados sobre esse trabalho, mas sabe-se que antigas propostas como a transformação da Rua do Comércio em via exclusiva para pedestres estão sendo recuperadas neste estudo, assim como novos projetos de pavimentação e mobiliário urbano conforme a ilustração abaixo, fornecida pela Subsecretária de Desenvolvimento Urbano da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento urbano de Angra dos Reis, a arquiteta Ana Paula Nascimento.



**Figura 65 - Estudo Rua do Comércio e Praça Silvestre Travassos. Fonte: Prefeitura Municipal de Angra dos Reis, 2015**

#### **4.1.20 – Levantamento perceptivo da área de estudo (Rua do Comércio e praças adjacentes)**

Tal como proposto na metodologia, com base na técnica de análise de registro sequencial de Maria Elaine Kohlsdorf apresentada na publicação *Metodologia para recolhimento de dados de configuração urbana em sítios tombados (2000)*, elaborada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), foi produzido o levantamento perceptivo da área de estudo.

Preliminarmente, foi definido o percurso onde seria realizada a análise incluindo todos os 460m de extensão da Rua do Comércio, no sentido leste/oeste partindo do encontro da citada rua com a Rua Frei Inácio no entorno da Praça General Osório até o cruzamento da Rua do Comércio com a Rua Arcebispo Santos. (Ver APÊNDICE UA – Levantamento perceptivo: mapas demarcando percurso, estações e marcos visuais).

A segunda etapa do trabalho foi a identificação das estações, que são “os pontos ou locais com estímulo ao longo dos trajetos significativos para a apreensão de determinado sítio” (KOHLSDORF, 2000). A partir do levantamento de campo foram identificadas 10

extensões, 7 destas localizadas em cruzamentos da Rua do Comércio com vias de veículos e pedestres transversais. O intervalo entre as estações varia entre 25 e 80m. (Ver APÊNDICE UA)

Na etapa seguinte, foram identificados os campos visuais, as cenas visualizadas a partir das estações da sequência (percurso) e delimitadas como porções de espaço abrangidas pelo ângulo visual humano" (KOHLSDORF, 2000) existentes em cada uma das estações. Nas estações 1, 3, 4, 5, 6, e 8 foram identificados 3 campos visuais em cada - campo visual frontal, campo visual lateral direito e campo visual lateral esquerdo. Nas estações 02, 07, 09 e 10 foram identificados 2 campos visuais em cada sendo o campo visual frontal e campo visual lateral direito nas três primeiras e campo visual frontal e campo visual esquerda na estação 10. (Ver APÊNDICE UA e APÊNDICE UB – Gráfico das estações e marcos visuais).

Os estímulos que geraram esses campos visuais foram: as aberturas a partir de trechos como as três praças da área de análise, a existência de conjuntos arquitetônicos com linguagens históricas além da própria geometria da via que sugere certa "curiosidade" com relação aos trechos momentaneamente ocultos devido as suas inclinações. A grande quantidade de campos visuais das estações, a predominância de certos tipos de campos como nas estações 1, 3, 4, 5, 6 e 8, assim como a incidência de campos visuais frontais em todas as estações identificadas sugere que, apesar do processo de descaracterização do conjunto edificado, ainda encontra-se certa unidade na estrutura urbana do sítio.

Após a análise dos campos visuais foram identificados os efeitos visuais da sequência (percurso), que se dividem em efeitos topológicos, perspectivos e semânticos.

Na análise dos efeitos topológicos da área analisada, temos um contínuo de certo estreitamento ao longo da Rua do Comércio com alargamentos a partir do encontro desta via com as praças da área de análise além de certa condição de recinto nas Praças Codrato de Vilhena e General Osório provocados por sua farta arborização gerando um "plano de teto".

Na análise dos efeitos perceptivos, temos os efeitos de ocultamento do final das cenas presentes nos campos visuais frontais em virtude das inclinações existentes ao longo da rua assim como o efeito de direcionamento provocado pelo contínuo edificado sem afastamentos frontais, formando verdadeiros cânions com elementos de realce e visual fechada como a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição que encerra o espaço virtual da Praça Silvestre Travassos.

Com relação aos efeitos semânticos, encontramos nos campos visuais diversos elementos de contrastes como a presença de edificações com linguagens históricas em meio as edificações classificadas neste trabalho como “produção contemporânea”. Vale destacar a formação de pequenos conjuntos como o das edificações nº 22, 30 e 38 da Rua do Comércio em virtude de possuírem a mesma linguagem histórica (eclétrico) e o conjunto formado pelas edificações nº 201, 209, 215 e 221 devido a semelhança na relação entre cheios e vazios e altura da fachada. Ressalta a originalidade das Igrejas e edificações singulares no conjunto com os edifícios de composição moderna nº 239 e 338 da Rua do Comércio, ambos também privilegiados por sua implantação em esquinas.

Através dos diversos levantamentos apresentados foi possível compreender os processos responsáveis pela atual estrutura urbana da área de estudo, assim como identificar seu valor como objeto cultural e os elementos nocivos a sua necessária preservação.

A Rua do Comércio e suas praças adjacentes compreendem uma área de imensurável valor cultural construído através dos mais de 400 anos de sua ocupação, todavia, os elementos que configuram sua ambiência histórica se encontram ameaçados pela iminência da completa descaracterização devido a fatores como a falta de instrumentos de identificação, proteção e valorização dos mesmos e a falta de conscientização do poder público e população no que tange ao valor cultural da área em detrimento da exclusividade econômica hoje presente.

Diferente de alguns centros históricos de grandes metrópoles, caracterizados por um conjunto edificado subutilizado com presença de invasões por setores da população de baixo poder aquisitivo, a área apresenta grande vitalidade diurna com a predominância do uso comercial e sem a presença de usos nocivos.

A partir das análises dos dados obtidos foi possível elaborar as propostas de caráter físico e normativo apresentadas a seguir, tendo como principal objetivo a preservação e a valorização do patrimônio cultural urbano presente na Rua do Comércio e Praças Adjacentes, a servir como exemplo propositivo para o Plano de Preservação do Centro Histórico de Angra dos Reis como um todo.

#### **4.2 – Plano de ações visando à preservação e a valorização do Patrimônio Cultural Urbano da Rua do Comércio e Praças Adjacentes.**

Com base nas etapas de levantamento e diagnóstico, foi possível identificar na área de estudo, suas potencialidades, como os elementos que constituem seu valor cultural, além dos conflitos e a falta de valorização que ameaçam sua preservação. Visando fomentar um processo de ressignificação cultural da área atrelado ao desenvolvimento urbano do município, onde o principal objetivo é a preservação e valorização da área como suporte de memória e identidade cultural, é proposto um plano de ações para a Rua do Comércio e Praças adjacentes com ações de aplicação física e normativa.

Apesar de abordarem a área de estudo, tais propostas tem grande contribuição para a futura elaboração do Plano de preservação do Centro Histórico de Angra dos Reis, servindo como exemplos de aplicação da metodologia proposta. São ações que visam à preservação e valorização da forma urbana e dos bens singulares de valor cultural presentes na região através da revisão dos índices urbanísticos exigidos dentro da ZECHAR; identificação e seleção das edificações e espaços livres públicos que deverão receber proteção através de três categorias: Bens tombados, preservados e tutelados; requalificação urbanística através de ações como nova pavimentação, mobiliário urbano e sinalização; projeto de restauração de uma praça; além da disponibilização de informações sobre os bens de valor cultural e a história urbana da região através de um portal digital.

##### **Proposta 01 – Revisão dos parâmetros urbanísticos exigidos dentro da ZECHAR**

Com base nas análises dos instrumentos normativos incidentes sobre a região, dos planos, projetos e estudos visando à salvaguarda patrimonial e seus resultados na paisagem urbana, é proposta uma revisão dos parâmetros construtivos permitidos na região além de novas diretrizes edilícias visando à preservação de sua forma urbana, elemento identificado na etapa diagnóstico como de valor cultural para o município.

Nas análises que subsidiaram as propostas foram observadas, principalmente através do levantamento perceptivo da área de estudo, a existência de pequenos conjuntos de linguagens históricas que ainda constituem ambiências. Além desses conjuntos, a área como um todo ainda constitui uma ambiência histórica através das relações volumétricas entre as edificações como gabarito, alinhamento no limite do lote e a relação de cheios e vazios de suas fachadas.

Nessa conjuntura, a utilização de índices urbanísticos genéricos relativos ao gabarito e altura máxima permitidos dentro da ZECHAR constituem uma ameaça à preservação dessa ambiência, devendo a legislação urbanística incidente sobre a área incorporar seu valor cultural na formulação de tais índices.

Para a formulação da proposta apresentada no APÊNDICE AA, inicialmente tomaram-se como base os limites de gabarito estabelecidos pelo IPHAN em 1981 através de um estudo de zoneamento realizado pela arquiteta Lia Motta em conjunto com o levantamento dos gabaritos existentes na região (APÊNDICE JB). Dessa análise foi possível identificar as áreas de valor cultural que deveriam ser preservadas através de gabaritos mais restritivos além de áreas com edificações de produção recente com uma situação consolidada de gabarito mais elevado. Em seguida foram analisados outros aspectos observados na etapa de levantamento que poderiam ser normatizados através da legislação urbanística como as modalidades de parcelamento do solo, taxa de ocupação e posturas edilícias como a presença negativa de telheiros além da normatização de toldos e veículos de publicidade.

As restrições ao potencial construtivo dos lotes presentes na área de estudo em comparação ao quadro atual deverão ser compreendidas como instrumentos necessários visando a preservação dos elementos configurativos da ambiência histórica da região, “valendo-se da predominância do valor social da propriedade urbana sobre a sua condição de mercadoria.” (CARTA DE PETRÓPOLIS, 1987).

Com diretriz para a elaboração do Plano de Preservação do Centro Histórico, o poder público deverá assumir o papel de grande disseminador da compreensão do valor cultural da região através da promoção da proposta de revisão dos índices urbanísticos da ZECHAR, além de incentivar o fortalecimento de novas centralidades como a do Bairro da Japuíba, localizado a 7km do Centro Histórico, área de ocupação mais recente onde em 2013 foi implantado o Hospital Público Municipal de Angra dos Reis, reforçando seu caráter como nova centralidade urbana com potencial de desenvolvimento de setores como o comércio e a prestação de serviços.

A seguir serão apresentados os índices urbanísticos e diretrizes propostas para a área de estudo:

### Taxa de ocupação e afastamentos

Manter taxa de ocupação de 100% da área do lote assim como a proibição de afastamentos das divisas visando a manutenção das características provenientes da ocupação urbana portuguesa iniciada no século XVII e ainda conservada na área. (Ver APÊNDICE AA).

### Gabarito e altura máxima

Tomando como base os limites estabelecidos pelo IPHAN (no citado estudo da década de 1980) são propostos os limites de gabarito constantes no APÊNDICE AA, produzidos a partir da preservação de elementos como linhas de força presentes em alguns trechos do conjunto edificado, assim como a manutenção do protagonismo de certas edificações e praças em meio ao espaço urbano.

### Parcelamento do solo

Proibição dos remembramentos e desmembramentos dos lotes visando à manutenção das características provenientes da ocupação urbana portuguesa iniciada no século XVII e ainda conservada na área. (Ver APÊNDICE AA).

### Uso do solo

Dos usos hoje permitidos dentro da ZECHAR, os únicos que deverão ser proibidos na área são as indústrias de médio e grande porte assim como os estacionamento. O uso residencial, responsável pela manutenção da vitalidade de áreas urbanas em período integral, deverá ser incentivado através de benefícios como os abatimentos tributários.

### Posturas edilícias

Visando a recuperação da qualidade ambiental da região propõe-se a proibição da utilização de telheiros constituídos por estruturas esbeltas, sem qualquer fechamento lateral com cobertura em telhas de fibrocimento e metal, além da exigência de manutenção dos revestimentos e esquadrias presentes nas fachadas, com atenção especial para as empenas, áreas sempre relegadas a um segundo plano, mas que possuem um importante papel na configuração volumétrica da Rua do Comércio.

Também se propõe a padronização de toldos , equipamentos de ar-condicionado e veículos de publicidade como letreiros com o objetivo de organizar a implantação desses elementos sobre as fachadas das edificações mitigando efeitos negativos como a falta de proporção entre essas estruturas e o suporte (fachada) e a ocultação de importantes elementos de composição das fachadas.

Com base nas análises dos levantamentos realizados (item 4.1.17 – Veículos de publicidade, sinalização, toldos, marquises e equipamentos mecânicos) se propõe a eliminação do toldo em policarbonato implantado pelo poder público municipal no início do século XXI em virtude do mesmo impedir uma leitura plena das fachadas pelos usuários da rua além da falta de manutenção que contribui para a degradação da paisagem urbana da região. Em substituição a essa solução, é proposta a utilização de modelos individuais de sistema retrátil com cobertura em tecido poliéster com estudo cromático a ser definido em conjunto com os proprietários respeitando ainda os seguintes parâmetros estabelecidos a partir documento *Parâmetros para colocação de anúncios e toldos no conjunto histórico e paisagístico tombado de Iguape/SP* elaborado pelo IPHAN (IPHAN, 2010) adaptados à área estudo:

- Instalação entre os vãos de acesso alinhados sobre os limites superiores. (IPHAN, 2010)
- Não poderão ter formato esférico. (IPHAN, 2010)
- Os toldos poderão se estender, em projeção sobre a calçada, até uma distância máxima de 1,00m em relação ao alinhamento da fachada, limitados por um afastamento de 0,40m a contar do meio-fio. (IPHAN, 2010)
- O toldo deverá permitir vão livre de 2,00m, a contar da calçada ao seu limite inferior. (IPHAN, 2010)
- Será admitido o uso de bandô (aba) frontal, desde que liso, sem trabalhos sinuosos de desenho ou recorte e com altura vertical máxima de 0,20m. (IPHAN, 2010)



Figura 66 - Proposta de implantação de toldos para Iguapé/SP e toldos em edificação comercial em Corumbá/MS.

Fonte: IPHAN, 2010 e Prefeitura de Corumbá, 2013

Com relação à **instalação dos aparelhos de ar-condicionado**, recomenda-se a utilização de equipamentos do tipo Split em detrimento dos modelos “de janela”, com a implantação da unidade condensadora nos pavimentos de cobertura, preferencialmente nos fundos do imóvel, ou na fachada frontal afastado a 1,50m do limite da fachada. A tubulação de ligação entre esta unidade e os aparelhos evaporadores localizados no interior das edificações deverá ser realizada internamente.

Os aparelhos do “tipo janela” poderão ser utilizados, desde que sejam guarnecidos por elementos como fechamentos do tipo veneziana, com cores e dimensões em harmonia com o a fachada. Recomenda-se sua implantação no interior das edificações em detrimento das tradicionais soluções com os aparelhos avançando sobre os limites das fachadas.

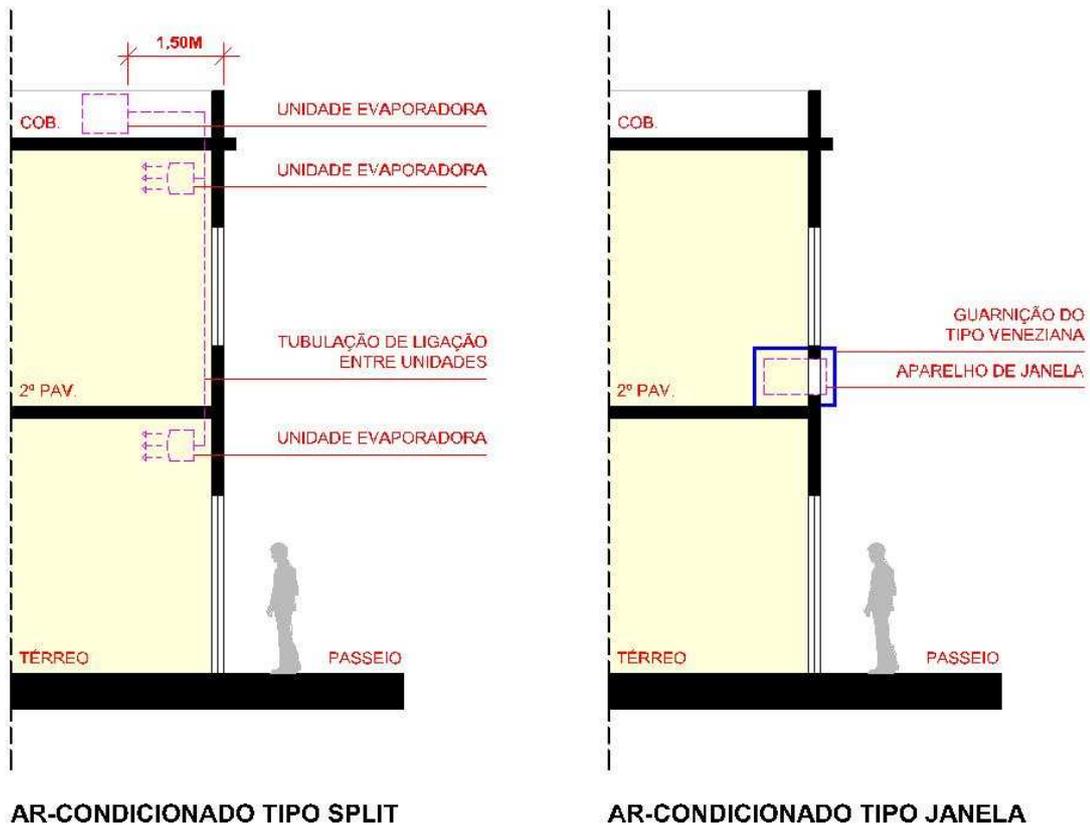


Figura 67 - Orientações para instalação de aparelhos de ar-condicionado na área de estudo. Representação produzida pelo autor, 2015.

Para da instalação dos letreiros e veículos de publicidade diversos deverão ser respeitados os seguintes parâmetros estabelecidos a partir documento *Parâmetros para colocação de anúncios e toldos no conjunto histórico e paisagístico tombado de Iguape/SP* elaborado pelo IPHAN (IPHAN, 2010) adaptados à área estudo:

- Consideram-se veículos de publicidade qualquer tipo de elemento visível dos logradouros públicos tais como: placas, tabuletas, quadros para fixação de cartazes, pinturas, totens, murais, painéis, letreiros, dísticos e insígnias.
- Os veículos de publicidade não poderão encobrir total ou parcialmente elementos construtivos e/ou decorativos que façam parte da composição da fachada, tais como: cantarias, cunhais, gradis, esquadrias de madeira, azulejos antigos e demais elementos arquitetônicos de adorno das edificações.
- As empenas e muros de imóveis recuados não poderão servir de suporte para qualquer tipo de veículo de publicidade.
- Será permitida a colocação de cartazes e faixas em caráter provisório, para o caso de eventos de caráter cultural, e com obrigatoriedade de retirada imediata após realização do evento.
- Os veículos de publicidade deverão ser mantidos em perfeito estado de conservação dos materiais, estabilidade e aspecto visual.

Orientações para instalação dos letreiros:

- As edificações poderão dispor de dois modelos de letreiro: Tipo 01 (letreiro paralelo a fachada) e Tipo 02 (letreiro perpendicular a fachada), respeitando as seguintes orientações:

Tipo 01 (letreiro paralelo à fachada): O letreiro fixado paralelamente à fachada só poderá se projetar, além do alinhamento das mesmas, na distância máxima de 0,05m, devendo estar contido em 3/5 (três quintos) da altura compreendida entre a verga e o alinhamento inferior da sacada, piso ou cimalha, atingindo o máximo de 0,40m. Os espaços livres, superior e inferior, deverão ter cada um 1/5 (um quinto) da altura de referência, assim como seu comprimento na fachada. Nos casos em que o imóvel tenha mais de um estabelecimento comercial, o letreiro fica limitado à largura de um vão.

Tipo 02 (letreiro perpendicular à fachada): O letreiro fixado perpendicularmente à fachada deverá ser posicionado acima dos vãos térreos desde que sua face inferior seja alinhada pelo topo da verga, respeitando uma altura livre de 2,50m medida da calçada à base inferior do anúncio. A dimensão máxima será de 0,50 x 0,50 e 0,05m de espessura, podendo deixar um espaçamento de no máximo 0,15m do alinhamento das fachadas, respeitando o afastamento de 0,40m do alinhamento do meio fio.

- Não será permitida a exibição de mais de um letreiro relativo a um só estabelecimento comercial voltado para o logradouro público por fachada de edificação. Caso o imóvel possua mais de um estabelecimento comercial como nos pavimentos superiores, será permitida a colocação de um letreiro por estabelecimento através de placa perpendicular à fachada no pavimento térreo.

- Para os letreiros serão permitidos materiais como: chapa de madeira, chapa metálica, azulejo, vidro, lâmina de acrílico translúcida e outros materiais, que obtiverem prévia aprovação do setor de licenciamento de edificações da Prefeitura Municipal de Angra dos Reis/RJ.

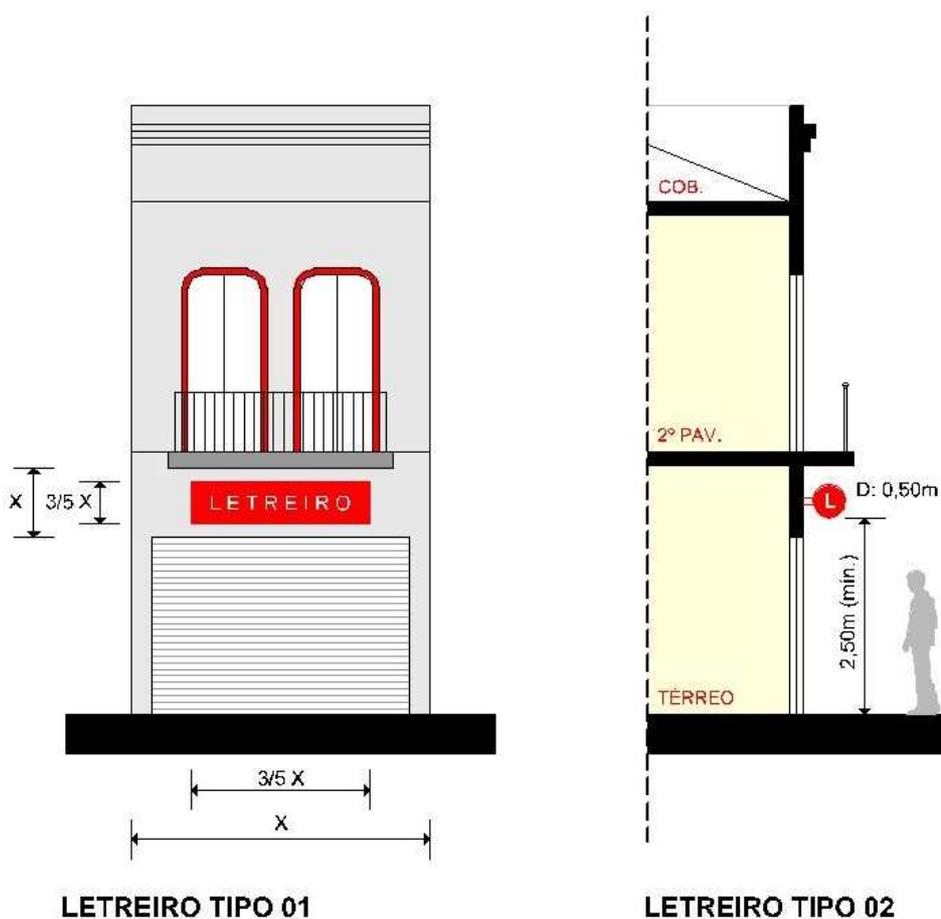


Figura 68 - Orientações para instalação de letreiros na área de estudo. Representação produzida pelo autor, 2015.

## **Proposta 02 – Identificação e seleção dos bens de valor cultural através das categorias de proteção.**

A partir da revogação do Decreto Municipal nº431/93 (preservação de bens imóveis no Centro de Angra dos Reis) todas as edificações de reconhecido valor cultural presentes na região, com exceção dos imóveis tombados pelo IPHAN e INEPAC, perderam os instrumentos legais que garantiam sua proteção através do poder público municipal, contra intervenções realizadas por seus proprietários, que sem a devida orientação técnica, poderão descaracterizá-las, comprometendo assim tanto a legibilidade de valor seu como objeto cultural como seu papel no conjunto edificado constituindo ambiências históricas.

Com relação ao citado Decreto, apesar de seu reconhecido papel como um instrumento que garantiu a preservação de importantes linguagens históricas no Centro Histórico de Angra dos Reis, principalmente na área de estudo que abrigava mais de 23 imóveis preservados antes da revogação desse instrumento, ao analisarmos a relação de edificações preservadas percebemos que os critérios utilizados para sua seleção basearam-se única e exclusivamente em padrões estético-estilísticos, privilegiando linguagens históricas do século XVII até a primeira metade do século XX como o *colonial*, *eclético* e o *Art Déco*.

Diante da atual conjuntura, a proposta de identificação e seleção dos bens de valor cultural presentes na área de estudo baseia-se na recuperação da proteção aos imóveis presentes na relação do Decreto 431/93, afirmando a importância dessas edificações como representantes de linguagens históricas presentes no município ao longo de seus mais de 400 anos, incorporando uma visão contemporânea sobre a conceituação de patrimônio cultural ao incluir nos critérios de seleção linguagens históricas como o modernismo e a produção arquitetônica de caráter vernacular, os espaços livres públicos como as praças que constituem-se como um patrimônio de natureza material através de seu valor histórico e artístico como a Praça General Osório, além de servir como suporte para o patrimônio imaterial como as festividades religiosas da Praça Silvestre Travassos.

Através dos critérios apresentados na etapa 03 (diagnóstico) foram identificados, selecionados e categorizados os seguintes bens como elementos de valor cultural dentro da área de estudo: 5 bens passíveis de tombamentos e 36 de preservação. A relação completa dos bens selecionados, assim como sua localização em mapa e através das elevações das edificações consta nos APÊNDICES AB e AC. Para as edificações tombadas foram produzidas as fichas de identificação propostas na etapa de diagnóstico.

### Bens passíveis de tombamento

Na categoria tombamento, foram selecionadas as três praças existentes na área de estudo (Praça General Osório, Codrato de Vilhena e Silvestre Travassos) além das edificações nº 262 (Padaria do Comércio) nº 239 da Rua do Comércio.

Na Praça General Osório, os atributos que justificam a proposta de tombamento são seu caráter como permanência histórica, sendo fundada concomitantemente como o início do núcleo urbano do Centro Histórico de Angra dos Reis durante o século XVI; a preservação das características volumétricas do conjunto edificado do entorno que constituem em conjunto com a praça uma ambiência histórica; seu valor histórico como uma representação do paisagismo moderno brasileiro singularizado através da figura de Roberto Burle Marx e o valor afetivo expresso através da plena utilização da área pela população angrense.

Na Praça Codrato de Vilhena, os atributos que justificam a proposta de tombamento são seu caráter como permanência histórica; a preservação das características volumétricas do conjunto edificado do entorno que constituem em conjunto com a praça uma ambiência histórica e o valor afetivo expresso através da plena utilização da área pela população angrense.

Na Praça Silvestre Travassos, os atributos que justificam a proposta de tombamento são seu caráter como permanência histórica; seu papel como suporte de manifestações culturais, principalmente de cunho religioso e o valor afetivo expresso através da plena utilização da área pela população angrense.

Na edificação nº 262 da Rua do Comércio (Padaria do Comércio), os atributos que justificam a proposta de tombamento são seu caráter como permanência histórica sendo a padaria fundada em 1905, a mais antiga da região ainda em atividade; seu valor histórico expresso através de sua arquitetura eclética, com seu frontão ricamente ornamentado contendo o nome do estabelecimento comercial, única edificação da área de estudo que conserva essa característica e o valor afetivo expresso através da plena utilização da área pela população angrense.

Na edificação nº 239 da Rua do Comércio os atributos que justificam a proposta de tombamento é seu valor histórico expresso através de sua arquitetura moderna, sendo a única edificação de toda área de estudo, e potencialmente de todo o Centro histórico, que melhor sintetiza os preceitos dessa linguagem histórica como: a fachada livre, a janela em fita, pureza formal e a síntese das artes expressa através de seu jardim lateral e de um painel de azulejos com desenho moderno.

### Bens passíveis de preservação e tutela

Na categoria preservação foram selecionadas 36 edificações onde foram selecionados eminentemente bens que conservam em sua composição de fachadas elementos inerentes as principais linguagens históricas existentes na área de estudo como o colonial, eclético, *Arte Déco* e o modernismo, assim como os bens que apesar de apresentar certo grau de descaracterização, ainda conservam características volumétricas como gabarito, relação de cheios e vazios e ritmo dos vãos.

Dentre essas edificações destacam-se os conjunto formados pelas edificações nº 10, 16, 22, 30 e 36; nº 201, 209, 215, 221 e 227/233 da Rua do Comércio e nº 36, 108, 72/75 e 201 da Praça Codrato de Vilhena, edificações que compõem ambiências históricas. Destacam-se também os elementos singulares como o exemplar de arquitetura vernacular nº 100 da Praça General Osório, a edificação *Art Déco* nº 106 da Rua do Comércio e o sobrado neocolonial nº199 desta mesma rua.

Devido ao valor cultural impresso em toda a área de estudo, todas as edificações, exceto as passíveis de tombamento e preservação, são consideradas passíveis de tutela.

### Propostas de incentivo a conservação de imóveis no Centro Histórico:

Após a identificação e seleção dos bens de valor cultural será preciso que além da instrumentalização do poder público municipal para a gestão de seu patrimônio cultural, sejam implementados instrumentos que estimulem os proprietários dos bens protegidos a conservarem seus imóveis.

Além da manutenção dos incentivos fiscais estabelecidos pela Lei municipal nº 2021/2008, que estabelece isenções do imposto predial e territorial urbano (IPTU) para os proprietários que conservarem seus imóveis, também é proposta a Criação de um Fundo Municipal de preservação do Patrimônio Cultural com a finalidade de prestar apoio financeiro, em caráter suplementar, a projetos e ações destinados à promoção, preservação, manutenção e conservação do patrimônio cultural local.

As principais destinações desse fundo seriam: fomentar atividades relacionadas ao patrimônio cultural no Município, visando a promoção das atividades de resgate, valorização, manutenção, promoção e preservação do patrimônio cultural local; à melhoria da infraestrutura urbana e rural dotadas de patrimônio cultural; à guarda, conservação, preservação e restauro dos bens culturais protegidos existentes no Município; e o treinamento e capacitação de membros dos órgãos vinculados à defesa do patrimônio cultural municipal. (IPATINGA, 2009).

### Proposta 03 - Projeto de requalificação urbanística da Rua do Comércio

Visando a recuperação da identidade cultural da Rua do Comércio como principal via urbana de Angra dos Reis é proposto um projeto de requalificação urbanística que tem como principais objetivos: requalificar a paisagem urbana através de elementos como nova pavimentação e mobiliário urbano servindo como elemento disseminador de um processo de recuperação do valor cultural inerente a esta via; valorizar bens de valor histórico-cultural através de uma proposta de sinalização composta por totens, maquetes e placas informativas; incentivar a apropriação desta via não só no período diurno como também no noturno através da utilização do logradouro público com mesas e cadeiras de bares e restaurantes.

Com relação à pavimentação, propõe-se a substituição dos revestimentos em *pedra portuguesa* e *pedra miracema* utilizados nos passeios da Rua do Comércio, assim como os paralelepípedos que revestem o leito carroçável, por placas de granito cinza com paginação similar à existente na Praça Codrato de Vilhena, como referência à pavimentação em pedras irregulares presente na via até o século XX, hoje enterrada sob a existente. Além de sua contribuição paisagística, essa proposta também permite que durante as obras de implantação da nova pavimentação sejam realizadas pesquisas arqueológicas ao longo de toda a via, tendo como referência os trabalhos de arqueologia realizados na Avenida Rio Branco na cidade do Rio de Janeiro em função das obras de implantação da linha de veículo leve sobre trilhos em 2015.



Figura 69 – Trabalhos de arqueologia na Rua Rio Branco, Rio de Janeiro/RJ. Fonte: Jornal O Globo, 2015.

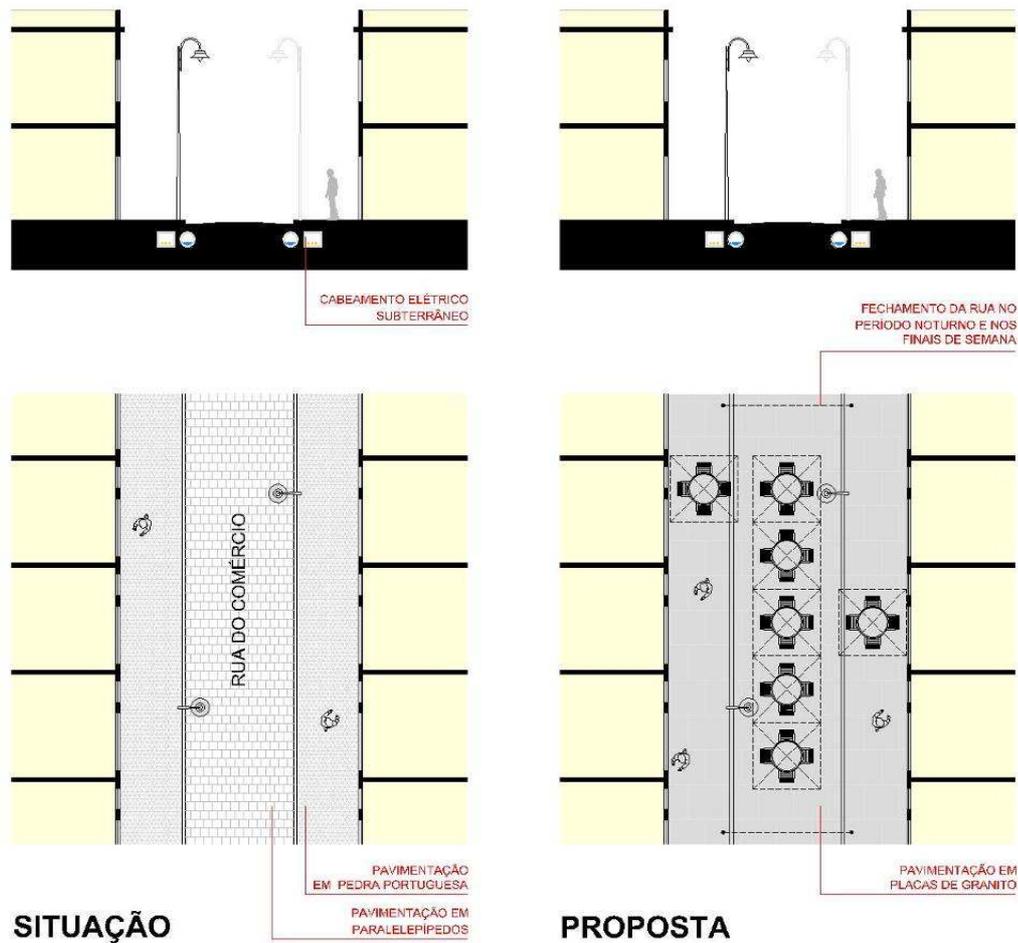


Figura 70 - Projeto de requalificação da Rua do Comércio: nova pavimentação e usos. Representação produzida pelo autor, 2015.

Propõe-se também que a via seja fechada no período noturno e aos finais de semana proporcionando sua ocupação pela população através de bares e lanchonetes que poderão se apropriar dos passeios para instalação de mesas e cadeiras além de atividades culturais variadas como o teatro de rua.



Figura 71 – Rua do Rosário (Pirenópolis/GO) e Rua do Ouvidor (Rio de Janeiro/RJ): Exemplos de apropriação da Rua do Comércio no período noturno e feriados. Fonte: viagem.uol.com.br, 2015.

A proposta de novo mobiliário urbano buscar inserir elementos de design contemporâneo que contribuam para a qualificação da paisagem urbana da região em consonância como respeito ao seu valor cultural. Propõe-se o uso de uma linguagem minimalista, tanto na composição volumétrica quanto no uso de materiais, cores e texturas.

Para os bancos, é proposto um desenho prismático de concreto com adição de granilha podendo conter leves inscrições em baixo relevo homenageando figuras angrenses ilustres. Com relação ao local de instalação substituiriam os modelos existentes localizados no trecho da Rua do Comércio em frente à Praça General Osório, na Praça Codrato de Vilhena, no início da Travessa Santa Luzia e na Praça Silvestre Travassos. O acabamento em toras de madeira que contorna o maior canteiro da Praça Codrato de Vilhena seria substituído por uma solução constituída com os mesmos materiais dos bancos através de um desenho curvilíneo.

As lixeiras e frades seriam substituídos por modelos constituídos por chapas metálicas perfuradas com desenho simples e pintura fosca na cor preta. Com relação as luminárias, seriam mantidos os modelos existentes só recebendo novo acabamento em pintura na mesma cor das lixeiras.



**Figura 72 – Exemplos de mobiliário urbano de design semelhante aos elementos propostos. Fonte: [www.nietosobejano.com](http://www.nietosobejano.com) e [www.ietadesign.pt](http://www.ietadesign.pt), 2015.**

O quiosque de venda de flores localizado próximo à Praça Silvestre Travassos seria substituída por um modelo, a ser implantado em todo o Centro Histórico, composto por uma esbelta estrutura metálica e fechamento em vidro, proporcionando um desenho de baixo impacto visual se comparado à solução existente.

A proposta de sinalização tem como objetivo fomentar o conhecimento sobre os bens de valor cultural identificados no Centro Histórico através da utilização de placas, totens, painéis e maquetes, contendo informações como autoria, ano de construção, dentre outros.

A seguir serão apresentados os produtos do projeto de sinalização:

#### Placas nome logradouros

A primeira proposta refere-se a um elemento já presente na região, os postes contendo as placas com o nome dos logradouros e placas de publicidade. Propõe-se a pintura do poste metálico na cor preta já presente na proposta de pintura das luminárias, além da inserção de informações como a área de atuação da figura homenageada assim como seu ano de nascimento e falecimento, conforme a referência das placas do município do Rio de Janeiro.



Figura 73 - Proposta de sinalização de ruas. Arquivo do autor, 2015.

#### Totens Centro Histórico

Conforme a análise do item sistema viário e transportes na etapa levantamento, verificou-se que o ponto de ônibus localizado no pequeno largo no início da Rua do Comércio com a Rua Frei Inácio configura-se como uma dos principais pontos de acesso do Centro Histórico. Com base nessas observações e visando a ressignificação cultural da área propõe-se a instalação de um totem nessa área contendo um mapa do Centro Histórico além de informações gerais sobre a área como um pequeno histórico e fotografias. Outra área onde esse modelo de totem poder ser instalado é o limite sul da Praça Codrato de Vilhena, outro importante acesso ao Centro Histórico.



Figura 74 – Sinalização Museu Municipal Amadeu de Souza Cardoso (Amarante, Portugal) e Praça Sá da Bandeira (Santarém, Portugal). Fonte: [www.ietadesign.pt](http://www.ietadesign.pt), 2015.

### Sinalização do patrimônio cultural

Propõe-se a instalação de elementos de sinalização nos bens de valor cultural tombados pelo IPHAN e Estado, além dos bens identificados como passíveis de tombamento municipal na proposta 02. Para as edificações tombadas pelo IPHAN e as praças propõe-se a instalação de pequenos totens contendo além de informações como nome do bem, endereço, ano de construção e autoria, um breve resumo histórico com fotografias. Já para as demais edificações tombadas é proposta a instalação placas de dimensões reduzidas, de formato circular com diâmetro de no máximo 40cm, evitando que o elemento de sinalização interfira negativamente na composição da fachada, devendo conter informações como o endereço do bem, ano de construção, órgão de proteção (IPHAN, INEPAC, Município) além de informações consideradas importantes, tendo como referências as placas implantadas pelo Instituto Rio Patrimônio da Humanidade no município do Rio de Janeiro.



Figura 75 – Sinalização Praça Tiradentes em Ouro Preto/MG e Placas do Patrimônio Cultural Carioca no Rio de Janeiro/RJ. Fonte: [www.jornalvozativa.com](http://www.jornalvozativa.com) e *Jornal O Globo*, 2015.

### Projeto de Identidade Visual do Centro Histórico de Angra dos Reis/RJ

Antes da produção destes diversos produtos, deverá ser elaborado um projeto de identidade visual para o Centro Histórico de Angra dos Reis/RJ definindo elementos gráficos como um logotipo que sintetize a área além de padrões cromáticos e tipográficos, conforme o estudo elaborado pelo autor.



**Figura 76 - Proposta de logotipo para Plano de Preservação. Representação produzida pelo autor, 2015.**

De uma forma geral, tanto o projeto de sinalização cultural quanto as propostas de pavimentação, mobiliário urbano e organização dos toldos e letreiros, além de buscarem uma requalificação ambiental e a valorização seu valor cultural buscam também delimitar a área.

Para viabilizar as ações de adequação de toldos, letreiros e equipamentos mecânicos apresentadas na proposta 02 assim como as ações da Proposta 03, propõe-se tomar como referência a estrutura gestora do projeto revitalização da Rua Vidal Ramos (2012), via localizada no Centro Histórico de Florianópolis/SC, que exemplifica como a sinergia de diferentes atores pode proporcionar melhorias para a vitalidade de ruas comerciais, áreas que sofreram um processo de enfraquecimento a partir do advento dos shoppings centers.

A partir de uma ação inicial dos lojistas formou-se uma parceria público privada que integrou instituições como a Associação Comercial e Industrial de Florianópolis (ACIF), a Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (FECOMÉRCIO), a Federação das Associações Empresariais de Santa Catarina (FACISC), o Serviço Brasileiro de Apoio à Pequena e Micro Empresa (SEBRAE), Prefeitura Municipal de Florianópolis (PMF) e o

Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF) visando a elaboração de um projeto de melhoria do espaço público e da paisagem da região, buscando assim aumentar sua atratividade como ponto comercial.



**Figura 77 - Revitalização da Rua Vidal Ramos (antes e depois). Fonte: [vidalramosopenshopping.com](http://vidalramosopenshopping.com)**

Dentre as principais ações projetadas e executadas destacam-se: a ampliação e reforma das calçadas, para atender normas de acessibilidade e, tornar o caminhar mais seguro e agradável; implantação de mobiliário urbano (bancos, lixeiras e totens), de forma a oferecer maior conforto; permissão para bares e restaurantes implantarem mesas e cadeiras nas calçadas respeitando uma faixa de 80cm junto as fachadas ou em locais aprovados pelo Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF); reforma das fachadas das lojas, que receberam nova pintura e placas padronizadas para facilitar sua identificação; pavimentação intertravada da via para induzir os veículos à diminuição da velocidade e torná-la mais segura; reforma do sistema de drenagem e aterramento dos cabos de energia elétrica e telefonia, tornando a paisagem mais bela e atrativa.

Com relação a participação de cada um dos atores envolvidos, os lojistas ficaram responsáveis pelo custeio da remodelação das fachadas e implantação dos toldos metálicos. O poder público municipal ficou responsável pela elaboração do projeto de urbanização (pavimentação, drenagem, iluminação), mobiliário urbano e comunicação visual através do Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF) e pela contratação da execução das obras de troca de tubulação subterrânea, alargamento das calçadas e pavimentação. O Serviço Brasileiro de Apoio à Pequena e Micro Empresa (SEBRAE) viabilizou o alinhamento da estratégia, organização, gestão e comunicação do empreendimento e realizou programa de treinamento e capacitação com lojistas e funcionários para atendimento geral e cursos de vitrinismo. Com relação às organizações do setor comercial, a Associação Comercial e Industrial de Florianópolis (ACIF) patrocinou todo o novo mobiliário urbano implantado na via enquanto que a Federação do Comércio de

Bens, Serviços e Turismo (FECOMÉRCIO) e a Federação das Associações Empresariais de Santa Catarina (FACISC) deram apoio institucional do projeto.

Após a implantação do projeto foram obtidos importantes resultados como o já aguardado aumento do fluxo de pessoas, que geraram numa melhoria dos resultados financeiros das empresas participantes, além da mobilização e união dos lojistas; qualificação profissional dos profissionais de atendimento e vendas e a criação de uma agenda de eventos de rua em datas comemorativas.



Figura 78 - Revitalização da Rua Vidal Ramos (eventos). Fonte: [www.vidalramosopenshopping.com](http://www.vidalramosopenshopping.com)

#### **Proposta 04 – Inserção da “nova arquitetura”.**

Para garantir a preservação dos elementos que configuram o patrimônio cultural urbano da Rua do Comércio, também será preciso considerar o caráter evolutivo inerente ao ambiente urbano incorporando a inserção de novas linguagens como a arquitetura contemporânea. Embasado pela visão de Robert Pane que considera a inserção de novas arquiteturas em sítios de valor cultural uma questão de “qualidade projetual” (RUFINONI, 2013), é proposto que o poder público municipal em parceria com instituições representativas dos arquitetos e urbanistas como o CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo) e as Instituições de Ensino Superior (IES) promova ações como seminários, oficinas e palestras para discutir com os arquitetos da região estratégias projetuais de inserção dessa nova arquitetura respeitando as pré-existências sem cair em soluções como pastiches ou propostas de contraste negativo.

Como condicionantes para a produção dessa nova arquitetura na Rua do Comércio ficariam estabelecidos além dos parâmetros urbanísticos constantes na proposta 01 (limite de gabarito, altura máxima, taxa de ocupação e alinhamento), importantes elementos de

preservação das características volumétricas do ambiente urbano, o posicionamento crítico dos arquitetos responsáveis pelos projetos com relação aos elementos configurativos do conjunto edificado existente como a composição das fachadas (embasamento, corpo e coroamento) e suas relações de cheios e vazios (ritmo, predominâncias), tendo a liberdade de optar por soluções que busquem relações de “analogia” ou “contraste” conforme Ignasi de Solà-Morales debate no texto “Do contraste à analogia – novos desdobramentos do conceito de intervenção arquitetônica. (In: NESBITT, 2006).

Para que a avaliação desses projetos considera tanto o atendimento aos elementos normativos de respeito à pré-existência quanto aos aspectos qualitativos do projeto em relação ao discurso dessa nova arquitetura, é preciso que o quadro técnico do setor de licenciamento de projetos do poder público municipal seja provido de uma equipe de profissionais capacitados através de cursos promovidos em parcerias com IES.

Para ilustrar como a inserção dessa nova arquitetura pode ser realizada de forma harmônica foram elaborados pelo autor duas simulações de composição de fachada para o único lote vazio da Rua do Comércio situado entre os nº66/72 e 84, imóvel sem numeração identificada. Para a formulação de ambas as simulações foram analisados registros fotográficos da edificação que ocupou o lote até a década de 1990, a leitura do entorno imediato e a utilização de um gabarito de 3 pavimentos.



**Figura 79 - Localização e recorte de foto (meados do século XX) mostrando a edificação hoje demolida. Fonte: Arquivo do autor (Rafael Azevedo) e Site Angranews.**

Na simulação 01 adotou-se uma relação de “analogia” através do resgate dos elementos de composição da fachada demolida (ritmo dos vãos, portas sacada no 2º pavimento, entretanto, empregando “simplificações” inerentes a linguagem contemporânea, como o trabalho de coroamento em platibanda reta, guarda-corpo em gradil simples e esquadrias em vidro.



**Figura 80 - Simulação de fachada 01. Representação produzida pelo autor (Rafael Azevedo) 2015.**

Já na proposta 02 buscou-se estabelecer uma relação de contraste com o entorno através da estruturação de sua fachada assim que incorpora novos elementos como a composição assimétrica e o usos de novos revestimentos como um grande painel de ripas de madeira. Apesar da opção pelo contraste a proposta não desconsidera por completo as relações volumétricas existentes no entorno ao utilizar elementos como o ritmo dos vãos no segundo pavimento e a composição de sua fachada que apresenta claramente embasamento, corpo e coroamento.



**Figura 81 – Simulação de fachada 02. Representação produzida pelo autor (Rafael Azevedo) 2015.**

### **Proposta 05 – Projeto de Restauração da Praça General Osório**

Com relação à Praça General Osório, em virtude de seu valor histórico: sendo um dos espaços livres públicos mais antigos do Centro Histórico - e valor artístico: tendo seu projeto paisagístico atribuído ao paisagista Roberto Burle Marx, propõe-se além do seu tombamento, a reconstituição das espécies vegetais propostas no projeto original visando resgatar a unidade do projeto paisagístico. Também é proposta a recuperação da função original do Chafariz Marquês de Herval através da renovação das tubulações de hidráulica e instalação de um pequeno espelho d'água em sua base, resgatando seu papel de destaque como elemento de composição da praça. Além destas ações, também é proposta a instalação de painéis informativos sobre o projeto paisagístico e seu autor, além de placas identificando as espécies vegetais.

### **Proposta 06 – Produção de material gráfico e textual (Portal Patrimônio Cultural)**

Esta proposta tem como objetivo servir como um “projeto piloto” para todo o Centro Histórico. Visa a criação de material gráfico e textual sobre o patrimônio cultural urbano da região e a produção de um portal eletrônico sobre o Patrimônio Cultural de Angra dos Reis/RJ. Segue abaixo uma relação dos produtos a serem gerados a partir do trabalho na área de estudo:

- Disponibilização de mapas e fotos históricas.
- Mapa interativo e inventários dos bens tombados e preservados apresentando dados como localização, descrição estético-estilística, ano de construção, autoria do projeto e informações relevantes.
- Mapa Interativo contendo a evolução urbana do Centro Histórico através de bases cartográficas, maquetes digitais, fotografias e textos.
- Infográficos com a evolução urbana das Praças da Região através de desenho técnico, maquetes digitais, fotografias e textos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta dissertação foi possível apresentar o valor cultural presente nos espaços públicos e edificações do Centro Histórico de Angra dos Reis, servindo como suporte de identidade e memória social do município. Todavia, as leituras realizadas a partir dos dados obtidos no diversos levantamentos realizados sobre a área de estudo, evidenciam que sua dimensão cultural é pouco valorizada em prol de questões econômicas, gerando um cenário de grande descaracterização de seu conjunto edificado iniciado na metade do século passado, ganhando força a partir da revogação do Decreto Municipal de preservação em 2008. Diante da atual conjuntura são necessárias ações em prol de sua preservação e valorização de forma integrada ao planejamento urbano do município, sendo a preservação do patrimônio cultural das cidades brasileiras uma das diretrizes da política urbana instituída através do *Estatuto das Cidades* (Lei nº 10257 de Julho de 2001).

As dificuldades identificadas para sua preservação assemelham-se as mesmas problemáticas encontradas em diversos países latino-americanos, principalmente no que tange ao equilíbrio entre as pressões sobre o valor do solo e a conservação de seu patrimônio, assim como as dificuldades e desvios conceituais sobre a significância cultural destas áreas e os elementos que as constituem, demonstrando a falta de aplicação das importantes contribuições como as cartas patrimoniais relativas aos sítios históricos urbanos, que além de apresentarem definições produzidas a partir de debates internacionais, também estabelecem importantes diretrizes para a identificação e preservação destas áreas.

Neste contexto é proposta a elaboração de um Plano de Preservação para o Centro Histórico de Angra dos Reis, a ser elaborado pelo poder público municipal com a participação popular desde as etapas de levantamento e diagnósticos até a elaboração do plano de ações e posterior monitoramento, visando a preservação dessa importante área urbana de valor patrimonial.

Ciente do caráter multidisciplinar e participativo deste instrumento, o trabalho objetiva estabelecer uma metodologia para sua elaboração fundamentada a partir de importantes contribuições nacionais como os trabalhos: “Planos de Preservação de Sítios Históricos Urbanos: termo geral de referência” do IPHAN, “Planos de Preservação: Um instrumento necessário” de Leonardo Marques Mersentier, Projeto Corredor Cultural e Programa de Recuperação Orientada do Morro da Conceição no Rio de Janeiro/RJ, Programa de

Recuperação do Centro Histórico de Salvador/BA e o Plano Estratégico de Reabilitação da área Central de Porto Alegre/RS.

A partir das análises dos citados trabalhos em conjunto com as leituras do local de estudo foi possível estruturar um método de elaboração de um Plano de Preservação para o Centro Histórico de Angra dos Reis, que têm sua viabilidade demonstrada através do trabalho de análise e proposição da área de estudo denominada “Rua do Comércio e Praças Adjacentes” (Praça General Osório, Codrato de Vilhena e Silvestre Travassos) apresentada no capítulo 4 desta Dissertação. As análises das etapas de levantamento e diagnóstico além do plano de ações demonstram como o método proposto poderá ser aplicado em diferentes áreas do Centro Histórico, além de apresentarem quais produtos podem ser gerados visando à preservação do patrimônio cultural presente nestas áreas, com sua contribuição podendo estender-se a outras áreas urbanas de valor patrimonial do município como a Vila Histórica de Mambucaba.

Além das ações físicas e normativas apresentadas no plano de ações para a área de estudo, é de suma importância para a garantia da preservação do Centro Histórico de Angra dos Reis ações que objetivem sua valorização como objeto de valor cultural e a manutenção de sua vitalidade através do incentivo do uso residencial tendo como exceção a própria Rua do Comércio devido ao seu caráter eminentemente comercial.

É preciso que o poder público municipal se instrumentalize através da capacitação técnica dos profissionais responsáveis pela gestão do patrimônio cultural e licenciamento de obras e projetos assim como promova a realização de parcerias com órgãos estaduais e federais de proteção patrimonial como o IPHAN e o INEPAC assim como as Instituições de Ensino Superior públicas e privadas para a realização de trabalhos como inventários, palestras, workshops e cursos que poderão ser aos membros do Conselho Municipal de Cultura, Conselho Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente (CMUMA) e a própria população.

A disponibilização de conteúdos relativos à história urbana da região através de canais como sites e redes sociais, assim como a inclusão da história do município nas grades curriculares das escolas públicas e privadas são outros importantes instrumentos a serem utilizado pelo poder público objetivando a preservação da região por meio da educação.

Têm-se como expectativa que este trabalho sirva como um instrumento para que o poder público municipal e a população angrense possam adotar na agenda do desenvolvimento urbano de Angra dos Reis/RJ a preservação de seu patrimônio cultural, principalmente seu Centro Histórico, área urbana que ainda conserva através de elementos com a forma urbana e exemplares de linguagens históricas da arquitetura, uma importante parcela da história urbana deste município com mais de 500 anos que precisa ser preliminarmente reconhecida como um bem de valor cultural para que sua preservação seja garantida. Essas verdadeiras “permanências históricas”, marcas dos diversos períodos econômicos pelos quais o município passou, são bens de uma Angra que todo Angrense, ou apaixonado por ela, tem o direito de conhecer e vivenciar, e o dever proteger.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES FILHO, Deusdedith de Souza. **Angra dos Reis: monumentos históricos entre a indústria e o paraíso**. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

ANGRA DOS REIS (RJ). Prefeitura. Secretaria Municipal de Planejamento. **Legislação, cartografia e Informações Territoriais**. Angra dos Reis, 2000. 1 CD-ROM.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 6213 de 15 de setembro de 2008**: Estabelece normas e procedimentos para obtenção da isenção do IPTU, estabelecida na lei municipal n.º 2.021 de 18 de julho de 2008, e dá outras providências. Poder executivo, Angra dos Reis, 2008.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 2021 de 18 de julho de 2008**: Dispõe sobre a preservação de bens imóveis e a respectiva isenção de Imposto Predial e Territorial Urbano, e dá outras providências. Poder executivo, Angra dos Reis, 2008.

\_\_\_\_\_. **Angra dos Reis: população estimada 2015**. IBGE, 2015. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/>

\_\_\_\_\_. **Dados censitários IBGE 2010**. Angra dos Reis, 2010.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 431, de 28 de setembro de 1993**: Declara a preservação provisória de bens imóveis no Centro de Angra dos Reis. Poder executivo, Angra dos Reis, 1993.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 442, de 19 de outubro de 1993**: Retifica a redação do Anexo I do Decreto nº 431/L.O., de 28 de setembro de 1993.. Poder executivo, Angra dos Reis, 1993.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 5346 de 03 de Julho de 2007: Dispõe sobre a regulamentação do monumento tombado pelo patrimônio histórico nacional – Entorno da Igreja Matriz**. Angra dos Reis, 2007.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 1754, de 21 de dezembro de 2006**: Dispõe sobre o plano diretor municipal de Angra dos Reis. Poder executivo, Angra dos Reis, 2006.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 2091, de 23 de janeiro de 2009**: Dispõe sobre o zoneamento Municipal de Angra dos Reis. Poder executivo, Angra dos Reis, 2009.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 2092, de 23 de janeiro de 2009**: Dispõe sobre o uso e ocupação do solo de Angra dos Reis. Poder executivo, Angra dos Reis, 2009.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 2093, de 23 de janeiro de 2009**: Dispõe sobre o parcelamento do solo de Angra dos Reis. Poder executivo, Angra dos Reis, 2009.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 648/97: Dispõe sobre a Área Especial de Interesse Cultural, Ambiental, Turístico e de Utilização Pública da Vila do Abraão**. Angra dos Reis, 1997.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 821/97: Dispõe sobre a Área Especial de Interesse Cultural, Ambiental, Turístico e de Utilização Pública das Ilhas.** Angra dos Reis, 1999.

\_\_\_\_\_. **Plano Diretor da cidade através da Lei nº162 de 12 de dezembro de 1991.** Angra dos Reis, 1991.

\_\_\_\_\_. **Relatório sobre a revisão do Decreto Municipal 431/93, que trata da preservação de imóveis no Centro Histórico.** Angra dos Reis, 2001.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento urbano: Gerência de Planejamento Territorial. **Revisão dos imóveis preservados pelo Decreto 431/93.** Angra dos Reis, 2008.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento urbano: Gerência de Planejamento Territorial. **Projeto Centro Histórico.** Angra dos Reis, 1991.

BRAGA, PAULA MARQUES; SANTOS JÚNIOR, WILSON RIBEIRO DOS. **Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador: políticas públicas e participação social.** Risco: Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo (on line) , v. 10, p. 23-34, 2009.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado Federal, 1988.

\_\_\_\_\_. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 16 de julho de 1934.** Brasília, 1934. Disponível em: [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br). Acesso em: 15 de junho de 2006.

\_\_\_\_\_. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 16 de julho de 1934.** Brasília, 1934. Disponível em: [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br). Acesso em: 15 de junho de 2006.

\_\_\_\_\_. **Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.** Rio de Janeiro, 1937.

BRASIL. Ministério da cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Preservação de Sítio Histórico Urbano: Termo Geral de Referência.** Brasília, 2005.

BRASIL. Ministério da cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Plano de ação para cidades histórias: Patrimônio cultural e desenvolvimento social.** Brasília, 2009.

\_\_\_\_\_. **Lista de Bens Tombados e Processos em Andamento.** Brasília, 2015.

\_\_\_\_\_. **Estudos preservação do entorno de bens tombados Angra dos Reis.** IPHAN. Rio de Janeiro, 1981.

\_\_\_\_\_. **Parâmetros para colocação de anúncios e toldos no conjunto histórico e paisagístico tombado de Iguape/SP.** IPHAN. Rio de Janeiro, 2010.

\_\_\_\_\_. **Processo IPHAN nº1051-T-81.** IPHAN. Rio de Janeiro, 1981.

\_\_\_\_\_. **Tombamento Vila Histórica de Mambucaba.** IPHAN. Rio de Janeiro, 1969.

\_\_\_\_\_. **Tombamento Vila Histórica de Mambucaba.** IPHAN. Rio de Janeiro, 1969.

\_\_\_\_\_. Instituto do Programa Monumenta. **Manual de elaboração de projetos de preservação do patrimônio cultural.** Brasília, 2005.

CAPAZ, Camil. **Memórias de Angra dos Reis.** Angra dos Reis: edição do autor, 1996.

CARLOS, Claudio Antonio Santos Lima. **Áreas de Proteção do Ambiente Cultural (APAC): da idealização à banalização do patrimônio cultural – RJ.** Tese (Doutorado em Urbanismo) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

\_\_\_\_\_. **Renovação contida por formas históricas,** in I FORUM DE PATRIMÔNIO CULTURAL. Belo Horizonte: Escola de Belas Artes da UFMG; Escola de Belas Artes da UFMG, 2004.

CHOAY, Françoise. **O Urbanismo: Utopia e realidades de uma antologia.** São Paulo: Editora Perspectiva, 2005.

\_\_\_\_\_. **A alegoria do Patrimônio.** 4ª edição - São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006.

CURY, Isabelle (Org.). **Cartas patrimoniais.** Rio de Janeiro: IPHAN, 2001.

DOS REIS, Brasil. **Apontamentos para a história de Angra dos Reis.** Angra dos Reis: Conselho Municipal de Cultura, 1987.

DUARTE JUNIOR, Romeu. **Programa Monumenta: uma experiência em preservação urbana no Brasil.** Revista CPC, São Paulo, n. 10, p. 49-88, maio/out 2010.

ELETRONUCLEAR. **Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) da unidade 03 da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto.** Angra dos Reis, 2005. Disponível em: <http://www.eletronuclear.gov.br/>

GOOGLE. **Google Earth website.** <http://earth.google.com/>, 2015.

HARDY, Jorge Enrique; GUTMAN, Margarita; MUTAL, Sylvio. **Impacto de la urbanización em lós Centros Históricos de iberoamérica:** tendências y perspectivas. Madrid : Editorial MAPFRE, 1992.

IDEIAS, Instituto para o desenvolvimento da economia, do indivíduo, do ambiente e da sociedade. **Projeto Angra dos Reis 500 anos.** IDEIAS, 2004. Disponível em: <http://inventarioturistico.com.br/angra500/>

IPATINGA, Prefeitura Municipal de. **Lei nº 2.482, de 17 de setembro de 2008: Institui o Fundo Municipal de Proteção ao Patrimônio Cultural de Ipatinga – FUMPAC.** Ipatinga, 2008.

KÜHL, Beatriz Mugayar. **Preservação do patrimônio arquitetônico da industrialização: problemas teóricos de restauro.** Cotia (SP): Ateliê/Fapesp, 2009

LIMA, Leilliane Patrícia de. **Contribuição para a arqueologia histórica em Angra dos Reis: As fortificações em Ponta Leste – Um estudo de caso.** Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

MACEDO, M. A. M. **A concepção do Projeto Corredor Cultural do Rio de Janeiro: a participação de técnicos e intelectuais no processo de planejamento urbano.** In: **Seminário da História da Cidade e do Urbanismo**, 2004, Niterói. Anais VIII SCHU, 2004.

MACHADO, Lia Osorio. **Angra dos Reis: porque olhar para o passado?**, In Diagnóstico Sócio-Ambiental do Município de Angra dos Reis, Convênio FURNAS-UFRJ, Rio de Janeiro, 1995.

MENDES, Alípio. **A Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Angra dos Reis.** Angra dos Reis, 1986.

\_\_\_\_\_. **Angra dos Reis: Da criação da Vila até sua transferência para o local da atual cidade (1502-1624).** Angra dos Reis, 1995.

MESSENTIER, Leonardo Marques de ; **Plano de preservação: um instrumento necessário.** In: Evelyn Furquim Werneck Lima; Miria Roseira Maleque. (Org.). Espaço e cidade: conceitos e leituras.. Rio de Janeiro: 7 letras, 2004, v. , p. 57-68.

MICHAELIS. **Dicionário online Michaelis UOL. 2015.** Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/>

MOURE, L.B.R. **INBI-SU Resultados Parciais de Parati, Petrópolis e Praça XV.** In: Maria Rosa Correia. (Org.). Oficinas de Estudos da Preservação - Coletânea I. 1ªed.Rio de Janeiro: Iphan-Rio, 2008, v. 1, p. 241-250.

MOTTA, L. **Patrimônio urbano e memória social - uma avaliação sobre o descompasso entre discursos e ações de preservação.** In: CORREIA, M. R.. (Org.). Oficina de Estudos da Preservação - Coletânea I. 1ed.Rio de Janeiro: IPHAN-Rio, 2008, v. 1, p. 51-66.

PORTA G1. **Projeto em Angra dos Reis, RJ, homenageia poeta Brasil dos Reis.** Porta G1 (globo.com). Angra dos Reis, 06 de nov. de 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rj/sul-do-rio-costa-verde/noticia/2013/11/projeto-em-angra-dos-reis-rj-homenageia-poeta-brasil-dos-reis.html>>. Acesso em 10 de janeiro de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE (PMPA). **Síntese do Plano Estratégico: reabilitação da área central de Porto Alegre**, Porto Alegre, PMPA, 2010.

REIS, Nestor Goulart filho. **Quadro da Arquitetura no Brasil.** 11º edição, São Paulo: Editora Perspectiva, 2011.

RIEGL, Alois. **O culto moderno dos monumentos: a sua essência e a sua origem.** Tradução de Werner Rotschild Davidsohn & Anat Falbel. São Paulo: Perspectiva, 2014 [1903].

RIO DE JANEIRO. **Lei nº 161 de 45 de maio de 1980: Dispõe sobre o Conselho Municipal de Proteção ao Patrimônio Cultural do Rio de Janeiro e dá outras providências.** Rio de Janeiro, 1980.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 4141 de 14 de julho de 1983:** Aprova o PA 10.290 e o PAL 38.871 e fixa os limites da área abrangida pelo Corredor Cultural. Poder executivo, Rio de Janeiro, 1983.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 506 de 17 de janeiro de 1984:** Cria a Zona Especial do Corredor Cultural, de preservação paisagística e ambiental do Centro da Cidade, dispõe sobre o tombamento de bens imóveis na área de entorno, e dá outras providências. Poder executivo, Rio de Janeiro, 1984.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 971 de 4 de maio de 1987: Institui a Área de Proteção Ambiental (APA) composta pelos logradouros que menciona e dá outras providências.** Rio de Janeiro, 1987.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 7351 de 14 de janeiro de 1988: Regulamenta a Lei nº971, de 4 de maio de 1987, que institui a Área de Proteção Ambiental (APA) em parte dos bairros Saúde, Santo Cristo, Gamboa e Centro.** Rio de Janeiro, 1988.

\_\_\_\_\_. **Lei Complementar nº 16/1992: Plano Diretor Decenal da Cidade do Rio de Janeiro.** Poder executivo, Rio de Janeiro, 1992.

\_\_\_\_\_. **Morro da Conceição: da memória o futuro.** Rio de Janeiro, 2000.

RIOARTE. **Corredor Cultural:** Como recuperar, reformar ou construir seu imóvel. Rio de Janeiro: RIOARTE/IPLANRIO, 1985.

ROSSI, Aldo. **Arquitetura da Cidade.** São Paulo: Editora Martins Fontes, 2001

RUFINONI, M. R. **A relação antigo-novo no debate italiano dos anos 1950: questões em aberto na prática contemporânea.** In: IV Encontro Internacional sobre Preservação do Patrimônio Edificado ARQUIMEMÓRIA 4: A Dimensão Urbana do Patrimônio, 2013, Salvador. Anais do Arquimemória 4. Salvador: Departamento da Bahia do Instituto dos Arquitetos do Brasil, 2013.

SANTOS JUNIOR, W. R; BRAGA, P.M. **O programa de recuperação do Centro Histórico de Salvador e as lições das cartas patrimoniais.** Arqutextos, Vitruvius: São Paulo, 2009.

SEBASTIÃO, Ana Sofia Camoêsas. **Planeamento Estratégico para o Centro Histórico de Torres Vedras.** Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade de Lisboa, Lisboa, 2010.

SILVA, Maria Beatriz Setubal de Rezende. **Preservação na gestão das cidades.** Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, v. 24, p. 165-174, 1996.

SOLÀ-MORALES, Ignasi de. **Do contraste à analogia – novos desdobramentos do conceito de intervenção arquitetônica.** In: NESBITT, K. Uma nova agenda para a arquitetura – Antologia teórica 1965-95. São Paulo: Cosac Naify, 2006. p. 252-263.

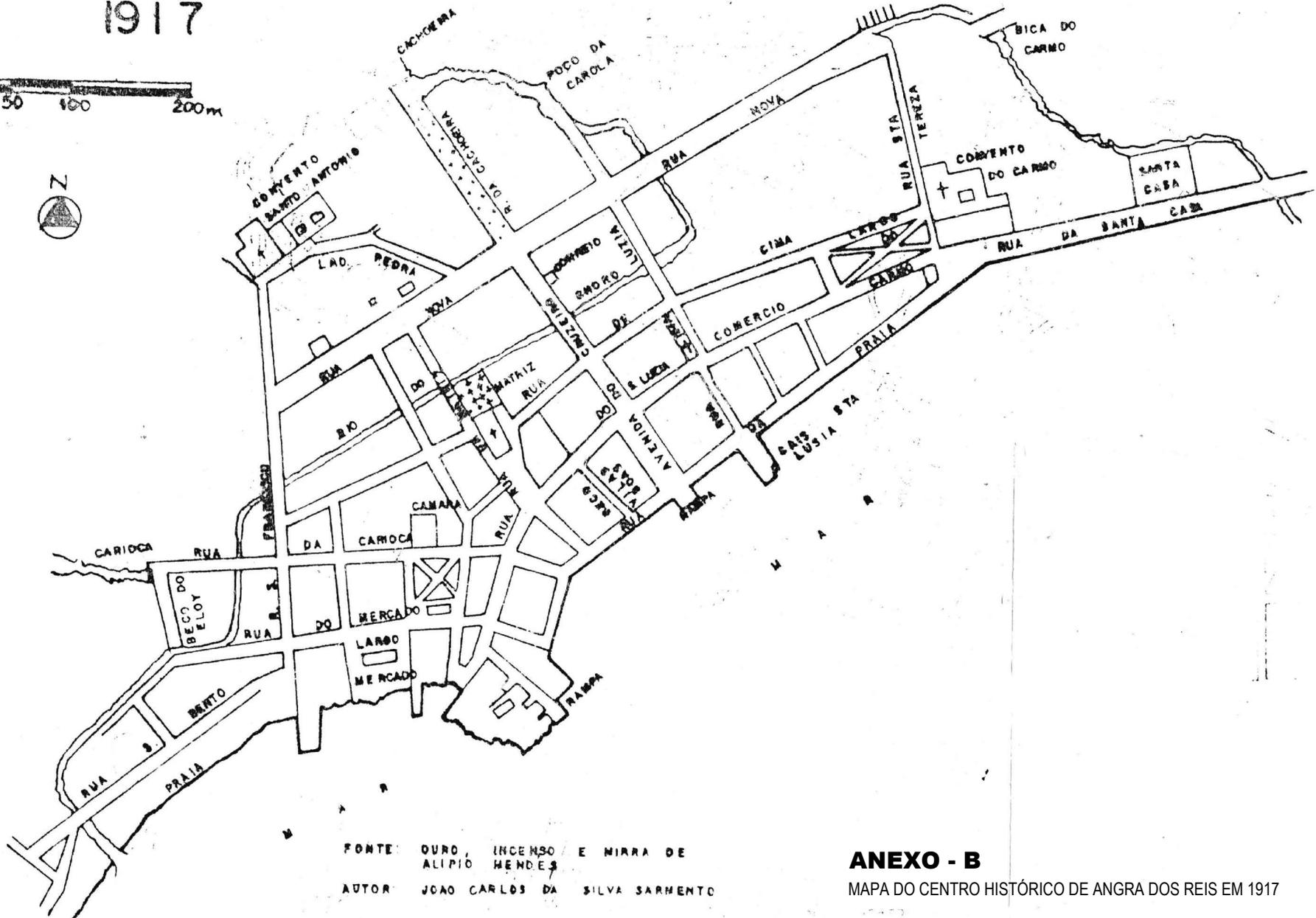
SOARES, ELENIR PEREIRA **Caracterização da precipitação na região de Angra dos Reis e a sua relação com a ocorrência de deslizamentos de encostas.** Dissertação – COPPE/UFRJ, Rio de Janeiro, 2005.

UNESCO. **Lista do patrimônio mundial no Brasil.** 2016. Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/culture/world-heritage/list-of-world-heritage-in-brazil/>>. Acesso em 10 de janeiro de 2015.

UNESCO. **Carta de Quito: Conclusões do Colóquio sobre a Preservação dos Centros Históricos frente ao crescimento das cidades contemporâneas.** Quito: Equador, 1977. Disponível em: <<http://icomoschile.blogspot.com.br/2007/09/carta-de-quito-1977.html>>. Acesso em 12 de janeiro de 2015.



# CENTRO DE ANGRA 1917



FONTE: OURO, INCENSO E MIRRA DE ALÍPIO MENDES  
 AUTOR: JOÃO CARLOS DA SILVA SARMENTO

## ANEXO - B

MAPA DO CENTRO HISTÓRICO DE ANGRA DOS REIS EM 1917

# CENTRO DE ANGRA 1941

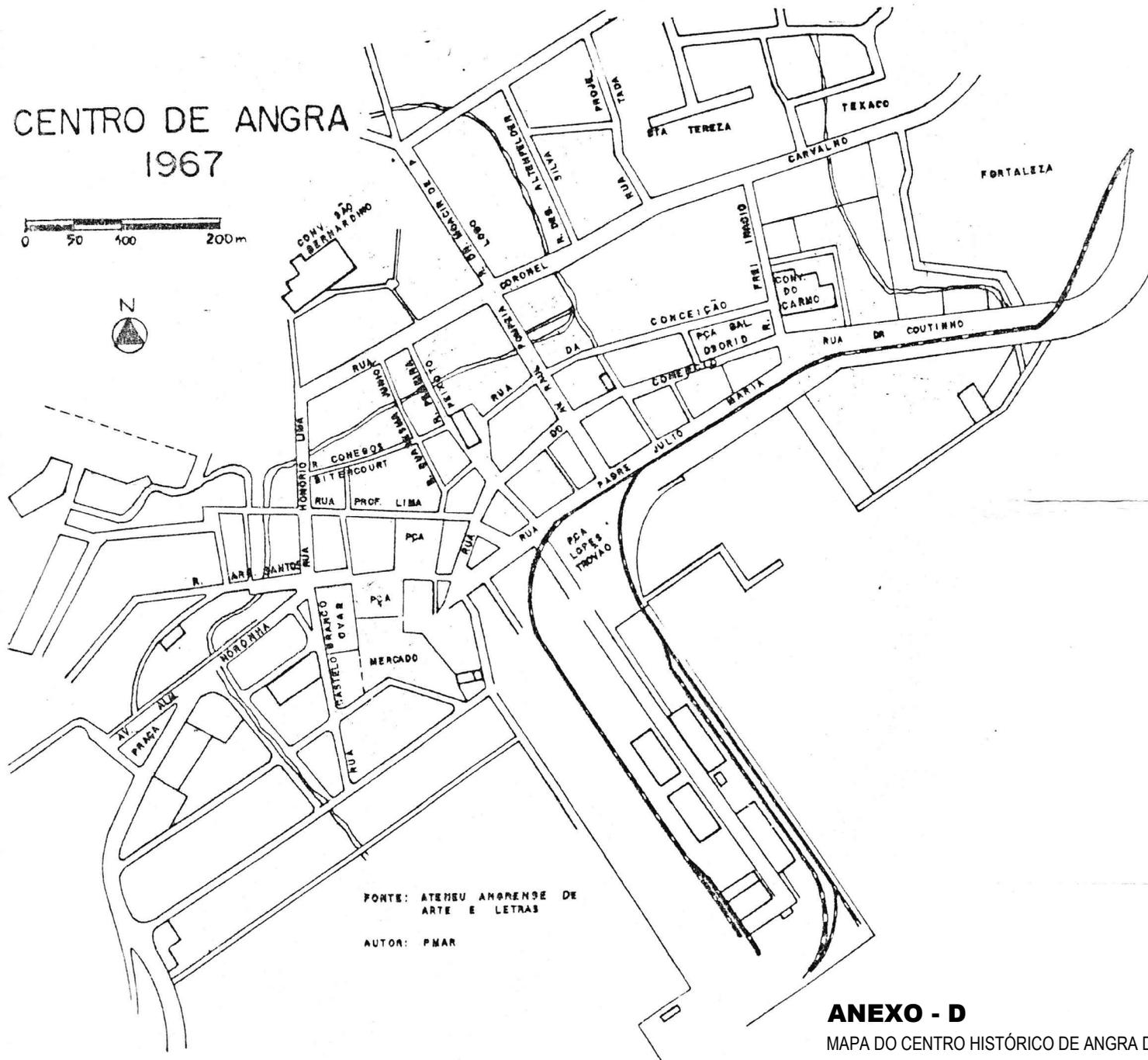
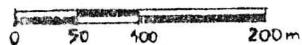
50 100 200 m



**ANEXO - C**

MAPA DO CENTRO HISTÓRICO DE ANGRA DOS REIS EM 1941

# CENTRO DE ANGRA 1967



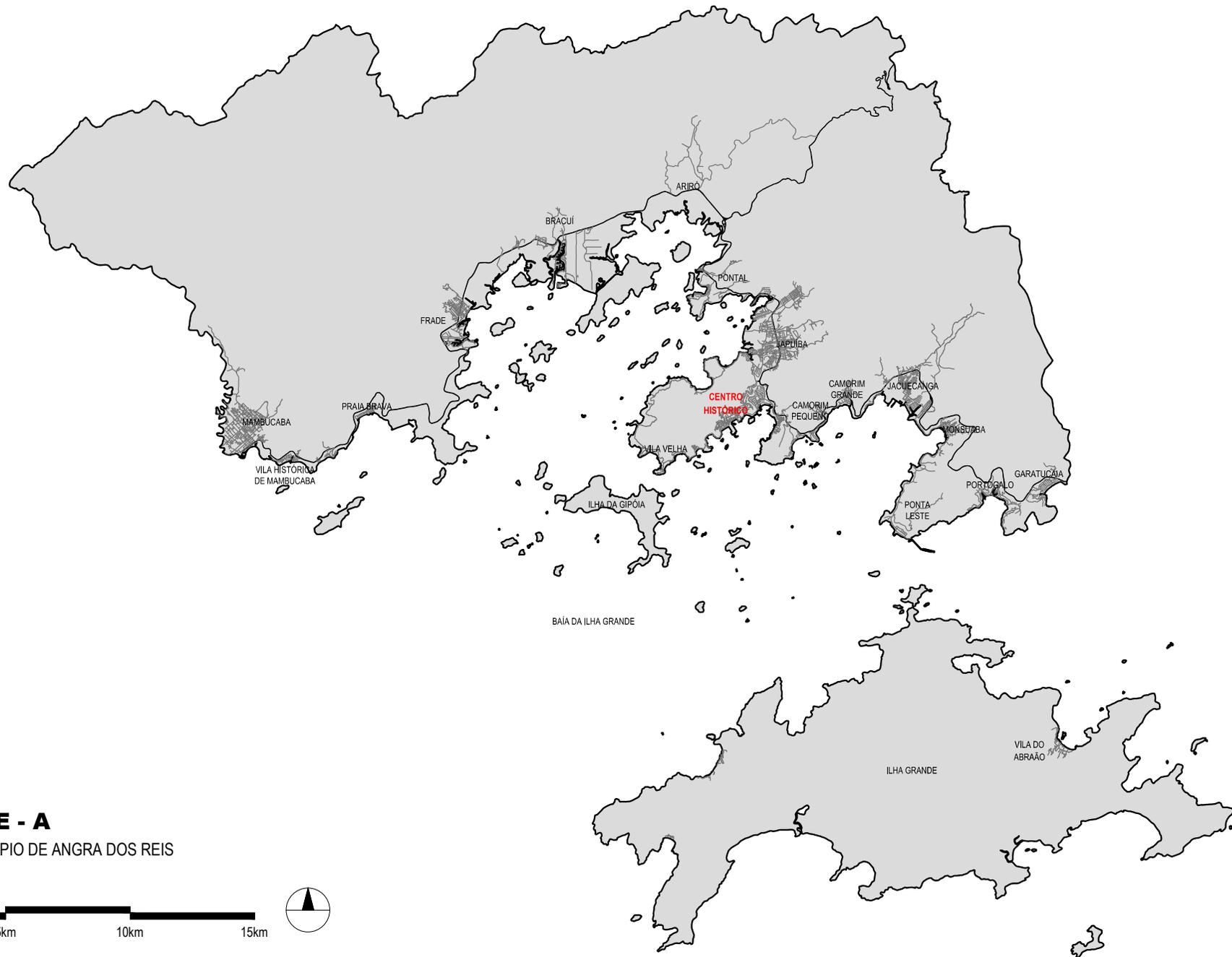
FONTE: ATERNEU AMARENSE DE  
ARTE E LETRAS

AUTOR: PMAR

## **ANEXO - D**

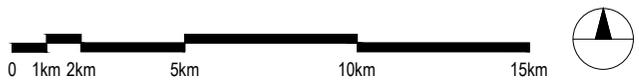
MAPA DO CENTRO HISTÓRICO DE ANGRA DOS REIS EM 1967

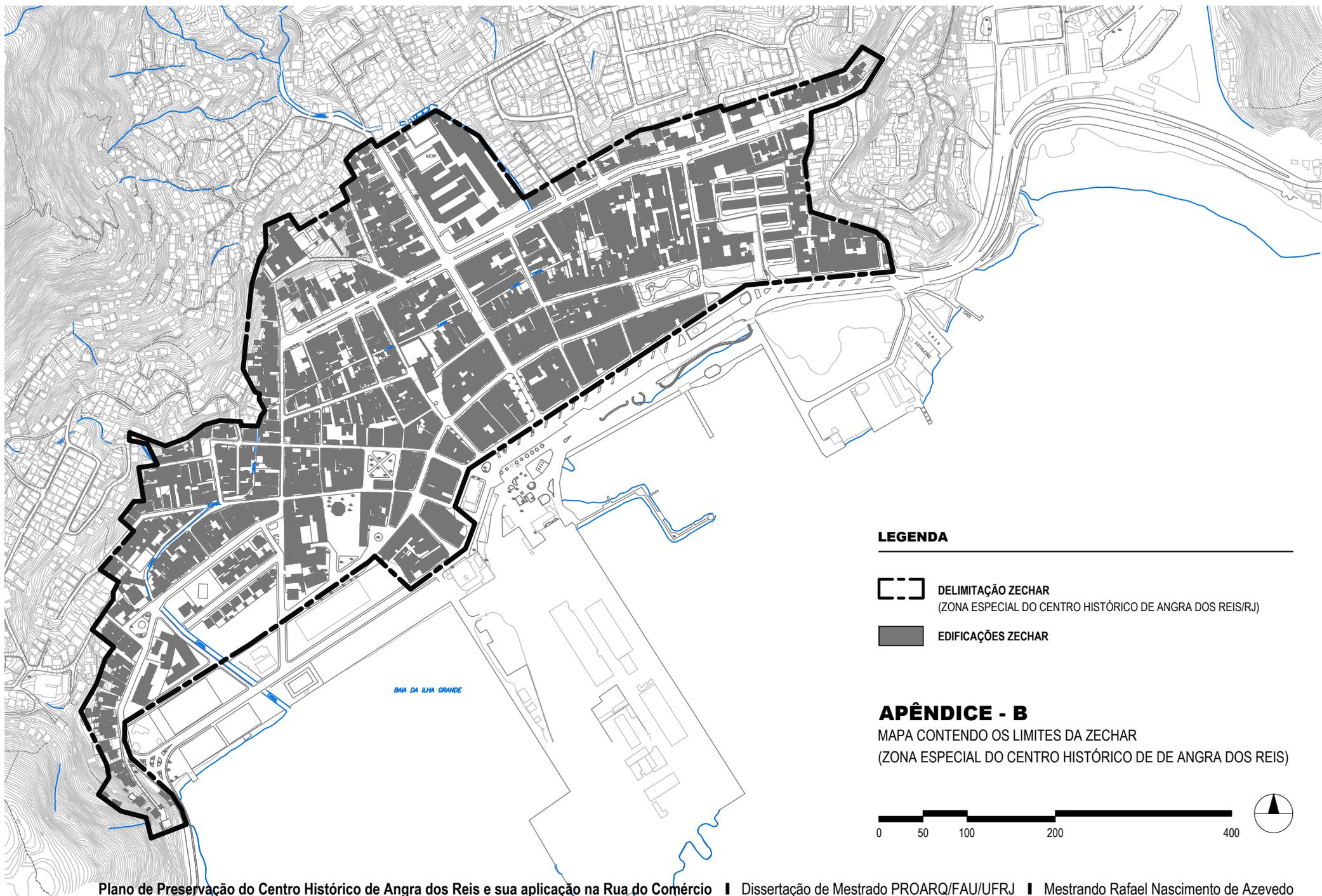




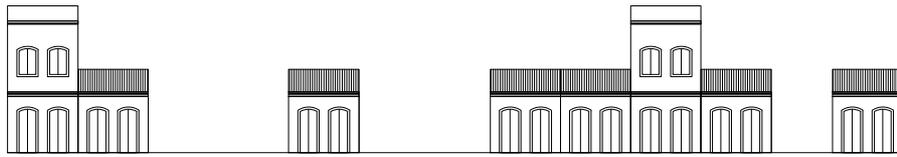
**APÊNDICE - A**

MAPA DO MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS





**APÊNDICE C**  
**EVOLUÇÃO DO CONJUNTO EDIFICADO DO CENTRO HISTÓRICO DE**  
**ANGRA DOS REIS/RJ**



PAISAGEM URBANA - CENTRO HISTÓRICO DE ANGRA DOS REIS/RJ  
**SÉCULOS XVIII**



CENTRO HISTÓRICO DE ANGRA DOS REIS/RJ  
**SÉCULO XIX**



CENTRO HISTÓRICO DE ANGRA DOS REIS/RJ  
**INÍCIO SÉCULO XX**



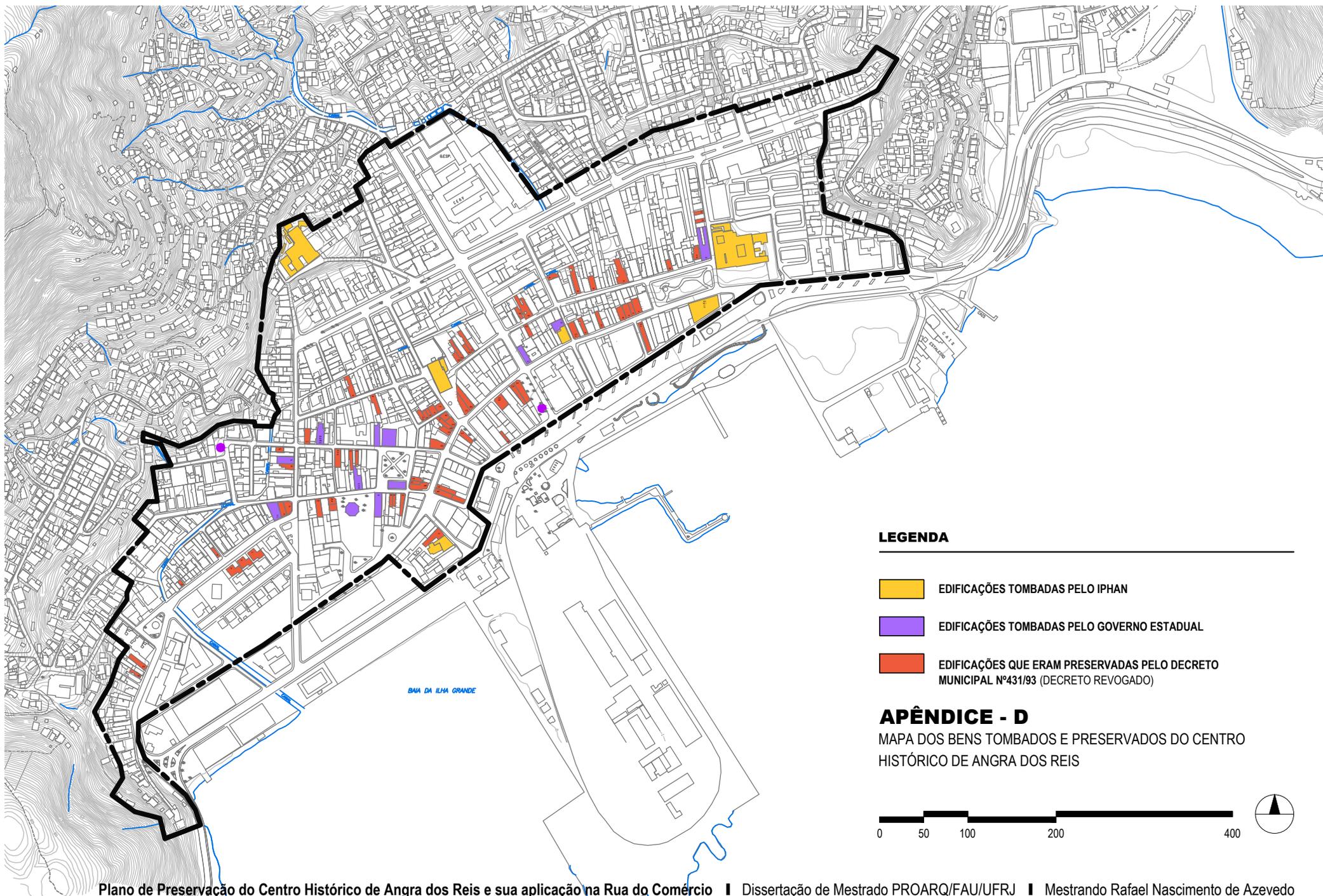
CENTRO HISTÓRICO DE ANGRA DOS REIS/RJ  
**METADE DO SÉCULOS XX**



CENTRO HISTÓRICO DE ANGRA DOS REIS/RJ  
**SÉCULO XXI - SITUAÇÃO ATUAL**



CENTRO HISTÓRICO DE ANGRA DOS REIS/RJ  
**PROGNÓSTICO**



**LEGENDA**

-  EDIFICAÇÕES TOMBADAS PELO IPHAN
-  EDIFICAÇÕES TOMBADAS PELO GOVERNO ESTADUAL
-  EDIFICAÇÕES QUE ERAM PRESERVADAS PELO DECRETO MUNICIPAL Nº431/93 (DECRETO REVOGADO)

**APÊNDICE - D**

MAPA DOS BENS TOMBADOS E PRESERVADOS DO CENTRO HISTÓRICO DE ANGRA DOS REIS





## APÊNDICE - E

### RELAÇÃO DE BENS TOMBADOS E PRESERVADOS NO CENTRO HISTÓRICO DE ANGRA DOS REIS

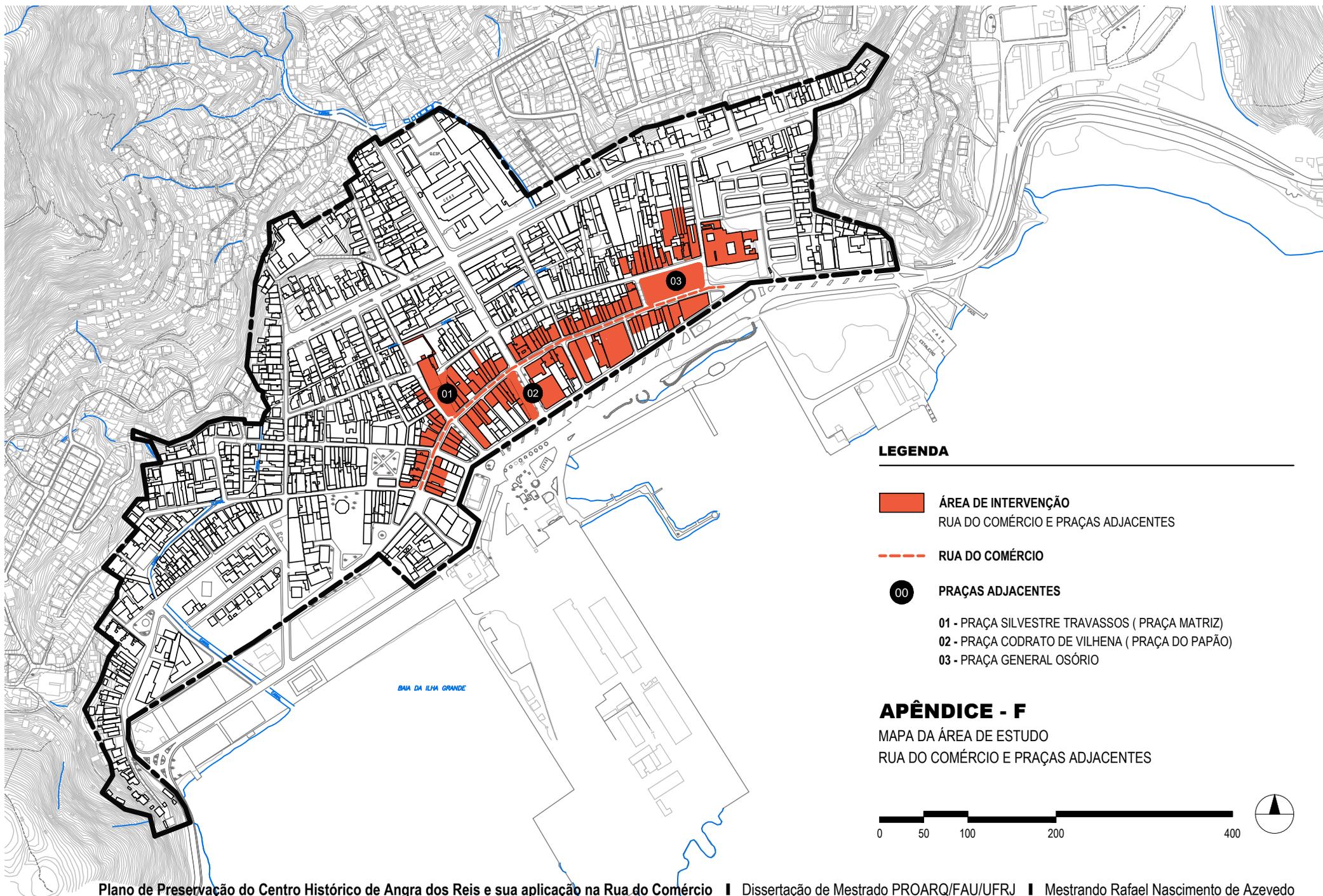
Bens Tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)		
Nº	Imóvel-Sítio	Endereço
1	Igreja da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo	Centro
2	Igreja de Nossa Senhora da Lapa da Boa Morte	Centro
3	Igreja de Santa Luzia	Centro
4	Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição	Praça da Matriz, Centro
5	Ruínas da Igreja e Convento de São Bernadino de Sena e Capela dos Terceiros, inclusive Cruzeiro Fronteiro	Morro do Santo Antônio
6	Sobrado à Praça General Osório, s/n	Praça General Osório, Centro
7	Sobrado à Praça General Osório, 3 a 13	Praça General Osório, Centro
8	Sobrado à Praça General Osório, 35	Praça General Osório, Centro
9	Sobrado à Praça General Osório, 19	Praça General Osório, Centro
Bens Tombados pelo Governo Estadual		
10	Chafariz da Saudade	Praça Codrato de Vilhena
11	Chafariz da Carioca	Rua José Riegeri
12	Mercado Municipal (Mercado Redondo)	Praça Duque de Caxias
13	Sede da Prefeitura Municipal	Rua Professor Lima
14	Sede da Câmara de Vereadores	Praça Nilo Peçanha
15	Sobrado na Rua Honório Lima, nº67	Rua Honório Lima
16	Sobrado na Rua Professor Lima, nº 150	Rua Honório Lima
17	Sobrado na Rua Professor Lima, nº 154	Rua Honório Lima
18	Sobrado na Rua Professor Lima, nº 200	Rua Honório Lima
19	Sobrado na Rua Professor Lima, nº 156	Rua Honório Lima
20	Sobrado na Travessa Santa Luzia, nº91	Travessa Santa Luzia
21	Sobrado na Av. Júlio César de Noronha, nº8	Av. Júlio César de Noronha
22	Sobrado na Av. Júlio César de Noronha, nº12	Av. Júlio César de Noronha
23	Sobrado na Av. Júlio César de Noronha, nº22	Av. Júlio César de Noronha
24	Casa na praça General Osório	Esquina da Rua Frei Inácio
25	Sobrado Dito Pensão da Maria	Rua Arcebispo Santos, nº20, 22 e 26
26	Casa Laranjeiras	Rua Arcebispo Santos, nº125
27	Casa de Cultura	Sobrado na Rua do Comércio, nº172 esquina com a Av. Raul Pompéia

### BENS PRESERVADOS PELO MUNICÍPIO ATÉ A REVOGAÇÃO DO DECRETO MUNICIPAL Nº 431/93 EM 2009\*

\* A relação abaixo trata-se das edificações consideradas conservadas através de um estudo realizado em 2009, antes da revogação do Decreto nº431/93. A relação original contém mais de 100 imóveis, todavia, muitos destes encontram-se completamente descaracterizados.

28	Rua Padre Júlio Maria, nº66	Rua Padre Júlio Maria
29	Rua do Comércio, nº22	Rua do Comércio
30	Rua do Comércio, nº30/30A	Rua do Comércio
31	Rua do Comércio, nº106	Rua do Comércio (Travessa Santa Luzia, nº72/80)
32	Rua do Comércio, nº322	Rua do Comércio (Rua Professor Lima, nº16)
33	Rua do Comércio, nº16/16A/16B	Rua do Comércio
34	Rua do Comércio, nº38	Rua do Comércio
35	Rua do Comércio, nº68/72	Rua do Comércio
36	Rua do Comércio, nº94/94A	Rua do Comércio
37	Rua do Comércio, nº201	Rua do Comércio (Praça Codrato de Vilhena, nº92/106/108)
38	Rua do Comércio, nº209	Rua do Comércio
39	Rua do Comércio, nº233/227	Rua do Comércio
40	Rua do Comércio, nº262	Rua do Comércio
41	Rua do Comércio, nº272	Rua do Comércio
42	Rua do Comércio, nº297	Rua do Comércio (Travessa Jordão Galindo, nº37)

43	Rua do Comércio, nº300	Rua do Comércio
44	Rua do Comércio, nº306	Rua do Comércio
45	Rua do Comércio, nº377	Rua do Comércio
46	Rua do Comércio, nº386	Rua do Comércio (Rua Arcebispo Santos, nº32)
47	Rua do Comércio, nº443	Rua do Comércio
48	Travessa Estevão Pereira, nº20	Travessa Estevão Pereira
49	Travessa Estevão Pereira, nº34	Travessa Estevão Pereira (Rua do Comércio, nº25)
50	Rua da Conceição, nº28	Rua da Conceição
51	Rua da Conceição, nº66	Rua da Conceição
52	Rua da Conceição, nº84	Rua da Conceição
53	Rua da Conceição, nº148	Rua da Conceição
54	Rua da Conceição, nº159	Rua da Conceição
55	Rua da Conceição, nº160	Rua da Conceição
56	Rua da Conceição, nº234	Rua da Conceição
57	Rua da Conceição, nº236	Rua da Conceição
58	Rua da Conceição, nº248	Rua da Conceição
59	Rua da Conceição, nº254	Rua da Conceição
60	Praça General Osório, nº56	Praça General Osório
61	Praça General Osório, nº16/20	Praça General Osório
62	Rua Teixeira Brandão, nº110	Rua Teixeira Brandão
63	Rua Teixeira Brandão, nº114	Rua Teixeira Brandão
64	Rua Cônegos Bittencourt, nº63	Rua Cônegos Bittencourt
65	Rua Cônegos Bittencourt, nº90	Rua Cônegos Bittencourt
66	Rua Honória Lima, nº59	Rua Honória Lima
67	Rua Dona Antônia de Vilhena, nº32	Rua Dona Antônia de Vilhena
68	Rua Antônio Carvalho de Miranda, nº32	Rua Antônio Carvalho de Miranda
69	Rua Antônio Carvalho de Miranda, nº50	Rua Antônio Carvalho de Miranda
70	Rua Antônio Carvalho de Miranda, nº66	Rua Antônio Carvalho de Miranda
71	Rua Professor Lima, nº109	Rua Professor Lima
72	Rua Professor Lima, nº117	Rua Professor Lima
73	Rua Professor Lima, nº172	Rua Professor Lima
74	Rua Professor Lima, nº207	Rua Professor Lima
75	Rua Arcebispo Santos, nº30	Rua Arcebispo Santos
76	Rua Arcebispo Santos, nº105/109	Rua Arcebispo Santos
77	Rua Arcebispo Santos, nº185.196	Rua Arcebispo Santos
78	Rua Arcebispo Santos, nº199	Rua Arcebispo Santos
79	Avenida Almirante Júlio César de Noronha, nº08	nº07)
80	Avenida Almirante Júlio César de Noronha, nº43	Avenida Almirante Júlio César de Noronha
81	Avenida Almirante Júlio César de Noronha, nº61	Avenida Almirante Júlio César de Noronha
82	Avenida Almirante Júlio César de Noronha, nº75	Avenida Almirante Júlio César de Noronha
83	Avenida Almirante Júlio César de Noronha, nº136	Avenida Almirante Júlio César de Noronha
84	Avenida Almirante Júlio César de Noronha, nº258	Avenida Almirante Júlio César de Noronha
85	Avenida Almirante Júlio César de Noronha, nº268	Avenida Almirante Júlio César de Noronha
86	Rua Dr. Bastos, nº32	Rua Dr. Bastos
87	Rua Pereira Peixoto, nº134	Rua Pereira Peixoto (Praça General Silvestre Travassos)
88	Rua Pereira Peixoto, nº146	Rua Pereira Peixoto (Praça General Silvestre Travassos)
89	Travessa Dr. Louzada, nº 13/17	Travessa Dr. Louzada
90	Travessa Dr. Louzada, nº 20	Travessa Dr. Louzada
91	Travessa Dr. Louzada, nº 26	Travessa Dr. Louzada
92	Travessa Dr. Louzada, nº 28	Travessa Dr. Louzada
93	Travessa Dr. Louzada, nº 32/34	Travessa Dr. Louzada
94	Rua Frei Inácio, nº 51	Rua Frei Inácio
95	Rua Frei Inácio, nº 59	Rua Frei Inácio
96	Travessa Remígio Vargas, nº 15	Travessa Remígio Vargas
97	Travessa Desembargador Ventura, nº 34/38/48	Travessa Desembargador Ventura



**LEGENDA**

- ÁREA DE INTERVENÇÃO**  
RUA DO COMÉRCIO E PRAÇAS ADJACENTES
- RUA DO COMÉRCIO**
- 00 **PRAÇAS ADJACENTES**  
 01 - PRAÇA SILVESTRE TRAVASSOS ( PRAÇA MATRIZ)  
 02 - PRAÇA CODRATO DE VILHENA ( PRAÇA DO PAPÃO)  
 03 - PRAÇA GENERAL OSÓRIO

**APÊNDICE - F**

MAPA DA ÁREA DE ESTUDO  
RUA DO COMÉRCIO E PRAÇAS ADJACENTES



## LEGENDA 01 - SITUAÇÃO



IGREJAS

- 01 - IGREJA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO (MATRIZ)
- 02 - IGREJA DE SANTA LUZIA
- 03 - IGREJA E CONVENTO DE NOSSA SENHORA DO CARMO



PRAÇAS

- 01 - PRAÇA SILVESTRE TRAVASSOS ( PRAÇA MATRIZ)
- 02 - PRAÇA CODRATO DE VILHENA
- 03 - PRAÇA GENERAL OSÓRIO

 EDIFICAÇÕES ÁREA DE ESTUDO



**Plano de Preservação do Centro Histórico de Angra dos Reis e sua aplicação na Rua do Comércio**  
Dissertação de Mestrado PROARQ/FAU/UFRJ  
Mestrando Rafael Nascimento de Azevedo

### APÊNDICE - G

PLANTA DE SITUAÇÃO  
RUA DO COMÉRCIO E PRAÇAS ADJACENTES



**Base cartográfica**  
Planta Cadastral Centro de Angra dos Reis (1991) -  
Prefeitura Municipal de Angra dos Reis/RJ

DESENHADO	DATA	ESCALA
RAFAEL	NOV/2015	1/1500



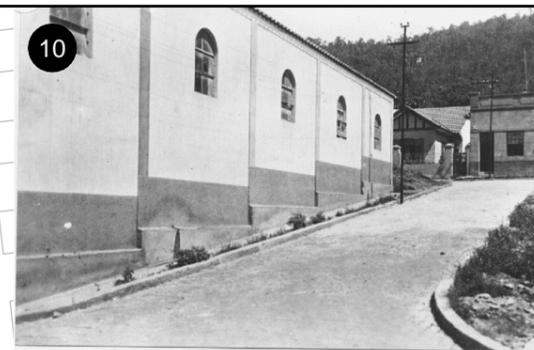
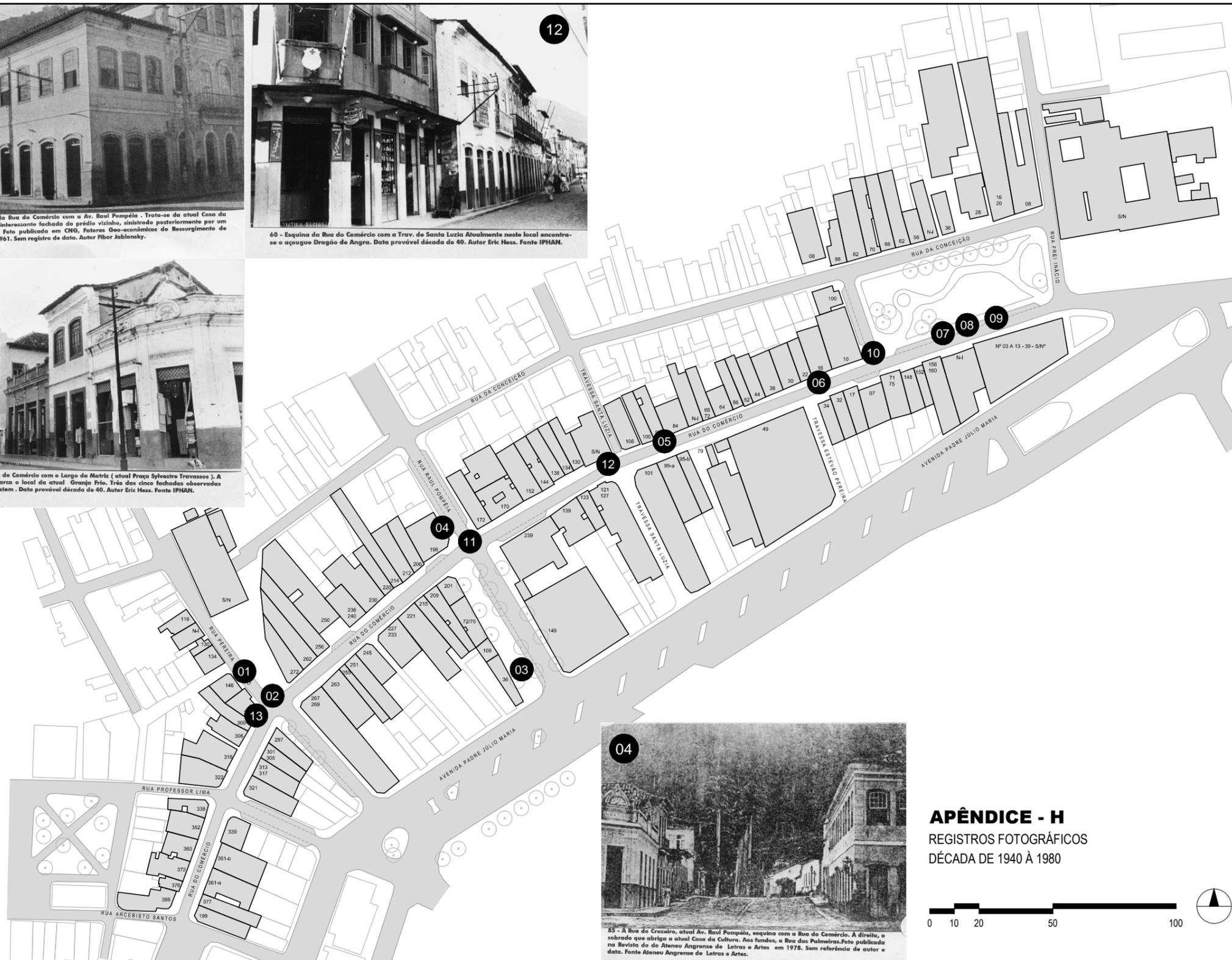
11 - Esquina da Rua do Comércio com a Av. Raul Pompéia. Trata-se da atual Casa da Cultura. Notar o interessante fachada do prédio vizinho, sinistrado posteriormente por um terrível incêndio. Foto publicada em CNO, Fatores Geo-econômicos do Ressurgimento de Angra dos Reis, 1961. Sem registro de data. Autor Fibor Jablonsky.



12 - Esquina da Rua do Comércio com a Trav. de Santa Luzia. Atualmente neste local encontra-se o açougue Dragão de Angra. Data provável década de 40. Autor Eric Hess. Fonte IPHAN.



13 - Esquina da Rua do Comércio com o Largo da Matriz ( atual Praça Sylvestre Travassos ). A loja da esquina marca o local da atual Granja Frio. Três das cinco fachadas observadas nesta foto ainda existem. Data provável década de 40. Autor Eric Hess. Fonte IPHAN.



10 - Praça General Osório. A lateral do prédio em primeiro plano abriga atualmente o Banco Bamerindus. Data provável década de 40. Autor Bellini. Fonte IPHAN.



09 - Praça General Osório com vista do Convento e Largo do Carmo e fachada do casarão. Foto publicada no livro Ouro Incenso e Mira, de Alípio Mendes. Sem registro de autor e data. Fonte Alneu Angrense de Letras e Artes.



08 - Praça General Osório. Vista do casarão que se prolongava da Rua da Conceição. Data provável década de 40. Autor Eric Hess. Fonte IPHAN.



07 - Praça General Osório. Vista do casarão que se prolongava da Rua da Conceição. Aos fundos Convento do Carmo. Data provável década de 40. Autor Eric Hess. Fonte IPHAN.



01 - Vista do Largo da Matriz. Observa-se o casarão à esquerda do Largo. Aos fundos, Convento São Bernardino. Foto publicada no livro Ouro, Incenso e Mira, de Alípio Mendes. Sem referência de autor e data. Provavelmente na década de 30. Fonte INHGB.



02 - Esquina da Rua do Comércio com o Largo da Matriz ( atual Praça Sylvestre Travassos ). As duas edificações mais próximas ainda existem. A da esquina abriga hoje um restaurante/funcionário. Na seguinte desde então funciona a tradicional Padaria do Comércio. Data provável década de 40. Autor Eric Hess. Fonte IPHAN.



04 - A Rua do Comércio, atual Av. Raul Pompéia, esquina com a Rua do Comércio. À direita, o sobrado que abriga a atual Casa da Cultura. Aos fundos, o Rua das Palmeiras. Foto publicada na Revista do Alneu Angrense de Letras e Artes em 1978. Sem referência de autor e data. Fonte Alneu Angrense de Letras e Artes.



03 - Antiga localização do Chafariz da Saudade, onde hoje é o cruzamento da Rua Padre Júlio Maria com a Praça Coronel de Vilhena, defronte ao atual Pagão Lanches ( atualmente este chafariz fica em frente ao antigo Mercado de Peixes ). Parte do sobrado à esquerda ainda existe ( onde hoje está instalada a loja Angra Color ). Aos fundos, vê-se a esquina da Rua do Comércio com a Rua do Comércio, atual Av. Raul Pompéia, tendo a Casa da Cultura à direita. Ao Centro em último plano, o Rua das Palmeiras. Foto publicada na Revista do Semana, RJ, em 09/11/1929. Sem registro de autor. Fonte INHGB.



05 - Trecho da Rua do Comércio compreendido entre a atual Trav. Estevão Pereira ( Baco do Tio Ivan ) e a Trav. de Santa Luzia. Notar o antigo alinhamento da Rua do Comércio. A



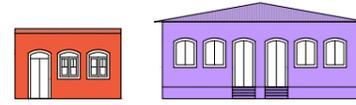
06 - Trecho da Rua do Comércio compreendido entre a atual Trav. Estevão Pereira ( Baco do Tio Ivan ) e a Praça Gal. Osório. À direita, percebe-se o conjunto ainda existente onde se abriga hoje uma mercearia, uma loja de colchões e o Boticário. Foto publicada na Revista do Alneu Angrense de Letras e Artes em Set. de 1978. Sem registro de autor e data. Fonte Alneu Angrense de Letras e Artes.

**APÊNDICE - H**  
REGISTROS FOTOGRÁFICOS  
DÉCADA DE 1940 À 1980

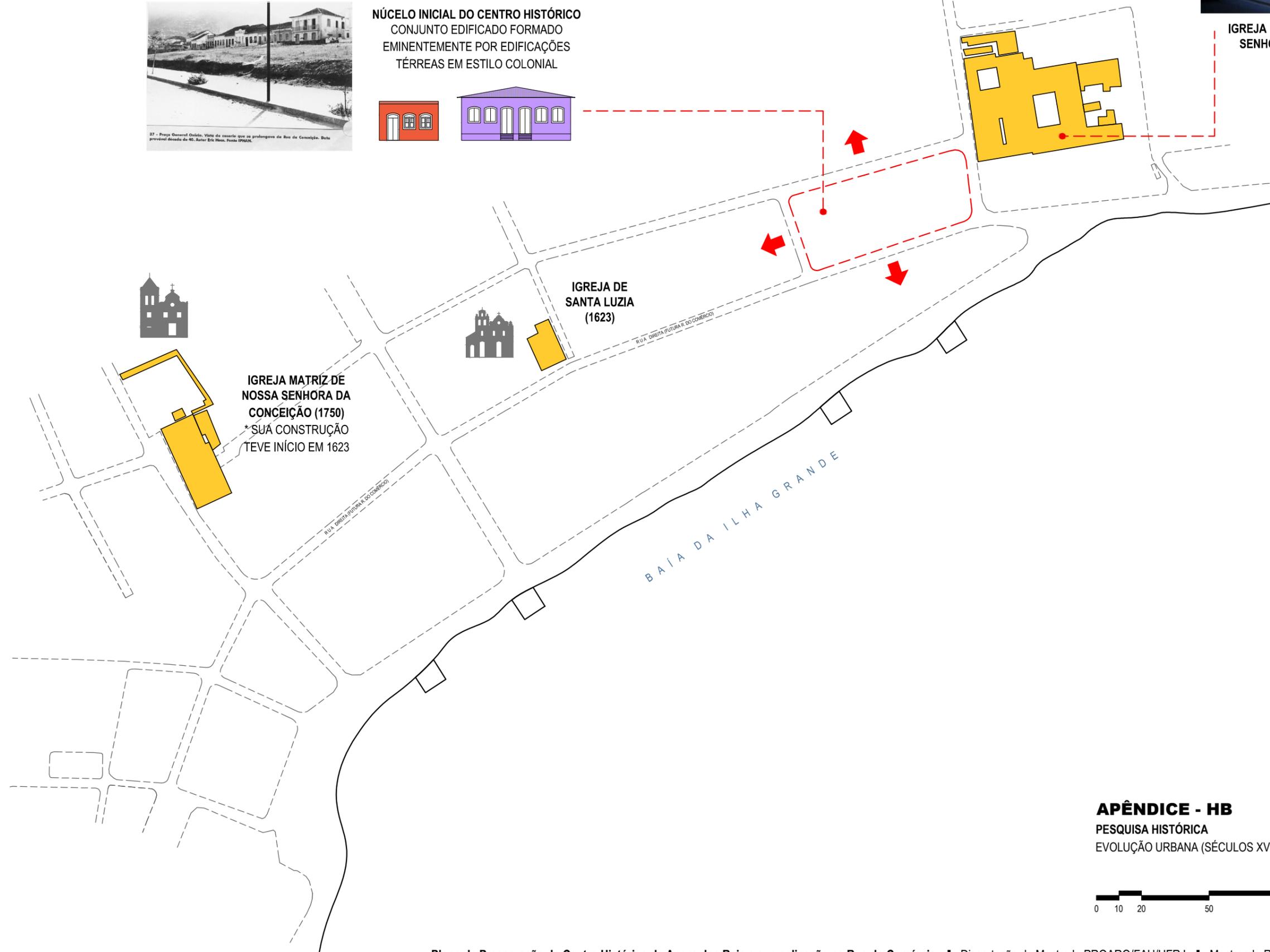


37 - Praça General Osório, Vista de casarão que se prolongava de Rua de Conceição. Data provável década de 40. Autor: Eric Neim. Fonte: IPHAN.

**NÚCLEO INICIAL DO CENTRO HISTÓRICO**  
 CONJUNTO EDIFICADO FORMADO  
 EMINENTEMENTE POR EDIFICAÇÕES  
 TÉRREAS EM ESTILO COLONIAL



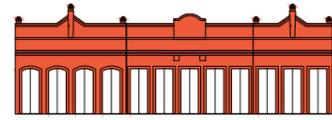
**IGREJA E CONVENTO DE NOSSA SENHORA DO CARMO (1593)**



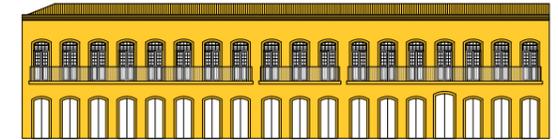
**APÊNDICE - HB**  
 PESQUISA HISTÓRICA  
 EVOLUÇÃO URBANA (SÉCULOS XVII E XVIII)



PROJETO PAISAGÍSTICO DE  
INFLUÊNCIA ECLÉTICO CLÁSSICA



SURGIMENTO DE NOVAS LINGUAGENS  
NO CONJUNTO EDIFICADO COMO O  
ECLETISMO



OS GANHOS PROVENIENTES DA ECONOMIA CAFFEIRA  
DURANTE SÉCULO XIX SE MATERIALIZAM ATRAVÉS DO  
CONJUNTO EDIFICADO DA RUA DO COMÉRCIO QUE PASSA À  
APRESENTAR EDIFICAÇÕES COM GRANDE TRABALHO DE  
ORNAMENTAÇÃO.



CONJUNTO EDIFICADO CARACTERÍSTICO DO SÉCULO XIX  
(REGISTRO FOTOGRÁFICO DÉCADA DE 1940)



O CONJUNTO EDIFICADO DO LADO ÍMPAR DA  
RUA DO COMÉRCIO APRESENTA UMA SÉRIE DE  
ARMAZÉNS DESTINADOS À ABRIGAR  
PRODUTOS DAS ATIVIDADES PORTUÁRIAS.

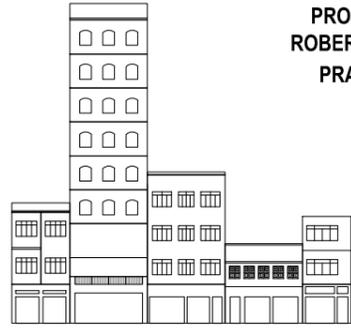
**APÊNDICE - HC**  
PESQUISA HISTÓRICA  
EVOLUÇÃO URBANA (SÉCULOS XIX - XX)



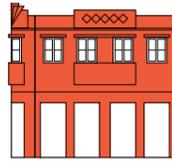
ALTERAÇÕES NA RUA DO COMÉRCIO  
(INÍCIO DO SÉCULO XXI)  
ACRÉSCIMO NA LARGURA DAS  
CALÇADAS, NOVA PAVIMENTAÇÃO E  
IMPLANTAÇÃO DE MOBILIÁRIO URBANO.



TRANSFORMAÇÕES NO CONJUNTO EDIFICADO  
DEMOLIÇÕES DE BENS DE VALOR CULTURAL,  
ACRÉSCIMOS DE GABARITO E LINGUAGENS  
CONTEMPORÂNEAS NO CONJUNTO EDIFICADO  
DA RUA DO COMÉRCIO À PARTIR DA SEGUNDA  
METADE DO SÉCULO XX

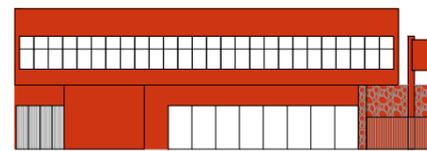


PROJETO PAISAGÍSTICO DE  
ROBERTO BURLE MARX PARA A  
PRAÇA GENERAL OSÓRIO  
(DÉCADA DE 1960)



SURGIMENTO DE NOVAS  
LINGUAGENS NO  
CONJUNTO EDIFICADO  
COMO O ART DÉCO

SURGIMENTO DE NOVAS LINGUAGENS NO  
CONJUNTO EDIFICADO COMO O MODERNISMO



OBRAS DE ATERRO NO  
FRONTE MARÍTIMO

OBRAS DE ATERRO E  
ACRÉSCIMO DO PORTO

**APÊNDICE - HD**  
PESQUISA HISTÓRICA  
EVOLUÇÃO URBANA (SÉCULOS XX E XXI)



# APÊNDICE - I

## MAPA DE USO DO SOLO



### LEGENDA

- RESIDENCIAL
- COMERCIAL
- PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS (SALAS COMERCIAIS)
- INSTITUCIONAL E AGÊNCIAS BANCÁRIAS
- RELIGIOSO
- HOTELARIA
- SAÚDE (HOSPITAL E POSTOS)
- CULTURA E LAZER
- ESTACIONAMENTO
- PRAÇAS, LARGOS E CANTEIROS
- SEM USO







**APÊNDICE - KB**  
**TIPOLOGIAS DO CONJUNTO EDIFICADO**  
**MAPA DE COBERTURAS**



**LEGENDA**

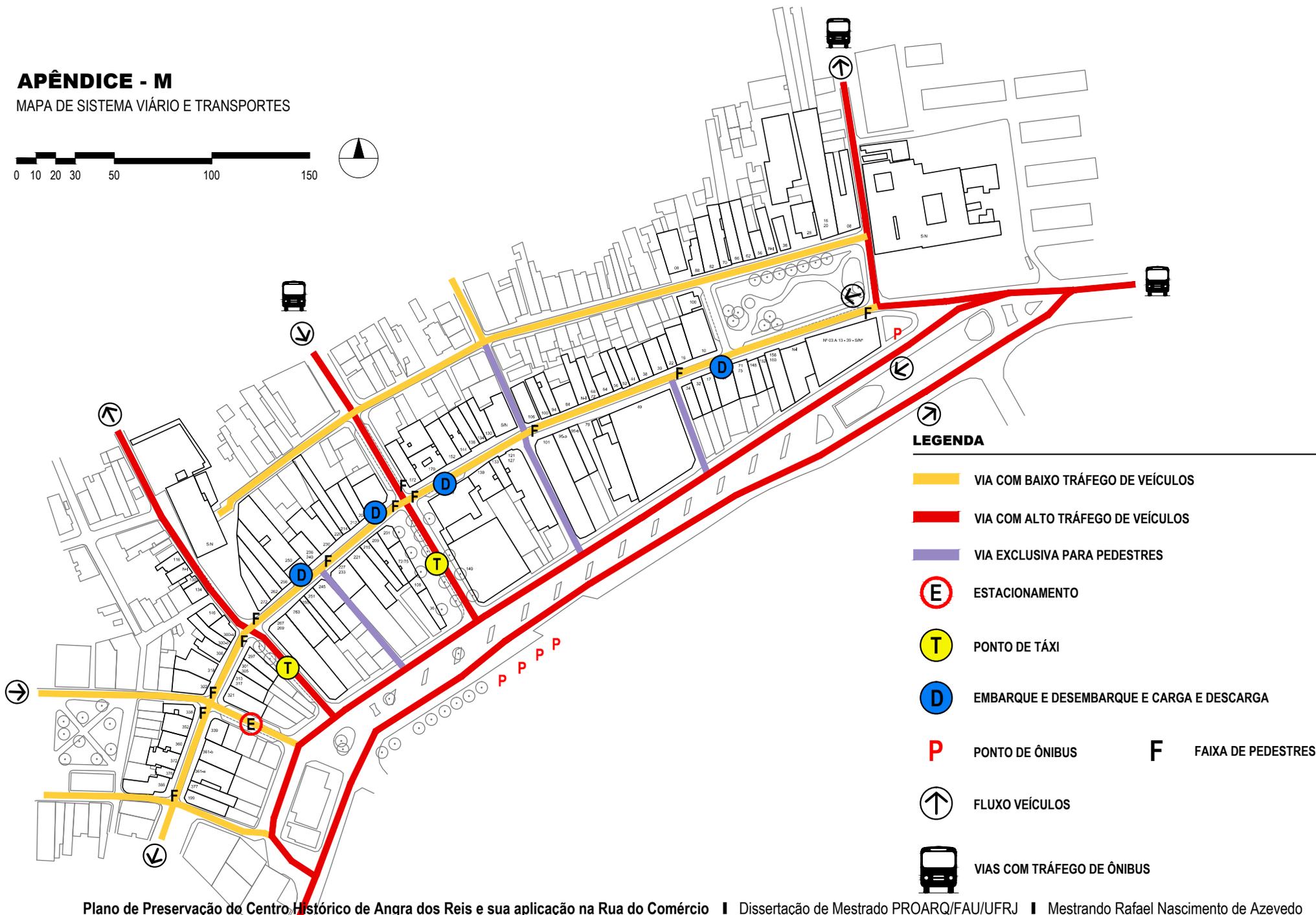
-  COBERTURA EM TELHA CERÂMICA
-  COBERTURA EM TELHA DE FIBROCIMENTO, LAJE DE CONCRETO E TELHA METÁLICA





# APÊNDICE - M

## MAPA DE SISTEMA VIÁRIO E TRANSPORTES



### LEGENDA

- VIA COM BAIXO TRÁFEGO DE VEÍCULOS
- VIA COM ALTO TRÁFEGO DE VEÍCULOS
- VIA EXCLUSIVA PARA PEDESTRES
- ESTACIONAMENTO
- PONTO DE TÁXI
- EMBARQUE E DESEMBARQUE E CARGA E DESCARGA
- PONTO DE ÔNIBUS
- FAIXA DE PEDESTRES
- FLUXO VEÍCULOS
- VIAS COM TRÁFEGO DE ÔNIBUS



## APÊNDICE - O

MAPA DE PROPORCIONALIDADE DOS VEÍCULOS DE PUBLICIDADE  
(LETREIROS, BANNERS)











# APÊNDICE - T

MAPA DE GABARITOS IPHAN (ESTUDO LIA MOTTA 1981)



## LEGENDA

- TOMBAMENTO IPHAN
- ÁREA NÃO EDIFICANTE
- 1 PAVIMENTO
- 2 PAVIMENTOS
- 3 PAVIMENTOS
- 4 PAVIMENTOS



ESTAÇÃO 01



VLE

VF

VLD

ESTAÇÃO 02



VF

VLD

ESTAÇÃO 03



VLE

VLD

ESTAÇÃO 04



VLE

VF

VLD

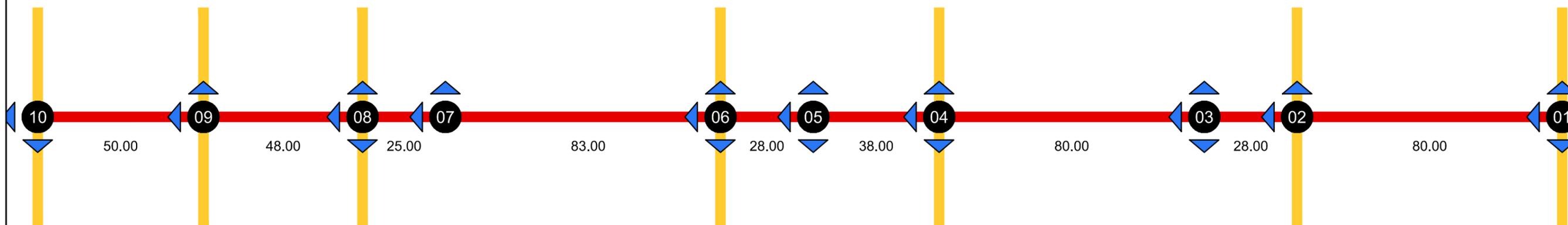
ESTAÇÃO 05



VLE

VF

VLD



PERCURSO : RUA DO COMÉRCIO (460,00 m)

ESTAÇÃO 06



VLE

VF

VLD

ESTAÇÃO 07



VF

VLD

ESTAÇÃO 08



VLE

VF

VLD

ESTAÇÃO 09



VF

VLD

ESTAÇÃO 10



VLE

VF

LEGENDA

PERCURSO (RUA DO COMÉRCIO)

RUAS TRANSVERSAIS A RUA DO COMÉRCIO

ESTAÇÕES

CAMPOS VISUAIS (ESTÍMULOS)

CAMPO VISUAL FRONTAL

CAMPO VISUAL LATERAL DIREITO

CAMPO VISUAL LATERAL ESQUERDO

APÊNDICE - UB

LEVANTAMENTO PERCEPTIVO

INFOGRÁFICO DAS ESTAÇÕES E MARCOS VISUAIS

## APÊNDICE - V

### Modelo Ficha de Identificação

#### Endereço

Nome popular:

Categoria:

Proposta de proteção:

Uso:

Filiação estilística:

Estado de Conservação:

Localização:



FOTOS

Descrição e justificativa para a proteção como bem patrimonial:



**FALSO HISTÓRICO**  
APESAR DA PROPOSTA SUGERIR CERTO DIÁLOGO COM SEU ENTORNO MEDIANTE A CONTINUIDADE NO RÍTMO DOS VÃOS DA EDIFICAÇÃO VIZINHA, O TRATAMENTO DADO ÀS MOLDURAS DOS VÃOS, ALÉM DA INEXISTÊNCIA DE REAS ABERTURAS (PORTAS E JANELAS) CARACTERIZAM A INTERVENÇÃO COMO DE CARÁTER MERAMENTE "SENSACIONAL". A PRIMAÇÃO EVIDENCIADA PELA PESQUISA HISTÓRICA ATRAVÉS DE REGISTROS FOTOGRÁFICOS DA DÉCADA DE 1940.



**DESCARACTERIZAÇÃO NO RÍTMO DAS FACHADAS**  
COM O REMEMBRAMENTO DA EDIFICAÇÃO DAS FACHADAS DE MENOR LARGURA FORAM MANTIDAS NO PAVIMENTO SUPERIOR, ENQUANTO QUE NO NÍVEL TERREO AS MESMAS FORAM INTEGRADAS AO NOVO EDIFÍCIO ATRAVÉS DO TRATAMENTO DA FACHADA.

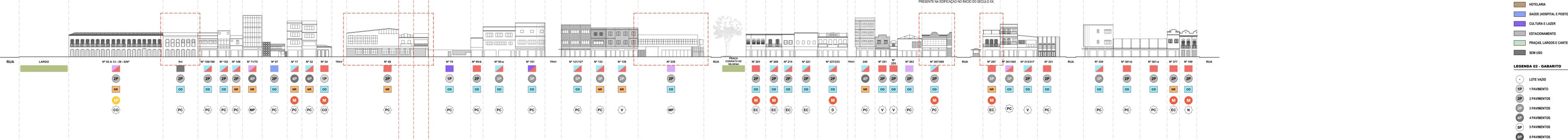


**LINGUAGEM HISTÓRICA, ARQUITETURA MODERNA**  
EXEMPLAR CONSERVADO QUE APRESENTA EM SUA COMPOSIÇÃO ALGUMAS DAS PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS INERENTES À ARQUITETURA MODERNA COMO: PUREZA FORMAL, FACHADA LIVRE, JANELA EM FITA E A SÍNTESE DAS ARTES PRESENTE NO PAINEL AZUL/DEDO.



**DESCARACTERIZAÇÃO DO ENTORNO DE BENS TOMBADOS**  
O TRATAMENTO DADO ÀS FACHADAS DA EDIFICAÇÃO Nº267/269 COM A UTILIZAÇÃO DE VIDRO ESPELHADO NA COR AZUL, ALÉM DA COBERTURA ATRAVÉS DE TELHEIRO SIMPLIFICADO NA EDIFICAÇÃO Nº267, COMPROMETE A QUALIDADE DA AMBIÊNCIA HISTÓRICA DA PRAÇA SILVESTRE TRAVASSOS QUE TEM COMO PRINCIPAL BEM DE VALOR HISTÓRICO CULTURAL A IGREJA MATRIZ DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO TOMBADA PELO IPHAN.

OUTRA OBSERVAÇÃO IMPORTANTE NA EDIFICAÇÃO Nº267/269 SÃO AS INTERVENÇÕES VISANDO A RECONSTITUIÇÃO DE ELEMENTOS INERENTES ÀS LINGUAGENS HISTÓRICAS COMO O NEOCOLONIAL ATRAVÉS DO COROAMENTO PRESENTE NA EDIFICAÇÃO NO INÍCIO DO SÉCULO XX.



**ELEVAÇÃO 01**  
LADO ÍMPAR RUA DO COMÉRCIO + PRAÇA CODRATO DE VILHENA

**DESCARACTERIZAÇÃO DO ENTORNO DE BENS TOMBADOS**  
O TRATAMENTO DADO ÀS FACHADAS DA EDIFICAÇÃO Nº300a e 300b COMPROMETE A QUALIDADE DA AMBIÊNCIA HISTÓRICA DA PRAÇA SILVESTRE TRAVASSOS QUE TEM COMO PRINCIPAL BEM DE VALOR CULTURAL A IGREJA MATRIZ DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO TOMBADA PELO IPHAN.



**DESCARACTERIZAÇÃO DO ENTORNO DE BENS TOMBADOS**  
O ELEVADO GABARITO DA EDIFICAÇÃO Nº196 ALÉM DE SER UM DOS ELEMENTOS QUE DESTOAM DE TODO O CONJUNTO EDIFICADO DO CENTRO HISTÓRICO, COMPROMETE A QUALIDADE DA AMBIÊNCIA HISTÓRICA DA PRAÇA SILVESTRE TRAVASSOS QUE TEM COMO PRINCIPAL BEM DE VALOR CULTURAL A IGREJA MATRIZ DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO TOMBADA PELO IPHAN.



**DESCARACTERIZAÇÃO DO ENTORNO DE BENS TOMBADOS**  
O TRATAMENTO DADO ÀS FACHADAS DA EDIFICAÇÃO Nº196 COM A PRESENÇA DE MATERIAIS E CORES DE FORTE IMPACTO VISUAL COMPROMETE A QUALIDADE DA AMBIÊNCIA HISTÓRICA DA PRAÇA CODRATO DE VILHENA QUE TEM COMO PRINCIPAIS BENS DE VALOR CULTURAL A CASA DE CULTURA DE ANGRA DOS REIS (Nº172) E O CHAFARIZ DA SAUDE AMBOS TOMBADOS PELO INEPAC.



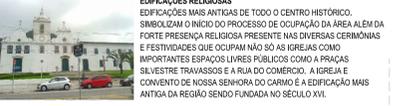
**VAZIO URBANO**  
ÚNICO LOTE QUE NÃO APRESENTA EDIFICAÇÃO EM TODA ÁREA DE ESTUDO.

**TRATAMENTO DAS COBERTURAS E AMBIÊNCIA HISTÓRICA**  
AS EDIFICAÇÕES Nº22, Nº31 E Nº39 FORMAM UM DOS POUCOS CONJUNTOS ENCONTRADOS NA ÁREA DE ANÁLISE QUE APRESENTA CERTA UNIDADE EM RELAÇÃO À LINGUAGEM HISTÓRICA E VOLUMETRIA (GABARITO).

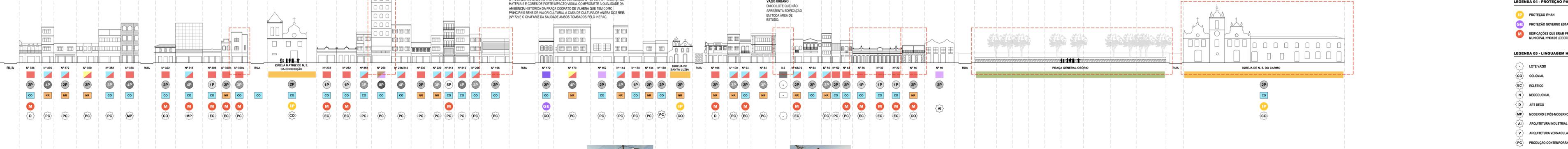
ASSIM COMO NA EDIFICAÇÃO Nº297, O IMÓVEL Nº 16 TAMBÉM APRESENTA UM TRATAMENTO DE SUA COBERTURA ATRAVÉS DE TELHEIRO QUE COMPROMETE A COMPOSIÇÃO DA EDIFICAÇÃO E A QUALIDADE DA AMBIÊNCIA HISTÓRICA FORMADA PELO CONJUNTO DE EDIFICAÇÕES ECLETICAS VIZINHAS.



**AMBIÊNCIA HISTÓRICA E VALOR CULTURAL DOS ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS (PRAÇAS)**  
A PRAÇA GENERAL OSÓRIO É UM DOS ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS MAIS ANTIGOS DA ÁREA DE ANÁLISE COM REGISTROS CARTOGRÁFICOS DO SÉCULO XIX. A CONSERVAÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS VOLUMÉTRICAS COMO O GABARITO DO CONJUNTO EDIFICADO DE SEU ENTORNO REFORÇAM SEU VALOR COMO UMA IMPORTANTE PERSPECTIVA HISTÓRICA. OUTRO ELEMENTO CONSERVADO QUE AFIRMA SEU VALOR CULTURAL É O TRATAMENTO PARASITÍSTICO DE AUTORIA DE ROBERTO BURLE MARX IMPLANTADO NA DÉCADA DE 1960.



**EDIFICAÇÕES RELIGIOSAS**  
EDIFICAÇÕES MAIS ANTIGAS DE TODO O CENTRO HISTÓRICO. SIMBOLIZAM O INÍCIO DO PROCESSO DE OCUPAÇÃO DA ÁREA ALÉM DA FORTE PRESENÇA RELIGIOSA PRESENTE NAS DIVERSAS CERIMÔNIAS E FESTIVIDADES QUE OCUPAM NÃO SO AS IGREJAS COMO IMPORTANTES ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS COMO AS PRAÇAS SILVESTRE TRAVASSOS E A RUA DO COMÉRCIO. A IGREJA E CONVENTO DE NOSSA SENHORA DO CARMO É A EDIFICAÇÃO MAIS ANTIGA DA REGIÃO SENDO FUNDADA NO SÉCULO XVII.



**ELEVAÇÃO 02**  
LADO PAR RUA DO COMÉRCIO + PRAÇA SILVESTRE TRAVASSOS E PRAÇA GENERAL OSÓRIO

**DESCARACTERIZAÇÃO DO ENTORNO DE BENS TOMBADOS**  
O TRATAMENTO DADO ÀS FACHADAS DA EDIFICAÇÃO Nº300a e 300b COMPROMETE A QUALIDADE DA AMBIÊNCIA HISTÓRICA DA PRAÇA SILVESTRE TRAVASSOS QUE TEM COMO PRINCIPAL BEM DE VALOR CULTURAL A IGREJA MATRIZ DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO TOMBADA PELO IPHAN.



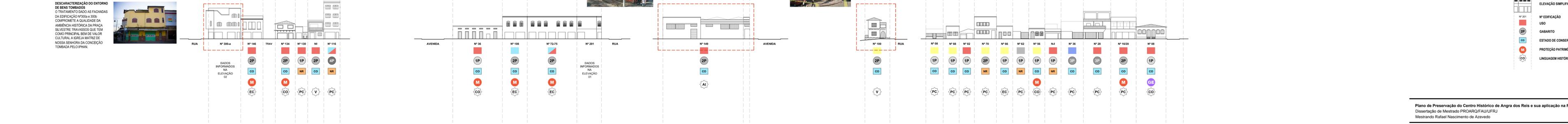
DADOS INFORMADOS NA ELEVAÇÃO 02



**ARQUITETURA INDUSTRIAL: DEPÓSITOS DE PRODUTOS PORTUÁRIOS**  
A EDIFICAÇÃO Nº149 TRATA-SE DE UM RARO EXEMPLAR CONSERVADO DAS EDIFICAÇÕES DESTINADAS AO ARMAZENAMENTO DE PRODUTOS PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DO PORTO DE ANGRA DOS REIS QUE OCUPAVAM AS QUADRAS DE NUMERAÇÃO ÍMPAR DA RUA DO COMÉRCIO.



**ARQUITETURA VERNACULAR**  
EXEMPLAR DE EDIFICAÇÃO DE MENOR ESCALA QUE APRESENTA EM SUA SOLUÇÃO ARQUITETÔNICA ELEMENTOS INERENTES ÀS LINGUAGENS HISTÓRICAS PRESENTES NO INÍCIO DO SÉCULO XX COMO O NEOCOLONIAL.



**ELEVAÇÃO 03**  
ENTORNO PRAÇA SILVESTRE TRAVASSOS

**ELEVAÇÃO 04**  
ENTORNO PRAÇA CODRATO DE VILHENA

**ELEVAÇÃO 05**  
ENTORNO PRAÇA GENERAL OSÓRIO

**LEGENDA 01 - USOS**

- RESIDENCIAL
- COMERCIAL
- PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS (SALAS COMERCIAIS)
- INSTITUCIONAL E AGÊNCIAS BANCÁRIAS
- RELIGIOSO
- HOTELARIA
- Saúde (HOSPITAL E POSTOS)
- CULTURA E LAZER
- ESTACIONAMENTO
- PRAÇAS, LARGOS E CANTEROS
- SEM USO
- USO PAV. SUPERIOR
- USO TERREO

**LEGENDA 02 - GABARITO**

- LOTE VAZIO
- 1 PAVIMENTO
- 2 PAVIMENTOS
- 3 PAVIMENTOS
- 4 PAVIMENTOS
- 5 PAVIMENTOS
- 8 PAVIMENTOS

**LEGENDA 03 - ESTADO DE CONSERVAÇÃO**

- LOTE VAZIO
- CONSERVADO
- NECESSITA DE REPAROS

**LEGENDA 04 - PROTEÇÃO PATRIMÔNIO CULTURAL**

- PROTEÇÃO IPHAN
- PROTEÇÃO GOVERNO ESTADUAL
- EDIFICAÇÕES QUE ERAM PRESERVADAS PELO DECRETO MUNICIPAL Nº41193 (DECRETO REVOGADO)

**LEGENDA 05 - LINGUAGEM HISTÓRICA**

- LOTE VAZIO
- COLONIAL
- ECLETICO
- NEOCOLONIAL
- ART DÉCO
- MODERNO E PÓS-MODERNO
- ARQUITETURA INDUSTRIAL
- ARQUITETURA VERNACULAR
- PRODUÇÃO CONTEMPORÂNEA

**LEGENDA 06 - APRESENTAÇÃO**

- ELEVAÇÃO SIMPLIFICADA DA EDIFICAÇÃO
- Nº EDIFICAÇÃO
- USO
- GABARITO
- ESTADO DE CONSERVAÇÃO
- PROTEÇÃO PATRIMÔNIO CULTURAL
- LINGUAGEM HISTÓRICA

## APÊNDICE - Z

### TABELA COM OS PERCENTUAIS DA ETAPA LEVANTAMENTO

1- Usos		
Residencial	7	6,54%
Comercial	42	39,25%
Prestação de serviços	4	3,74%
Institucional e bancos	1	0,93%
Religioso	3	2,80%
Hotelaria	0	
Saúde	2	1,87%
Cultural e Lazer	2	1,87%
Estacionamento	1	0,93%
Sem uso	1	0,93%
Lote vazio	1	0,93%
<b>Comercial + Prestação de serviços</b>	<b>36</b>	<b>33,64%</b>
<b>Comercial + Residencial</b>	<b>2</b>	<b>1,87%</b>
<b>Prestação de serviços + Hotelaria</b>	<b>1</b>	<b>0,93%</b>
<b>Comercial + Institucional</b>	<b>3</b>	<b>2,80%</b>
<b>Comercial + cultura e lazer</b>	<b>1</b>	<b>0,93%</b>
<b>Total</b>	<b>107</b>	<b>100,00%</b>

2 - Gabarito		
1 Pavimento	19	17,76%
2 Pavimentos	55	51,40%
3 Pavimentos	18	16,82%
4 Pavimentos	12	11,21%
5 Pavimentos	1	0,93%
8 Pavimentos	1	0,93%
Lote vazio	1	0,93%
<b>Total</b>	<b>107</b>	<b>100,00%</b>

3- Estado de conservação		
Conservado	74	69,16%
Pouca degradação	32	29,91%
Grande degradação	0	0,00%
Ruínas	0	0,00%
Lote vazio	1	0,93%
<b>Total</b>	<b>107</b>	<b>100,00%</b>

4- Proteção		
Tombamento IPHAN	4	3,74%
Tombamento INEPAC	2	1,87%
Preservados pelo Município	33	30,84%
Edificações sem proteção	68	63,55%
<b>Total</b>	<b>107</b>	<b>100,00%</b>

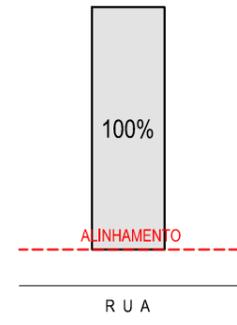
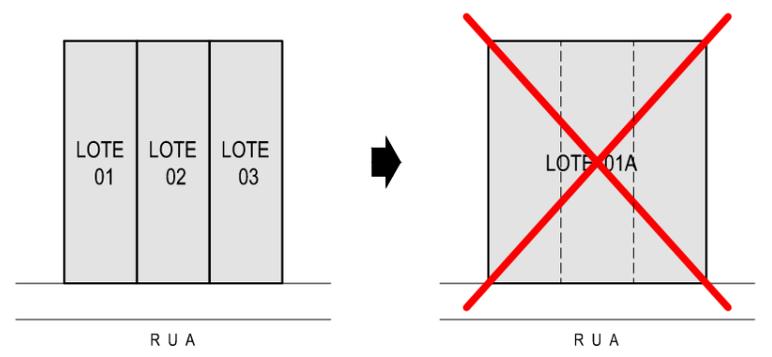
5- Linguagens Históricas		
Colonial	15	14,02%
Eclético	16	14,95%
Art Decó	3	2,80%
Neocolonial	1	0,93%
Moderno e Pós Moderno	4	3,74%
Arquitetura Industrial	2	1,87%
Arquitetura Vernacular	6	5,61%
Produção Contemporânea	59	55,14%
Lote vazio	1	0,93%
<b>Total</b>	<b>107</b>	<b>100,00%</b>

6- Coberturas		
Cobertura telha cerâmica	27	25,23%
Cobertura telha Fibro/Met/Laje	79	73,83%
Lote vazio	1	0,93%
<b>Total</b>	<b>107</b>	<b>100,00%</b>

7- Toldos e marquises		
Toldo fixo em policarbonato	54	50,47%
Toldo Plástico	7	6,54%
Marquise em concreto	10	9,35%
Toldo letreiro	6	5,61%
Edificações em toldo	30	28,04%
<b>Total</b>	<b>107</b>	<b>100,00%</b>

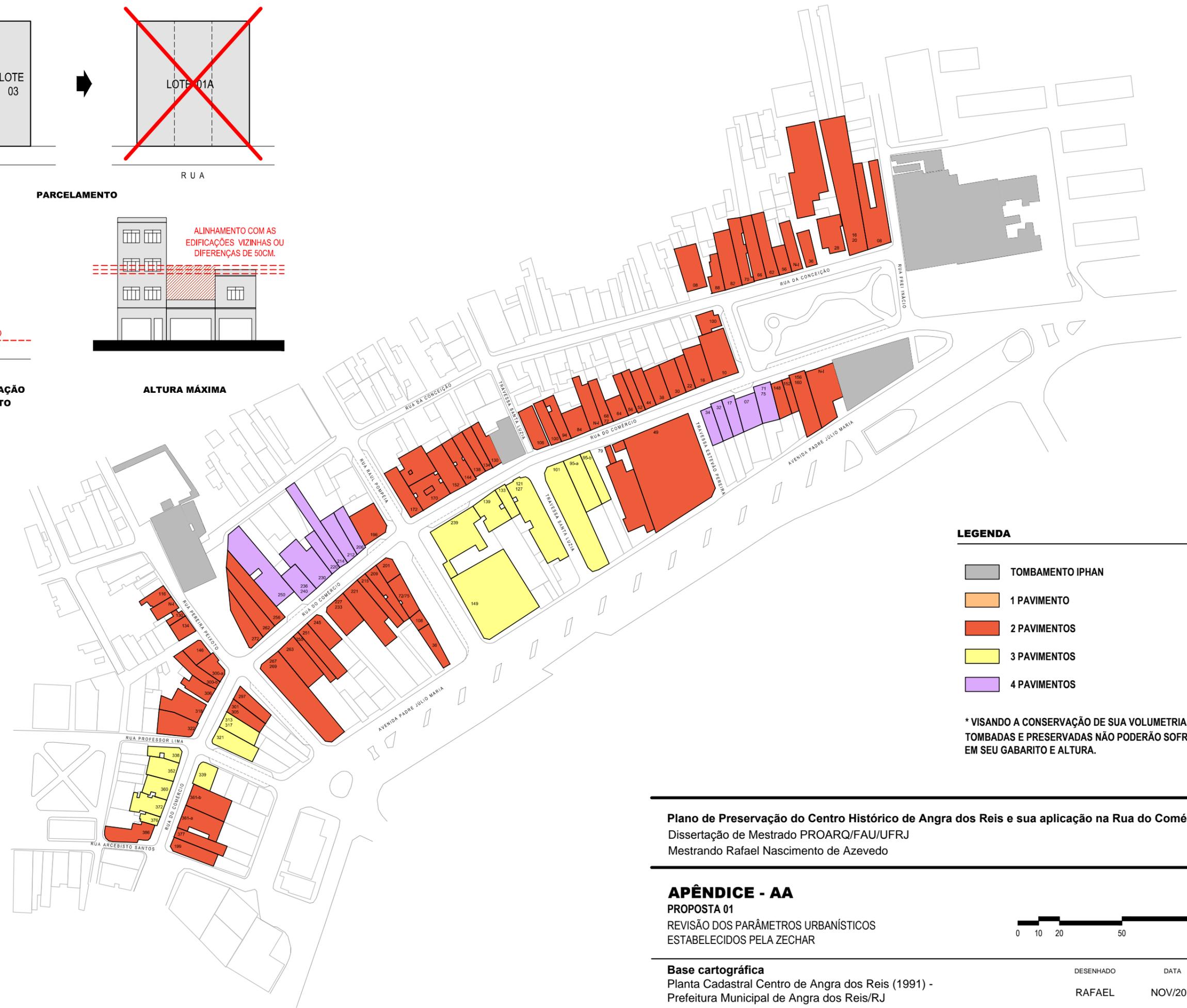
8- Veículos de publicidade		
Letreiro de dimensões proporcionais	27	25,23%
Letreiro de dimensões desproporcionais	60	56,07%
Edificações sem letreiro	20	18,69%
<b>Total</b>	<b>107</b>	<b>100,00%</b>

9- Aparelhos de ar-condicionado na fachada		
Aparelhos de ar-condic. na fachada sem tratamento	64	59,81%
Aparelhos de ar-condic. na fachada com tratamento	4	3,74%
Edificações sem aparelho de ar-condic. na fachada	39	36,45%
<b>Total</b>	<b>107</b>	<b>100,00%</b>



TAXA DE OCUPAÇÃO  
ALINHAMENTO

ALTURA MÁXIMA



**LEGENDA**

- TOMBAMENTO IPHAN
- 1 PAVIMENTO
- 2 PAVIMENTOS
- 3 PAVIMENTOS
- 4 PAVIMENTOS

\* VISANDO A CONSERVAÇÃO DE SUA VOLUMETRIA, AS EDIFICAÇÕES TOMBADAS E PRESERVADAS NÃO PODERÃO SOFRER ALTERAÇÕES EM SEU GABARITO E ALTURA.

**Plano de Preservação do Centro Histórico de Angra dos Reis e sua aplicação na Rua do Comércio**  
 Dissertação de Mestrado PROARQ/FAU/UFRJ  
 Mestrando Rafael Nascimento de Azevedo

**APÊNDICE - AA**  
**PROPOSTA 01**  
 REVISÃO DOS PARÂMETROS URBANÍSTICOS  
 ESTABELECIDOS PELA ZECHAR



**Base cartográfica**  
 Planta Cadastral Centro de Angra dos Reis (1991) -  
 Prefeitura Municipal de Angra dos Reis/RJ

DESENHADO	DATA	ESCALA
RAFAEL	NOV/2015	1/1500

**LEGENDA 01 - SITUAÇÃO**

**00** IGREJAS

- 01 - IGREJA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO (MATRIZ)
- 02 - IGREJA DE SANTA LUZIA
- 03 - IGREJA E CONVENTO DE NOSSA SENHORA DO CARMO

**00** PRAÇAS

- 01 - PRAÇA SILVESTRE TRAVASSOS ( PRAÇA MATRIZ)
- 02 - PRAÇA CODRATO DE VILHENA
- 03 - PRAÇA GENERAL OSÓRIO



**LEGENDA 02 - PROTEÇÃO PATRIMÔNIO - SITUAÇÃO**

- TOMBAMENTO IPHAN
- TOMBAMENTO GOVERNO ESTADUAL

**LEGENDA 03 - PROTEÇÃO PATRIMÔNIO - PROPOSTA**

- BENS PASSÍVEIS DE TOMBAMENTO - EDIFICAÇÕES (MUNICÍPIO)
- BENS PASSÍVEIS DE PRESERVAÇÃO - PRAÇAS (MUNICÍPIO)
- BENS PASSÍVEIS DE PRESERVAÇÃO (MUNICÍPIO)
- BENS PASSÍVEIS DE TUTELA (MUNICÍPIO)

**Plano de Preservação do Centro Histórico de Angra dos Reis e sua aplicação na Rua do Comércio**  
 Dissertação de Mestrado PROARQ/FAU/UFRJ  
 Mestrando Rafael Nascimento de Azevedo

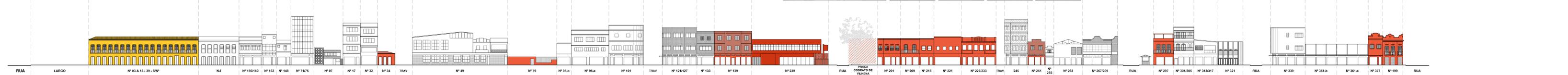
**APÊNDICE - AB**  
 PROPOSTA 02

LOCALIZAÇÃO DOS BENS PASSÍVEIS DE PROTEÇÃO (MAPA)



**Base cartográfica**  
 Planta Cadastral Centro de Angra dos Reis (1991) -  
 Prefeitura Municipal de Angra dos Reis/RJ

DESENHADO	DATA	ESCALA
RAFAEL	NOV/2015	1/1500



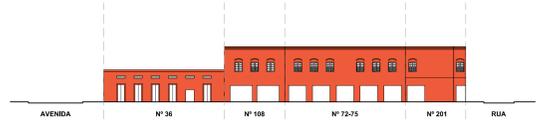
**ELEVAÇÃO 01**  
LADO ÍMPAR RUA DO COMÉRCIO + PRAÇA CODRATO DE VILHENA



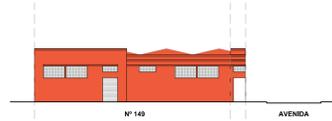
**ELEVAÇÃO 02**  
LADO PAR RUA DO COMÉRCIO + PRAÇA SILVESTRE TRAVASSOS E PRAÇA GENERAL OSÓRIO



**ELEVAÇÃO 03**  
ENTORNO PRAÇA SILVESTRE TRAVASSOS



**ELEVAÇÃO 04**  
ENTORNO PRAÇA CODRATO DE VILHENA



**ELEVAÇÃO 05**  
ENTORNO PRAÇA GENERAL OSÓRIO



**LEGENDA 01 - PROTEÇÃO PATRIMÔNIO - SITUAÇÃO**

- TOMBAMENTO IPHAN
- TOMBAMENTO INEPAC

**LEGENDA 02 - PROTEÇÃO PATRIMÔNIO - PROPOSTA**

- BENS PASSÍVEIS DE TOMBAMENTO - EDIFICAÇÕES (MUNICÍPIO)
- BENS PASSÍVEIS DE PRESERVAÇÃO - PRAÇAS (MUNICÍPIO)
- BENS PASSÍVEIS DE PRESERVAÇÃO (MUNICÍPIO)
- BENS PASSÍVEIS DE TUTELA (MUNICÍPIO)

**Edificações Tombadas pelo IPHAN**

- 1 Igreja e Convento de Nossa Senhora do Carmo
- 2 Igreja de Santa Luzia
- 3 Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição
- 4 Conjunto de sobrados (Pr. General Osório 03 a 13-39-S/Nº)

**Edificações Tombadas pelo Governo Estadual**

- 1 Rua do Comércio, nº172
- 2 Praça General Osório, nº08

**Edificações passíveis de proteção**

**Tombamento**

- 1 Praça General Osório
- 2 Praça Silvestre Travassos
- 3 Praça Codrato de Vilhena
- 4 Padaria do Comércio (Rua do Comércio, nº282)
- 5 Edificação modernista (Rua do Comércio, nº239)

**Preservação**

- 1 Rua do Comércio, nº34
- 2 Rua do Comércio, nº139
- 3 Rua do Comércio, nº239
- 4 Rua do Comércio, nº201
- 5 Rua do Comércio, nº209
- 6 Rua do Comércio, nº215
- 7 Rua do Comércio, nº221
- 8 Rua do Comércio, nº227/233
- 9 Rua do Comércio, nº251
- 10 Rua do Comércio, nº377
- 11 Rua do Comércio, nº199 (Rua Arcebispo Santos)
- 12 Rua do Comércio, nº386
- 13 Rua do Comércio, nº328
- 14 Rua do Comércio, nº322
- 15 Rua do Comércio, nº306
- 16 Rua do Comércio, nº300b
- 17 Rua do Comércio, nº272
- 18 Rua do Comércio, nº106
- 19 Rua do Comércio, nº94
- 20 Rua do Comércio, nº79
- 21 Rua do Comércio, nº66/72
- 22 Rua do Comércio, nº36
- 23 Rua do Comércio, nº30
- 24 Rua do Comércio, nº22
- 25 Rua do Comércio, nº16
- 26 Rua do Comércio, nº10
- 27 Rua Pereira Peixoto, nº134 (Entorno Praça Silv. Travassos)
- 28 Rua Pereira Peixoto, nº146 (Entorno Praça Silv. Travassos)
- 29 Praça Codrato de Vilhena, nº36 (Rua Raul Pompéia)
- 30 Praça Codrato de Vilhena, nº108 (Rua Raul Pompéia)
- 31 Praça Codrato de Vilhena, nº72/75 (Rua Raul Pompéia)
- 32 Praça Codrato de Vilhena, nº149 (Rua Raul Pompéia)
- 33 Praça General Osório, nº56
- 34 Praça General Osório, nº66
- 35 Praça General Osório, nº88
- 36 Praça General Osório, nº100

## APÊNDICE AD1 - Ficha de Identificação nº01

### Bens passíveis de proteção municipal na área de estudo (Rua do Comércio e Praças Adjacentes)

#### Praça General Osório

<b>Nome popular:</b>	Praça do “PAM”
<b>Categoria:</b>	Espaço Livre
<b>Proposta de proteção:</b>	Tombamento
<b>Uso:</b>	Recreação
<b>Filiação estilística:</b>	Moderna
<b>Estado de Conservação:</b>	Conservado

#### Localização:



40 -Praça General Osório com vista do Convento e Largo do Carmo. Foto publicada no Livro O Convento de Nossa Senhora do Carmo da Ilha Grande de Alípio Mendes. Data correspondente a primeira década do século 20. Sem registro do autor. Fonte Ateneu Angrense de Letras e Artes



#### Descrição e justificativa para a proteção como bem patrimonial:

Antigo Largo do Carmo e Praça Marquês de Herval, a Praça General Osório é um dos espaços livres públicos mais antigos do Centro Histórico de Angra dos Reis com fundação concomitante ao surgimento do Centro Histórico no século XVII. A praça que teve seu primeiro tratamento paisagístico seguindo os preceitos do paisagismo eclético clássico hoje ainda conserva em sua composição e programa de ambiências o projeto paisagístico modernista de Roberto Burle Marx que além desse projeto também idealizou na década 1990 um parque para o município. A qualidade da proposta paisagística é percebida através do mundialmente conhecido traço sinuoso de Burle Marx presente nos percursos e no desenho de canteiros, um programa de ambiências adequado à escala da cidade e a seleção das espécies arbóreas criando áreas ensolaradas e sombreadas, qualidade esta reafirmada pela apropriação da população angrense. Outro elemento de valor histórico-cultural presente na praça é sua ambiência histórica formada pelo conjunto edificado do entorno que preserva características volumétricas como gabarito e a relação entre cheios e vazios.

## APÊNDICE AD2 - Ficha de Identificação nº02

### Bens passíveis de proteção municipal na área de estudo (Rua do Comércio e Praças Adjacentes)

#### Praça Codrato de Vilhena

<b>Nome popular:</b>	Praça do “Papão”
<b>Categoria:</b>	Espaço Livre
<b>Proposta de proteção:</b>	Tombamento
<b>Uso:</b>	Recreação
<b>Filiação estilística:</b>	Contemporânea
<b>Estado de Conservação:</b>	Conservado

#### Localização:



83 - Antiga localização do Chafariz da Saudade, onde hoje é o cruzamento da Rua Padre Júlio Maria com a Praça Codrato de Vilhena, defronte ao atual Papão Lanches ( atualmente este chafariz fica em frente ao antigo Mercado de Paixes ). Parte do sobrado à esquerda ainda existe ( onde hoje está instalada a loja Angra Color ) . Aos fundos, vê-se a esquina da Rua do Comércio com a Rua do Cruzeiro, atual Av. Raul Pompéia, tendo a Casa da Cultura à direita. Ao Centro em último plano, a Rua das Palmeiras. Foto publicada na Revista da Semana, RJ, em 09/11/1929. Sem registro de autor. Fonte IHGB.



#### Descrição e justificativa para a proteção como bem patrimonial:

A Praça Codrato de Vilhena, antigo Largo do Cruzeiro Inicialmente se configurava como um alargamento da Rua Raul Pompéia passando a constituir-se como praça a partir do século XX. Sua composição atual apresenta desenho de canteiros e mobiliário urbano contemporâneo, entretanto, a praça ainda conserva um dos monumentos mais importante da cidade, o Chafariz da Saudade construído em 1871 pela Câmara Municipal em homenagem a visita de Dom Pedro II a Angra dos Reis em 5 de dezembro de 1863 além de sua ambiência histórica formada pelo conjunto edificado do entorno que preserva características volumétricas como gabarito e a relação entre cheios e vazios.

## APÊNDICE AD3 - Ficha de Identificação nº03

### Bens passíveis de proteção municipal na área de estudo (Rua do Comércio e Praças Adjacentes)

#### Praça Silvestre Travassos

<b>Nome popular:</b>	Largo da Matriz
<b>Categoria:</b>	Espaço Livre
<b>Proposta de proteção:</b>	Tombamento
<b>Uso:</b>	Recreação
<b>Filiação estilística:</b>	Contemporânea
<b>Estado de Conservação:</b>	Conservado

#### Localização:



#### Descrição e justificativa para a proteção como bem patrimonial:

Localizada em frente à Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, Santa Padroeira da cidade, a Praça também conhecida como Largo da Matriz é um importante palco das principais festividades religiosas de Angra dos Reis. Morfológicamente a praça e seu entorno já sofreram importantes transformações como o fechamento de uma via para veículos integrada a praça, retirada de elementos centrais como um Cruzeiro e um canteiro com um estátua em bronze do Sagrado Coração de Jesus além intervenções mal orientadas no conjunto edificado que prejudicam a preservação de sua ambiência histórica. Apesar dos efeitos nocivos das alterações do seu entorno a Praça ainda conserva seu papel como suporte de importantes atividades religiosas presente no município de Angra dos Reis.

## APÊNDICE AD4 - Ficha de Identificação nº04

### Bens passíveis de proteção municipal na área de estudo (Rua do Comércio e Praças Adjacentes)

#### Rua do Comércio, nº262

<b>Nome popular:</b>	Padaria do Comércio
<b>Categoria:</b>	Edificação
<b>Proposta de proteção:</b>	Tombamento
<b>Uso:</b>	Comercial / Padaria
<b>Filiação estilística:</b>	Eclético
<b>Estado de Conservação:</b>	Conservado

#### Localização:



#### Descrição e justificativa para a proteção como bem patrimonial:

Edificação térrea com composição clássica estruturada a partir da simetria presente em sua fachada, relação entre cheios e vazios e presença do frontão ricamente ornamentado, características inerentes à arquitetura eclética que teve início no Brasil a partir do final do século XIX. Fundada em 1905, a padaria centenária de propriedade da Sra. Auta Barbosa Gonçalves, possui um forno de cinco metros de comprimento movido a lenha de madeira certificada que produz diariamente pães, tortas e bolos. Além da produção confeitaria o local é ponto de encontro de angrenses durante as pausas no expediente de trabalho. Além do seu valor artístico como representante de um importante período arquitetônico nacional inserido no município, a edificação e principalmente seu uso devem ser preservados por seu valor afetivo para a população angrense.

## APÊNDICE AD5 - Ficha de Identificação nº05

### Bens passíveis de proteção municipal na área de estudo (Rua do Comércio e Praças Adjacentes)

#### Rua do Comércio, nº239

<b>Nome popular:</b>	Inexistente
<b>Categoria:</b>	Edificação
<b>Proposta de proteção:</b>	Tombamento
<b>Uso:</b>	Prestação de serviços
<b>Filiação estilística:</b>	Modernista
<b>Estado de Conservação:</b>	Conservado

#### Localização:



#### Descrição e justificativa para a proteção como bem patrimonial:

Edificação composta por dois pavimentos com térreo recuado em relação ao alinhamento frontal da edificação, é uma autêntica representante da arquitetura moderna através de elementos como a pureza formal de sua composição, a fachada livre tanto no térreo quanto no segundo pavimento, janela em fita e a síntese das artes expressa através de seu jardim lateral e de um painel de azulejos modernos de influência portuguesa. Seu valor histórico como a edificação que melhor sintetiza essa linguagem histórica na área de estudo, e possivelmente em todo o Centro Histórico, é a justificativa para o seu tombamento.